

JANEIRO DE 2013

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 O presidente da República e o discurso da partilha	7
1.2 Cidadãos insatisfeitos com o discurso de JES	7
1.3 Censo populacional permitirá melhor distribuição da riqueza	8
1.4 Uma guerra á pobreza	9
1.5 Cães do MPLA comem melhor que os pobres autóctones Angolanos	10
1.6 Situação dos serviços básicos analisados em fórum	11
2. MICROFINANÇAS	12
2.1 Imobiliárias nas centralidades	12
3. MERCADO INFORMAL	13
3.1 As boas e más marés da vida dos pescadores	13
3.2 Venda nas ruas transferida	14
3.3 Finanças	14
3.4 ONG defende zungueiras	14
3.5 Zungueiras Forçadas a sexo com polícias	15
3.6 Luandenses passam a ter mais mercados	15
3.7 Ambulantes acatam os apelos das autoridades	15
3.8 Marginais tiram vida de á moto-taxi	17
3.9 Mercado transformado em “clínica” de telemóveis e computadores	17
3.10 Mercados sem rendimentos Roque Santeiro Deixou órfãos	18
3.11 Fiscais da administração espancam zungueira e fazem tiros	19
3.12 Zona das Gajajeiras está imprópria para consumo	20
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	22
4.1 O Plano de Caixa cobre atraso do OGE/2013	22
4.2 Primeiras casas fiam prontas no próximo mês	22
4.3 O a-propósito do OGE	23
4.4 OGE cede 1/3 para sector social	23
4.5 OGE tem recursos para antigos militares	23
4.6 A execução do orçamento respeita a regra da transparência	23
4.7 Distribuição de beneficio	26
4.8 Líder parlamentar reúne deputados	27
4.9 Orçamento assegura eficácia económica	27
4.10 Repartição Fiscal aumenta contribuições	27
4.11 Défice de AKZ 405,4 mil milhões	28
4.12 OGE 2013	29
4.13 OGE 2013	29
4.14 Inquérito sobre a proposta de OGE 2013	30
4.15 OGE 2013 aposta no investimento público	31
4.16 OGE deve comportar “fundos Suíços”	32
4.17 OGE na terça-feira no parlamento	33
4.18 OPSA defende divulgação do relatório de execução do OGE	34
4.19 Assembleia Nacional debate OGE na terça-feira	34

4.20	Debate do OGE e o acesso á informação	35
4.21	Secretário de Estado no Uíge	36
4.22	Proposta de Orçamento considerada equilibrada	36
4.23	Repartições fiscais do sumbe e caculo elevam a taxa de cobrança de impostos	36
4.24	Orçamento é votado hoje na generalidade	37
4.25	Executivo garante um orçamento de coesão nacional	38
4.26	Deputados e parceiros sociais analisam Orçamento	39
4.27	Estudo mostra números do défice do Orçamento	40
4.28	AJPD e a OMUNGA satisfeitos com esforços da AN	41
4.29	Assembleia Nacional Aprova OGE 2013	41
4.30	CASA-CE chumbo OGE, maioria aprova	43
4.31	Défice de 35,7 milhões de euros no OGE	43
4.32	Despesa aumenta em OGE expansionista, diz Rosado de Carvalho	44
4.33	Governador esteve no Cacucaco a promover obras comunitárias	45
4.34	Mensagem presidencial reforça objectivo do OGE	45
4.35	OGE 2013 primeiro olhar	45
4.36	Um OGE para distribuir melhor	47
4.37	UNITA abstêm-se OGE deveria trazer consigo um Plano Nacional que o justifica	48
4.38	UNITA reclama falta de balanço de execução do OGE de 2012	48
4.39	CASA-CE vota contra e UNITA e PRS abstêm-se	49
4.40	Stock da dívida pública devera fixar-se em 32 por cento do PBI	49
4.41	Aplicação do OGE tem estado muito aquém da realidade do país	50
4.42	BD contra OGE aprovado	51
4.43	Deputados passam OGE a "pente fino"	51
4.44	OPSA e ADRA chovem no molhado	52
4.45	Orçamento contra a pobreza	52
4.46	Parlamento dividido um orçamento da discordia	53
4.47	Receitas fiscais atingem o previsto	54
4.48	Ondjiva sem energia eléctrica nem água	55
4.49	Gestores esclarecidos sobre o O.G.E	55
4.50	Mpla defende acompanhamento do processo das finanças	56
4.51	Bloco Democrático deplora aprovação do OGE	56
4.52	Gastos públicos aumentam	58
4.53	Eficiência e disciplina garantem o sucesso do OGE e programa de desenvolvimento	60
4.54	Aumento dos impostos está fora de causa	60
4.55	Ministro quer receitas para os municípios	61

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 63

5.1	Audiência do PR ao soberano das Lundas	63
5.2	Censo populacional só em 2014	63
5.3	"MAKA" aquece com o presente e o futuro das autoridades tradicionais	64
5.4	Valorização da autoridade tradicional é prioritária	64
5.5	Poder tradicional em Angola reveste na sede dos escritores	65
5.6	Desvios chorudos de milhões de dólares no GPL	65

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 67

6.1	Imobiliárias nas centralidades	67
6.2	Mais residências para funcionários são inauguradas	67
6.3	Moradores em zona de risco realojados em casas seguras	68
6.4	Com a Famosa lista para a distribuição das casas do Kilamba apresentam-se várias leituras	68
6.5	Projecto Catoca ganha consistência	69
6.6	Antigos combatentes "acolhidos" no Kilamba	69
6.7	Governador quer qualidade nos projectos habitacionais	70
6.8	"Canteiro" pode dar casas	70

6.9	Casas do Zango III estão em péssimas condições	71
6.10	Projecto habitacional abandonado no Zango depois de inaugurado pelo PR	71
6.11	Vila Chinesa de “patas para o ar”	73
6.12	Regime Jurídico do contrato promessa de compra e venda	73
6.13	Peões beneficiam de passagem aérea	75
6.14	Péssimas estradas reduzem Transportes Públicos	75
6.15	Antigos combatentes vão beneficiar de casas modernas	75
6.16	Grupo chinês forma técnicos angolanos para atuar no sector da construção civil	77
6.17	O antro do canteiro de obras de Angola e seus principais problemas	77
6.18	Comissão ad-hoc orientada para estudo das regras de comercialização de imóveis	79

7. TERRA 81

7.1	Moradores em zona de risco realojados em casas seguras	81
7.2	Baía de Luanda recebe novos edifícios	81
7.3	Legislação	81
7.4	Acesso à terra é um elemento impulsionador da agricultura (l)*	82
7.5	Baía de Luanda disponibiliza errenos	83
7.6	Chefes tradicionais contra generais	84
7.7	Famílias cadastradas	84
7.8	A requalificação da baía de Luanda	85
7.9	Ocupação ilegal é uma afronta ao poder	85
7.10	Reservas fundiárias desminadas	86
7.11	Sinistrados obrigados a viver no meio da estrada	86
7.12	Milhares de casas de chapas invadem reservas do estado	87

8. SERVIÇOS BÁSICOS 89

8.1	Mais escolas e mercados em Luanda	89
8.2	Cajueiros" sem capacidade de atendimento ao público	89
8.3	Áreas de recolha selecionadas município do Cazenga	90

9. GÉNERO E VIOLENCIA 91

9.1	Sensibilização contra violência	91
9.2	Assaltos a casas são os delitos mais frequentes	91
9.3	Polícia desvendou crimes cometidos	91
9.4	O crescimento Vertiginoso da Violência	92
9.5	Mais de 500 armas recolhidas em 2012	92
9.6	Desarmamento da população no crivo da Polícia	92
9.7	Estrangeiros irregulares repatriados	92
9.8	Zungueiras Forçadas a sexo com polícias	93
9.9	Combater o crime pela paz	93
9.10	Polícia notifica crimes na província do Bengo	94
9.11	População entrega armas	94
9.12	Polícia Nacional detém marginais	95
9.13	As mulheres que se recusam a denunciar os seus maridos agressores deviam ir para a cadeia	95
9.14	Cumplicidade entre vítimas e agressores	97
9.15	Detidos grupos de marginais	97
9.16	DNIC atende diariamente cerca de 50 casos de violência	98
9.17	Pobreza e alcoolismo na origem da violência domestica	98
9.18	Violência doméstica	100
9.19	Zungueiras acusam polícia de chantagem, intimidação e assédio-sexual	101
9.20	Poligamia e violência doméstica	101

10. AMBIENTE

103

10.1	As boas e más marés da vida dos pescadores	103
10.2	Chuvas deixam famílias sem tecto	104
10.3	Recém-nascido ao relento	104
10.4	Sinistrados lançam grito de socorro	104
10.5	A nossa costa marítima	105
10.6	"Isto agora está mal"	106
10.7	Projectos imobiliários afectam sobrevivência dos pescadores artesanais	106
10.8	Chuvas desalojam famílias	107
10.9	Abate de árvores sem controlo periga a existência de espécie	107
10.10	Ministério fiscaliza a exploração de inertes	108
10.11	Ravinas do bairro Boa. Esperança III Administradora de Cacuaco promete solução em 30 dias	108
10.12	Exploração ilegal de inertes é uma constante	109
10.13	Chuva interrompe circulação rodoviária	109
10.14	Temporal desaloja dezenas de famílias	110
10.15	Desafios ambientais de Luanda	110
10.16	Proteção Civil cria plano de apoio às vítimas de calamidades naturais	113
10.17	Água potável chega às zonas rurais	113

11. MIGRAÇÃO

114

11.1	Cuango e Caungula são os municípios mais utilizados pelos imigrantes ilegais Maior parte dos ilegais é da República Democrática do Congo Artigo	114
11.2	Milhares de estrangeiros em situação ilegal foram expulsos pelos Serviços de Migração	114
11.3	Movimento migratório intenso	115
11.4	Antigos militares de Mobutu são descobertos em Cabinda	115
11.5	Ilegais detidos e vários acidentes marcam balanço da quadra festiva	115
11.6	Segurança na fronteira com a Namíbia preocupa comandante- geral da Policia	116
11.7	Polícia Nacional regista centenas de irregularidades	117
11.8	Recenseamento de estrangeiros é "urgente"	117
11.9	Continua ameaça de invasão estrangeira contra o país	117
11.10	Ministério do Interior avalia criminalidade	118
11.11	Reconstrução aumenta número de vistos	119
11.12	Mais de 100 mil migrantes ilegais vivem em Angola	119
11.13	Meio milhão de Angolanos regressou ao país	120
11.14	Imigrantes ilegais foram repatriados	121
11.15	Ministro anuncia novos métodos para combater o crime organizado	121
11.16	Polícia pretende Vietnamitas	122
11.17	Ministro exige firmeza contra a imigração ilegal	122
11.18	Juiz está preocupado com imigração ilegal	123

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 O presidente da República e o discurso da partilha

Angolenses

11 de Janeiro de 2013

O Presidente da República apelou a sociedade, no seu discurso de fim de ano, para que cultivem o espírito de solidariedade, afirmando, "Quem tem muito deve ajudar aqueles que têm muito pouco ou quase nada", convicto de que a solidariedade fortalece a coesão social. José Eduardo dos Santos acrescentou que "no mundo actual, e mesmo na nossa sociedade, em que o valor da vida começa, infelizmente, a ser avaliado por considerações puramente utilitárias e materialistas, o Estado deve adoptar políticas de serviço social e resgatar o espírito de solidariedade que sempre caracterizou o nosso povo". No entanto, o discurso não foi recebido com agrado por alguns círculos da sociedade, que consideram ser mais uma conversa para boi dormir", já que entendem que o próprio Presidente da República devia ser o primeiro a dar o sinal de solidariedade, distribuindo melhor a riqueza do país, já que sempre reconheceu haver uma franja da sociedade que tem quase tudo e outra que pouco ou nada tem. Dos Santos, prometeu também cumprir as promessas eleitorais feitas em 2012 ao referir que "não pretendo alongar-me, porque são sobejamente conhecidos o rumo que escolhemos e as promessas que fizemos ao povo angolano nas últimas eleições gerais. Neste contexto, "já apresentamos à Assembleia Nacional as nossas propostas de Plano Nacional e de Orçamento Geral de Estado para 2013, a fim de cumprirmos as referidas promessas e de resolvermos os principais problemas nacionais. Reafirmamos a orientação no sentido de dar prioridade à nossa acção que visa obter uma crescente melhoria das condições de vida dos angolanos". Acrescentou que no Orçamento Geral do Estado para 2013, o sector social terá direito a um terço do total das verbas previstas. Essa aposta no sector social, no dizer do Chefe do Executivo, representa um acréscimo de quase cinquenta por cento em relação ao ano de 2012 e destina-se à educação, a saúde, ao ensino de base e superior, a habitação e à protecção social. Por outro lado, disse que o governo definiu políticas para a formação, capacitação e valorização do capital humano, porque um capital humano de excelência é indispensável para

o "salto em frente que Angola precisa de dar". Para tal, salientou que o Estado e a sociedade devem realizar acções destinadas a atender às necessidades e preocupações das crianças, das mulheres, dos portadores de deficiência, dos ex-militares deficientes e dos antigos combatentes e veteranos de guerra. A sociedade deve também zelar cada vez mais pela estabilidade no seio das famílias, combatendo com firmeza a violência doméstica e todas as formas de agressão sexual, em especial aquela que atinge crianças e jovens. José Eduardo dos Santos, entende que muitas vezes são os próprios progenitores ou familiares próximos que praticam esses actos condenáveis, que levam à destruição da célula mais importante da nossa sociedade, que é a família. Por isso, tem que combater energeticamente este fenómeno, com fortes campanhas de educação cívica, para a prevenção e com medidas judiciais severas que responsabilizem os seus autores.

I.2 Cidadãos insatisfeitos com o discurso de JES

Angolenses

11 de Janeiro de 2013

Manuel de Oliveira "Muitos ainda vivem em extrema pobreza" Acho que é mais uma das suas manobras, porque isso nunca vai acontecer. Os nossos governantes têm muito e não se vai notar neles o espírito de solidariedade, porque os que mais têm vão querer sempre mais para eles, quando na verdade existem muitos angolanos a viverem em extrema pobreza. Nas eleições de 2012 o lema da campanha eleitoral do MPLA era "Crescer mais para distribuir melhor", vamos esperar que isto aconteça porque não basta falar e não cumprir com que se fala. André Passi "Deus queira que as coisas melhorem" Os nossos dirigentes devem lutar para que isso se concretize, porque os angolanos devem ajudar-se mutuamente. A solidariedade deve basear-se também no fácil acesso ao emprego, o que não acontece, porque sem padrinho na cozinha as coisas tornam-se difíceis e não deveria ser assim. Deus queira que as coisas melhorem. A solidariedade que o Presidente referiu não pode ser entre os governantes, mas principalmente aos mais desfavorecidos e não para os seus familiares ocuparem os lugares chave. Gonçalves António "Deve se fazer uma reflexão seria sobre a mensagem" Acho que se deve fazer uma reflexão bastante seria sobre as palavras do Presidente porque é uma mensagem para à nação. É preciso que se cumpra com o discurso do Presidente, porque estamos cansados das promessas dos nossos governantes. Todos os anos o Presidente fala à nação e deixa sempre uma mensagem mas nada se

concretiza, muitos de nos dependemos de pequenos negócios para sobreviver e nunca vimos alguém a solidarizar-se com os comerciantes. Mutiavala Francisco "O Angolano sofre muito e ninguém ajuda" Não sei o que dizer, porque os angolanos sofrem muito e ninguém ajuda ninguém. Esta é mais uma das manobras do Presidente da República porque já ganhou as eleições. Por tudo e por nada, procura sempre qualquer coisa para agradar os angolanos. O Presidente da República disse que temos que nos ajudar todos, mas não é o que acontece, o ministro da Defesa ajuda o do Interior, o do Interior ajuda os seus subordinados e como é que vai haver ajuda entre nós!.. Se os filhos dos dirigentes têm toda riqueza do país, Gelson de Jesus "Se existisse solidariedade todos aplaudiam" Se existisse solidariedade os angolanos recebiam de bom agrado esta mensagem, porque existem muitas famílias em extrema pobreza, principalmente os desmobilizados de guerra que vivem em péssimas condições, os moradores do Zango I que até ao momento vivem em péssimas condições de habitabilidade, ninguém se solidariza com essas famílias há mais de 4 anos como é que o Presidente fala de solidariedade. O governo deveria sim se solidarizar com estas pessoas, dando lhes uma casa condigna, uma vez que nos encontramos numa época chuvosa e muitas famílias clamam por apoio de quem de direito. Anacleto Bernardo Viola "O Presidente deve ditar metas para minimizar os problemas" O Presidente da República ao fazer este tipo de pronunciamento quer que todos os pobres dar o pouco que conseguem com muito sacrifício, quando o verdadeiro sentido da palavra nada se vê. O Presidente deveria apelar para o surgimento de mais empregos, o fim da gasosa e outras práticas que dificultam o acesso ao emprego as jovens. O Chefe do Executivo deveria estabelecer metas para se minimizar os problemas do povo, a pobreza. Em Angola o pobre é que ajuda o pobre igual. Pereira Costa "Povo Angolano está cansado dos seus discursos" Acho esse discurso muito mesquinha, porque o povo angolano está cansado de sofrer, se no seu discurso diz que temos que nos ajudar porque é que não orienta para a população do Rangel, do Cazenga residir no Kilamba, já que muitas casas do referido projecto encontram-se desabitadas, porque que não dá casa aos jovens, porque não têm casa e vivem em casa dos seus pais. O governo deveria solidarizar-se com eles, ajudar as crianças de rua, acabar com a delinquência juvenil, mais escolas e universidades. Josefino Nandava "Mensagem para atraparhar a mente dos Angolanos" No meu ponto de vista esta mensagem vem mais um vez atraparhar a mente dos angolanos, porque isto nunca vai acontecer, todos os anos o Presidente nos seus discurso de fim de ano "inventa" uma novidade para tapar o sol com a peneira, mesmo sabe que as coisa

no país vão mal. Devemos nos ajudar uns aos outros? Nas instituições públicas, nos hospitais, nas escolas, se não dares a gasosa ninguém te presta atenção, os enfermeiros muitas vezes nem sequer sabem lidar com a família do paciente internado ou dar uma informação. Falar de solidariedade em Angola é ainda um bicho de sete-cabeças, ela existe mas isto entre famílias.

I.3 Censo populacional permitirá melhor distribuição da riqueza

Novo Jornal

11 de Janeiro de 2013

O GABINETE CENTRAL de Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) desdobra-se em todo e território nacional para realizar seminários sobre o Censo/2013, tende em vista a capacitação e sensibilização de membros e instituições locais sobre o processo de recenseamento. Nestes seminários, os gabinetes centrais de Recenseamento. Geral da População e Habitação vão transmitir aos participantes todas as informações relacionadas com o processo e a sua importância. De entre os temas que são abordados salienta-se o envolvimento dos governos provinciais e as administrações locais, a estrutura organizativa de Censo, funções, responsabilidades e condições de trabalho para os grupos técnicos provinciais de Censo. Em Angola, o primeiro recenseamento geral da população teve lugar em 1940 e até 1970 realizou-se um censo em cada peneira de dez anos. Na década de 80, tentou-se o primeiro e único recenseamento geral da população de Angola independente e o quinto de toda a sua história. O Recenseamento de 1983/85 limitou-se a uma cobertura parcial de país, correspondente a cerca de 50% da população esperada. A nível da sub-região (SADC), Angola é o único país que não realiza recenseamento da população há 30 anos. No ano passado, o Executivo aprovou um orçamento avaliado em 56 milhões de dólares e o cronograma de actividades. Segundo apurou o Novo Jornal, o projecto de instrumentos de notação elaborado apresenta os seguintes itens: Questionário Individual: onde serão registadas as características Geográficas e de Migração, Demográficas e Sociais, Fertilidade e Mortalidade, Educação, Económicas e de pessoas portadores de deficiência. Questionário de Agregado Familiar: onde serão registadas as características de Agregado familiar. O censo, na opinião dos analistas, permitirá ao Governador programar e distribuir melhor e de forma equitativa os recursos naturais e humanos. O Executivo angolano tem estado a criar todas as condições para que, no ano em curso, o censo geral da população e habitação possa ocorrer em todo e

território nacional. Ângela é dos poucos países africanos em que o Governo assume a 100 por cento os custos de censo, embora considere que toda a ajuda é necessária para que o acto seja abrangente. O Governo começou por criar um pacote jurídico-legal, como a nova lei de sistema estatístico. nº 3/11, a Lei 19/11 sobre o censo, e o Decreto presidencial que define as normas de recenseamento. nº 3/11. O Conselho de Ministros aprovou a criação de Gabinete Central de Censo com a estrutura "ad-hoc" de Instituto Nacional de Estatística, instituição que vai realizar o censo. Estarão distribuídas pelo território nacional cerca de 91 equipas, compostas por quatro recenseadores, um supervisor e igual número de motoristas. Os técnicos que trabalham em cada região foram, na sua maioria, recrutados nas respectivas localidades de trabalho ou em zonas vizinhas e foram submetidos a uma formação. Estão já concluídos nas províncias de Kwanza Norte, Bengo e Huambo, os trabalhos cartográficos, enquanto em fase conclusiva estão os do Zaire, Lunda-Norte e Lunda-Sul, Kwanza-Sul, Cunene, México e Namibe. Já na província de Luanda, foram concluídos os trabalhos nos municípios do Cazenga, Quissama e Cacucaco. Em curso está o de Viana e, posteriormente, seguirão os de Belas e Icolo e Bengo, bem como os distritos urbanos da Samba e Ingombota. A parceria dos organismos das Nações Unidas, no caso do FNUAP, representa uma sustentabilidade dos processos em curso, uma vez que Angola não está de fora da padronização internacional.

I.4 Uma guerra à pobreza

Jornal de Angola
18 de Janeiro de 2013

Acabar com a pobreza é o grande desígnio nacional. Este desígnio foi, aliás, sufragado nas eleições gerais por uma maioria qualificada. Produzir mais riqueza e distribuí-la melhor é um bom ponto de partida. Se o país o conseguir, no final da legislatura milhões de angolanos vão ter mais qualidade de vida, o que se traduz, acima de tudo, no resgate da sua dignidade. Criar mais riqueza só é possível com muito trabalho. Todos somos chamados a dar mais melhor, nos nossos empregos. Assiduidade e produtividade são as metas que cada qual tem de atingir, todos os dias, mês a mês, até final da legislatura. Se todo assumirmos este compromisso, pobreza perde espaço e milhões de angolanos passam a viver com dignidade. Neste percurso é importante a participação de todos sem exclusão. Para ser sério, ninguém pode ficar a dormir. Partidos políticos, igrejas, sociedade civil, cada um individualmente, todo devem ajudar o Estado a combater a pobreza. É um combate motivador e que mobiliza transversalmente qualquer

comunidade. Em sociedades como a nossa, saídas de uma guerra de canhões, o assistencialismo ou a caridade são importantes, mas cada ser humano tem o direito à autonomia em todos os aspectos da sua vida. Os que vivem abaixo do limiar da pobreza só podem recuperar a dignidade através de um emprego remunerado, habitação digna, água potável, energia, cuidados de saúde, educação, lazer, acesso à cultura. Estas são as condições mínimas. Combater a pobreza exige, desde logo, melhor organização das empresas, uma gestão inteligente e equilibrada, investimentos reprodutivos, sobretudo no mundo rural, nas periferias urbanas, onde fazem mais falta, porque é lá que existem as maiores bolsas de pobreza. É nas comunidades rurais e às voltadas cidades que há mais angolanos a viver abaixo do limiar da pobreza e em condições precárias. O Executivo tem feito um esforço notável, desde o fim do conflito armado, para incluir o tecido social milhões de angolanos que vivem nas assimetrias regionais. A desertificação humana está a ser combatida com grande sucesso, através de instrumentos técnicos e financeiros que permitem às comunidades rurais viver do seu trabalho. O crédito agrícola bonificado, o apoio ao escoamento da produção, a criação de uma rede comercial rural, os pesados investimentos nas redes rodoviárias nacionais e locais, mudaram completamente a vida de milhões de famílias angolanas nos últimos dez anos. O apoio à produção é importante para combater a pobreza. A disponibilidade de crédito é fundamental para quem nada tem. A mecanização da agricultura é fundamental. A distribuição de sementes com qualidade e ferramentas de trabalho valem muito nas comunidades em que nada existe. Mas a formação é uma componente essencial. As comunidades rurais precisam de aprender novas técnicas e conhecer novos métodos para arrancarem da terra os produtos que vão garantir a sua subsistência, mas também para produzirem excedentes que lhes garantam algum rendimento. O combate à pobreza passa pela formação técnica e profissional. A saúde é fundamental no combate à pobreza. As regiões mais deprimidas, aquelas onde existem maiores bolsas de pobreza, só podem crescer se existirem sistemas de saúde eficazes: Os doentes não produzem. Quem está mal alimentado rende pouco. As famílias que vivem sem condições de higiene, dificilmente saem da miséria. O combate à pobreza passa obrigatoriamente pelo alargamento dos cuidados de saúde a todas as comunidades, sobretudo às que vivem isoladas e em condições muito precárias. Médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde têm a palavra decisiva no combate à pobreza. Os postos e centros de saúde; os hospitais municipais, provinciais e gerais têm de funcionar pleno. Onde há cuidados de saúde, a pobreza diminui. Comunidades saudáveis produzem

melhor e têm mais recursos. Outra frente fundamental é a Educação. A pobreza é filha da ignorância e da falta de cultura. O valor de um ser humano mede-se pela sua sabedoria. Quem é inculto e sabe pouco, mesmo que tenha muitos bens materiais, é pobre. A riqueza está na sabedoria de cada um. É preciso ter um espírito aberto, porque aprender, é até morrer. Muitos problemas económicos que Angola hoje enfrenta têm origem na ignorância que podiam ser melhor ultrapassados com ajuda dos meios de comunicação social que hoje dispomos. A depilação do recurso: uma consequência da falta de sabedoria por parte de quem tem obrigação de geri-los bem, ao serviço do bem-estar soei 1, do progresso e da felicidade de todos, Cada escola que abre nas aldeias! Mais recônditas é uma grande vitória sobre a pobreza. Cada criança que entra na escola é um agente de combate à pobreza. Durante o próximos anos temos de combater a pobreza levando para os bancos: das escolas milhões de crianças. Mesmo que a qualidade do ensino ainda não tenha atingido o nível desejável, é importante que as crianças e jovens frequentem as escolas de todos os níveis. Quando tivermos milhões de universitários, que não se preocupem apenas com a vaidade e a choradeira, vai nascer uma comunidade científica que garante ao país investigação e desenvolvimento. Só então podemos falar numa derrota completa da pobreza. Enquanto não existir uma massa de investigadores da ciência e da sociedade, Angola será um país com importantes recursos naturais para ser rico, mas que na verdade é pobre.

O combate à pobreza faz-se com mais trabalho mais produção, mais empenho de todos, nas empresas nas fábricas e nos serviços. Também é preciso combater as bolsas de pobreza com saúde, educação, informação e cultura. Por isso para produzir mais riqueza e distribuí-la melhor, temos de aprender mais, ser mais saudáveis, mais empenhados e produtivos. Todos temos de dar muito mais nesta guerra à pobreza, aproveitando também a experiência de outros povos. Se fizermos, vamos ter, de certeza menos compatriotas pobres.

I.5 Cães do MPLA comem melhor que os pobres autóctones Angolanos

Semanário folha 8

19 de Janeiro de 2013

Ao fim de trinta e tal anos no poder, sendo que os últimos 11 anos foram de paz total, o MPLA resolveu inscrever agora nas suas prioridades aquilo que há

muito, muito, tempo deveria ser a prioridade das prioridades: o combate à pobreza. Pobreza, cujo presidente já encontrou do tempo colonial, álias, os seus pais eram pobres e ele cresceu, igualmente, pobre, hoje com a diferença dos seus filhos serem bilionários, sem qualquer justificação, que contrapõe ao facto de, por exemplo, no seu mais recente relatório sobre Angola a economia inteligente Unit referir que o campo petrolífero Plutão, Satumo, Vénus e Marte (PSVM) vai acrescentar 150 mil barris de petróleo diários à produção do país. O regime passa uma esponja sobre o facto de nada ter feito para debelar esta gangrena da pobreza e, agora, propõe-se produzir mais e distribuir melhor. Por outras palavras, fazendo fé no que tem sido o seu tradicional desempenho, vamos ter ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres. Como se não bastasse gozar com a inteligência de quem tem fome, de quem não tem casa, de quem não vive mas apenas sobrevive, o MPLA aponta a meta de no fim da legislatura milhões de angolanos terem mais qualidade de vida. Certos de que nunca serão julgados, os donos do regime acreditam que será possível continuar a enganar o Povo, que é viável mantê-lo acorrentado e resignado. Sempre assim foi e o regime acredita que sempre assim será. Já em 26 de Junho de 2008, o então ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, garantia que o governo do MPLA iria construir ou reconstruir cerca de 1500 pontes e reabilitar mais de 12 mil quilómetros da rede nacional de estradas até 2012. Fazendo contas, de 26 de Junho de 2008 até ao dia 31 de Dezembro de 2012 vão 1650 dias (contando feriados e fins de semana). Dividindo esses dias pelas 1500 pontes teríamos 0,9 pontes por dia. Se dividirmos os tais 12.000 quilómetros de estradas pelos 1650 dias dá uma média de 7,27 quilómetros ao dia. Portanto é simples, a cada dez dias o MPLA deveria apresentar nove (9) novas pontes e 72,7 quilómetros de estradas. Falando em Junho do ano passado no Comité Central do MPLA, José Eduardo dos Santos recuou até às promessas para as eleições de 2008, confortavelmente vencidas (até com os votos dos mortos) pelo MPLA, que obteve cerca de 80% dos votos, considerando que o balanço era positivo, dando como exemplo as "realizações e os empreendimentos inaugurados quase todas as semanas". "O país está de facto a mudar para melhor e há avanços e crescimento em todos os domínios", mas para o MPLA, defendeu, importa que "o desenvolvimento social seja tão dinâmico como tem sido o crescimento económico". José Eduardo dos Santos disse também que "muito ainda está por se fazer", mas mostrou-se convicto da "nova Angola" que está a surgir, "pronta para iniciar uma nova etapa da sua história, na qual todos os nossos esforços estarão voltados para os mais

desfavorecidos, aqueles que mais sofrem porque têm pouco ou quase nada".

I.6 Situação dos serviços básicos analisados em fórum

Janeiro/Fevereiro de 2012

O fórum visou entre questões outras analisar o cumprimento das tarefas dos provedores de serviço básicos ligados a distribuição de energia eléctrica, água e saneamento básico na comuna, respetivamente.

Embora os preletores convidados à dissertarem os temas propostos não apareceram por razões não justificadas, obrigando a coordenação do evento a optar num plano B. Produzir um documento sobre as inquietações inerentes aos temas agendados.

Convidada a proceder o ato de abertura, a Administradora comunal, Madalena Vicente pediu a formulação de inquietações que preocupam as comunidades e de propostas que possam ser apresentadas na reunião com o Governador de Luanda, Bento Bento.

"Produzam boas propostas para serem apresentadas no encontro com o governador provincial, porque ali estarão também os provedores de serviços", sublinhou, depois de se desculpar, pois teria uma reunião na zona 18 para ver questões ligadas aos sinistrados que seriam transferidos para o Zango.

O fórum teve como objetivo a preparação do fórum municipal e provincial, que é um espaço aberto e participativo onde todos, sem distinção partidária ou religiosa, procuram analisar e propor sugestões dos problemas que afligem as comunidades.

Os cerca de 60 participantes, de diversas organizações da sociedade civil, membros das comissões de moradores e entidades tradicionais locais, recomendaram o seguinte:

- Que a Empresa de Águas de Luanda (EPAL) invista seriamente na reparação das condutas que transportam águas aos centros de distribuição;

- Que se façam as canalizações domiciliárias e se reparem as redes de distribuição; - Aumentar os chafarizes "Produzam boas propostas para serem apresentadas no encontro com o governador provincial, porque ali estarão também os provedores de serviços" nas zonas mais carentes onde a população não tem possibilidade de celebrar contratos com a EPAL;

- Que se reforce a fiscalização e coordenação dos chafarizes para cumprirem com o seu objetivo;

- Que se crie um mecanismo aberto e rápido que permita a celebração de contratos para se evitar as puxadas anárquicas nas condutas dos chafarizes;

No que a energia diz respeito, os participantes recomendaram que se construam, o mais rápido possível, mais subestações de energia eléctrica no sentido de se descongestionar a subestação da Cuca;

- Fortificar os mecanismos de fiscalização dos pagamentos;

- A colaboração dos populares nas intervenções dos trabalhos de campo da Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL);

- Que a corrente eléctrica seja permanente e estáveis as 24 horas do dia, excepto quando haver manutenção e que deve ser anunciado na Rádio Cazenga;

- Que a EDEL instalou contadores onde ainda não existem para que a população pague o preço justo dentro do quadro dos direitos dos consumidores; - Acrescentar os contentores de lixo nas zonas urbanizadas e criar postos de reciclagem em todos os quarteirões, para se evitar as escavações que temos vindo a assistir.

- Melhorar ou construir de raiz as redes de esgotos nos bairros e aumentar o número de veículos de recolha de lixo porta á porta.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Imobiliárias nas centralidades

Semanário Económico
03 de Janeiro de 2013

O Governo prepara-se para abrir as vendas e arrendamentos de apartamentos das novas centralidades a imobiliárias privadas, um segmento que até aqui tem estado na gestão da Sonip, ligada à Sonangol. Segundo o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, esta decisão será implementada durante presente mês de Janeiro. No sentido de tornar mais habitadas as centralidades que estão a ser construídas em todo o país, a tutela avança com rendas resolúveis e médias, disse ainda o governante, em declarações à Rádio Nacional de Angola. Esta medida responde à proposta apresentada pelo Presidente da República José Eduardo dos Santos, acrescentou o ministro do Urbanismo e Habitação, que sublinhou existirem condições para acolher mais jovens que procuram uma habitação. "Estamos em condições de dar resposta às preocupações do Presidente da República. Vamos também abrir este segmento para imobiliárias privadas, para o arrendamento dos apartamentos das novas centralidades", disse José Silva. O ministro acredita que avançou que esta decisão vai traduzir-se no aumento da ocupação, fundamentalmente da cidade do Kilamba, em Luanda, que regista um índice de ocupação abaixo dos 50%. Mais habitação A solução da questão habitacional passa pela construção de mais casas e o ministro do Urbanismo e Habitação anunciou que no âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação estão em execução 120 mil casas sociais e 44700 casas de renda média, distribuídas por todas as províncias do país. No seu discurso de fim de ano, José Silva adiantou que está em curso o programa de construção de 200 fogos por cada município do país, perfazendo cerca de 25400 habitações, num programa que deverá estender-se até 2014. O governante admitiu, porém, falhas na implementação destes programas. Considerando positivo o balanço geral, reconheceu "algumas insuficiências que constatamos na sua implementação, ocasionando flagrantes desajustamentos entre os cronogramas físicos e financeiros de algumas empreitadas, assim como a depreciação da qualidade de alguns trabalhos". O ministro do Urbanismo e Habitação defendeu que não se pode ficar indiferente ao desempenho de empresas que de forma negligente encaram os compromissos assumidos com o Estado. Reiterando o compromisso, a nível central e local, de apoiar e promover aqueles que de facto se pretendem

constituir verdadeiros parceiros do Estado, o governante avançou a intenção de encetar um combate cerrado àquelas empresas que demonstram incapacidade de cumprir as suas obrigações contratuais, quanto à qualidade da execução e ao cumprimento dos prazos. Neste sentido, José Silva manifestou a necessidade da contínua qualificação dos recursos humanos a todos os níveis do sector que dirige, bem como dos organismos de tutela. O ministro considerou que a continuação e conclusão do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, o ordenamento do território, a requalificação do meio urbano e rural, a regularização jurídica do património habitacional do Estado, são tarefas e desafios fundamentais do sector, nos próximos tempos, particularmente do Programa de Investimentos Públicos em 2013. De acordo com o governante, os índices atingidos deverão ser substancialmente ampliados se for prestada maior atenção a um segmento do Programa Nacional que considerou fundamental - a auto-construção dirigida, que constitui cerca de 70% do programa. Estiveram presentes na cerimónia os secretários de Estado da Habitação e do Urbanismo, nomeadamente Joaquim Silvestre e Clemente Júnior, directores nacionais, funcionários seniores, entre outros técnicos da instituição.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 As boas e más marés da vida dos pescadores

Jornal de Angola
04 de Janeiro de 2013

O Jornal de Angola conversou com alguns destes valorosos homens do mar, no bairro do Lobito Velho, sobre o dia-a-dia dos pescadores artesanais, para se inteirar das vicissitudes que enfrentam para pôr o peixe em terra, sabendo que muitos deles perecem nessa dura profissão. A partida para o mar alto é feita, em geral, ao fim da tarde, para lá chegarem já noite cerrada. Sem pregar olho, ali pernoitam, expostos às adversidades e no desejo que nada de mal perturbe o trabalho, uma vez que a surgir algum imprevisto não têm modo de pedir ajuda. Após chegarem do mar, o que acontece entre as 5h00 e as 7h00, fazem as vendas, verificam os lucros que obtiveram e repartem-nos entre os membros da equipa. Depois, cada um segue o seu caminho, na certeza do reencontro nesse mesmo dia ao fim da tarde, para mais uma jornada. Durante o período em que estão em terra, reparam as redes quando estão esburacadas, ou preparam a isca e as linhas, se efectua a pesca com anzóis. O resto da manhã é ocupado a resolver os problemas do lar, entre os quais a compra de alimentos ou de outros géneros necessários. Após um breve descanso, há que verificar se está tudo em ordem para o "embarque", conviver um pouco com os parentes e amigos, até que chega a hora da partida. Sob o olhar de familiares e conhecidos, as embarcações afastam-se no mar.

Experiências contadas

António Manuel optou pela profissão de pescador aos 17 anos, seguindo o caminho dos seus antepassados que, durante toda a vida, se dedicaram ao mar. Actualmente na casa dos 50, diz que do mar tem boas e más recordações, e que já passou por várias situações que quase lhe custaram a vida. "Ser pescador não é fácil e não tenho vergonha de dizer que muitos dos meus colegas, para ganharem coragem para ir ao mar, têm de se inspirar, isto é, bebem uma cerveja ou um copo de vinho, que é da praxe", disse. Muitas vezes, acrescentou, "ficamos dois ou três dias perdidos no mar por falta de equipamento próprio para nos orientarmos, principalmente na época das calemas, e os familiares em terra ficam com o coração na mão" e pedem "socorro" aos colegas para os localizar. Francisco

Ambrósio confessa que já salvou muitos colegas de profissão e viu, também, morrer alguns deles em locais onde pouco ou nada podia fazer, por falta de comunicações com terra, pois, como se sabe, "o país ainda não está preparado para socorro em casos do género, ao contrário do que acontece em países mais evoluídos". Muitas vezes, os pescadores têm de mudar a rota habitual quando não há pescado, indo para áreas desconhecidas para não regressarem sem o produto que lhes permite ganhar dinheiro para o sustento das suas famílias, correndo riscos inimagináveis.

Peixeiras sacrificadas

As peixeiras podem ser consideradas mulheres empreendedoras. A maioria delas levanta-se entre as quatro e as cinco da manhã para se dirigirem à praia do Lobito Velho, Cabaia ou do Bebé, na cidade do Lobito e município da Catumbela, à espera das chatas ou traineiras abarrotadas de peixe para venda. Algumas já têm acordos com os proprietários dessas embarcações, sendo elas que se encarregam da recepção do produto pescado e fazem a revenda a outras colegas ou pessoas interessadas. Percorrem várias artérias da cidade com cestos ou banheiras à cabeça e entoam o seu pregão, "peixe, peixe, peixe, olha peixeira, olha peixeira, olha peixeira", que faz com que as donas de casa cheguem até aos portões para comprar. Há épocas em que num ápice comercializam todo o produto em poucas horas e, se necessário, voltam a encher os cestos. Mas também existem aqueles dias em que pouco vendem, sendo obrigadas a levar o restante para a casa, onde o salgam. Maria Madalena, que trabalha há mais de 20 anos como peixeira, confessou tratar-se de uma profissão lucrativa, não obstante as caminhadas que muitas vezes trazem problemas de saúde, como varizes, dores nas pernas e reumatismo. "O sofrimento que nós passamos, só nós é que sabemos, mas como temos filhos, e uma mãe por um filho faz tudo para o ver estudar e crescer com uma vida normal, não temos outra alternativa senão enfrentar essa batalha", referiu. A peixeira Luzia da Conceição não hesita em afirmar que com garra e determinação as mulheres que se dedicam a esta profissão podem dar-se bem na vida, prosperando no negócio, pois, como sabido, o peixe fresco ou seco um produto muito procurado pelo consumo das populações da cidade e do campo. "Felizmente, com o meu negócio pude construir uma casa e consigo sustentar os meus filhos. Com a ajuda do meu marido, conseguem comprar uma carrinha, que serve para levarmos peixe seco para zona mais distantes, onde vendemos sem problemas", assegurou. "Se as coisas continuarem a correr bem e com os créditos bancários que o Executivo está a pôr à disposição para quem de facto

quer trabalhar, já estamos a pensar em adquirir uma loja no interior, para incrementarmos o comércio rural". Com os filhos às costas, expostas ao sol, chuva, ou frio, não abandonam a profissão na esperança de um dia a vida melhorar porque, como diz um velho.

3.2 Venda nas ruas transferida

Jornal de Angola

05 de Janeiro de 2012

Ao falar numa cerimónia de cumprimentos de fim de ano, realizada na comuna da Funda, a administradora do Cacucaco disse que esta pretensão implica a construção de mais mercados municipais, estruturas que vão dar dignidade à tarefa das vendedoras ambulantes. Rosa Dias considerou "subjectivo" o balanço das actividades de 2012, uma vez que muitas obras não foram ainda concluídas, e sublinhou que as propostas do município para o programa de desenvolvimento de combate à pobreza tiveram ressonância no diálogo com as autoridades comunais, tradicionais, comissões de moradores, trabalhadores e líderes religiosos. "Tenho consciência dos grandes desafios que temos pela frente no sentido de dar resposta aos anseios da população", afirmou, referindo que outra prioridade é recuperar as vias secundárias e terciárias ainda degradadas em vários bairros e povoações do município. Ao longo de 2012, foram apresentadas, nas reuniões do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social, várias preocupações. Entre elas, salientou a delinquência juvenil, a insuficiência de escolas, de professores, de unidades sanitárias e de enfermeiros, a par da falta de centros de formação profissional. Além disso, admitiu que a distribuição de água ainda não chega a todas as comunidades. No sector da educação, considerou ter havido "bons resultados", mas devido ao aumento da população do município, há a necessidade de construir mais escolas. No sector da agricultura, segundo a administradora, foi aperfeiçoado o repovoamento animal na zona da Funda, onde têm sido desenvolvidos trabalhos com cooperativas e associações. Rosa Dias disse que vai prosseguir o programa de formação dos camponeses e de criação de pequenas indústrias para a transformação de produtos do campo e a distribuição de equipamento às cooperativas de pesca artesanal.

3.3 Finanças

Agora

05 de Janeiro de 2013

As ordens de saque referentes aos pagamentos às empresas que prestaram vários serviços ao Estado em 2012 estão "penduradas" até nova decisão do Ministério das Finanças e, por isso mesmo, teme-se que o dinheiro venha a cair no "saco" da dívida pública. O Ministro Carlos Lopes, de acordo com várias fontes, teve tempo suficiente para acautelar esta situação, sobretudo despachando os processos em suas mãos para que não transitassem para este ano. O não desbloqueamento das verbas oportunamente, e o prematuro encerramento das contas do exercício anterior, na quarta-feira, 2, dificultará sobremaneira o funcionamento das empresas, algumas das quais na iminência de "emagrecerem" o número de trabalhadores, ou mesmo, abrirem falência. Isto, por si só, é mau para uma economia que precisa cada vez mais de mão-de-obra para catapultá-la a níveis mais elevados.

3.4 ONG defende zungueiras

Agora

12 de Janeiro de 2013

A AJPD e as Mãos Livres condenaram os referidos e auguram que os seus autores sejam responsabilizados. Um documento divulgado pela ONG refere que mesmo que seja para manter a ordem e a tranquilidade na cidade capital, não se pode fazer disso uma oportunidade para violar os direitos mais elementares da pessoa humana espancando e surripando os haveres das comerciantes. "Nós deploramos o que se passa e é importante fazer-se uma investigação profunda sobre essas violações e responsabilizar-se os presumíveis autores" disse um dos responsáveis da ONG mãos Livres que também se associa ao protesto. Freire, presidente das Mãos livres disse que a ONG que lidera estará disposta a ajudar os eventuais ofendidos a levar os casos de espancamento às barras do Tribunal "A partir de agora estaremos em disposição para levar essas pessoas às barras do tribunal" alertou.

3.5 Zungueiras Forçadas a sexo com polícias

Folha 8

12 de Janeiro de 2012

Segundo algumas zungueiras dizem sofrer o assédio sexual quando os agentes de ordem pública e os fiscais recebem as mercadorias por venderem em lugares impróprios. O F8 passou pelas principais vias com maiores fluxos de zungueiras e entrevistou algumas vendedoras, que pedem o anonimato. Com nomes fictícios, Josefa Marquinha, vendedora do São Paulo, vulgo "arreó arreó" afirmou "já ter sofrido o assédio sexual por parte dos agentes de ordem pública e fiscais por apreenderem negócio e não ter dinheiro para dar a famosa gasosa". Ngueve Joaquim, zungueira da Vila de Viana, alega os agentes da fiscalização e da polícia além de lhes maltratar e de se apoderarem do negócio das pobres, entram nas casas do processo (onde guardam negócio), levam o negócio todo. Isto é injusto o que estão a fazer. Disse: "Batem-nos com porretes e em troca da nossa mercadoria somos obrigadas a ter relações sexuais com eles". Já Beatriz Maravilha, vendedora dos Congolenses alega: "Muitos dos fiscais têm preferências na altura de nos darem corrida porque gostam de apanhar aquelas colegas que têm o bumbum grande e às vezes ficamos presas porque não queremos namorar com eles". Para um outro oficial: com este tipo de comportamento, os agentes da ordem pública e fiscais tinham que ser sancionados e presos porque muitas das zungueiras ganham o pão para o sustento dos filhos através da venda que fazem nas ruas da cidade e não é normal um agente da ordem pública e da fiscalização ter este tipo de atitude, porque o assédio sexual é uma forma de agressão e um atentado a dignidade da mulher; violência que atinge particularmente as senhoras. Nestas circunstâncias, esses homens aproveitam-se do estado vulnerável das mulheres, forçadas a defenderem a todo custo seus bens, sob pena de sofrerem danos muito maiores, como pagar créditos com juros avultadíssimos ou ameaças de morte na impossibilidade de honrarem os compromissos.

3.6 Luandenses passam a ter mais mercados

Jornal de Angola

14 de Janeiro de 2013

O director de infra-estruturas e obras públicas de Luanda anunciou para breve a inauguração de três mercados na província, para a venda de peixe, com o

objetivo de melhorar as condições de higiene na Comercialização do pescado.

Segundo Torres Bunga, os mercados estão localizados no Benfica (Mercado do Buraco), Cabo Ledo e Cacuaco, e a sua construção enquadra-se no programa de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A venda de peixe ao longo das praias de Luanda tem sido feita sem condições de higiene, o que facilita a propagação de doenças. «Daí a necessidade da construção destes espaços para garantir segurança alimentar aos cidadãos», referiu.

Segundo o responsável, os recintos estão equipados com bancadas apropriadas para comercialização e corte de pesca, além de água para a limpeza do produto e do local.

A par disso, acrescentou Torre Bunga, foi também construído um mercado de artesanato no município do Cacuaco ao longo da orla litoral daquela circunscrição, para permitir que os artesãos façam o seu trabalho num lugar seguro.

3.7 Ambulantes acatam os apelos das autoridades

Jornal de Angola

18 de Janeiro de 2013

Cresce a cada dia que passa o número de vendedores que decidiram abandonar a zunga e optaram por comercializar os seus produtos no mercado popular do Africampos, no município do Cazenga, em Luanda. A atitude dos vendedores é sinal de que estão a acatar os inúmeros apelos feitos pelas autoridades do Governo da Província de Luanda para a cessação do comércio de rua. Trata-se principalmente das zungueiras que comercializavam os seus produtos nos arredores da Rotunda da Cuca, Arreio, Embondeiro, Tailândia e São Paulo. Rosa Miguel Neto, 36 anos, antiga vendedora do mercado do Arreio, explicou ao Jornal de Angola que decidiu não mais comercializar os seus produtos na via pública em cumprimento do apelo do governador provincial e pelas condições que o mercado do Africampos apresenta. A vendedora disse que o Executivo está a trabalhar na melhoria das condições das vendedoras com a construção de novos mercados em Luanda. "Devido ao apelo do governador Bento Bento e pelo conselho do meu esposo decidi pôr fim à venda na rua", enfatizou Rosa Miguel Neto, lembrando que os cidadãos devem cumprir com as orientações dos governantes Ana da Silva Barroso "Zulmira", outra

vendedora do mercado do Arreio, esclareceu que antecipou a sua entrada no mercado do Africampos para evitar a confusão que vai surgir quando o governo retirar aqueles que insistem em vender na rua "Antecipei a entrada no mercado porque o governo estipulou um prazo para que todos que vendem nas ruas encontrem espaço dentro dos mercados para evitar que sejamos coagidos pelos agentes da fiscalização", disse Ana da Silva Barroso. Pensamento Sofia, de 37 anos, vivamente alegre com o espaço que lhe vai proporcionar uma actividade com mais segurança, confessou que valeu a pena conseguir o lugar mais cedo antes do prazo estipulado terminar. Acrescentou que, com a aquisição do espaço, está em condições de exercer a sua actividade de forma mais segura. "Acabou o período de ser perseguida pelos fiscais e do medo de ser atropelada pelos carros e motorizadas", disse.

Apelo as colegas

Rosa Miguel Neto exortou as antigas companheiras para não insistirem em venderem nas ruas para não estrangular os projectos do governo da província, que está engajado em melhorar as condições de trabalho das vendedoras. Abandonem as ruas do São Paulo, Hoji ya Henda, Embondeiro, Cuca e Tailândia procurem o mercado do Africampos para comercializarem os vossos negócios em de melhores condições", disse. Ana da Silva Barroso aconselhou aquelas pessoas que insistem em vender nos mercados do Arreio, Cuca, Embondeiro e Tailândia a procurarem lugar nos mercados, sob pena de serem retirados de forma coerciva.

Condições perfeitas

o director do mercado do Africampos, Isaquiel João "Pelé", garantiu ao Jornal de Angola que o

mercado está aberto a receber todos aqueles que se mostram dispostos a comercializar os seus produtos naquele espaço. "Temos muitos espaços para albergar novas vendedoras", disse Isaquiel João. Explicou que o mercado garante condições mínimas para o exercício da actividade comercial. Isaquiel João "Pelé" revelou que mercado dispõe de água corrente nas bancadas, câmaras frigoríficas para conservação dos produtos, armazéns para acondicionamento das mercadorias, segurança, uma dependência do Banco Angolano de Investimentos (BAI) para facilitar o depósito de valores por parte das vendedoras. Revelou que o mercado oferece muita segurança aos vendedores e visitantes. "Não há registo de casos de delinquência nem problemas com a higiene", disse o responsável. Isaquiel João "Pelé" garantiu ao Jornal de Angola que as vendedoras que pretendem vender no mercado não pagam absolutamente nada. "Elas

chegam, ocupam os espaços para exercer a sua actividade, sem pagar absolutamente nada", disse o director do mercado que acrescentou que as vendedoras apenas pagam uma taxa diária de cem kwuanza para a limpeza. Acabar com a venda informal é uma das prioridades para o quinquénio 2012/12/017 do Governo da Província, que trabalha no ordenamento da actividade comercial ao longo da via pública com vista a acabar com as vendas ambulantes e colocar os vendedores nos mercados em construção nos diversos municípios.

Venda na rua está no fim

o governador da província de Luanda, Bento Francisco Bento, garantiu que vai disciplinar as zonas urbanas, fazendo com que o comércio ambulante que é feito nas ruas termine. Garantiu que estão a ser construídos vários mercados municipais e populares para albergar essas pessoas. Face a teimosia das vendedoras, governo de Luanda vai, através da fiscalização e da Polícia Nacional, reforçar as acções para desencorajar a venda ambulante de forma a convencê-las a inserem-se nos mercados existentes. No âmbito da melhoria das condições de vida da população e do combate à pobreza, novos mercados populares e municipais estão a nascer nos vários municípios da província de Luanda.

Novos mercados

Para acolher grande parte das vendedoras ambulantes que diariamente vagueiam pelas principais artérias da cidade estão em construção e entram em funcionamento este ano os mercados do Sucupira, Ngangula, Deolinda, Nova Luz, do Sábado, Funda, Kifangondo, Peixe Mundial, Bairros dos Pescadores, Artesanal Salinas e do Hotanganga nos municípios do Cazenga e Cacuaco. O administrador do Cazenga, Nataniel Narciso, referiu que apesar das condições existentes nos novos mercados, ainda há pessoas que insistem em vender nas ruas. O Jornal de Angola constatou que os novos mercados em construção no município do Cazenga têm acauteladas as condições para que os vendedores deixem de comercializarem lugares impróprios, estando a ser equipados com lojas, cozinhas comunitárias e câmaras frigoríficas. E nos mercados já existentes há espaço suficiente para acolher as vendedoras. As vendedoras dos mercados populares do Africampos pede a quem de direito a trabalhar no melhoramento da troço que liga Embondeiro do Kicolo ao entroncamento da Cirnangola para facilitar a frequência de clientes e das novas vendedoras.

Melhoramento das vias

Ana da Silva Barroso "Zulmira" explicou que a principal dificuldade com que se debatem as vendedoras do mercado são as vias de acesso. Segundo, a comerciante o constrangimento começa logo no embondeiro as viaturas tem dificuldades de chegar ao mercado. "Se as autoridades melhorarem o acesso acredito que muitas vendedoras e clientes vão frequentar este mercado", disse Zulmira que reconheceu que no mercado do Africampos estão segura. Rosa Miguel Neto concordou com a opinião da colega e reforçou a ideia das autoridades em melhorar o troço que vai do embondeiro do Kicolo ao desvio da fábrica de cimento "Nova Cirnangola". Rosa Neto afirmou que com o melhoramento desta via muita gente vai preferir ingressar no mercado porque muitos clientes vão optar em comprar os seus produtos com segurança.

3.8 Marginais tiram vida de á moto-taxi

Diário global

18 de Janeiro de 2013

Três (3) condutores de moto-táxi vulgo Cupapata foram barbaramente assassinados com armas de fogo, na tentativa de um assalto nos finais de Dezembro último, prática constante na localidade da conhecida ponte partida adjacente ao bairro Morro de Areia, município de Viana em Luanda, apurou Diário Global. De acordo com as testemunhas "vítimas" os meliantes chegam às paragens disfarçados a passageiros, transportando mochilas nas costas, com promessas de pagar preço acima do previsto. Quando são transportados até certa distancia, apontam armas aos condutores que os obriga a ir nos locais a escolha dos assaltantes onde são recebidos os meios sob sua posse, motorizada, dinheiro e outros haveres. Uns por sorte ou milagre de Deus, são surripiados apenas e postos a solta, já os três jovens, custou-lhes vidas, uma mortes trágica, com disparos no rosto, deixando-os totalmente desfigurados a ponto de quase não serem reconhecidos. Muitos destes assassinos têm entre 18 à 30 anos de idade, praticam suas acções a qualquer hora do dia. Entres estes estão do sexo feminino que com sua sedução conduzem os motoqueiros em mãos dos detractores. Para o fim da lastimável situação com que se debatem os munícipes de Viana, a Polícia Nacional deve redobrar seus mecanismos de assecuramento a fim de contrapor a acções destes malfeitores, aconselhou um anónimo. Isaú Matias, motoqueiro e vítima destes assaltos, disse ter passado um drama já mais vivido "os assaltos aqui acontecem

mais quando está a amanhecer ou escurecer, por vezes a luz do dia, e tem dificultado os nossos trabalhos. E tudo isso acontece sem a intervenção da policia que são avisados': A remoção da esquadra naquela circunscrição é apontada como motivo do aumento dos assaltos.

Assalto frustrado

Um dos meliantes viu sua actuação impedida por um corajoso motoqueiro que arriscadamente desatou em brigas com malfeitor, tendo lhe desarmado a pistola de marca macarófe que transportava na cintura. A nossa reportagem deflagrou a mesma briga entre motoqueiro e meliante que terminou em ferimento, sem a presença de nenhum agente da ordem pública apesar de o mesmo local estar a escassos metros da cadeia central de Viana. outro lado, os passageiros que procuram serviço dos moto-táxi, lamentam a especulação de preços que são feitos por alguns utentes deste transporte, segundo disse, a falta de agentes fiscalização, dá o surgimento destes e outros problemas que aflige a sociedade. Miguel Nicolau lamentou o abano em que estão aqueles seres humanos que vivem entregues a sua sorte.

3.9 Mercado transformado em "clínica" de telemóveis e computadores

Jornal de Angola

18 de Janeiro de 2013

Mercado dos Congolenses, em Luanda, está transformado em centro alternativo de arranjo de telemóveis, computadores e televisores. Diariamente, um número expressivo de pessoas, em vez de recorrer a casas especializadas, desloca-se a este local em busca de soluções para os seus aparelhos avariados. A eficácia, celeridade e o baixo custo dos serviços constituem as principais razões para a afluência ao mercado. Cerca de duas centenas de profissionais estão confinados no interior do mercado, num espaço reservado a este tipo de actividade. Em cada barraca, há no mínimo duas pessoas com funções diferentes. Ou seja, em todos os compartimentos há técnicos para resolver avarias de computadores, telemóveis e televisores, razão pela qual não é necessário andar de posto em posto para solucionar o que está danificado no aparelho, basta entrar no mercado e dirigirmo-nos a qualquer um desses postos.

A sensivelmente 50 metros da entrada dos Congolenses, também existem barracas vocacionadas para os referidos trabalhos, embora em número reduzido, mas a maioria da clientela prefere socorrer-

se dos serviços no interior do mercado. Os técnicos que estão do lado de fora, segundo apurámos, não garantem serviços de qualidade. "Os que têm barracas fora da praça são apenas curiosos, nem sequer têm material suficiente para concertar um computador ou telemóvel, daí a preferência dos mais atentos em contactar os que estão dentro do mercado, que oferecem melhores garantias em termos gerais", sublinha João Carlos, um dos inúmeros cidadãos que saía do interior da praça, visivelmente satisfeito por lhe terem arranjado a avaria no seu telemóvel. Curiosamente, grande parte dos que se dedicam a esta actividade é proveniente do Congo Democrático. Guilé Nsalambi está em Angola há cinco anos e desde então desempenha as funções de técnico de telemóvel. Por dia, concerta mais de seis aparelhos e arrecada sempre uma quantia que lhe garante o sustento do dia. Às vezes, quando concerta avarias complexas, que implicam a reposição de vários acessórios, factura algo significativo que lhe permite, até, fazer alguma poupança. "Às vezes chego a ganhar 20 mil kwanzas num dia, ou até um pouco mais. Mas há dias maus em que só facturo três mil. Estou conformado com estas oscilações do mercado, pois o importante para mim é que todos os dias levo algum dinheiro para casa e consigo adquirir o básico para a subsistência", frisou Guilé Nsalambi, que partilha a barraca com dois compatriotas.

Ao contrário dos oriundos do vizinho Congo Democrático, os profissionais angolanos não se coibiram de falar ao Jornal de Angola. Fábio Palhares, 26 anos, realiza trabalhos de assistência técnica a computadores e telefones há oito anos. De terça-feira a domingo trabalha incessantemente das 9h:00 às 17h:00. Através desta árdua tarefa conseguiu construir a sua casa. "Graças ao trabalho que faço aqui sustento a minha mulher e dois filhos sem grandes sobressaltos. Mas o que me incentiva a prosseguir é o facto de ter conseguido construir a casa onde moro com o dinheiro que ganhei aqui. Pretendo fazer outros investimentos brevemente, para garantir o meu futuro", prognosticou. No meio de tantos artífices descobrimos um veterano nestas andanças Pedro Biavanga é técnico de aparelhos electrónicos e trabalha há 11 anos nos Congolenses. Começou por arranjar apenas telemóveis enguiçados, mas há cerca de quatro anos estendeu a arte a computadores e televisores. Os colegas chamam-lhe "gênio", por dar solução a muitos problemas complexos. É uma espécie de consultor, solicitado sistematicamente pelos companheiros para desvendar "mistérios" de computadores. Biavanga, luandense de 32 anos, é dos que mais factura, pois além de arrecadar verbas da imensa freguesia, também cobra, às vezes, pelo serviço de assessoria que presta a colegas. "Estou nesta vida há pouco mais de 11 anos

e conheço todos os segredos da profissão. Só não ponho a funcionar os aparelhos que me são entregues quando já não têm mais concerto, ou se no mercado não houver peças para substituir as avariadas", garantiu confiante. A fama de "gênio" acabou por estimular a procura dos seus serviços, daí que o seu local de serviço esteja sempre lotado. "Os meus clientes passam sempre a mensagem de que resolvo todo o tipo de avarias e, deste modo, acabo por ter muita obra. Neste momento, tenho muitos aparelhos por concertar. Portanto, primo sempre por despachar as avarias menos complexas, que me consomem pouco mais de uma hora. As complicadas resolvo-as no prazo de dois a três dias", garantiu. O volume de aparelhos que está na sua barraca dá a impressão de que Biavanga é dos que mais arranjos recebe no mercado, pois na sua exígua área de trabalho quase já não há espaço para nada. Inclusive os seus dois ajudantes, que se encarregam das pequenas avarias, não têm muito espaço de manobra porque este está lotado.

3.10 Mercados sem rendimentos Roque Santeiro Deixou órfãos

Semanário folha 8

19 de Janeiro de 2013

Os mercados informais, construídos e equipados para alojar os comerciantes provenientes das praças a céu aberto não permitem rendimento, segundo apontam os negociantes, face ao difícil acesso dos fregueses.

Os fregueses, habituados a se deslocarem em mercados próximos a residências são obrigados a viajarem quilómetros para a aquisição dos produtos que pretendem. Face a esta distância afluem em poucas quantidades, o que leva as comerciantes a abandonarem os luxuosos mercados e integrarem - se em locais impróprios para a revenda dos produtos, pois dizem que estão mais próximos dos clientes, que por sua vez chegam a ser mais rentáveis relativamente aos mercados criados e reabilitados. Tais iniciativas são aplaudidas pelo povo, mas por outro lado, dificultam os negociantes na obtenção de lucros. Por exemplo, o mercado do Panguila abarca 5.376 bancadas, mas destas apenas aproximadamente 1013 estão devidamente ocupadas. Existem, ainda, 144 lojas, estando apenas 21 delas ocupadas, 200 armazéns, 36 câmaras frigoríficas e 48 restaurantes carecendo de ocupação. A transferência do mercado do Roque Santeiro, para o Panguila e outros mercados, provocou o aumento de vendedoras nos diversos mercados informais situados no Km 30, praça do Sabadão, Kicolo e Catimtom. O movimento comercial convida os clientes a aderirem aos locais e aumentam os lucros das comerciantes. A

reportagem do Folha 8 ouviu várias vendedoras e todas foram unânimes em afirmar que estão a vender nos mercados clandestinos e a céu aberto porque o mercado do Panguila e outros ficam muito distantes. Augusta de Oliveira, comerciante do arrêio-arrêio, diz estar consciente do perigo que corre vendendo num local impróprio e onde o movimento de viaturas e motorizadas é constante. "Sei que corro perigo vendendo neste local, mas não existem lugares no mercado do São Paulo, por isso estou a vender aqui para sustentar os meus filhos", concluiu. Madalena da Costa, comerciante, afirmou que antigamente vendia no Roque Santeiro, mas com a transferência para o Panguila, a solução encontrada foi a praça do 30, lugar propício para vender os seus produtos. Martins Cambuingue disse que está cansado com a vida na zungua, mas não sabe como se libertar dela, por falta de emprego ou de um lugar no mercado para vender. A venda de produtos perecíveis à berma da estrada além de não garantir a conservação da qualidade dos mesmos, causa transtornos na circulação de viaturas e peões. Entretanto, fazer compras nos mercados paralelos em Luanda, tem sido para algumas pessoas, uma tristeza, porém são os que oferecem preços mais acessíveis, em relação aos formais.

3.11 Fiscais da administração espancam zungueira e fazem tiros

Diário Global
25 de Janeiro de 2013

Os fiscais atuaram a zungueira quando esta parou para amamentar o seu filho. A vítima explicou que os homens da administração municipal, além de lhe espancarem levaram consigo bens financeiros que ela tinha ganho nesse dia. No ano passado, a administração manifestou a preocupação de ver algumas artérias da cidade em se transformarem em autênticas praças. Desta feita, Leopoldo Muhongo, administrador municipal, manteve um encontro com feirantes e vendedores ambulantes.

O responsável fez saber na altura que a administração encontrou um espaço com melhores condições como alternativa, onde as zungueiras irão desenvolver a actividade com mais tranquilidade, segurança e higiene, face as condições não adequadas na rua que constitui um atentado à saúde pública.

As testemunhas da acção dos fiscais e dos agentes da polícia nacional sobre a zungueira disseram que foi arrepiante e reprovado a todos os níveis a acção «Nós estivemos lá em cima do mercado, tivemos a ver só aqui a minha irmã, estiveram a lhe dar bwé de surra.

Eu disse não essa é minha irmã então vou descer, assim que eu chego lá o fiscal também a lhe bater bué ainda mais». A senhora na tentativa de socorrer a irmã um dos fiscais disse-lhe que a sua irmã tinha que apanhar mesmo porque estava a vender debaixo do mercado um lugar proibido pela administração municipal, assim que tentava falar com os agressores no sentido de negociar a soltura da irmã, um dos agentes policiais sacou uma arma de fogo e fez tiros.

A sociedade benguelense considera esta acção do agente da polícia como abuso de poder «ele valeu-se da farda para fazer das suas» referiu a este jornal um cidadão conhecido apenas por JÓ, tendo referido igualmente que não se justifica os disparos feitos pelo agente da polícia nacional numa altura em que o país está em paz, desde 2002.

A irmã da vítima explicou, por outro lado, á imprensa que assim que se aproximava aos fiscais, um agente policial tentou dar-lhe uma coronhada com a arma, tendo finto a arma embate-se à parede do mercado, daí a agressão sobre a sua irmã se intensificou «nós falámos vocês não podem fazer isso.

Como já levaram a roupa dela, deixa só já ela, começaram mesmo a insistir em lhe bater», ela conta que as pessoas que passavam pelo mercado Heróis de Moncada, tentaram negociar com os policiais e fiscais, pelo que estes porém, não queriam saber dos lamentos vindo das pessoas e mesmo assim continuaram com a «barbaridade» sobre a zungueira «essas são ordens que nos deram» respondiam os fiscais às pessoas que tentavam intervir a favor da vítima.

Uma outra testemunha que não quis ser identificado disse «isso é uma imoralidade. Os fiscais não têm moral são uns desumanos, eles deviam ser humanos isso não se pode, será que eles não têm família? E o mais agravante é que a senhora está concebida, eles não tinham o direito de bater e arrastar a senhora.

E o mais agravante é que a senhora está concebida e eles deixaram a senhora mais de 30 minutos estendida no chão. Há tempos também agrediram um deficiente aqui mesmo» denunciou. A direcção da família e promoção, já está no encalço dos acontecimentos e defende a responsabilização dos autores.

O que mais preocupa a àquela direcção, é o facto de a senhora estar em estado de gestação «condenámos a acção dos fiscais, porque não é batendo que se resolve os problemas que a sociedade atravessa. É pela primeira vez, que registamos esse caso e tal como expliquei o caso já está encaminhado aos

órgãos competentes» referiu uma responsável em entrevista a uma das rádios local.

Já a vítima da agressão grávida de 5 meses, Adriana Gina Simão, de 26 anos, disse que neste momento está a passar por muitas dores e pede encarecidamente que sejam devolvidos os seus produtos que foram levados pelos fiscais.

Ela relata que foi encontrada pelos fiscais debaixo do mercado quando dava assistência medicamentosa ao seu bebé do colo «quando vieram não dei conta, agora começaram a me puxar esse puxa aí esse puxa aí começaram a me bater me dar bué de bicos: do peito das costas puxar no cabelo, começaram a dar tiros.

Me deram com purete na mão. Tinha dois polícias que eu recorde que me puxou no cabelo, tirou a bota dele e começou a me bater no peito» e no dia seguinte começou a tossir sangue e sentiu fortes dores no peito na sequência das fortes pancadaria que recebera.

Todavia, garante que o seu bebé está bem e não sofreu dano nenhum da agressão. Sobre o caso a Administração municipal criou uma comissão de inquérito, coordenada pela administradora adjunta Maria José Garcia, pelo comandante municipal Bravante Kundy e outros membros daquela instituição do Estado.

3.12 Zona das Gajajeiras está imprópria para consumo

Jornal de Angola
26 de Janeiro de 2012

Da boca dos comerciantes saem os apelos ao negócio. No chão molhado pelo fluxo dos esgotos, uma bancada improvisada oferece aos clientes vários produtos a preços imbatíveis. Compradores e vendedores não se preocupam com o lixo.

O mau cheiro tornou-se um hábito e passa despercebido aos que têm naquele lugar o seu ganha-pão. "Estamos habituados ao cheiro", diz Cristina Capita, 22 anos. "Esta água é da drenagem da Rua Soba Mandume e das casas aqui ao lado", explica a vendedora.

Roupas, calçado, utensílios domésticos e alimentos são comercializados entre as águas residuais e o lixo. Branca Inácio é vendedora de frescos. Um amontoado de lixo serve de suporte à sua bancada improvisada de lata e papelão. Os frangos que comercializa são adquiridos nos armazéns e posteriormente despachados a retalho.

Ali, os cuidados de higiene nem sempre são levados em consideração. "Todas as manhãs há limpeza da zona, mas ainda assim o lixo e água são demais", desabafou. Mário de Oliveira Pascoal nasceu na Rua da Gajajeira há mais de 20 anos.

Na sua memória ainda está a rua com bom aspecto. Com o andar do tempo surgiram os vendedores ambulantes e logo depois abriram novos armazéns. Os amontoados de lixo são produzidos pelos vendedores ambulantes e clientes.

As águas residuais invadiram a zona, devido ao assoreamento do saneamento básico e das valas de drenagem nas ruas vizinhas. "Este líquido escuro vem da Rua Senado da Câmara. É uma mistura de água das chuvas e dos esgotos residenciais", afirma Mário de Oliveira Pascoal.

A zona da Gajajeira está sem energia há sete meses. Há noite a delinquência aumenta. Os fiscais tentam pôr ordem na venda ambulante, mas sem sucesso. A circulação automóvel na zona da Gajajeira é feita com muita precaução. Os que dominam a área arriscam em transitar nas condições em que se encontra, mas há quem prefira nem tentar.

Além da lama e lixo, as ruas estão cheias de vendedores, mesmo nas faixas de rodagem. Algumas foram cortadas ao trânsito, com betão. Joaquim Bambi é taxista há dez anos. A tarifa do alugar do seu táxi depende muito da área para a qual o cliente quer ser transportado: "aqui só alugo o táxi a quem queira levar mercadoria", disse.

Brito Feliciano também é taxista na zona da Gajajeira e considera a actividade dura: "aqui a vida é dura mesmo e o negócio não é muito rentável, mas dá para o sustento da família". Em 2009, algumas lojas da Gajajeira foram encerradas para reabilitação da via.

A paralisação levou dez meses e tudo ficou bem. Dois anos depois o cenário voltou. Lixo, água suja, lama e vendedores por todo o lado. Agostinho Francisco Alfredo, presidente do conselho de administração, da Aliança Comercial e Empresarial de Luanda, (ACEL), considerou a actividade desenvolvida pelas zungueiras na zona da Gajajeira como "um caso de polícia e da responsabilidade da Administração do Distrito do Rangel".

O responsável pela associação, que regista 180 comerciantes do perímetro da Gajajeira, garantiu que a situação do lixo no local está controlada, com a intervenção diária da brigada de limpeza criada para o efeito: "já tivemos mais lixo quando fomos invadidos pelas zungueiras, mas atualmente contamos com 50 homens que trabalham diariamente na limpeza das

ruas e passeios". Questionado sobre a proveniência do lixo, Agostinho Alfredo disse: "os comerciantes da Gajageira, apenas, produzem lixo em caixotes de papelão que são recolhidos no final do expediente, diariamente, pela brigada. O lixo é produzido pelos moradores e pelas zungueiras".

Quanto às águas estagnadas disse que a situação "resulta das obras que estão a ser efectuadas na Rua do Ngola Kiluanji, cujas drenagens foram fechadas e sempre que chove as águas residuais ficam estagnadas. Enquanto durarem as obras temos de conviver com esta situação".

A Aliança Comercial e Empresarial de Luanda existe para ser um espaço de solidariedade e cooperação entre os associados. A maior preocupação dos comerciantes, referiu, é acabar com as zungueiras no perímetro comercial da Gajageira: "felizmente temos tido o apoio da Polícia Nacional que procura diminuir o acesso de zungueiras à zona".

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 O Plano de Caixa cobre atraso do OGE/2013

Semanário Económico
03 Janeiro de 2013

Por força da Lei quadro do Orçamento Geral do Estado (OGE) que determina a sua aprovação a 15 de Fevereiro, o Conselho de Ministros aprovou na quinta-feira, 27 de Dezembro, o 'Plano de Caixa' (PC) do mês de Janeiro de 2013, que integra receitas na ordem dos 298,9 mil milhões de Kwanzas e despesas no valor de 192 mil e 570 milhões de Kwanzas. De acordo com o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, que deu a conhecer a imprensa no termo da 1ª sessão extraordinária da referida comissão, o instrumento vai garantir a execução regular do orçamento em todas as suas categorias de despesas durante o mês de Janeiro do próximo ano. "Não haverá problemas de execução orçamental para todas as categorias de despesas, não haverá qualquer tipo de constrangimentos em termos de execução de despesas", garantiu o governante, acrescentando que no cômputo geral da despesa constante do PC, a componente de vencimentos dos funcionários públicos absorve 43 por cento. Carlos Lopes lembrou que a Lei-quadro do OGE foi alterada recentemente, para conter uma disposição que regule a forma como o orçamento é aprovado em anos eleitorais. O responsável disse que a modificação visou também regular matérias sobre a necessidade de se reconduzir os planos de caixa dos meses de Janeiro e Fevereiro do ano seguinte, em função dos duodécimos reportados ao orçamento do ano que antecede. O Parlamento angolano aprovou em Agosto último, por unanimidade, o projecto de Lei de alteração à Lei - Quadro do Orçamento Geral do Estado, como forma de assegurar o regular funcionamento da preparação e aprovação do OGE, para o ano subsequente às eleições. Na altura, a deputada Ruth Mendes, da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, explicou que a alteração permitiria que em todos os anos que houvesse eleições, o Projecto de Lei do Orçamento Geral do Estado fosse apresentado até 15 de Dezembro e a votação, pelo Parlamento, até 15 de Fevereiro. O Conselho de Ministros aprovou na mesa sessão o Plano Nacional de desenvolvimento (PND) trienal, que visa a inserção da juventude na vida activa do país, a unidade nacional, a melhoria da qualidade de

vida das populações, a melhoria do desempenho do sector empresarial público e o contínuo desenvolvimento do sector privado. Outro compromisso assumido pelo Executivo no PND tem a ver com boas práticas de gestão fiscal, de modo a manter a estabilidade e o crescimento sustentável da economia prevendo a afectação ao sector social de cerca de um terço dos recursos disponíveis. "Com a finalidade de se aperfeiçoar o processo de contratação pública e aumentar o rigor nos procedimentos a observar pelas entidades públicas contratantes, o Conselho de Ministros apreciou uma proposta de Lei de alteração da Lei nº 20/10, de 7 de Setembro (da Contratação Pública), a ser remetida à Assembleia Nacional", lê-se no comunicado. O Executivo assume também a responsabilidade de redefinir as competências para a nomeação das comissões de avaliação e instituir um modelo administrativo de constituição e designação de serviços técnicos especializa dos em procedimentos de contratação pública, entidades que apoiarão o processo de contratação em todos os níveis. O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes afirmou que a ampliação das infra-estruturas económicas e sociais consta das prioridades, por serem o suporte para o aumento da produção, de modo a aumentar o emprego e o bem-estar das populações.

4.2 Primeiras casas ficam prontas no próximo mês

Jornal de Angola
03 de Janeiro

As obras das primeiras 60 das 500 casas sociais, no bairro "Sagrada Esperança", na Lunda-Sul, destinadas a trabalhadores da sociedade Mineira de Catoca (SMC) estão concluídas em Fevereiro, anunciou o coordenador do projecto. Flávio Fernandes, que fez o anúncio ao apresentar a maquete do projecto aos responsáveis da Endiama e aos empregados de Catoca, disse que o projecto, orçado em cerca de 25 mil milhões de kwanzas e financiado pela Catoca e pela Endiama, tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida de trabalhadores mineiros.

O arquiteto da obra, José Correia, afirmou que o projecto, que contempla a construção de 4.500 casas T2 e T3, quatro mil das quais para não trabalhadores da Sociedade Mineira de Catoca, prevê a instalação de um conjunto de equipamentos sociais, como hospital, pólo universitário, museu, espaço para atividades artesanais, pequenos cafés, centro cívico e "Saneamento básico.

O presidente do Conselho de Administração da Endiama, Carlos Sumbula, que visitou a futura vila, disse que o projecto decorre dentro da programação feita há dois anos e que ações do género serão extensivas a outras localidades.

4.3 O a-propósito do OGE

Folha 8

05 de Janeiro de 2013

Os arautos do Futungo continuam a embandeirar em arco a propósito do crescimento económico de Angola, e cada vez mais de resto, após a apresentação das linhas mestras do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2013. Facto marcante e, se não estivéssemos onde e com quem estamos altamente encorajador, é o montante que será consagrado ao sector social, com uma data de projectos augurando céus azuis para o povo. O menos que se possa dizer é que até calha bem, pois urge tirar a imagem do Executivo angolano do lamaçal em que se encontra. E que, segundo um dos últimos relatórios internacionais sobre o estado na nossa Nação, Angola, entrementes é: 161 a sobre 179 na liberdade económica; é 168a entre 178 na transparência é 138 entre 139 na competitividade; 168a entre 178 na liberdade monetária; 13Sa entre 178 na liberdade financeira; 138a entre 178 em gastos do governo; 13Sa entre 178 em liberdade de investimento; 167a entre 178 em direitos de propriedade; 170a entre 178 em corrupção; 155a entre 178 em liberdade de trabalho; 41 a entre 178 em liberdade fiscal; 132a entre 178 em liberdade financeira. Vamos a isso, mãos à obra, vamos limpar a nossa imagem

4.4 OGE cede 1/3 para sector social

Folha 8

05 de Janeiro de 2013

O Orçamento Geral do Estado de 2013, visa acentuar nos objectivos macroeconómicos, de modo, a alavancar os sectores com maior défice na gestão do Governo. Portanto, o Estado como principal percussor da gestão pública tenta de todas as formas recuperar significativamente os mesmos. Neste âmbito, o governo ambiciona baixar consideravelmente, o elevado índice de desemprego, o nível inflacionário de premostrar uma mudança na gestão e cumprimento de metas a curto prazo. Facto que não conseguiu em 2012, veremos 2013, argumenta-se. Na mesma senda, é de lembrar ainda, que esta aposta no sector social representa um acréscimo de aproximadamente 50 por cento em relação ao ano de 2012 e destina - se a Saúde,

Educação, Ensino de Base e Superior, sem deixar de citar a Habitação à Protecção Social. O Orçamento Geral do Estado de 2012 previa maior prossecução das despesas de investimento em estradas, energias, saneamento e águas como prioridade. Haver da verdade estes programas continuam em andamento "devagarzinho" ate a possível conclusão, comenta -se. Por outro lado, o orçamento estimado para este ano é de 6.635,5 mil milhões de Kwanzas, segundo afirma o Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, na Cerimonia de cumprimentos de fim de ano, na Capital do País. É de realçar também que a magnitude deste montante é superior ao OGE de 2012 que estava fixado em quatro trilhões, 501 biliões, 106 milhões, 290500 Kwanzas.

4.5 OGE tem recursos para antigos militares

Jornal de Angola

05 de Janeiro de 2013

O Orçamento Geral do Estado para 2013 prevê mais recursos financeiros para apoiar antigos combatentes e veteranos da pátria e ações para melhorar as suas condições sociais, incluindo das famílias dos já falecidos, disse ontem o governador de Benguela em exercício. Agostinho Felizardo, que falava à imprensa, referiu que a criação de um Ministério para tratar de questões ligadas aos antigos combatentes e veteranos da pátria reflecte a importância que o Executivo confere a esta franja da sociedade. O antigo combatente, recordou, ainda enfrenta dificuldades de reintegração no processo produtivo normal, apesar da atenção especial por parte do Estado. O governador em exercício salientou a importância de haver um maior contributo da sociedade: "Todas as organizações da sociedade devem ter essa intervenção como tarefa prioritária, principalmente no plano da moralização".

4.6 A execução do orçamento respeita a regra da transparência

Jornal de economia e finanças

08 de Janeiro de 2013

Uma previsão bastante tendenciosa e irrealista prejudica a eficácia e eficiência do planeamento podendo comprometer os níveis de orientação e o rigor que deve caracterizar este documento

JORNAL DE ECONOMIA & FINANÇAS (JE) - O que é o Orçamento Geral do Estado (OGE)? NSINGUI MALONGUI (NM)- A Constituição da República no seu Artigo 1042 define que o

Orçamento Geral do Estado constitui o plano financeiro anual ou plurianual consolidado do Estado e deve reflectir os objectivos, as metas, e as acções contidos nos instrumentos de planeamento nacional. O Orçamento Geral do Estado é unitário, estima o nível de receitas a obter e fixa os limites de despesas autorizadas, em cada ano fiscal, para todos os serviços, institutos públicos, fundos autónomos e segurança social, bem como para as autarquias locais e deve ser elaborado de modo a que todas as despesas nele previstas estejam financiadas. A lei define as regras da elaboração, apresentação, adopção, execução, fiscalização e controlo do Orçamento Geral do Estado. A execução do Orçamento Geral do Estado obedece ao princípio da transparência e da boa governação e é fiscalizada pela Assembleia Nacional e pelo Tribunal de Contas, em condições definidas por lei. De um modo geral, definimos Orçamento Geral do Estado como um instrumento programático aprovado por lei onde são reagrupadas a previsão do conjunto de receitas e despesas anuais a efectuar, de acordo com os princípios de unidade, universalidade, anualidade e publicidade. O orçamento estima as receitas a arrecadar e fixa os limites das despesas a realizar.

JE - Quais são as funções do OGE? NM - O Orçamento Geral do Estado cumpre três conjuntos de funções, designadamente:

1 - Económicas: ligadas à racionalidade, à eficiência e à transparência no que respeita ao fenómeno económico, para permitir uma melhor gestão aos dinheiros públicos e, por conseguinte, a estabilização da conjuntura económica; .

2 - Políticas: inerentes à garantia do respeito dos direitos fundamentais dos cidadãos, à garantia do equilíbrio e separação de poderes, bem como dos contribuintes em especial;

3 - Jurídicas: ligadas à salvaguarda concreta dos direitos subjectivos dos cidadãos, por intermédio de normas que permitam concretizar as funções de garantia que o orçamento pretende prosseguir.

JE - Que passos se destacam no 'processo de preparação do OGE até à sua aprovação?

NM - A preparação orçamental é da competência do poder executivo. A preparação ao orçamento tem início com a divulgação das instruções para a sua elaboração pelo Presidente da República. A proposta orçamental observa dois (2) níveis de consolidação:

1 - Sob a responsabilidade dos órgãos do Executivo e governos provinciais, que consolidam as propostas

preliminares elaboradas pelas unidades orçamentais e órgãos dependentes a elas subordinadas.

2 - A cargo do órgão central, responsável pelo Orçamento Geral do Estado, que consolida as propostas parciais dos órgãos do Executivo e governos provinciais. As propostas dos órgãos de soberania que integram o OGE devem ser discutidas entre o titular do órgão e o poder executivo, até ao dia 15 de Setembro.

PROPOSTA ORÇAMENTAL

O órgão central responsável pelo OGE, Ministério das Finanças (Direcção Nacional do Orçamento), consolida as propostas apresentadas pelas unidades orçamentais e procede a uma avaliação preliminar. Após esta avaliação, a proposta consolidada é remetida ao Presidente da República até ao dia 31 de Agosto. O Presidente da República, por sua vez, remete à Assembleia Nacional, a proposta final do OGE, relativa ao exercício subsequente, até ao dia 31 de Outubro. A remissão da proposta do OGE à Assembleia Nacional é acompanhada por um relatório do Presidente da República sobre as grandes linhas que a sustentam.

VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO

A Assembleia Nacional deve votar a proposta de Lei Orçamental, até dia 15 de Dezembro. Se a Assembleia Nacional não votar ou, tendo votado, não aprovar a proposta de orçamento, reconduz-se o orçamento do ano anterior, até à sua aprovação final, vigorando as regras duodecimais sobre a gestão orçamental até à aprovação da nova proposta. A rejeição da proposta orçamental é comunicada ao Presidente da República com nota explicativa das suas razões, bem como das propostas alternativas ou de emendas às opções de política económica e ao OGE, até ao dia 20 de Dezembro. A nova proposta orçamental deve ser remetida à Assembleia Nacional até ao dia 10 de Janeiro do ano a que se refere o orçamento. Um outro problema que se coloca, mas de difícil acontecimento, é a eventualidade de a nova proposta ser rejeitada. Para este caso, uma nova rejeição implica a submissão das duas ou mais propostas à votação na mesma sessão parlamentar. Durante o período de recondução do orçamento do ano anterior: a) Mantém-se a autorização para cobrança das receitas nele previstas; b) É prorrogada a autorização referente aos regimes das receitas que se destinavam apenas a vigorar até ao final do referido ano. E, quando for aprovado o novo orçamento, este deve integrar a parte do orçamento do ano anterior que tenha sido executada até a cessação do regime transitório.

JE - O que se designa por regras orçamentais? NM - Na preparação do Orçamento Geral do Estado devem-se respeitar vários princípios e regras, comumente designados por regras orçamentais. Têm como objectivo tomar o orçamento claro, simples e verdadeiro, de forma a garantir que as funções económica, política e jurídica do orçamento não sofram desvios. Passamos a descrever as regras orçamentais:

1 - Regra da anualidade: qualquer orçamento tem um ano de vigência, e, por conseguinte, uma execução orçamental. É importante referir que o respeito pela anualidade não impede que se escrevam em cada orçamento as despesas anuais de projectos e programas plurianuais. Esta regra aparece no ordenamento jurídico angolano, nos termos do qual "o orçamento é anual, coincidindo o ano económico com o ano civil".

2 - Regra da equidade: tem como finalidade garantir que os recursos sejam gastos considerando a necessidade de não oneração das gerações' futuras, especialmente no que concerne aos encargos cujo benefício se reverta apenas para as gerações presentes. Deve, pois, existir equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações.

3 - Regra da publicidade o Executivo deverá assegurar a publicação de todos os documentos que se revelem necessários para assegurar a adequada divulgação e transparência do Orçamento de Estado e da sua execução.

4 - Regra da plenitude orça- mental (regra da unidade e da universalidade). Um só orçamento e tudo no orçamento. Em cada ano, o Estado deve elaborar apenas um orçamento (unidade) onde todas as receitas e despesas são inscritas (universalidade), compreendendo todas as receitas e despesas de todos os fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos financiadas maioritariamente pelos poderes públicos e a segurança social. Deste modo, procurando evitar-se a proliferação de contas, o que está em causa é uma preocupação essencial de racionalidade. Este princípio é de uma significativa importância, a vez que só desse modo e possível haver uma visão de conjunto, o rigor e a disciplina na tesouraria do Estado e a utilização coerente e eficaz dos instrumentos de política económica e financeira.

5 - Regra da não consignação: todas as receitas devem servir para cobrir todas as despesas, não se pode afectar o produto de quaisquer receitas à cobertura de determinadas despesas. Se pretende, deste modo, que a totalidade das receitas públicas seja destinada à generalidade das despesas.

6 - Regra da especificação: orçamento deve especificar as receitas e despesas segundo a respectiva classificação orgânica, económica e funcional, de modo a impedir a existência de dotações e fundos secretos, podendo ainda ser estruturado por programas. Quando haja razões excepcionais de modo a garantir a segurança nacional poderão ser definidos regimes especiais, autorizados pela Assembleia Nacional, sob proposta do Executivo.

7 - Regra do orçamento bruto: no orçamento bruto todas as receitas e despesas devem ser inscritas no orçamento pela importância ou valor integral em que foram avaliadas. Ou seja, as receitas e as despesas devem ser inscritas no orçamento de forma bruta, e não líquida ..

O orçamento bruto permite uma maior clareza, veracidade e racionalidade económica. Se as receitas e as despesas fossem inscritas pelo seu valor líquido não se saberia qual o seu montante exacto nem se estaria a respeitar a regra da universalidade, que prevê a inclusão no orçamento de todas as despesas e de todas as receitas. Todas as receitas são previstas pela importância integral em que forem avaliadas.

8 - Equilíbrio orçamental: orçamento Geral do Estado deve ser elaborado de modo que para que as receitas previstas cubram na realidade as despesas previstas. As despesas correntes não devem em caso algum ultrapassar as receitas. Quando a conjuntura do período, a que se refere orçamento, não permitir o equilíbrio do orçamento corrente, o poder executivo ou a autarquia financia o respectivo défice

JE - O que ocorre quando as receitas previstas não cobrem as despesas? NM - Quando as receitas previstas não cobrem as despesas, ocorre um défice orçamental. O Executivo deve determinar como será o financiamento ou o pagamento destas despesas públicas. JE - Que implicações têm as eventuais correcções ou reforços às previsões orçamentais?

NM - O processo orçamental envolve Um conjunto de previsões específicas, directamente relacionado com a natureza do processo em si. Assim sendo, ao iniciar o processo orçamental, o Governo deve dispor de uma previsão macroeconómica de base que abarque a evolução da económica e de um conjunto de variáveis orçamentais. As previsões orçamentais tendenciosas e irrealistas podem prejudicar consideravelmente a eficácia e eficiência do planeamento orçamental e, conseqüentemente, comprometer o respeito da disciplina orçamental.

JE - Qual o enquadramento do Plano de Caixa no âmbito da gestão pública?

NM - A Lei-quadro do Orçamento Geral do Estado foi recentemente alterada para conter uma disposição que deve regular a Forma como o orçamento em anos eleitorais é aprovado e também regular matérias sobre a necessidade de se reconduzir os planos de caixa dos meses de Janeiro e Fevereiro do ano seguinte, em função dos duodécimos reportados ao orçamento do ano que antecede, culminando com a aprovação do plano de caixa para o mês de Janeiro de 2013. Para a realização da gestão pública, o plano de caixa integra receitas na ordem dos 298,9 mil milhões de kwanzas e despesas de 192 mil 570 milhões.

JE - Que finalidade visa a adopção deste mecanismo pelo Executivo?

NM - A adopção deste mecanismo por parte do Executivo tem como finalidade garantir a execução financeira para 2013.

JE - Que diferença existe entre um Plano de Caixa e um Orçamento Geral de Estado?

NM - Plano de caixa é um instrumento de gestão para execução financeira .na ausência do Orçamento Geral do Estado, de forma temporária e determinado por lei . O orçamento também é um instrumento programático aprovado por lei que prevê as receitas e despesas anuais a efectuar e a gestão dos recursos públicos, cuja elaboração ou concepção assenta nos princípios de unidade, universalidade, anualidade e 'publicidade e a sua execução orçamental é anual.

JE - Sendo o plano de caixa um fundo de gestão corrente dos compromissos do Estado, ele permite realizar todas as despesas?

NM - De acordo com os números apresentados, estamos diante de um plano de caixa superavitário que na ausência do Orçamento Ge- ral do Estado de 2013, garante o pagamento das despesas com bens e serviços, ordenados da função pública e o serviço da dívida. Em suma, o plano de caixa permitirá o Estado honrar os seus compromissos financeiros.

4.7 Distribuição de benefício

Jornal de economia e finanças
08 de Janeiro de 2013

Os Estados definem, regra geral, um macro plano que pode aqui ser entendido como o seu Plano Nacional de Desenvolvimento. Através deste documento, as principais linhas com que se (re)definem as estratégias de governação têm o asseguramento financeiro para a sua concretização. Será no âmbito do respectivo Plano Nacional de Desenvolvimento que se vai orientar o Orçamento

Geral do Estado (OGE), que, tal como definido, constitui-se no plano financeiro anual ou plurianual consolidado do Estado que deve reflectir os objectivos, as metas e as acções contidos nos instrumentos de planeamento nacional. De um modo geral, o OGE deve ser encarado como um instrumento programático aprovado por lei onde são reagrupadas a previsão de receitas e as despesas anuais a efectuar, de acordo com os princípios de unidade, universalidade, anualidade e publicidade. Na preparação do OGE, devem ser respeitados outros princípios e regras orçamentais, que visam tornar o orçamento claro, simples e verdadeiro, de forma a garantir que as funções económicas, política e jurídica não sofram desvios. Sob outra perspectiva, pode-se afirmar que Q Orçamento Geral do Estado (CX;;E) é uma previsão das receitas e despesas anuais do Estado, que engloba o montante e a discriminação das despesas a efectuar, bem como a forma de as cobrir ...Inclui ainda a autorização concedida à administração financeira para cobrar receitas e realizar despesas. E ainda neste mesmo âmbito de intenções e realizações das principais metas da governação que deve ser entendida a importância do OGE, pois que os vários planos ou projectos de âmbito local ou mesmo nacional dependem da previsão feita inicialmente e do seu grau de execução prática. Sabe-se que os orçamentos cumprem, normalmente, um conjunto de três funções, designadamente económica, política e jurídica. Económica, porque a sua racionalidade permite uma melhor gestão dos dinheiros públicos. Política, porque garante os direitos fundamentais dos cidadãos, ao impedir que sejam tributados sem autorização dos seus legítimos representantes, ao passo que a função jurídica aponta para as normas que permitem concretizar as funções de garantia que o orçamento pretende prosseguir. Neste momento, o país está a preparar-se para aprovar o seu orçamento de' 2013, uma vez que o ano está no seu começo. Tal é a importância do documento que desde o Executivo, que o propõe à Assembleia Nacional, que o ractifica, existe um sério compromisso de permitir que o OGE possa reflectir-se no actual processo de desenvolvimento que Angola encara, combinando com a consolidação do processo de crescimento económico, que todos os anos vem dando mostras positivas. A execução do OGE obedece ao princípio da transparência e da boa governação e é fiscalizada pela Assembleia Nacional e pelo Tribunal de Contas, em condições definidas por lei.

4.8 Líder parlamentar reúne deputados

Jornal de Angola
08 de Janeiro de 2013

O Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, reúne amanhã com os líderes das bancadas parlamentares para, entre outros assuntos, agendar a terceira reunião plenária ordinária. Esta é primeira sessão dos deputados, após o interregno registado em Dezembro, por ocasião das festas de Natal e de Ano Novo. Ontem mesmo, Fernando da Piedade Dias dos Santos reuniu-se com os presidentes das Comissões de Trabalho Especializadas e do Grupo de Mulheres Parlamentares da Assembleia Nacional para prepararem a terceira reunião plenária. O encontro discutiu unicamente a preparação da sessão plenária para a apreciação e aprovação, na generalidade da proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2013. A proposta de Orçamento Geral do Estado, que prevê receitas e despesas na ordem de 6,6 triliões de kwanzas, foi oficialmente entregue pelo Executivo à Assembleia Nacional em 14 de Dezembro. O documento foi entregue pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa, ao Presidente da Assembleia Nacional, na presença dos ministros dos Assuntos Parlamentares, Rosa Micoló, e das Finanças, Carlos Alberto Lopes. Na altura, o ministro das Finanças disse prever que as reservas internacionais líquidas do país venham a ter um peso relativo de cerca de 32 por cento do PIE e que a taxa de câmbio seja flutuante, mas estável e em média situar-se à volta dos 96 kwanzas por dólar. Na despesa total o Estado, a prioridade vai para o sector social, com 33,5 por cento.

4.9 Orçamento assegura eficácia económica

Jornal de economia e finanças
08 de Janeiro de 2013

A garantia de condições efectivas busca a promoção da estabilidade nacional que deve ser combinada com o controlo dos principais indicadores económico. A garantia de condições que assegurem a estabilidade, a eficácia e a eficiência da economia nacional deve passar em 2013 pelo controlo efectivo dos ruéis de inflação, da estabilidade cambial e da regulação do sector financeiro. Estas premissas, tidas por fundamentais, são, de igual modo, os principais pilares em que se assenta a proposta de Orçamento Geral de Estado (OGE) deste ano, o qual se

dispõe a incentivar o aumento do emprego e do rendimento dos cidadãos e promover um desenvolvimento nacional equilibrado. É por via do orçamento, que os Estados procuram garantir também a estabilidade e a segurança nacional, o desenvolvimento sócio económico e a valorização dos agregados familiares, enquanto destinatários das políticas e acções previstas nos programas de governação.

“É por via do OGE que se garante a estabilidade e a valorização dos agregados familiares

De acordo com um recente documento dos órgãos auxiliares da planificação do Executivo, o projecto de Orçamento Gera do Estado (OGE), enquanto expressão financeira do Plano Nacional de Desenvolvimento para 2013, deve continuar a observar o respeito destes princípios. O OGE, deste ano, prevê o reforço do apoio ao sector privado, com a concessão de verbas para a garantia de créditos, bonificação de juros e a execução do programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas. Ao sector social foram atribuídos 30 por cento do valor total, o que representa uma maior preocupação com as questões de melhoria das condições de vida e oferta de serviços básicos às populações.

4.10 Repartição Fiscal aumenta contribuições

Jornal de Angola
10 de Janeiro de 2013

Mais de cinco mil milhões de kwanzas foram arrecadados para os cofres do Estado pela Repartição Fiscal das Finanças do Huambo, durante 2012, disse ao Jornal de Angola a responsável daqueles serviços, Victória Teixeira Diogo. A delegada das Finanças, que falava num encontro destinado a apresentar o balanço das actividades realizadas no ano passado, afirmou que as receitas provêm das principais fontes de arrecadação, como impostos predial, industrial, taxas de circulação e multas. Em comparação a 2011, a instituição obteve um acréscimo de 14,85 por cento e foram realizadas despesas de mais de 60 mil milhões de kwanzas, representando 94,44 por cento do previsto. A Repartição Fiscal do Huambo realizou despesas acrescidas no valor 15,74 por cento do orçamento global cabimentado, de pouco mais de 63 mil milhões de kwanzas. Entre o ano económico 2011 e 2012, a delegação provincial das Finanças conseguiu um acréscimo de 15,65 por cento, fruto do crescimento económico que a região tem registado. As verbas orçamentais cabimentadas à província atingiram os 64 mil milhões de kwanzas. Victória Diogo concluiu que, durante o ano fiscal 2011/2012, a

execução fiscal foi de 90 por cento, já que houve um aumento de receitas que possibilitou o pagamento de salários aos recém-enquadrados na função pública, a nível da província. A província do Huambo tem repartições fiscais e Finanças, nos municípios de Bailundo, Caála e Huambo e nos demais municípios, presta serviços através de Postos Fiscais de Finanças.

4.11 Défice de AKZ 405,4 mil milhões

Apesar de o ministro Carlos Alberto Lopes ter já reconhecido o défice na altura da entrega da proposta do OGE para 2013 à AN, o Observatório Político e Social de Angola (OPSA) e a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), alertam, num estudo-conjunto, para os riscos e as possíveis razões que poderão levar as contas públicas angolanas a registarem em 2013 um défice de 405,4 mil milhões de kwanzas (AKZ).

Quando, em 14 de Dezembro do ano passado, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, disse à margem da entrega à Assembleia Nacional, da proposta do Orçamento Geral do Estado para 2013, que relativamente ao saldo primário, o OGE previa um défice de cerca de 3,4% do valor do PIB, poucos conseguiram certamente entender a razão de tal défice. Na ocasião, sem mais detalhes, ministro anunciou também que mesmo deverá ser financiado por via da mobilização de reservas dos exercícios anteriores e da contratação do financiamento no mercado interno e externo. Um estudo realizado pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e o Observatório Político Social de Angola (OPSA) revela que as contas públicas angolanas deverão registar, no presente ano, um défice de 405,4 mil milhões de Kwanzas, sendo o primeiro saldo negativo desde o ano de 2009. Apresentado na semana que hoje termina, o estudo revela que tal défice, equivalente a 3,4 por cento do PIB (Produto Interno Bruto), é o resultado da diferença entre receitas correntes de AKZ 4.570,4 mil milhões ou 38,2% do PIB e despesas de 4.975,8 mil milhões ou 41,6 por cento do PIB. Segundo o economista Carlos Rosado, que procedeu à apresentação do documento, «salvo indicação em contrário, as contas excluem as operações financeiras, como os empréstimos, e são na óptica do compromisso; isto é, as despesas são contabilizadas

no ano em que são autorizadas, ainda que não sejam pagas nesse ano», referiu.

Receitas baixam

Na sua análise do Orçamento Geral do Estado para 2013, a ADRA e a OPSA concluem que, considerando uma taxa de câmbio de AKZ cem por

USD, as receitas deverão ascender a 45.704 mil milhões de dólares e as despesas a USD 49.758 mil milhões, sendo o défice correspondente de 4,1 mil milhões. Comparando a proposta do OGE/2013 com as estimativas de execução do OGE 2012, as receitas baixam 4,1 por cento, enquanto os gastos públicos fazem o caminho inverso, aumentando 26,7 pontos percentuais, revela o estudo. «O excedente de AKZ 839,6 mil milhões, do ano passado, transforma-se no referido défice de 405,4 mil milhões este ano, indicando uma degradação das contas públicas e uma política orçamental fortemente expansionista», refere a ADRA/OPSA. No que às contas públicas angolanas diz respeito, «o aumento da despesa pública em 1.048,8 mil milhões de Kwanzas (26,7%) é superior ao do próprio Produto Interno Bruto, que aumenta apenas 932,1 mil milhões, correspondentes a 8,5 por cento», lê-se. O documento elaborado pela ADRA e o OPSA salienta ainda que a aparente deriva expansionista aumenta as pressões sobre a moeda em circulação e, conseqüentemente, sobre a inflação, constituindo um desafio enorme para a autoridade monetária. Sector social o privilegiado A análise refere que um dos factores de vulnerabilidade do país, na crise de 2008, poderá ter sido a política monetária acomodatória adoptada pelo Banco Nacional de Angola (BNA), face ao expansionismo da política orçamental. Na sua óptica, «essa postura, não se pode repetir, sob pena de colocar em causa os progressos alcançados no combate à inflação, que desceu para nove por cento em 2012, sendo a manutenção dessa cifra um dos grandes objectivos para o ano corrente». Com isso, considera que a pressão sobre a liquidez na economia, resultante do forte crescimento das despesas públicas em 2013, será agravada pelas novas regras cambiais, que obrigarão as petrolíferas a pagamentos através de contas em bancos nacionais. «Esta dupla pressão constituirá um teste à autonomia do BNA face ao poder político», alerta o estudo. A capacidade do banco central angolano em contrariar ou neutralizar a aparente deriva expansionista jogará um papel decisivo na estabilidade dos preços. Com uma previsão de despesas e receitas na ordem dos 6.6 triliões de Kwanzas, contra os 4.5 triliões de Kwanzas de 2012, o OGE para 2013 representa 55,5% do ponto de vista de relação com o Produto Interno Bruto. O sector social será o mais privilegiado, com 33,5%, seguindo-se a administração, com 23%, e os da defesa e o económico, com cerca de 18%. Aprovado em sessão plenária ordinária, orientada pelo presidente do parlamento, Fernando da Piedade Dias dos Santos «Nandó», com 156 votos a favor, oito contra e 31 abstenções, o OGE2013 vai agora ser discutido na especialidade pelas comissões afins do parlamento com os distintos sectores da vida

sócio económica do país, devendo ser votado para aprovação definitiva a 14 de Fevereiro.

4.12 OGE 2013

Aprovado na Generalidade

assembleia Nacional aprovou hoje, terça-feira, na generalidade, o Orçamento Geral do Estado para 2013, prevendo receitas e despesas avaliadas em 6,635,567,190,477.00 (seis triliões, seiscentos e trinta e cinco mil milhões, quinhentos e sessenta e sete milhões cento e noventa mil e quatrocentos e setenta e sete kwanzas) a documento de gestão financeira do Estado foi aprovado em sessão plenária ordinária, orientada pelo presidente do parlamento, Fernando da Piedade Dias dos Santos, com 156 votos a favor, oito contra e 31 abstenções. Apresentado pelo ministro das Finanças, Carlos Lopes, o OGE, quanto a despesa total, dá primazia ao sector social, com 33,5% dos recursos, sendo 8,09% para a educação, 5,29% para a saúde, 10,83 para protecção social, 7,02% para a habitação e 1,1 para a protecção ambiental. Em seguida vem a administração pública com 23,6% e os sectores da defesa e económico com cerca de 18%. De acordo com o ministro, a composição da despesa por natureza económica reflecte o apoio prioritário à ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção, do emprego e do bem-estar da população. Nesta perspectiva, prosseguiu, dá-se predominância aos dispêndios para fins de investimentos (24,7%), pessoal (19,51 %), amortização da dívida (18,24%) e com aquisição de bens e serviços (17,5). Carlos Lopes clarificou que o OGE foi definido tendo como base a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto de 7,1 %, taxa de câmbio de 96,30 Kwanzas, por dólar norte-americano, bem como uma taxa de inflação de 9%. a sector petrolífero vai contribuir para a conformação do orçamento em 50%, por efeito da produção crescente e dos preços ainda favoráveis do petróleo, seguindo-se as receitas do sector não petrolífero com 17% e dos financiamentos externos com 12%. As receitas fiscais (exclui desembolsos de financiamento e venda de activos) estão projectadas em cerca de 4.570,4 mil milhões de Kwanzas e despesas fiscais (exclui amortização da dívida e constituição de activos) fixadas em 4.975 mil milhões de Kwanzas, de que resulta num deficit fiscal de 407,4 mil milhões Kwanzas, equivalente a 3,4 % do PIE. Segundo o governante, a proposta orçamental deverá ser financiada com desembolsos de financiamentos internos na ordem de 1.000,3 mil milhões de Kwanzas e desembolsos de financiamento externos avaliados em 774,9 mil milhões de Kwanzas.

Entretanto, detalhou o titular das Finanças, o OGE prevê, quanto as operações financeiras passivas brutas, a amortização da dívida interna em 1.031,3 mil milhões de Kwanzas e externa em 178,9 mil milhões de Kwanzas, bem como a concessão de empréstimos de cerca de 62,5 mil milhões de Kwanzas, e outras aplicações financeiras em cerca de 386,7 mil milhões de Kwanzas. De acordo com o informante, a proposta de OGE foi elaborada assumindo-se os grandes objectivos nacionais fixados no Plano Nacional de Desenvolvimento 2012-2017, entre os quais a preservação da unidade e coesão nacional, garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento. A melhoria da qualidade de vida da população, inserção da juventude na vida activa, desenvolvimento do sector privado e inserção competitiva de Angola no contexto internacional são outros grandes objectivos perseguidos pelo orçamento deste ano. O OGE/2013 vai agora ser discutido na especialidade pelas comissões afins do parlamento com os distintos sectores da vida sócio económica do país, devendo ser votado para aprovação definitiva no dia 14 de Fevereiro.

4.13 OGE 2013

Contas públicas vão registar défice de 3,4%

AS CONTAS PÚBLICAS deverão registar, no presente ano, um défice de 405,4 mil milhões de kwanzas (AKZ), sendo o primeiro saldo negativo desde o ano de 2009, revelam os resultados de um estudo co-realizado pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e o Observatório Político-Social Angolano (OPSA), uma organização da sociedade civil que integra diferentes personalidades e se dedica a analisar o país. De acordo com o estudo (que está a ser publicado pelo Novo Jornal no espaço de "Análise" do caderno de economia), esse défice, equivalente a 3,4 por cento do PIB (Produto Interno Bruto), é o resultado da diferença entre receitas correntes de 4.570,4 mil milhões de kwanzas ou 38,2% do PIE e despesas de 4.975,8 mil milhões ou 41,6 por cento do PIE, divulgou a Angop. "Salvo indicação em contrários as contas excluem as operações financeiras. como os empréstimos, e são na óptica do compromisso; isto é, as despesas são contabilizadas no ano em que são autorizadas, ainda que não sejam pagas nesse ano", refere o estudo, cujos resultados foram segunda apresentados, em Luanda, pelo economista Carlos Rosado de Carvalho. Na sua análise ao Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, a ADRA e o OPSA concluem que, considerando uma taxa de câmbio de 1 dólar igual a 100 kwanzas, as receitas

deverão ascender a 45.704 mil milhões de dólares e as despesas a 49.758 mil milhões, sendo o défice correspondente de 4,1 mil milhões de dólares. Comparando a proposta do OGE 2013 com as estimativas de execução do OGE 2012, as receitas baixam 4,1 por cento, enquanto os gastos públicos fazem o caminho inverso, aumentando 26,7 pontos percentuais, indica o estudo. Entretanto, avança a ADRA OPSA, o excedente de 839,6 mil milhões de kwanzas, referente ao ano passado, transforma-se no referido défice de 405,4 mil milhões, este ano, indicando uma degradação das contas públicas e uma "política orçamental fortemente expansionista"; considera a ADRA e o OPSA. "O aumento da despesa pública em 1.048,8 mil milhões de kwanzas (26,7 por cento) é superior ao do próprio Produto Interno Bruto .que aumenta apenas 932,1 mil milhões, correspondentes a 8,5 por cento", reporta o documento no capítulo sobre as contas públicas angolanas. Por outro lado, salienta que a aparente deriva expansionista aumenta as pressões sobre a moeda em circulação e, conseqüentemente, sobre a inflação, constituindo um desafio enorme para a autoridade monetária. Segundo a análise, um dos factores de vulnerabilidade do país na crise de 2008 poderá ter sido a política monetária "acomodatícia" adoptada pelo Banco Nacional de Angola (BNA), face ao expansionismo da política orçamental. Essa postura, argumenta, "não se pode repetir", sob pena de colocar em causa os "progressos alcançados no combate à inflação, que desceu para 9 por cento em 2012, sendo a manutenção dessa cifra um dos grandes objectivos para o ano corrente". Com isso, considera que a pressão sobre a liquidez na economia, resultante do forte crescimento das despesas públicas em 2013, será agravada pelas novas regras cambiais que Obrigarão as petrolíferas a pagamentos através de contas em bancos nacionais. "Esta dupla pressão constituirá um teste à autonomia do BNA face ao poder político", considera o documento. Recordar-se que aquando da entrega (a 14 de Dezembro de 2012) da proposta do OGE 2013 na Assembleia Nacional, o ministro das Finanças, Carlos Lopes, explicou que relativamente ao saldo primário, o OGE previa um défice de cerca de 3,4% do valor do PIB, que deverá ser financiado por "via da mobilização de reservas dos exercícios anteriores e da contratação do financiamento no mercado interno e externo".

4.14 Inquérito sobre a proposta de OGE 2013

Semanário expansão

11 de Janeiro de 2013

Manuel Nunes Júnior, secretário para os Assuntos Económicos do MPLA, e Fernando Pacheco, coordenador do OPSA - Observatório Político Social de Angola, aceitaram o desafio lançado pelo Expansão para analisarem o Orçamento Geral do Estado para 2013 nas suas várias vertentes. Qual a avaliação global que o MPLA faz da proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013? Quais os pontos fortes e os fracos? . Manuel Nunes Júnior: a MPLA ganhou com maioria qualificada as eleições gerais realizadas no passado dia 31 de Agosto de 2012, o que significa que o seu Programa de Governação para os próximos 5 anos foi ampla e favoravelmente acolhido pelo povo angolano. Com isso contraímos uma dívida para com o nosso povo. Temos, agora, a grande responsabilidade de cumprir o mais possível as promessas que fizemos no decurso da campanha eleitoral. a MPLA tem perfeita consciência de que as pessoas e as instituições só são credíveis e reputadas quando conseguem estabelecer uma relação de perfeita sintonia entre as palavras e os actos. Quando tal sintonia não é assegurada, corre-se o risco de perder credibilidade e baixar a reputação. Como se sabe, o MPLA apresentou-se nas eleições passadas com o lema "crescer mais e distribuir melhor". Por esta razão, o Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola para o período 2013-2017 apresenta os programas e projectos com vista à implementação desta estratégia. Trata-se, na verdade, do 1.0 plano quinquenal aprovado em Angola desde que o País adoptou o modelo de economia de mercado. Quanto a mim, este é o grande ponto forte do OGE para 2013. Um orçamento que é a expressão financeira anual de opções de política económica que se enquadram num horizonte mais vasto de médio/longo prazo. Este é um ponto forte e muito importante, porque nós no MPLA temos uma perspectiva de desenvolvimento do País até ao ano de 2025. Sabemos o que queremos alcançar no longo prazo e nos próximos 5 anos. É preciso agora que em cada ano fiscal se adoptem as medidas de política com vista à concretização desta perspectiva de médio/longo prazo. a foco do OGE 2013 continuará a ser o combate à fome e à pobreza extrema e o aumento da qualidade de vida do povo angolano de Cabinda ao Cunene, transformando a riqueza potencial que constituem os recursos naturais em riqueza real e tangível dos angolanos. Fernando Pacheco: Referirei apenas alguns aspectos. a aumento global da despesa é positivo, mas infelizmente parece continuar a existir excessiva preocupação com o

betão, em detrimento do reforço de capacidades, quer ao nível das pessoas, quer a nível das famílias e dos indivíduos, daí que pense que os investimentos, cuja prioridade é sempre muito discutível, não são devidamente coordenados e integrados e continuarão sob o risco de má gestão. As verbas atribuídas ao sector social podem indiciar novidades, mas tudo indica que subsistirão os erros do passado: maior preocupação com a saúde curativa do que com a preventiva, mais atenção ao ensino superior do que ao secundário ou ao primário. Além disso, as verbas para o sector social revelam que há mais preocupação com os subsídios aos combustíveis do que com a saúde e educação dos angolanos. Finalmente, um exemplo da incongruência entre políticas públicas e OGE é o aumento da concentração da gestão dos projectos a nível central. Se a percentagem em 2012 era de 82%, em 2013 passa para 84%.

Afinal, estamos a desconcentrar ou a concentrar?

Qual a avaliação que o MPLA faz dos pressupostos que serviram de base à elaboração do OGE, nomeadamente o preço do petróleo considerado?

MNJ: Os pressupostos que estiveram na base da elaboração do OGE 2013 são sólidos e prudentes. Em 2012, o País iniciou a retoma da actividade económica depois de ter vivido as consequências da crise económica e financeira que se abateu no mundo em 2008. No ano passado, Angola terá crescido 7,4%, com uma contribuição do sector petrolífero de 4,3%, e 9,1 % do sector não petrolífero. Mantém-se a tendência iniciada em 2006 de o sector não petrolífero crescer mais do que o sector petrolífero, o que é um bom sinal do processo de diversificação da economia angolana. Prevê-se para 2013 um crescimento de 7,1%, com o sector petrolífero a crescer 6,6% e o sector não petrolífero a crescer 7,3%. A inflação tem estado a diminuir de modo significativo. Tal como previsto, em 2012 a inflação acumulada terá ficado ao redor de 10% e para 2013 aponta-se como objectivo uma inflação de 9%. Para os próximos 5 anos projecta-se uma inflação média anual ao redor dos 7%. Para um país que já teve taxas anuais de inflação de 3000%, é realmente um percurso assinalável em relação ao qual nos devemos sentir orgulhosos. As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) em 2012 terão ficado ao redor de 32,2 mil milhões USD. Para 2013, prevê-se que as RIL venham a situar-se em 40,3 mil milhões USD, o que assinala uma evolução considerável da posição externa da nossa economia e da credibilidade do nosso País e no mundo. As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) em 2012 terão ficado ao redor de 32,2 mil milhões USD. Para 2013, prevê-se que as RIL venham a situar-se em 40,3 mil milhões

USD, o que assinala uma evolução considerável da posição externa da nossa economia e da credibilidade do nosso País no mundo. Como tem sido hábito, foi adoptado um preço médio de exportação do petróleo bruto conservador de 96 USD. Como se sabe, no mercado, o preço do barril de petróleo está acima dos 100 USD. Trata-se de uma atitude prudente que é adoptada para não colocar em causa a realização da despesa em caso de uma variação negativa acentuada do preço do petróleo no mercado internacional.

4.15 OGE 2013 aposta no investimento público

O País

11 de Janeiro de 2013

O investimento público previsto no Orçamento Geral do Estado para 2013 ascende a Kz 1.639,4 mil milhões (perto de USD 17 mil milhões), o que representa um acréscimo superior a 58% relativamente ao montante que terá sido realizado no último ano e corresponde a 13,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2012 o investimento público orçamentado representou 9,4 % do PIB. O OGE 2013 prevê um significativo aumento dos gastos do Estado, apontando para uma despesa total da ordem dos Kz 4.975,8 mil milhões (mais 26,7% que em 2012), o que traduz um acréscimo de todas as rubricas da despesa com excepção dos juros. A receita total prevista situa-se em Kz 4.570,4 mil milhões, abaixo da execução estimada para a receita do OGE em 2012 (o que se fica a dever à adopção de um valor inferior ao verificado no último ano para o preço do barril de petróleo), ainda que a arrecadação de impostos não petrolíferos registre uma evolução positiva (Kz 1.119,2 mil milhões contra Kz 958,9 mil milhões estimados para a execução do OGE 2012). A receita resultante de impostos petrolíferos situar-se-á em Kz 3.281,8 mil milhões, o correspondente a 36,8% do PIB e a perto de 72% da receita total que será recolhida pelo Estado. O saldo global, tanto na óptica do compromisso como na óptica de caixa, do OGE 2013 apresenta-se deficitário em Kz 405,4 mil milhões, o correspondente a 3,4% do PIB, embora o saldo corrente se apresente positivo em Kz 1.234 mil milhões (10,3% do PIB). O saldo primário (sem juros) não petrolífero agravar-se-á, atingindo Kz menos 3.383,3 mil milhões (contra os menos Kz 2.360,4 mil milhões estimados para 2012), passando, em percentagem do PIE, de 23,7% em 2012 para 28,3% este ano e o saldo primário não petrolífero em percentagem do PIE não petrolífero passa de 38,6 % em 2012 para 46,1 % em 2013. Financiamento externo aumenta O OGE para este ano inscreve um

financiamento líquido da ordem dos Kz 405,4 mil milhões, com realce para o financiamento externo líquido, que se prevê atinja Kz 595,9 mil milhões, o correspondente a S % do PIB (em 2011 o financiamento externo líquido representou 0,5% do PIB e, no último ano, deverá ter-se situado em 0,6% do PIB). No conjunto, o OGE 2013 inscreve financiamentos externos destinados a linhas de crédito e projectos da ordem dos Kz 774,9 mil milhões (USD 8.046,8 milhões), devendo ser amortizada dívida externa no valor de Kz 178,9 mil milhões (USD 1.858,4 milhões). Os desembolsos de financiamentos internos atingirão Kz 1.000,3 mil milhões (USD 10.387,6 milhões), prevendo-se que seja amortizada dívida interna no valor de Kz 1.031,3 mil milhões (USD 10.711,2 milhões). As projecções do OGE 2013 apontam para um incremento do stock da dívida pública, a qual deverá situar-se, no final do ano, em USD 39,178 mil milhões, o correspondente a 32% do PIB. A estimativa para o total do stock da dívida pública no final do terceiro trimestre de 2012 é de USD 33,314 mil milhões, sendo USD 13,18 mil milhões correspondentes a dívida interna e USD 20,134 mil milhões a parte alocada a dívida externa, perfazendo-se assim um rácio de dívida pública sobre o PIB de 31 %. Para onde vão os recursos Depois do investimento (24,7%) a maior fatia da despesa do OGE corresponde às remunerações com o pessoal (Kz 1.295,2 mil milhões, correspondentes a 19,51%). Seguem-se a amortização da dívida (Kz 1.210,53 mil milhões, correspondentes a 18,4 %) e os gastos com bens e serviços (Kz 1.160,94 mil milhões, correspondentes a 17,5 %). Do ponto de vista da distribuição funcional da despesa que irá ser efectuada pelo Estado, o sector social é o que absorve mais recursos (33,5% do total, o equivalente a Kz 2.146,63 mil milhões, com a educação a beneficiar de 8,09%, a saúde 5,29%, a protecção social 10,83%, a habitação 7,02% e a protecção ambiental, 1 %). A prioridade concedida ao sector social inscreve-se na sequência dos dois últimos orçamentos, sendo que representou 32,9% da despesa global em 2011 e de 33,1 % no último ano. De acordo com o texto do OGE 2013 'as dotações orçamentais para o sector social, em especial nos sectores da saúde, educação e ensino superior, visam assegurar a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017'. No entanto, o maior incremento na dotação orçamental verifica - se no sector económico - em 2012 beneficiou de 10% da despesa orçamental, recolhendo agora 17,8% (Kz 1.178,76 mil milhões). Ao invés, os encargos financeiros que em 2012 absorveram 21,3% dos recursos orçamentais (25,8% em 2011), representarão este ano apenas 7,5%. Já a administração aumenta o seu peso no conjunto da despesa, passando de 20,5%

no Orçamento do último ano para 23,6% no OGE 2013. Também a defesa, segurança e ordem pública reforçam a sua posição relativa, sendo destinada a esta área 17,6% da despesa inscrita no Orçamento para este ano (15,1% em 2012).

4.16 OGE deve comportar “fundos Suíços”

O País

11 de Janeiro de 2013

Este sentimento está expresso nas declarações proferidas a o PAÍS, pelos deputados, Raul Danda, da UNITA, Alexandre Sebastião, da CASA-CE, e Benedito Daniel, do PRS. Os três parlamentares prometem usar dos poderes constitucionais para monitorar, "ao pormenor" a gestão dos 43 milhões de dólares, reportados pela imprensa estatal, como tendo sido devolvidos a Angola pelas autoridades suíças. O líder da bancada parlamentar da UNITA, defendeu que a ideia de incorporar os fundos no OGE tem a ver com a necessidade da transparência da sua gestão. "Não pode haver fundos que não se saiba onde estão nem quem os gere", declarou Raul Danda que defende ser imperativo que a sociedade saiba os objectivos para os quais o fundo foi negociado com as autoridades helvéticas há cerca de oito anos. Do lado da CASA-CE, o deputado Alexandre Sebastião disse que a sua organização política será exigente no que tange ao cumprimento das leis dos país, sendo a fiscalização dos actos do Executivo o seu "cavalo de batalha". "Nós vamos agir em conformidade com a Constituição e tudo que contrariar as disposições legais nós vamos contrapor", assegurou o parlamentar. O chefe da bancada parlamentar do PRS, Benedito Daniel, defendeu que se estes fundos foram entregues a Angola o Executivo deve declará-los à Assembleia Nacional e explicar qual será a sua finalidade. No seu entender, os fundos devem ser criados ao abrigo de uma determinada lei e devem passar pelo parlamento e pelo Tribunal de Contas para ser fiscalizado. "Os fundos devem estar ao serviço dos angolanos e não de pessoas singulares e se este não for declarado, nós vamos agir", advertiu. O deputado da oposição precisou que o próprio Tribunal de Contas está investido de poderes para fiscalizar os fundos do Estado. História As negociações entre os governos de Angola e da Confederação Suíça, para a devolução de fundos públicos angolanos retidos em bancos suíços, remontam ao ano de 2005. Os fundos tinham sido congelados após suspeitas de que durante o pagamento da dívida angolana à Rússia, estimada em 750 milhões de dólares, este dinheiro tivesse sido desviado para benefício de governantes angolanos e

russos. O caso estava em litígio havia mais de 4 anos até que as autoridades do Cantão de Gênova, responsáveis pela investigação, anularam a mesma na medida em que não encontraram indícios de desvio de fundos: Aparentemente, os fundos em referência, de cerca de 43 milhões de dólares, são uma tranche dos mesmos valores negociados há oito anos quando as duas partes decidiram que o remanescente desta operação fosse devolvido a Angola na condição de que sejam exclusivamente usados em projectos humanitários. Um comunicado dos dois governos já indicava, na altura, que a aplicação deste dinheiro seria acompanhada por representantes dos dois governos. Os dois governos tinham chegado a esta decisão após o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, ter efectuado uma visita oficial à Suíça, em 2003, onde discursou sobre "transparência e boa governação", no Fórum de Crans Montana. A imprensa internacional especulou, na altura, que a deslocação do estadista angolano visava também tentar desbloquear tais recursos financeiros retidos em bancos helvéticos. A viagem aconteceu depois de o Governo angolano ter ameaçado mover uma acção judicial contra o juiz Daniel Devaud, por difamação de algumas das suas figuras de topo. A Suíça, o jornal "Le Temps" já tinha admitido que o diferendo poderia ser resolvido mediante a entrega da referida verba num fundo especial de assistência humanitária, que seria gerido por uma instituição da Confederação Helvética. Acompanharam o Presidente vários ministros, bem como o governador do Banco Central e directores das empresas estatais de petróleo e de diamantes. Fiscalização das verbas do OGE A pouco menos de uma semana da discussão do Orçamento Geral do Estado (OGE) os três deputados da oposição entrevistados por este jornal esta semana prometem que vão exigir do Executivo relatórios públicos sobre os gastos das verbas atribuídas ao Executivo. Eles consideram "uma aberração" o instrutivo aprovado pelo anterior presidente da Assembleia Nacional, António Paulo Kassoma, que impedia os parlamentares de escrutinarem a actividade do Executivo. "Temos receios que as verbas sejam geridas não como deve ser, que se aplique preços fora do real e que o diferencial seja gerido pela Presidência da República. E não temos como fiscalizar isso", sustentou o deputado Raul Danda. A UNITA, segundo a fonte, suspeita ainda que "algumas verbas sejam utilizadas por um partido político", numa clara alusão ao partido governamental. "Vamos exigir que sejam a educação, a saúde as mais beneficiadas", assegurou o parlamentar. Ele defende ainda que o Executivo deve encaminhar os recursos do petróleo para potenciar áreas com a agricultura e pescas. Por tudo isso, o deputado da UNITA disse que Executivo vai ter que se habituar a prestar contas ao parlamento e não se

escudar por detrás de decisões administrativas que atropelam o regimento da Assembleia Nacional sobre o escrutínio da actividade governativa. Para já, Danda anunciou que o seu partido vai sugerir a anulação do impedimento da fiscalização parlamentar decidida pelo anterior presidente, Paulo Cassoma. O deputado Alexandre Sebastião André resumiu o pensamento da sua organização sobre o monitoramento do OGE com o argumento de que "vamos agir em conformidade com o que a Constituição estipula em matéria de fiscalização da aplicação do OGE". "A decisão do antigo presidente da Assembleia Nacional, que impede a fiscalização da actividade do Executivo, não decorre da Lei porque foi unilateral e atenta contra a tarefa do deputado", disse, por seu turno, o líder parlamentar do PRS, Benedito Daniel. O responsável parlamentar também afirmou que a sua bancada vai exigir uma fiscalização a toda actividade governamental. "Fala-se da priorização do sector social mas não se explica onde vão ser aplicadas as verbas de concreto. Vamos querer saber da planificação para a aplicação das verbas e não bastam os números. Temos que saber quantos pobres existem no país", sustentou Benedito Daniel.

4.17 OGE na terça-feira no parlamento

Novo Jornal

11 de Janeiro de 2013

O ORÇAMENTO Geral do Estado para 2013 que a oposição defende que os seus executores tenham maior responsabilidade será discutido e votado na generalidade pela Assembleia Nacional, em sessão plenária ordinária, convocada para o dia 15 de Janeiro (terça-feira próxima). O GE Prevê despesas e receitas na ordem dos 6.6 triliões de Kwanzas, contra os 4.5 triliões de kwanzas de 2012, o OGE para 2013 representa 55,5% do ponto de vista de relação com o Produto Interno Bruto. OGE dá superioridade ao sector social, com 33,5%, seguindo-se a administração com 23% e o sector da defesa e económico com cerca de 18%. A receita do período está estimado em 298,9 mil milhões de Kwanzas, prevendo-se consignações à receita no montante de 70,6 mil milhões de Kwanzas, enquanto os fluxos totais de pagamentos no período estão projectados em 192,6 mil milhões de Kwanzas, gerando um saldo de Caixa Final supervitário no valor de 35,7 mil milhões de Kwanzas. No entanto, á. Assembleia Nacional garantiu uma discussão abrangente do Orçamento Geral de Estado/2013, devendo contar com a participação de todos os segmentos da sociedade civil.

4.18 OPSA defende divulgação do relatório de execução do OGE

O País

11 de Janeiro de 2013

O coordenador do Observatório Político e Social de Angola (OPSA), engenheiro Fernando Pacheco, disse ao PAÍS ser muito difícil fiscalizar a aplicação dos fundos angolanos por parte de organizações independentes. "O próprio Orçamento Geral do Estado (OGE) é difícil de ser acompanhado", precisou a fonte, acrescentando que, embora se tenham registado alguns avanços em relação à transparência da utilização do OGE, porque é publicado, é muito difícil analisar como é que os fundos são utilizados nas diferentes áreas. "O mais grave é que o Governo publica o Orçamento no Diário da República mas depois nunca sai o cumprimento", lembrou. Fernando Pacheco sublinhou que nestas condições "nós os cidadãos comuns e a comunicação social não temos a informação sobre o modo como os fundos são aplicados". Para o entrevistado de o PAÍS, tudo quanto deve fazer a sociedade é lutar para que, cada vez mais, a Assembleia e o Executivo "disponibilizem a informação que permita ao cidadão saber o que é que se passa". Acrescentou que, inclusivamente, a própria definição dos projectos e as áreas onde seriam utilizados estes fundos também deviam ser públicos, porque, no seu entender não é correcto que estas decisões sejam tomadas exclusivamente pelo Executivo. "Penso até que as próprias províncias não são ouvidas na definição dessas prioridades, porque, se fossem, estou convencido que muitas obras que se fazem no nosso país não seriam feitas porque não são prioritárias", argumentou o responsável do OPSA. Fernando Pacheco manifestava, deste modo, a sua aversão à adopção de determinados critérios para a aplicação dos fundos do Estado. "Por exemplo a construção de um estádio para a organização de um campeonato de hóquei em patins, quando os problemas de água e saneamento, energia eléctrica e saúde são tão graves como nós sabemos. É extremamente difícil entender estes critérios. O hóquei em patins não é uma modalidade de massa mas um desporto de elite", vinco. À pergunta sobre se estes fundos não deviam ser usados para aumentar a capacidade institucional das organizações não-governamentais, Fernando Pacheco disse que concordava com tal política desde que tais instituições sejam aquelas cuja actividade concreta contribui para o desenvolvimento. "Porque nós vemos organizações que se limitam a fazer oferta de bens à população, que não são essenciais para matar a fome, enquanto outras que têm actividade muito concreta continuam a não beneficiar de fundos

públicos. É o caso da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) que tem mais de 20 anos de experiência e a apoiar, em termos de educação, capacitação e agricultura em mais de 20 municípios do país e não beneficia de fundos públicos", disse o também fundador desta Organização Não-Governamental angolana. Relativamente aos fundos libertados pelo governo suíço, em Dezembro de 2012, Fernando Pacheco questionou se se trata dos mesmos valores já anunciados pela imprensa há alguns anos. Ele admite poderem ser parte dos fundos já aplicados em Angola. "A questão é que não é primeira vez que isso acontece. Há alguns anos atrás o governo suíço tinha tomado uma decisão deste tipo. Porque eu tenho conhecimento que parte destes fundos foram usados numa escola de formação profissional, virada para a agricultura, no município da Kibala, Kwanza-Sul, em Dezembro de 2010. Eu fui convidado para participar da inauguração da escola", revelou.

4.19 Assembleia Nacional debate OGE na terça-feira

Agora

12 de Janeiro de 2013

O Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, reuniu quarta-feira passada com os líderes das bancadas parlamentares para acertar a agenda da sessão plenária da próxima terça-feira. Dados divulgados depois do encontro referem que, os líderes dos grupos parlamentares decidiram aprovar o calendário do debate na especialidade da proposta de Orçamento Geral do Estado. Nesse sentido, estão agendados encontros com os Ministros de Estado, dos sectores da economia real e social, órgãos de Defesa Nacional, Segurança e Ordem Interna, Relações Exteriores e Administração do Território. Responsáveis pelos órgãos da administração da Justiça e de instituições essenciais à Justiça e da administração do Poder Local do Estado também devem ser chamados ao Parlamento. A proposta de OGE para 2013 prevê despesas avaliadas em 6,6 trilhões de kwanzas e receitas estimadas em igual montante, dando primazia ao sector social, com despesas estimadas em 33,5 por cento, e da administração, com 23 por cento do valor global. O documento prevê ainda que as reservas internacionais líquidas venham a ter um peso relativo de cerca 32 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). A taxa de câmbio deve ser flutuante mas estável e, em média, situar-se em 96 kwanzas por dólar. Em termos de despesas, a proposta de Orçamento pode situar-se à volta dos 6,6 triliões de kwanzas, o que, do ponto de vista de relação com o

PIB, representa cerca de 55,5 por cento. Relativamente ao saldo primário, a proposta de OGE prevê um défice de cerca 3,4 por cento do valor do PIB, que deve ser financiado através da mobilização de reservas dos exercícios anteriores e da contratação do financiamento no mercado interno e externo.

4.20 Debate do OGE e o acesso à informação

Agora

12 de Janeiro de 2013

A rentrée política ficará certamente marcada com o debate parlamentar do Orçamento Geral do Estado, a decorrer no próximo dia 15 de Janeiro, segundo foi acordado pela conferência de líderes de bancadas realizada quarta-feira. Antes mesmo do debate proposto a sociedade civil, esta queixa-se da indisponibilidade do conhecimento do documento pelo público: o acesso à informação continua na ordem do dia. O Orçamento Geral do Estado para 2013 será discutido e votado na generalidade pela Assembleia Nacional, em sessão plenária ordinária, convocada para o dia 15 de Janeiro (terça-feira), segundo reza informação veiculada a partir de algumas entidades ligadas aos partidos com assento parlamentar. DA agenda da terceira sessão plenária foi aprovada quarta-feira, 09, pela conferência de líderes das bancadas parlamentares, sob orientação do Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos. Antes da discussão do OGE, haverá um período para apresentação de declarações políticas, seguido da leitura de uma carta do Chefe de Estado endereçada aos deputados. O documento programático é composto por um relatório de fundamentação, um projecto de lei, e oito anexos que, detalhadamente, apresentam o desenvolvimento dos projectos que o Executivo se propõe realizar do ponto de visto financeiro. O instrumento de gestão financeira do país será submetido aos deputados apenas nesta altura, por força da recente alteração da Lei-quadro do Orçamento Geral do Estado (OGE), sendo introduzida uma disposição que regula a forma como o orçamento é aprovado em anos eleitorais. Ainda assim, o Executivo acautelou eventuais constrangimentos nas despesas a realizar-durante o mês de Janeiro de 2013, ao aprovar o Plano de Caixa referente a este período, que assegura a disponibilização de recursos necessários para o funcionamento básico das instituições prestadoras de serviços públicos. Este plano visa também cumprir com as responsabilidades com encargos da dívida externa do país. DA receita do período está estimado em 298,9 mil milhões de Kwanzas, prevendo-se

consignações à receita no montante de 70,6 mil milhões de Kwanzas, enquanto os fluxos totais de pagamentos no período estão projectados em 192,6 mil milhões de Kwanzas, gerando um saldo de Caixa Final supervitário no valor de 35,7 mil milhões de Kwanzas. D Tratando-se de uma questão central na vida pública do país e com vista a assegurar a concretização do tal desiderato da "discussão abrangente do OGE 2013, devendo contar com a participação de todos os segmentos da sociedade civil" era mister que os órgãos atinentes da NA disponibilizassem ao público informação relativa ao OGE 2013 em tempo útil, o que ainda não aconteceu apesar da mesma ter já sido apresentada aos deputados no pretérito mês de Dezembro de 2012. Nem na imprensa oficiosa nem através da Internet o OGE esteve disponível, pelo menos até o presente momento. Fica pois muito difícil compreender como uma ampla discussão pública pode vir assim a ser realizada no curto período de um mês que nos separa da data da aprovação definitiva do OGE, 14 de Fevereiro. O episódio é recorrente mas certamente nada menos prazível no contexto de uma vida pública e participativa em ambiente democrático que todos desejamos ver concretizar-se no país, e faz emergir a sempre actual problemática do acesso à informação por parte dos cidadãos. Uma problemática que nem o Governo nem a maioria das diferentes instituições do Estado resolveram a contento, apesar da panóplia de ferramentas que as Tecnologias de Informação e Comunicação colocam ao dispor de qualquer administração do mundo civilizado. De resto, sabe-se que o Governo sempre que necessita faz recurso aos mais variados meios para atingir o público, pelo que não será seguramente pela ausência de recursos que o acesso não foi disponibilizado em tempo útil. Mesmo alguns partidos da oposição manifestaram alguma reserva. Além dos diversos segmentos referenciados pela Assembleia Nacional como participantes no debate, existem hoje por hoje no país um conjunto de entidades da sociedade civil que têm procurado desenvolver a pedagogia e a acção cívica do chamado orçamento participativo, e seria de todo útil que o parlamento disponibilizasse a informação pertinente. A desigualdade no acesso á informação é actualmente considerada tão grave como a desigualdade de rendimento para o cidadão, na medida em que restringe o desenvolvimento humano e mutila o funcionamento da democracia. Urge dar maior substância democrática ao contexto jurídico-legal nacional sobre o acesso á informação, como um imperativo da cidadania em democracia. Urge combater a cultura do segredo e da concessão de informação como um favor e não um direito, um dever do agente ou instituição pública face ao cidadão, o qual como titular da informação, tem assim o poder de decidir em consciência. E num país

onde a memória é curta, um debate aberto e participativo do OGE pode servir para amanhã, no âmbito do direito à memória e a verdade, aferir se o que foi prometido foi cumprido ou não e quais foram as causas e os responsáveis. É preciso não esquecer que o acesso à informação está hoje mundialmente consagrado como um dos direitos elementares correlatos, essencial à realização da liberdade de expressão e de informação, dos direitos humanos, da democracia. Maior acesso à informação pode traduzir-se em maior participação do cidadão, diminuição da corrupção, melhoria da boa governação e favorecimento de outros direitos. A sociedade democrática deve ser, por definição, uma sociedade aberta.

4.21 Secretário de Estado no Uíge

Jornal de Angola
12 de Janeiro de 2013

o secretário de Estado das Águas está de ontem até hoje na província do Uíge para observar os programas em execução para a melhoria na distribuição de água, além de outros ligados ao sector. Luís Filipe disse à Angop que vai averiguar o andamento do programa "Água para todos" e outros projectos ligados ao sector. Ao todo, afirmou, há 150 projectos de abastecimento de água na província do Uíge, sobretudo no meio rural, no âmbito dos vários programas aprovados pelo Executivo. "Projectos idênticos, com financiamento do Estado de Israel, vão beneficiar também a população das províncias do Zaire, Lunda-Norte, Moxico e Kwanza-Sul", referiu. O secretário de Estado declarou ainda não ser satisfatória a distribuição de água na província, "bastante extensa e populosa".

4.22 Proposta de Orçamento considerada equilibrada

Jornal de Angola
12 de Janeiro de 2013

o economista angolano Victor Hugo considerou equilibrada a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013 que, além de outras características, vai dar maior primazia ao sector social, ao qual consagra 33,5 do valor global das despesas. Em declarações ao Jornal de Angola, Victor Hugo, também docente universitário, disse que a decisão do Executivo de atribuir a maior fatia ao sector social "é inteligente" e demonstra a sua preocupação com os problemas sociais que a população enfrenta. "O país precisa de mais escolas de qualidade, hospitais com serviços mais eficientes e dinâmicos, assim como de

atribuir habitações mais condignas aos cidadãos", realçou. Por seu turno, o economista e docente universitário Nsingue Malongui lembrou que, nos últimos 20 anos, os sectores da defesa e segurança eram os que mais beneficiavam de verba no OGE, adiando, assim, "aquilo que era a pretensão dos cidadãos de ter melhores condições de vida". Para Nsingue Malongui, caso se olhe para 2002, depois do fim do conflito armado, pode-se constatar que despesas do OGE para o sector social começam a registar gradual, "Já tivemos momentos muito difíceis nesta área nos finais da década 80 e nos anos 90, quando quase nenhum projecto de escola ou hospital era efectuado ou, sequer, anunciado", sublinhou. Nsingue Malongui acrescentou que, neste momento, "já se pode pensar em crescimento e desenvolvimento mais sustentando para este sector". A proposta do Orçamento Geral do Estado para este ano, a ser debatida a partir de terça-feira pelos deputados da Assembleia Nacional, prevê receitas e despesas na ordem de 6,6 triliões de kwanzas, sendo que o sector social fica com 33,5 por cento do total e a administração com apenas 23. Em 2012, o OGE previa receitas e despesas no valor de mais de 3,7 triliões de kwanzas. O sector social beneficiou de 33,3 por cento, sendo 23,93 destinados à remuneração de empregados da Função Pública e os restantes para aquisição de bens e serviços. O Orçamento Geral do Estado de 2011 atribuiu ao sector social gastos de 31,5 por cento do total das despesas, contra os 30,3 por cento no OGE 2010 revisto, seguindo-se os encargos financeiros, com 25,1 por cento. As instituições internacionais consideram o desenvolvimento social como um dos principais desafios depois da estabilização.

4.23 Repartições fiscais do sumbe e caculo elevam a taxa de cobrança de impostos

Jornal de Angola
12 de Janeiro de 2013

As repartições fiscais do Sumbe e do Calulo, Kwanza-Sul, cobraram em conjunto 1,752 mil milhões de kwanzas em 2012, disseram responsáveis daqueles serviços ao Jornal de Angola.

A Repartição Fiscal do Sumbe obteve uma arrecadação de 1,649 mil milhões de kwanzas em resultado da cobrança de taxas e impostos, mais 683,5 milhões que em 2011, disse o responsável daqueles serviços, José Francisco Rocha. A maior parte das cobranças diz respeito aos impostos sobre o Rendimento de Trabalho (IRT), Predial Urbano, de Selo, Industrial e outros emolumentos. José

Francisco Rocha fez uma avaliação positiva do desempenho no ano transacto e atribuiu tal facto a medidas de Executivo como é o caso da Reforma Tributária. Entre as receitas arrecadadas, realçou Vista parcial da cidade do Sumbe onde pagar impostos faz parte da rotina dos cidadãos que o Imposto Industrial e de Selo foram os que permitiram atingir aquele montante seguindo-se o IRT, a cobrança de multas, o imposto predial urbano e outras receitas referentes a indemnizações e á alienação de habitações. A repartição fiscal de Calulo no município do libolo, kwanza sul arrecadou durante ao ano transacto 102,94 milhões de kwanzas registando-se um aumento de 65,8 milhoes sobre o valor previsional revelou na quinta-feira, ao jornal de Angola, o responsável local da administração tributaria. Carlos Calei indicou que as receitas resultaram das cobranças sobre 623 contribuintes, repartidos pela classe A e B e do IRT, assim como dos impostos predial urbano, de selo e industrial. O chefe de repartição fiscal do município de Calulo considerou o saldo anual positivo e apontou a colaboração dos contribuintes e a adopção de mecanismos que permitiram as cobranças fiscais no município, como os instrumentos que conduziram aos resultados do exercício. "Alcançámos resultados satisfatórios, o que é fruto da demonstração do empenho por parte dos funcionários da Repartição Fiscal e dos organismos intervenientes na arrecadação de receitas do Estado que, exercendo o seu papel, tudo fizeram para a materialização dos propósitos prescritos", declarou Carlos Calei.

Perspectivas

O chefe da Repartição Fiscal do Sumbe adiantou que, em 2013, os serviços que dirige prevêem arrecadar 1,3 mil milhões de kwanzas, "o que vai continuar a exigir maior dinamismo no trabalho diário dos funcionários da instituição". A Repartição Fiscal do Sumbe tem inscritos 24.489 contribuintes e conta com 19 funcionários. O chefe da Repartição Fiscal de Calulo calculou que a aplicação da Reforma Tributária (PERT), em curso no país, vai permitir este ano o alargamento da base tributária e a racionalização dos incentivos fiscais. Além disso, vai possibilitar o aumento do pagamento voluntário dos impostos, a introdução de um sistema de cobrança fiscal coerciva, a simplificação do sistema legal e burocrático e a penalização das infracções tributárias de forma a combater a fuga ao fisco. Disse que "é um processo que permite a melhoria das condições de trabalho da administração e estreitar a aproximação entre o contribuinte e os serviços, ajudando a atingir a excelência".

4.24 Orçamento é votado hoje na generalidade

Jornal de Angola

15 de Janeiro de 2013

O Orçamento Geral de Estado (OGE) para este ano é votado hoje na generalidade pelos deputados, cinco dias depois de as comissões de Economia e Finanças e dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos terem aprovado Relatório-parecer. O Orçamento Geral de Estado para 2013 tem despesas estimadas em 6.635,5 mil milhões de kwanzas contra 5.590 mil milhões registadas em 2012, o que representa uma diferença positiva de 1.045 mil milhões de kwanzas. Uma das principais fontes do aumento das receitas reside no crescimento das receitas fiscais do sector não petrolífero, que passam de 958,8 mil milhões de kwanzas, em 2012, para 1.119,1 mil milhões de kwanzas, em 2013. A prioridade para as despesas vai para o sector social, com 33,5 por cento do total, sendo 8,09 por cento para a educação, 5,29 por cento para a saúde, 10,83 por cento para a protecção social, 7,02 por cento para a habitação e 1,1 por cento para a protecção ambiental". De acordo com o Relatório-parecer, a proposta do OGE prevê uma taxa de crescimento real do PIB (Produto Interno Bruto) de 7,1 por cento, com o sector petrolífero a crescer 6,6 por cento e o sector não petrolífero a crescer 7,3 por cento. No ano passado, Angola cresceu 7,4 por cento, com uma contribuição do sector petrolífero de 4,3 por cento e 9,1 por cento do sector não petrolífero. Mantém-se, assim, a tendência iniciada em 2006, de o sector não petrolífero estar a crescer acima do sector petrolífero, o que representa um sinal positivo do processo de diversificação da economia angolana. O Orçamento Geral de Estado prevê ainda que as reservas internacionais líquidas venham a situar-se em 40,3 mil milhões de dólares, o que representa um peso relativo de cerca de 32 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2012, as reservas situaram-se em torno dos 32,2 mil milhões de dólares. A taxa de inflação prevista é de 9 por cento. "Para um país que já teve taxas anuais de inflação de 3.000 por cento é realmente um percurso assinalável em relação ao qual devemos sentir-nos orgulhosos", disse recentemente o secretário para a Política Económica e Social do MPLA, Manuel Nunes Júnior. A proposta do OGE para este ano foi elaborada tendo em conta os grandes objectivos nacionais fixados no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, com destaque para a "preservação da unidade e coesão nacional, garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida, inserção da juventude na vida activa, desenvolvimento do sector privado e inserção

completiva de Angola no contexto internacional". Para implementar o Plano Nacional 2013/2017, o Orçamento 2013 integra os programas de projectos estruturantes do sector da Energia e Aguas, da Saúde, da constituição das plataformas logísticas, de reconstrução e construção de novas estradas secundárias e terciárias, da Educação e Ensino Superior, da Defesa e Interior, de Desenvolvimento Territorial, além de projectos empresariais.

4.25 Executivo garante um orçamento de coesão nacional

Jornal de Angola
16 de Janeiro de 2013

Os deputados à Assembleia Nacional aprovaram ontem, na generalidade, o Orçamento Geral do Estado para 2013, com 156 votos a favor, oito contra (da CASA-CE) 31 abstenção da UNITA, PRS e FNLA. O documento vai agora às comissões de especialidade para debates e aprofundamento com os membros do Executivo, para ter aprovação final antes do dia 15 de Fevereiro.

O Orçamento Geral do Estado para 2013 tem despesas estimadas em 6.635,5 mil milhões de kwanzas contra 5.590 mil milhões registadas em 2012, o que representa uma diferença positiva de 1.045 mil milhões de kwanzas. A prioridade para as despesas vai para o sector social, com 33,5 por cento do total, sendo 8,09 por cento para a educação, 5,29 por cento para a saúde, 10,83 por cento para a protecção social, 7,02 por cento para a habitação e 1,1 por cento para a protecção ambiental. Uma das principais fontes do aumento das receitas reside no crescimento das receitas fiscais do sector não petrolífero, que passam de 958,8 mil milhões de kwanzas, em 2012, para 1.119,1 mil milhões de kwanzas, em 2013.

Crescimento do PIB

No orçamento para este ano, o Executivo prevê um crescimento do PIB na ordem dos 7,1 por cento, contra 7,4 por cento registado no ano passado, e uma forte progressão das reservas internacionais, para os 40,3 mil milhões de dólares, contra 32,2 mil milhões registados no ano passado. A inflação prevista é de 9 por cento. A confirmar a tendência da diversificação da economia angolana, iniciada em 2006, o Executivo prevê um crescimento de 7,3 por cento do sector não petrolífero e de 6,6 por cento do sector petrolífero. O OGE, o Executivo define uma produção petrolífera de 673,6 milhões de barris por ano, correspondendo a 1,84 milhões de barris por dia, a um preço médio de exportação de 96 dólares por barril.

O Executivo espera que o crescimento do Produto Interno Bruto conduza a um aumento mais acelerado das receitas fiscais no sector não petrolífero, capaz de substituir gradualmente as receitas fiscais vindas do sector petrolífero, garantindo a execução orçamental sem sobressaltos nos próximos anos.

Mensagem do Presidente

A sessão foi marcada pela apresentação de uma mensagem do Chefe do Executivo aos deputados, em que manifesta o compromisso na aplicação de um orçamento que garanta a coesão nacional, uma sociedade mais inclusiva, o progresso, bem-estar e justiça social. A ministra de Estado e Chefe da Casa Civil, Edeltrudes Costa, que apresentou a mensagem, disse que o Executivo prevê um crescimento equilibrado dos vários sectores da actividade económica, a valorização dos recursos naturais e o aumento da auto-suficiência do país. Edeltrudes Costa disse que o OGE para 2013 foi elaborado com base no Plano Nacional de Desenvolvimento que resume os grandes objectivos nacionais fixados para o período 2013-2017. A ministra destacou a preservação da unidade e coesão nacional, garantia dos pressupostos para o desenvolvimento, melhor qualidade de vida, inserção no mercado e na vida activa da juventude, desenvolvimento do sector privado e a inserção competitiva de Angola no contexto internacional. No âmbito da política macroeconómica, o objectivo estratégico do Executivo é criar as condições de estabilidade e eficiência da economia para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo. Edeltrudes Costa disse que o objectivo é reduzir a inflação para "obtenção de saldos orçamentais correntes positivos e saldos globais próximos do equilíbrio". Para a materialização dos objectivos, explicou o ministro de Estado, foram elaborados programas de acção fundamentais norteados pelos objectivos do controlo da inflação, de sustentabilidade das contas públicas, de estabilidade cambial e de regulação do sector financeiro.

. Diversificação da economia

a reunião plenária, que contou com a presença de membros do Executivo, Edeltrudes Costa sublinhou que a aplicação das prioridades é feita com base no programa de diversificação da produção nacional, com vista à criação de uma base económica sólida e diversificada. O Orçamento Geral do Estado prioriza políticas de desenvolvimento humano, com vista à redução da pobreza, das desigualdades sociais, capacitação e valorização dos recursos humanos nacionais, educação, saúde, integração, protecção social, igualdade do género, ambiente, cultura, desporto e recreação. As bases para a intensificação

do processo de diversificação estrutural da economia, encontram-se em fase de estabilização, impulsionadas pelo esforço de investimento público em infra-estruturas e pela criação de um ambiente macroeconómico favorável ao investimento não petrolífero. Edeltrudes Consta disse que para âmbito social, o Executivo definiu uma política de desenvolvimento humano que visa a redução da pobreza e desigualdades sociais. "Fazem parte dos programas de acção social, a capitação e valorização dos recursos humanos nacionais, o acesso aos serviços básicos de qualidade nos sectores da educação e saúde, a integração e a protecção social, a igualdade do género, protecção do ambiente e a promoção da cultura, desporto e recreação", disse. O vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA, Carlos Alberto Ferreira Pinto, disse que o Orçamento Geral do Estado foi apresentado de forma realista e sustentada, assente em projecções macroeconómicas e visa a concretização dos grandes objectivos nacionais, O deputado destacou a preservação da unidade e coesão nacional, como garantia dos pressupostos necessários para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população e a inserção da juventude na vida activa. Ferreira Pinto disse que no processo de elaboração da proposta do OGE para este ano, o Executivo deu especial atenção à evolução da economia mundial, uma vez que as economias mais avançadas entraram em recessão. O líder da bancada parlamentar da UNITA, Raul Danda, na sua declaração política, falou da prestação de contas e questionou as medidas de política salarial. O deputado questionou ainda o Executivo sobre a problemática das assimetrias regionais com as verbas inscritas para as diferentes províncias. Disse esperar que o Executivo assuma o compromisso institucional sobre as eleições autárquicas. Já o presidente da bancada parlamentar da CASA -CE, André Mendes de Carvalho, entende que o Orçamento Geral do Estado, por ser um plano anual ou plurianual, consolidado do Estado, deve reflectir os objectivos, metas e as acções contidas nos instrumentos de planeamento nacional. O deputado falou da necessidade de prestação de contas e defendeu que a Assembleia Nacional crie mecanismos para exercer a função de controlo e fiscalização. O líder da bancada o PRS, Benedito Daniel, agradeceu o Executivo por reconhecer as necessidades do sector social e disponibilizar 33,5 por cento do OGE, mas sublinhou que a maior parte dos cidadãos ainda vive em extrema pobreza e fome. O deputado da FNLA, Lucas Ngonda, disse que os parlamentares devem trabalhar para a estabilidade política e económica e social do país e considerou Orçamento Geral do Estado um instrumento que deve assegurar os pressupostos que visam a transformação de Angola, assegurando todos os direitos dos cidadãos.

4.26 Deputados e parceiros sociais analisam Orçamento

Jornal de Angola

17 de Janeiro de 2013

Os deputados das comissões de Finanças e dos Assuntos Jurídicos e Constitucionais ouviram ontem as associações académicas e profissionais sobre o Orçamento Geral do Estado para este ano. Dessa forma Iniciaram uma série de debates sobre documento que deve ser aprovado em definitivo até 14 de Fevereiro. O presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Manuel Nunes Júnior, disse que a intenção da Assembleia Nacional é ter uma grande contribuição da sociedade civil na discussão do Orçamento Geral do Estado para este ano antes da aprovação final.

"É muito importante que o Orçamento Geral do Estado tenha a participação de parceiros sociais e associações profissionais e académicas durante a sua discussão porque o documento toca vários sectores da sociedade", sublinhou. Os deputados reuniram ontem com representantes de mais de 50 organizações de quem quiseram ouvir as preocupações. O presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional referiu que o Orçamento Geral do Estado deve ser discutido por todos os parceiros sociais que são afetados pelo Orçamento.

O Orçamento Geral do Estado para 20 13 tem despesas estimadas em 6.635,5 mil milhões de kwanzas contra 5.590 mil milhões registadas em 20 12, o que representa uma diferença de 1.045 mil milhões de kwanzas. A prioridade para as despesas vai para o sector social, com 33,5 por cento do total, sendo 8,09 por cento para a educação, 5,29 para a saúde, 10,83 para a protecção social, 7,02 para a habitação e 1,1 para a protecção ambiental. Uma das principais fontes do aumento das receitas é o crescimento das receitas fiscais do sector não petrolífero, que passam de 958.8 mil milhões de kwanzas em 2012 para 1.119,1 mil milhões este ano.

No orçamento para 2013, o Executivo prevê um crescimento do PIB na ordem dos 7,1 por cento, ligeiramente abaixo dos 7,4 por cento registado em 2012 e uma forte progressão das reservas internacionais para os 40,3 mil milhões de dólares contra 32,2 mil milhões registados no ano passado. A inflação prevista é de 9 por cento. A representante do Conselho Nacional da Juventude (CNJ) referiu que o Orçamento destinado àquela organização deve ser reforçado para poder realizar todas as atividades propostas.

. "O Orçamento cabimentado para o sector social deve ser reforçado, tendo em conta os programas traçados", afirmou. Madalena Bumba mencionou os programas de combate à delinquência juvenil, ao alcoolismo, à prostituição e à sinistralidade, bem como a educação cívica para a cidadania para justificar a posição de reforço do sector social que já é o principal destinatário das despesas do Orçamento Geral do Estado para este ano, 33,5 por cento do total.

O director da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, Belarmino Jelembi, defendeu o reforço do Orçamento Geral do Estado para o apoio às áreas ligadas ao meio rural. Belarmino Jelembi referiu a importância de uma aposta séria no sector da Agricultura para a diversificação da economia no país. Mário Rosa, do Comité Olímpico Nacional, recordou que há mais de cinco anos que o orçamento para o desporto se mantém: "O Orçamento destinado às atividades desportivas deve ser analisado antes com o Ministério do Desporto".

O representante da União Nacional dos Camponeses Angola (UNACA), Albano da Silva, salientou que a organização deve ter um reforço das verbas para a construção de salas para alfabetização. "As cooperativas estão criadas, mas não têm suporte financeiro", lamentou. No Plano Nacional para 2013-2017, o Executivo propõe-se promover o crescimento equilibrado dos vários sectores de actividade económica. Este crescimento é centrado no desenvolvimento económico e na expansão das oportunidades de emprego.

Na apreciação e votação na generalidade, realizada na terça-feira, o deputado Estêvão Kachiungo, da UNITA; pediu que o Orçamento Geral do Estado para este ano seja considerado "um documento de políticas que contribua para a preservação integridade e coesão nacional". O parlamentar, que se absteve da votação como toda a bancada do seu partido, afirmou que o Executivo deve dar mais atenção à preservação dos equilíbrios regionais e ao combate à pobreza.

Leonel Gomes, da CASA-CE, disse que o Orçamento Geral do Estado "pode ser um instrumento técnico jurídico" com estimativas das receitas e definição das despesas, mas deve refletir-se na vida dos cidadãos e nas constantes melhorias das suas condições de vida. O deputado Leonel Gomes declarou que o Orçamento Geral do Estado deve dar prioridade "à criação de políticas salariais tendentes à realização social dos trabalhadores" para as famílias encontrarem "estabilidade nos lares". Disse que o documento, aprovado na generalidade, deve privilegiar igualmente o sistema de saúde e que a educação tem de se refletir na vida dos cidadãos.

Eduardo Kwagana, do Partido de Renovação Social, que se absteve na votação na generalidade, defendeu o reforço de verbas e de meios para o Tribunal de Contas fiscalizar melhor o Orçamento Geral do Estado. "O Tribunal de Contas deve ser reforçado com mais quadros e dinheiro para poder acompanhar e fiscalizar o Orçamento Geral do Estado e no final do ano pedir contas ao Executivo", declarou o deputado do Partido de Renovação Social.

4.27 Estudo mostra números do défice do Orçamento

Jornal de Angola
17 de Janeiro de 2013

As contas públicas angolanas devem registar este ano um défice de 405,4 mil milhões de kwanzas, o primeiro saldo negativo desde 2009, revelam resultados de um estudo realizado pela acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e a consultora OPSA.

O estudo indica que este défice, equivalente a 3,4 por cento do produto interno bruto, é resultado da diferença entre receitas correntes de 4,570.4 triliões de kwanzas, 38,2 por cento do PIB, e despesas de 4,975.8 triliões, 41,6 por cento do PIB.

Salvo indicação em contrário, as contas excluem as operações financeiras, como os empréstimos", refere o estudo, cujos resultados foram apresentados, em Luanda, pelo economista Carlos Rosado. Ao comparar a proposta do OGE para este ano com as estimativas de execução do OGE de 2012, as receitas baixam 4, 1 por cento, enquanto os gastos públicos aumentam 26, 7 pontos percentuais, salienta o estudo.

O estudo também mostra que o excedente de 839,6 mil milhões de kwanzas do ano passado se transforma no OGE de 2013 num défice de 405,4 mil milhões. O aumento da despesa pública em 1,048.8 triliões de kwanzas, 26,7 por cento, é superior ao do próprio produto Interno bruto, que aumenta 932,1 mil milhões, correspondentes a 8,5 por cento.

O estudo alerta que o crescimento da despesa pode aumentar as pressões sobre a moeda em circulação e a inflação, o que constituindo um desafio enorme para a autoridade monetária. Um dos fatores de vulnerabilidade do país na crise de 2008, realça o estudo, pode ter sido a política monetária "acomodatícia" adotada pelo Banco Nacional de Angola (BNA), face ao expansionismo da política orçamental.

O estudo considera que a pressão sobre a liquidez na economia, que resulta do forte crescimento das despesas públicas em 2013, é agravada pelas novas regras cambiais que obrigam as empresas petrolíferas a pagamentos através de contas em bancos nacionais. "Esta dupla pressão constitui um teste à autonomia do BNA face ao poder político", sublinha do documento.

O OGE para este ano, ao prever despesas e receitas na ordem dos 6.6 triliões de kwanzas, contra os 4.5 triliões de kwanzas em 2012, representa 55,5 por cento do PIB.

4.28 AJPD e a OMUNGA satisfeitos com esforços da AN

Semanário Novo Jornal
18 de Janeiro 2013

A AJPD e a OMUNGA constatarem com satisfação o esforço feito pela Assembleia Nacional (AN) em tentar aproximar os cidadãos na discussão do Orçamento Geral do Estado (OGE) lê-se num comunicado que o Novo Jornal teve acesso. O comunicado considera ser um exercício importante no âmbito da democracia participativa e lembra que não basta este aparente processo de consulta aos cidadãos, ou à Sociedade Civil na discussão do OGE, também é importante saber como será feita a gestão e a execução do respectivo Orçamento. "É imperioso que os agentes e servidores públicos façam uma gestão parcimoniosa dos recursos financeiros, nos termos do art.13 da lei nº 3/10 de 29 de Março, "Lei da Probidade Pública" explica. Por outro lado, a AJPD e a OMUNGA, chamam à atenção para que os deputados exerçam com eficácia a fiscalização do referido Orçamento. "As organizações subscritoras consideram imperioso que o Executivo disponibilize e divulgue o Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGFI) em sua posse à alguns anos e, torne disponível em especial aos deputados, Procurador Geral da República, Presidente do Tribunal de Contas e aos cidadãos em geral, todas as informações necessárias para o acesso ao SIGFI", acrescenta. As Organizações subscritora consideram que só com a disponibilização da informação em tempo útil permitirá ao cidadão exercer o controlo social e a participar de modo cívico na gestão do erário público de forma séria e compro metida.

4.29 Assembleia Nacional Aprova OGE 2013

Semanário Novo Jornal
18 de Janeiro 2013

OS DEPUTADOS da Assembleia Nacional aprovaram na generalidade, no princípio da tarde desta terça-feira, dia 15, o Orçamento Geral do Estado para este ano, que prevê despesas de 6,635,5 mil milhões de kwanzas e receitas em igual montante. Segundo o Executivo, a prioridade das despesas vai para o sector social, com 33,5 por cento do total, sendo 8,09 por cento para a educação, 5,29 por cento para a saúde, 10,83 por cento para a protecção social, 7,02 por cento para a habitação e 1,1 por cento para a protecção ambiental. Os deputados aprovaram na generalidade este orçamento, com 156 votos a favor, oito contra da CASA- CE e 31 abstenções da UNITA, FNLA e do PRS. O documento está a ser discutido, desde quarta-feira última, nas comissões de especialidade para debates e aprofundamento com os membros do Executivo, para ser aprovado no dia 14 de Fevereiro próximo. O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Edeltrudes Costa, esclareceu que o OGE de 2013 foi elaborado com base no Plano Nacional de Desenvolvimento, que resume os grandes objectivos nacionais fixados para o período de 2013-2017. Segundo Edeltrudes Costa, no âmbito da política macroeconómica, o objectivo estratégico do Executivo é criar as condições de estabilidade e eficiência da economia para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo. O governante disse ainda que o objectivo deste orçamento é reduzir a inflação 'para a obtenção de saldos orçamentais correntes positivos e saldos globais próximos do equilíbrio. Para a materialização destes objectivos, explicou que foram elaborados programas de acção fundamentais, norteados pelos objectivos do controlo da inflação, sustentabilidade das contas públicas, de estabilidade cambial e de regulação do sector financeiro.

UMA UTOPIA

A oposição considera que o orçamento de 2013 é uma utopia O deputado da bancada parlamentar da CASA-CE, Manuel Fernandes, manifestou-se inquieto em relação a este orçamento, porque o Executivo não dá garantias de que, na execução prática, haverá transparência. "O OGE está ferido de falta de transparência, ou seja, foi elaborado com base nos três últimos orçamentos, daí deve-se clarificar as suas despesas e não deixar omissas outras despesas", afirmou, questionando que despesas são. "Foi prática no passado o cabritismo, que diz que o cabrito come aonde está amarrado, e esta prática de colocarmos

outras despesas não clarificadas propicia o cabritismo. Nós não podemos anuir favoravelmente ao Executivo para poder contrair empréstimos no sentido de poder cobrir despesas sem autorização da Assembleia Nacional". Para Manuel Fernandes, o que o Executivo está a solicitar é uma "carta-branca" aos deputados, facto que a coligação recusa: "Nós entendemos que a autorização de contrair empréstimo deve ser feita de forma casuística ,devemos devemos saber qual é o valor qual é a finalidade? qual é taxa de juro?é período da amortização da dívida e isto é importante no sentido de podermos acautelar o ónus para as gerções vindouras."o deputado que um dos elementos fundamental da família é a estabilidade, que é garantida com empregos e salários justos."se não criarmos emprego e salários justos em nada servira a estratégia de podermos melhorar a situação das famílias. Estamos num país onde aparecem indivíduos que para cavarem buracos são os expatriados. Entendemos que a reconstrução do país deveria ser dada aos angolanos para poderem ter empregos" o consultor económico e deputado da bancada parlamentar da UNITA fernadndo Heitor, também desconsiderou o OGE de 2013, chamando-o de utópico. Estou preocupado, não sei se é ao ministro das Finanças ou do Plano, mas vocês complicam a vida dos deputados, dificultam o nosso trabalho, fazem-no de forma consciente ou não? Eu não sei".

RIGOR TÉCNICO?

O parlamentar questiona como é possível trazerem a esta casa de leis um orçamento, sem que tenha apenso o balanço do Executivo do ano anterior. "E vem o meu colega da bancada parlamentar do MPLA dizer que há rigor técnico? É por isso que digo que este orçamento é utópico, está cheio de boas intenções. Do conjunto de programas alinhavados neste orçamento a maior parte é de difícil concretização, 69 mil milhões de USD serão concretizados apenas 50 por cento -e as boas intenções vão ficar em águas de bacalhau. Os problemas com que se debatem as populações e as empresas vão continuar e, no próximo ano, vêm aqui (Assembleia Nacional) pedir mais sem o balanço do Executivo e vamos andando assim". O político justificou melhor porque é que considera que o orçamento é utópico. "O Executivo fala da valorização dos recursos naturais e não fala da valorização dos recursos humanos. As economias actuais já não se baseiam em vantagens cooperativas, as economias actuais assentam no capital humano. Vocês prometeram na campanha eleitoral que o sector não petrolífero iria crescer 8 por cento, mas agora falam em 3,8 por cento. Ainda não se passaram

seis meses e já esqueceram o que prometeram? Aonde é que está o lema distribuir melhor? Será que isto é para dar mais ao sector da defesa, da segurança interna? Mais do que se dá à educação é à saúde? Em tempos de paz? Só em regimes ditatoriais militares é que se faz isto", alertou o deputado da UNITA.

Esclareceu que a nossa taxa de inflação é das mais altas da região austral de África, excluindo o Zimbabwe e que aqueles que contraíram créditos pagam uma taxa enorme.

FALTA DE FISCALIZAÇÃO

O deputado do PRS, Eduardo Cuangana, questionou se o OGE passa pela Assembleia Nacional para beneficiar apenas do aval dos deputados. "Se for só para isto não devemos continuar a aprovar só para aprovar. Ninguém sabe o que se fez com o dinheiro que foi aprovado em 2012". O parlamentar está preocupado com a falta de fiscalização no OGE. "O Tribunal de Contas, por si só, não terá elementos suficientes para poder acompanhar este orçamento. O que pedimos é que este tribunal deve reforçado com mais quadros, com mais dinheiro para poder acompanhar e fiscalizar e, no final do ano, forçar o Executivo a apresentar contas. Não podemos continuar com a cultura da não apresentação do balanço final de cada ano. Será que os governantes vão receber as verbas a 100 por cento? Acho que não. E para onde vai o dinheiro?"

Para o responsável da bancada par lamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, «Miao», "não é possível fazer uma análise pormenorizada do Orçamento Geral do Estado sem documentos importantes, como o Plano Nacional do Desenvolvimento, a Conta Geral do Estado de 2011, que deveria dar entrada a 30 de Setembro de 2012 e, por fim os relatórios de execução do OGE do mesmo ano". Alertou que a sua coligação política teve o cuidado de chamar a atenção, na conferência dos chefes de líderes parlamentares da Assembleia Nacional, tendo obtido como resposta que os mesmos seriam solicitados e distribuídos na eventualidade de existirem, mas até ao momento não foram entregues aos deputados. Já o vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA, Carlos Alberto Ferreira Pinto, defendeu o Executivo, dizendo que o programa do OGE foi apresentado de forma realista e sustentada, assente em projecções macroeconómicas e visa a concretização dos grandes objectivos nacionais.

4.30 CASA-CE chumbo OGE, maioria aprova

Semanário continental
18 de Janeiro de 2013

Com oito votos contra, todos da CASA-CE, 31 abstenções da UNITA, PRS e FNLA e 156 votos a favor todos do MPLA, o Orçamento Geral do Estado foi aprovado na generalidade nesta terça-feira 15, na Assembleia Nacional.

A Assembleia Nacional aprovou nesta terça-feira, na generalidade, o Orçamento Geral do Estado para 2013, prevendo receitas e despesas avaliadas em 6,635,567,190,477.00 (seis triliões, seiscentos e trinta e cinco mil milhões, quinhentos e sessenta e sete milhões, cento e noventa mil e quatrocentos e setenta e sete kwanzas). O documento de gestão financeira do Estado foi aprovado em sessão plenária ordinária, orientada pelo presidente do parlamento, Fernando da Piedade Dias dos Santos. Apresentado pelo ministro das Finanças, Carlos Lopes, o OGE, quanto a despesa total, dá primazia ao sector social, com 33,5% dos recursos, sendo 8,09% para a educação, 5,29% para a saúde, 10,83% para protecção social, 7,02% para a habitação e 1,1% para a protecção ambiental. Em seguida vem a Administração Pública com 23,6% e os sectores da defesa e económico com cerca de 18%. De acordo com o ministro, a composição da despesa por natureza económica reflecte o apoio prioritário à ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção, do emprego e do bem-estar da população. Nesta perspectiva, prosseguiu, dá-se predominância aos dispêndios para fins de investimentos (24,7%), pessoal (19,51%), amortização da dívida (18,24%) e com aquisição de bens e serviços (17,5). Carlos Lopes elarificou que o OGE foi definido tendo como base a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto de 7,1%, taxa de câmbio de 96,30 Kwanzas, por dólar norte-americano, bem como uma taxa de inflação de 9%. O sector petrolífero vai contribuir para a conformação do orçamento em 50%, por efeito da produção crescente e dos preços ainda favoráveis do petróleo, seguindo-se as receitas do sector não-petrolífero com 17% e dos financiamentos externos com 12%. As receitas fiscais (exclui desembolsos de financiamento e venda de activos) estão projectadas em cerca de 4.570,4 mil milhões de kwanzas e despesas fiscais (exclui amortização da dívida e constituição de activos) fixadas em 4.975 mil milhões de Kwanzas, de que resulta num déficit fiscal de 407,4 mil milhões de Kwanzas, equivalente a 3,4% do PIB.

4.31 Défice de 35,7 milhões de euros no OGE

Semanal Angolenses
18 de Janeiro de 2013

Será a primeira vez desde 2009 que as contas públicas angolanas registarão um saldo negativo, segundo o estudo realizado pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e o Observatório Político-Social de Angola (OPSA). Segundo o documento de 17 páginas, intitulado "Posição do OPSA e da ADRA sobre o OGE 2013", o défice apresentado pelo Orçamento Geral do Estado, aprovado hoje na generalidade pela maioria parlamentar que apoia o Governo de José Eduardo dos Santos, equivale a 3,4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e resulta da diferença entre as receitas correntes, 38,2% do PIB, e as despesas, 41,6% do PIB. Comparando a proposta do OGE 2013 com as estimativas de execução do OGE 2012, as receitas baixam 4,1%, enquanto os gastos públicos fazem o caminho inverso, aumentando 26,7%, o que indicia uma "degradação das contas públicas e uma política orçamental fortemente expansionista". "A aparente deriva expansionista referida aumenta as pressões sobre a moeda em circulação e, conseqüentemente, sobre a inflação, constituindo um desafio enorme para a autoridade monetária", sustentam as duas organizações. A ADRA e o OPSA consideram que um dos factores de vulnerabilidade de Angola na crise de 2008, em que teve de pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional (FMI), "poderá ter sido a política monetária acomodatória adoptada pelo Banco Nacional de Angola (BNA) face ao expansionismo da política orçamental". Esta situação, a repetir-se, pode inviabilizar alguns dos progressos alcançados no combate à inflação, que desceu para 9% em 2012, e em que a manutenção do valor de um dígito constitui um dos grandes objectivos para 2013. "A pressão sobre a liquidez na economia resultante do forte crescimento das despesas públicas em 2013, será agravado pelas novas regras cambiais que obrigarão as petrolíferas a pagamentos através de contas em bancos nacionais. Esta dupla pressão constituirá um teste à autonomia do BNA face ao poder político. A sua capacidade em contrariar ou neutralizar a aparente deriva expansionista jogará um papel decisivo na estabilidade dos preços", apontam as duas organizações não-governamentais. A proposta de aGE2013 foi aprovada na generalidade no parlamento por uma maioria confortável de 156 votos a favor, contra oito e 31 abstenções. a diploma, apresentado pelo ministro das Finanças, Carlos Lopes, prevê receitas e despesas no valor igual de 51,9 mil milhões de euros. Comparativamente ao OGE de 2012, este apresenta um crescimento de 16,4

mil milhões de euros, a valores cambiais de 2013. Segundo Carlos Lopes, o OGE foi elaborado com base na previsão de uma taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto em 7,1%, e sustenta a continuação da taxa de inflação em apenas um dígito: 9 por cento. O sector petrolífero vai contribuir com metade das receitas previstas, seguindo-se as receitas do sector não petrolífero, com 17%, e dos financiamentos externos com 12%. O Governo angolano prevê ainda nas receitas que o preço médio do barril de petróleo ex-portado se situe nos 96,02 dólares, e assenta as receitas petrolíferas numa produção diária de 1,84 milhões de barris. Em 2011, a produção petrolífera foi de 1,66 milhões de barris/dia e em 2012 aquele valor subiu para 1,8 milhões/dia. A votação final do diploma deverá realizar-se no próximo dia 14 de Fevereiro. Até lá, o OGE/2013 vai ser discutido na especialidade pelas comissões parlamentares,

4.32 Despesa aumenta em OGE expansionista, diz Rosado de Carvalho

Semanário o País
18 de Janeiro 2013

O economista Carlos Rosado de Carvalho classifica o Orçamento Geral do Estado para 2013 como expansionista, considera que a evolução do preço do petróleo e a orientação da execução orçamental configuram os principais riscos que aquele enfrenta e sublinha que 'o sector social leva a maior fatia dos gastos, mas os maiores aumentos vão para os assuntos económicos e a defesa e segurança', fazendo ainda notar que os 'subsídios são considerados despesa social'. O OGE 2013 é marcado por um aumento muito significativo da despesa em relação à estimativa de execução das contas do Estado no último ano, considerou Rosado de Carvalho na exposição que fez do OGE 2013 numa sessão realizada pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e a consultora OPSA. Quando se comparam os grandes valores inscritos para 2013 com os valores estimados para a execução orçamental do último ano, enquanto as receitas se reduzem 4,1%, as despesas dão um salto de 29,7%. Daí que do excedente estimado para 2012, de 7,6% do produto interno (PIB), muito acima do inicialmente previsto, se passe agora para um défice que se prevê venha a corresponder a -3,4% do PIE (nos anos mais recentes, só em 2009 o OGE registou um saldo negativo). No que respeita ao peso do Estado na economia, Rosado de Carvalho assinalou que a receita, entre 2012 e 2013, desce de 43,3% para 38,2% do PIE, ao passo que a despesa aumenta de

35,6% para 41,6%, o maior nível de despesa em relação ao PIE nos seis últimos anos. O saldo do sector não petrolífero agrava-se significativamente de 2012 para 2013, passando de Kz -2.459,2 mil milhões para Kz -3448,2 mil milhões, ou seja, de -40,2% do PIE para -47,3% do PIE. E embora as receitas provenientes do sector não petrolífero cresçam ligeiramente em valor absoluto, decaem, em 2013, em percentagem do PIB. Já as despesas aumentam de 59,9% do PIB para 65% do PIB. Rosado de Carvalho fez contas à evolução da receita e despesa fiscal do sector não petrolífero desde 2006 e a conclusão a tirar é que o défice revela uma tendência para o agravamento, prevendo-se que se venha a situar, este ano, em -47,3% do produto não petrolífero.

Assuntos económicos o que mais cresce

O investimento público levará, em 2013, a 'parte de leão' da despesa do Estado (58,2% do total). Seguem-se-lhe as prestações sociais (52,3%), as despesas com pessoal (38,2%) e, a par, outras despesas (17,4%) e os subsídios (11,7%). Entre as despesas de investimento destacam-se as 'obras de construção e reabilitação das instalações' (Kz 1.175,5 mil milhões e 72% do total), seguindo-se-lhe, longinquamente, a 'construção de imóveis' (274,1% do conjunto da despesa pública). Se, na perspectiva da distribuição das despesas por função, o sector social leva a palma (Kz.222,8 mil milhões, mais Kz 731,2 mil milhões que o que se terá gasto em 2012, e 33,5% do total), os assuntos económicos, acentuou Rosado de Carvalho, é a área que mais cresce em termos de dotação (162,4%). À defesa e segurança é atribuída mais 49% de verbas que no ano passado, o sector social mais 49% e a administração 46,3%. A educação recebe Kz 536,9 mil milhões, a habitação e serviços Kz 466,2 mil milhões e a saúde Kz 351,3 mil milhões do OGE 2013. A grande parte das despesas com a educação vai para o primário (Kz 274,9 mil milhões) mas são as verbas destinadas ao ensino superior as que registam uma variação mais positiva do OGE 2012 para o OGE 2013 (116,1%, seguindo-se o secundário, cujas dotações aumentam 72,7%). Quanto ao Programa de Investimentos do Estado (PIP), Luanda continua a ser a província que arrecada a maior fatia (Kz 365 mil milhões) no OGE para este ano, seguindo-se o Kwanza Norte (Kz 89,8 mil milhões), o Bengo, Kunene, Kuando Kubango, Malanje, Benguela, Cabinda e Huíla.

4.33 Governador esteve no Cacucaco a promover obras comunitárias

Jornal de Angola

18 de Janeiro de 2013

o governador provincial de Luanda, Bento Bento, foi ontem observar o estado da escola do ensino primário e secundário número 4.060 na Funda. Além de constatar o estado da escola, o governador foi ver como está a funcionar o centro de tratamento de água na CAOP e o andamento das obras no Mercado do Kifangondo e no Mercado do Peixe, no Cacucaco. A administradora do Cacucaco, Rosa Dias dos Santos, apresentou ao governador e visitantes os projectos realizados e em carteira. "Já foram realizadas 55 ligações de chafarizes para a comuna do Kikolo", disse a administradora. Rosa Dias dos Santos precisou que foram construídos 18 chafarizes em vários bairros com predominância para a Mulemba e Pedreira e quatro chafarizes para a Barra do Bengo. Este ano "vão ser inaugurados cinco postos de abastecimento de energia nos bairros da Vidrul e da Funda", salientou a administradora. Além disso, referiu, estão a ser construídos sete mercados, dois campos desportivos, cozinhas comunitárias e 26 quiosques. o porta-voz do Governo da Província de Luanda, Carlos Gonçalves, disse que o governador fez um balanço positivo da actividade realizada e deixou recomendações no sentido de haver melhorias. "É de saudar o trabalho que o município do Cacucaco está a fazer no combate à pobreza", afirmou o porta-voz. O responsável da obra no Mercado do Kifangondo, Joaquim Fernandes, realçou que aquele espaço de vendas tem 366 bancadas, um armazém e um local para a lavagem do peixe. Joaquim Fernandes garantiu a abertura dentro de dois meses, de uma paragem de táxis dentro do mercado e de um posto policial. .

4.34 Mensagem presidencial reforça objectivo do OGE

Semanário o País

18 de Fevereiro de 2013

O presidente da República, José Eduardo dos Santos, endereçou, terça - feira, em Luanda, uma carta aos deputados referente à proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, onde, no essencial, faz uma súmula da proposta orçamental do Executivo, com base no plano nacional de desenvolvimento para os anos 2013/2017. O ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República' Edeltrudes Costa, que se encarregou de transmitir a mensagem presidencial, destacou os objectivos fixados no

documento que são a preservação da unidade e coesão nacional, garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, a melhoria da qualidade de vida das populações, a inserção da juventude na vida activa, o desenvolvimento do sector privado e inclusão competitiva de Angola no contexto internacional. O objectivo estratégico para a política macroeconómica do Executivo' segundo a missiva, consiste em "criar as condições de estabilidade, A política monetária tem sido conduzida com o principal objectivo do controlo do nível geral de preços, tendo registado uma gestão cuidada na história económica de Angola, o que permitiu alcançar, em 2012, uma taxa de liquidez que permitiu a redução da inflação para níveis próximos de um dígito.

eficácia e eficiência da economia para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo". Segundo a carta do Chefe do Executivo, a redução sustentável da inflação para um dígito, a obtenção de saldos orçamentais correntes positivos e globais próximos do equilíbrio, a estabilidade cambial, o esvaziamento da função do mercado paralelo e a reorganização do sistema financeiro, constituem os objectivos específicos do OGE. Para a prossecução deste desiderato, a mensagem presidencial refere, nomeadamente, que "foram elaborados programas de acção fundamentais norteados pelos objectivos do controlo da inflação, da sustentabilidade das contas públicas, de estabilidade cambial e de regulação do sector financeiro". Precisa ainda que a política monetária tem sido conduzida com o principal objectivo do controlo do nível geral de preços, tendo registado uma gestão cuidada na história económica de Angola, o que permitiu alcançar, em 2012, uma taxa de liquidez que permitiu a redução da inflação para níveis próximos de um dígito.

4.35 OGE 2013 primeiro olhar

Semanário Novo Jornal

18 de Janeiro 2013

O Orçamento Geral do Estado (OGE) baixou terça-feira à Assembleia Nacional onde foi aprovado na generalidade. A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADAA) e o Observatório Político-Social Angolano (OPSA) uniram-se mais uma vez para analisar o Documento. Nas próximas edições o Novo Jornal publicará uma versão resumida das conclusões do documento.

INTRODUÇÃO

A exemplo do que vem acontecendo nos últimos anos, o OPSA e a ADRA voltam a unir os seus

esforços no sentido da produção de um documento que permita uma reflexão e um debate, tão alargados quanto possível aos vários segmentos da sociedade, sobre a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013. Não é demais reafirmar que o OGE é, ou deve ser, o principal instrumento para dar corpo às políticas públicas que traduzem o Programa de Governo do partido que ganhou as eleições. Por isso, o escrutínio público, o debate em torno das opções - explícitas ou não - do OGE e a advocacia em defesa de opções que promovam a justiça social e redução da pobreza são fundamentais para um desenvolvimento harmonioso e sustentável de Angola. É importante recordar que o grande slogan que deu cobertura a tal programa foi "Crescer mais para distribuir melhor", competindo agora à sociedade fazer o acompanhamento do cumprimento da promessa. A finalidade deste documento é, pois, a apresentação de factos e reflexões que possam servir de referência, para os representantes eleitos pelos cidadãos e para os cidadãos em geral, que têm o dever de acompanhar e fiscalizar o desempenho dos seus representantes e governantes, em todos os seus actos, entre os quais as opções que tomam, particularmente com a aprovação do OGE com todas as suas implicações na vida das pessoas e das famílias. É, por isso, necessário que a sociedade perceba o que está em jogo e esteja atenta e tome posição a partir de um bom conhecimento do orçamento, das opções na base da sua elaboração, e da forma como é executado. O OGE de 2013 foi elaborado num contexto específico, depois da realização das eleições de 2012. Ao contrário do que por vezes acontece, em que a lei é esquecida, desta vez houve o cuidado de se legislar no sentido de serem alterados os prazos legais para a apresentação, pelo Executivo, da proposta de GE, e da sua discussão e aprovação pela Assembleia Nacional (AN), facto que deve ser saudado. Isso permitiu, desde logo, que houvesse um período de tempo maior entre esses dois momentos, intervalados pelo tempo das tradicionais Festas de Natal e Ano Novo, mas que infelizmente não pode ser bem aproveitado porque o texto da proposta, enviado à AN meados de Dezembro, não foi disponibilizado para consulta dos cidadãos interessados, o que reduziu o tempo para tratamento das matérias nele incluídas. Apesar disso, o a PSA e a ADRA manifestam o seu agrado pelas melhorias verificadas, quer em termos de conteúdo, quer em termos processuais, aspectos que serão referenciados ao longo do texto.

QUESTÕES PRELIMINARES

a OPSA e a ADRA consideram que a apreciação de um OGE - Orçamento Geral do Estado supõe, antes de mais, uma reflexão sobre algumas ideias bastante

difundidas, mas sem fundamento diante de uma análise mais aprofundada: A primeira questão poderia ser formulada deste modo: "o OGE é assunto de especialistas e a cidadão comum não tem capacidade para entender ou para fiscalizar estas coisas ...". Ora a economia não pode decidir, apenas pode ajudar a preparar decisões e a perceber os efeitos dessas decisões. A decisão é política

Desta vez houve o cuidado de se legislar no sentido de serem alterados os prazos legais para a apresentação, pelo Executivo, da proposta de OGE, e da sua discussão e aprovação pela Assembleia Nacional e ética, não é económica. Se a legalidade de uma decisão exige que se sigam os trâmites legais e que se tenha competência à face da lei para a tomar, a legitimidade da decisão exige a sua subordinação ao chamado "contrato social" que confere ao titular do órgão público decisor a responsabilidade de decidir de forma a corresponder às necessidades e prioridades dos cidadãos. A formulação técnica pode ser assunto de especialistas, mas a decisão política pode e deve estar ao alcance da compreensão do cidadão comum. É frequente pensar-se que "quanto mais o OGE de um país gasta com o sector social, nomeadamente com a educação e com a saúde, mais ele contribui para o Desenvolvimento Humano". Esta espécie de axioma deve ser questionada: A que projecto de construção nacional ou modelo de desenvolvimento o OGE corresponde? Quais as rubricas que estão incluídas no "sector social" além de educação e saúde? Quem são os principais beneficiários das despesas no sector social? Não estará o sector social demasiado preocupado com os investimentos visíveis de curto prazo (infra-estruturas, por exemplo) mesmo se pouco preocupado com a sua qualidade e sustentabilidade? Comportará níveis suficientes de investimento humano, imprescindível para que as infra-estruturas cumpram o seu papel social, mas muito menos visível e cujos resultados não se colhem a curto prazo? Muitas vezes considera-se que ao atribuir verbas para um sector estamos a resolver os problemas do sector mas a questão principal não é "ter verba", mas "a forma como a verba é gasta". Há inúmeros exemplos de programas públicos que receberam milhões sem resolver os problemas que motivaram a implementação desse programa. Desde 1990, Angola apresenta sempre um intervalo entre o lugar no ranking de desenvolvimento humano (153º em média) e o lugar do ranking de PIB per capita (120º em média). Isto significa que há uma média de 33 países que; com menos dinheiro em média por pessoa, gastam melhor que nós em termos de produção de resultados ao nível do desenvolvimento humano. Uma análise adequada de um OGE não deveria ser feita comparando a proposta de OGE de

um ano com a proposta de OGE dos anos anteriores, mas pela comparação entre a proposta de OGE e os relatórios de execução e a Conta Geral do Estado dos anos anteriores. Reconhecendo a melhoria muito significativa que se verificou nos últimos anos em relação à divulgação de informação por parte dos órgãos do Estado, o OPSA e a ADRA constataam que muita desta informação ainda não está disponível para os cidadãos. Um bom OGE é aquele que permite ao Estado, de forma interactiva com os outros actores sociais, assumir este papel de garante do exercício dos direitos e dos deveres dos cidadãos. 'caso contrário, poderá haver sempre o risco de o poder de decisão dos órgãos do Estado ser confiscado por um pequeno grupo que decide em função dos seus interesses próprios (e não do bem comum dos cidadãos), distribuindo umas migalhas aos mais pobres para que se revoltam e o status quase a manter ...PSA e a ADRA chamam a atender para a importância da criação mecanismos adaptados à nossa realidade que possibilitem aos cidadãos uma maior participação fluência na tomada de decisão l definição das políticas públicas As experiências de fóruns pais e a institucionalização dos S - Conselhos de Auscultação Increpação Social - constituem passo nessa direcção, mas ainda estão claras, nem a sua presentatividade, nem se as suas competências são exclusivamente consultivas (como a prática parece indicar), pois a parte relativa à concertação é quase sistematicamente inagorada.

4.36 Um OGE para distribuir melhor

Semanário Novo Jornal

18 de Janeiro 2013

o debate sobre o OGE ocorrido esta semana entre a 5ª Comissão da Assembleia Nacional e organizações da sociedade civil (OSC) constitui um bom exemplo de maior inclusão dos cidadãos na discussão dos seus problemas. Revelou que o pluralismo de ideias é mais fecundo que o unanimíssimo transmitido pela comunicação social pública. As OSC apresentaram ideias e propostas pertinentes e construtivas, mostrando ser uma mais-valia para a definição de políticas públicas que os responsáveis políticos têm desperdiçado. Infelizmente, aquelas opiniões não chegaram ao público através dos órgãos de comunicação social públicos, ainda há quem pense que o bom caminho é o de esconder ideias, informação e conhecimento. Claro que quem pensa assim está condenado a passar ao lado do futuro. O debate podia ter sido mais proveitoso se tivesse abrangido mais organizações com reconhecida obra. Doutra modo não faz sentido os dirigentes afirmarem que a solução dos problemas deve ser obra de todos os angolanos. O afastamento de certas

correntes supere-a intenção de manutenção da exclusão de segmentos importantes da sociedade. Muitas das incongruências da proposta de OGE poderiam ter sido evitadas se o diálogo com a sociedade tivesse iniciado nos municípios. Os Conselhos de Auscultação e Concertação Social servem para isso, mas só terão protagonismo se forem mais representativos dos cidadãos, for melhor entendido o seu papel e tiverem mais prática, pois se os cidadãos são acusados de terem ideias, isso resulta muito da falta de capacidade dos responsáveis locais para criarem um clima favorável ao florescimento de ideias. Estão a começar a dar os primeiros passos na auscultação, mas resta um longo caminho para a concertação. Mas lá chegaremos. Dizem os chineses que, por mais longa que seja a marcha, começa sempre pelo primeiro passo. O Observatório Político Social e a ADRA apresentaram à Assembleia Nacional e ao público um documento com o propósito de facilitar a compreensão das opções da OGE de 2013 pelos cidadãos, mas também o de levantar algumas questões críticas. De contribuir para que a proposta seja conhecida e discutida pelas instituições públicas, pela sociedade civil e pelo sector privado, para que resultem propostas para a sua melhoria, não apenas para este ano, mas também para o processo de orçamentação futura. Esse debate poderá estimular o exercício do direito e dever de controlo da gestão dos recursos públicos pelos cidadãos, pois é tempo destes assumirem o seu direito de participação na vida política do país previsto pela Constituição. O OGE não deve ser assunto exclusivo de especialistas em economia, pois a decisão sobre ele é política e ética, não é económica, e deve estar ao alcance da compreensão do cidadão comum. Escrevi recentemente que o OGE de 2013 poderia ser um indicador sobre os propósitos de mudança nas prioridades da governação. A proposta do Conselho de Ministros não revela intenções de ruptura. Por exemplo, a anunciada atenção aumentada ao sector social: não é significativa e na verba que lhe é atribuída está escondida uma das incongruências: os subsídios aos combustíveis não deveriam ser considerados nesse sector, pois não são os pobres que mais beneficiam com a sua manutenção, e dá uma ideia falsa das prioridades. Às verbas atribuídas à infância e ao ensino pré-escolar são irrisórias e muito inferiores às propostas para os idosos, de tal modo que se é levado a pensar, tendo em conta a nossa pirâmide etária, que houve um engano - e são tantos os que são facilmente detectáveis no OGE, o que leva a sugerir uma maior atenção a quem o elabora, discute e revê. O ensino superior tem verbas inaceitáveis, explicadas pelo luxo das instalações em construção - e não por maior preocupação com a qualidade, aliás quase impossível enquanto se mantiver a atenção actual ao ensino que

vai da iniciação ao secundário saúde hospitalar continua a ser beneficiada em relação aos cuidados primários e à saúde preventiva em geral. Não se vislumbram acções que possam ser determinantes na correcção das assimetrias regionais, nem na melhoria de condições nas áreas rurais e nos municípios. Não se consegue entender como, depois de sucessivas chamadas de atenção, persista o erro de, à excepção de pouco mais de 20 casos, atribuir a todos os municípios a mesma verba para os programas locais de combate à pobreza, como se todos tivessem a mesma população, a mesma distância aos centros logísticos, o mesmo nível de necessidades e o mesmo índice de pobreza. Não é apenas através da melhoria do acesso aos serviços sociais que se combate à pobreza, mas também pelo aumento dos rendimentos das famílias, pelo emprego e de actividades de geração de rendimentos. Este OGE tem algumas melhorias nesse sentido, por via dos programas de promoção do empreendedorismo. Saudei tal iniciativa, mas as primeiras notícias não são animadoras: desvios no que respeita às regras, pouca capacidade na condução do processo em diferentes níveis e "esquecimento" do papel primordial que deve jogar a agricultura. Voltarei ao assunto. Urna nota sobre o Pai Natal. A publicidade mostrando-o distribuir telemóveis é vergonhosa. Ou talvez não. Afinal, o Pai Natal, ao dizer "este fica já para mim", está a validar uma prática usual de apropriação de algo que não lhe pertence. Assim, que valores?

4.37 UNITA abstêm-se OGE deveria trazer consigo um Plano Nacional que o justifica

Diário global

18 de Janeiro de 2013

os Deputados do maior partido da oposição presentes na casa das leis, mostraram-se indiferentes com o documento apresentado por este não fazer menção a um Plano Nacional que o justifique. Estamos mais uma vez reunidos para analisar a proposta de Orçamento Geral do Estado que o Executivo nos propõe, para o exercício de 2013, com um volume de receitas de quase 70 mil milhões de dólares, o que não é pouco dinheiro. Desde logo, e em obediência ao Artigo 104º da Constituição da República de Angola, o OGE que aqui está a ser proposto devia, mesmo que para propósitos meramente comparativos, trazer consigo o Plano Nacional que o justifica. Aliás, se assim não fosse, não teria S. Ex.º Senhor Presidente da República afirmado, publicamente, no pretérito dia 27 de Dezembro, ter remetido a esta Magna Assembleia o OGE para 2013 e o respectivo Plano

Nacional. Foram palavras expressas por aquele que é o responsável primeiro e máximo do documento trazido aqui para análise. menos que alguém o queira desautorizar,

pretendendo que as declarações do Presidente da República não tenham cabimento! Alguém dirá: "Mas este documento foi entregue alguns minutos antes do início desta sessão". E eu perguntaria: "Que valor terá isso para este debate? Por outro lado, a Conta Geral do Estado, instrumento que o Executivo está obrigado a apresentar ao eleito do Povo, por força do Artigo 162a da Constituição, nunca foi submetido, apesar de os prazos estarem bem definidos na Lei. Outros instrumentos que reputamos de importância fundamental para a transparência muito cantada mas pouco realizada são os Relatórios de Execução Orçamental, trimestrais, obrigatórios também por Lei. Em 2012, depois do parto difícil do primeiro trimestre, observou-se uma esterilidade total relativamente aos outros trimestres. Ora, os senhores devem aprender o bom hábito de prestar contas e de explicar ao Povo através dos seus representantes, que somos nós, o destino final dos dinheiros que vêm aqui pedir.

4.38 UNITA reclama falta de balanço de execução do OGE de 2012

Diário global

18 de Janeiro de 2013

O deputado da UNITA, Fernando Heitor, falou no Parlamento de uma proposta utópica, por faltar um balanço da execução do ano anterior, apurou a RNA. Fernando Heitor apontou tal facto terça-feira, 15/01, durante os debates antes da votação a favor e na especialidade do OGE, para 2013. "Como é possível trazerem aqui na casa de leis um orçamento, sem que esteja apenso a um balanço de execução do ano anterior", disse. O deputado do MPLA, Manuel Nunes Júnior, fez saber ao deputado Fernando Heitor, que de acordo com o regimento do parlamento as contas do Estado podem ser apresentadas até Setembro do ano corrente. "Dizer que este Orçamento é utópico sem fundamentar, não é consistente nem coerente, como é que se pode dizer que estão os perante um Orçamento utópico apenas com a simples razão de que não há aqui um balanço de execução do Orçamento de 2012, quando sabemos que de acordo com o regimento da Assembleia Nacional o balanço deve ser apresentado na conta geral do Estado, que é apresentada até Setembro do ano seguinte", esclareceu.

4.39 CASA-CE vota contra e UNITA e PRS abstêm-se

Semanário Factual

19 à 26 de Janeiro de 2013

O documento de gestão financeira do Estado foi aprovado em sessão plenária ordinária, orientada pelo presidente do Parlamento, Fernando da Piedade Dias dos Santos, com 156 votos a favor, oito contra e 31 abstenções. Apresentado pelo Ministro das Finanças, Carlos Lopes, o OGE, quanto à despesa total, dá primazia ao sector social, com 33,5 por cento dos recursos, sendo 8,09 por cento para a Educação, 5,29 por cento para a Saúde, 10,83 por cento para a Protecção Social, 7,02 por cento para a Habitação e 1,1 por cento para a Protecção Ambiental, em seguida vem a Administração Pública, com 23,6 por cento e os sectores da defesa e económico, com cerca de 18 por cento. De acordo com o ministro, a composição da despesa por natureza económica reflecte o apoio prioritário à ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção, do emprego e do bem-estar da população. Nesta perspectiva, prosseguiu, dá-se predominância aos dispêndios para fins de investimentos (24,7 por cento), pessoal (19,51 por cento), amortização da dívida (18,24 por cento) e com aquisição de bens e serviços (17,5 por cento). Carlos Lopes clarificou que o OGE foi definido tendo como base a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto de 7,1 por cento, a taxa de câmbio de 96,30 Kwanzas, por dólar norte-americano, bem como uma taxa de inflação de nove por cento. O sector petrolífero vai contribuir para a conformação do orçamento em 50 por cento, por efeito da produção crescente e dos preços ainda favoráveis do petróleo, seguindo-se as receitas do sector não petrolífero com 17 por cento e dos financiamentos externos, com 12 por cento. As receitas fiscais (exclui desembolsos de financiamento e venda de activos) estão projectadas em cerca de 4.570,4 mil milhões de Kwanzas e despesas fiscais (exclui amortização da dívida e constituição de activos) fixadas em 4.975 mil milhões de Kwanzas, de que resulta num deficit fiscal de 407,4 mil milhões Kwanzas, equivalente a 3,4 por cento do PIB. Segundo o governante, a proposta orçamental deverá ser financiada com desembolsos de financiamentos internos na ordem de 1.000,3 mil milhões de Kwanzas e desembolsos de financiamento externos avaliados em 774,9 mil milhões de Kwanzas. Entretanto, detalhou o titular das Finanças, o OGE prevê, quanto às operações financeiras passivas brutas, a amortização da dívida interna em 1.031,3 mil milhões de Kwanzas e externa em 178,9 mil milhões de Kwanzas, bem como a concessão de empréstimos de cerca de 62,5 mil milhões de

Kwanzas, e outras aplicações financeiras em cerca de 386,7 mil milhões de Kwanzas.

Proposta de OGE baseou-se no Plano Nacional de Desenvolvimento

De acordo com o informante, a proposta de OGE foi elaborada assumindo-se os grandes objectivos nacionais fixados no Plano Nacional de Desenvolvimento 2012/2017, entre os quais a preservação da unidade e coesão nacional, garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento. A melhoria da qualidade de vida da população, a inserção da juventude na vida activa, o desenvolvimento do sector privado e a inserção competitiva de Angola no contexto internacional, são outros grandes objectivos perseguidos pelo orçamento deste ano. O OGE/2013 vai agora ser discutido na especialidade pelas comissões afins do Parlamento com os distintos sectores da vida socioeconómica do país, devendo ser votado para aprovação definitiva: no dia 14 de Fevereiro.

4.40 Stock da dívida pública devera fixar-se em 32 por cento do PBI

Semanário Factual

De 19 a 26 de Janeiro de 2013

Estima-se um crescimento do PIB na ordem de 7,1 por cento para o ano em curso. Prevê-se que "os juros da dívida pública, avaliados em 64,82 mil milhões de Kwanzas, sejam cobertos folgadoamente pelo superavit primário de receitas correntes, estimadas em 1.234mil milhões de Kwanzas, evitando que se possam constituir num factor de indução do défice nominal nas contas públicas", refere-se no documento. O crescimento assumido para o PIB Global, em termos reais (7, 1 por cento em 2013), mostra-se superior à taxa prevista pelo FMI para os países da África Subsahariana (5,7 por cento) e para os países emergentes (5,6 por cento). Tal reflecte uma perspectiva decrescimento mais acentuado do sector não - petrolífero (7,3 por cento), comparativamente ao crescimento do sector petrolífero (6,6 por cento), consentâneo com o objectivo do planeamento nacional no sentido de se reduzir gradualmente a dependência económica do país ao sector petrolífero. Do lado do sector não-petrolífero, o prognóstico de crescimento decorre da perspectiva de aceleração da actividade económica e do desenvolvimento territorial, induzida pelos investimentos públicos na infra-estrutura económica e social, que têm garantido - o relançamento da agricultura, da indústria e dos serviços, propiciando o aumento do emprego e a crescente substituição da importação dos bens básicos de consumo da população. Para o sector

petrolífero, projecta-se um preço médio do barril de petróleo bruto de 96,00 dólares em 2013, superior aos 77 dólares assumidos na proposta do OGE 2012, mas ainda conservador em relação aos preços médios reais apurados em 2011 (110,10 dólares) e em 2012 até Outubro (103,80 dólares). Espera-se ainda que a eventual queda dos preços em 2013 não seja significativa, tendo em conta a gradual recuperação das economias Avançadas prevista pelo FMI (1,5 por cento em 2013, contra 1, 3 por cento em 2012), prevendo-se que o preço médio do petróleo bruto das ramas Brent, Dubai e WTI se situe em 103,10 dólares por barril. A produção petrolífera anual deve atingir os 673,6 milhões de barris de petróleo em 2013 e reflecte o crescimento do PIB real do sector petrolífero em 6,6 por cento. Nota-se também que o OGE/2013 tem Receitas Fiscais projectadas em cerca de 4.570,4 mil milhões de Kwanzas e Despesas Fiscais fixadas em 4.975,8 mil milhões de Kwanzas, do que resulta um défice fiscal de 407,4 mil milhões Kwanzas (4.210 milhões), equivalente a 3,4 por cento do PIB. A distribuição funcional e programática da despesa dá prioridade ao sector social que averba 33,5 por cento dos recursos, sendo 8,09 por cento para a Educação, 5,29 por cento para a Saúde, 10,83 por cento para a Protecção Social, 7,02 por cento para a Habitação e 1,1 por cento para a Protecção Ambiental. Em seguida têm-se a Administração Pública, com 23,6 por cento; ficando os Assuntos Económicos (incluindo Transportes e Agricultura, entre outros sectores) e a Defesa e Ordem Pública, com aproximadamente 18 por cento. O aumento do peso do sector social resulta do crescimento nas despesas de operação e manutenção das instituições prestadoras de serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social a crianças e idosos. As dotações orçamentais para o sector social, em especial nos sectores da Saúde, Educação e Ensino superior visam assegurar a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

4.41 Aplicação do OGE tem estado muito aquém da realidade do país

Semanário Angolense

19 de Janeiro de 2013

É jurista e docente universitário na cadeira de Direito Financeiro e Finanças Públicas. De acordo com este especialista, o Executivo às vezes comete algumas falhas no que concerne à aplicação do Orçamento Geral do Estado de uma forma geral, começando desde já pela sua distribuição por sectores. Em qualquer parte do mundo, como é de conhecimento geral, há sectores que merecem prioridade, fundamentalmente quando se trata dos que se

responsabilizam pela formação e a saúde do homem. Segundo ele, o crescimento económico não se reflecte na vida do cidadão porque o Executivo não tem feito adequadamente o trabalho de casa, nem boas aplicações de políticas no plano de desenvolvimento.

Baldino Miranda

Semanário Angolense - O senhor é jurista e docente universitário na cadeira de Direito Financeiro e Finanças Públicas. Qual é a apreciação que faz do Orçamento Geral do Estado de 2013?

Diógenes Pinto - A problemática do Orçamento Geral do Estado é um assunto pertinente nas sociedades desenvolvidas, suscitando a análise de muitos especialistas na matéria aquando da apresentação da proposta. discussão e aprovação. Em Angola, a questão do Orçamento Geral do Estado assume os contornos das sociedades modernas, tem havido aquando da aprovação, publicação e entrada em vigor do OGE, muitas análises ou opiniões relativamente à temática. Quanto ao meu contributo, importa destacar que a minha condição de docente, não me permite alinhar no discurso ou ponto de vista optimista da classe política no seu todo (Executivo e Oposição), tão pouco no pessimismo da Sociedade Civil. O Orçamento Geral do Estado para 2013 é o possível, mas o Executivo tem margem para melhorar.

SA - No âmbito das Finanças Públicas, que tipo de Orçamento é este

DP - É um Orçamento de crescimento económico, totalizando 6,6 triliões, são dados ao Executivo mais meios e recursos financeiros.

SA - Se pudesse fazer uma comparação com o anterior Orçamento, o que diria?

DP - Comparativamente ao Orçamento de 2012, este é melhor a todos os níveis, o valor anterior era de 4,5 triliões, verificando -se um aumento 55,5 por cento.

SA - Que explicações se podem dar de uma economia que cresce cada vez mais, mas, não se reflecte na vida particular do cidadão?

DP - O crescimento económico não tem reflexo na qualidade nem na melhoria do nível de vida dos cidadãos porque o Executivo não tem feito devidamente o trabalho de casa ou seja, a elaboração das políticas publicas e os planos de desenvolvimento devem obedecer materialmente ao que está previsto na Constituição da República, no Título III, Organização Económica, Financeira e Fiscal. O capítulo I, no seu artigo 89 0, n" 1 alínea f),

cumulativamente com o artigo 90 0, que trata da justiça social.

SA - A presente proposta orçamental dá mais atenção ao sector social, com 33,6 por cento. Isto significa dizer que pode existir uma divisão equitativa da renda nacional neste ano?

DP - A Proposta Orçamental aprovada pela maioria parlamentar (M.P.L.A) que sustenta o Executivo, no dia 15 de Janeiro do ano em curso, é rejeitada pela oposição, UNITA abstenção, CASA-CE contra, PRS abstenção, e FNLA também abstenção. Na minha opinião, os problemas sociais que o país tem, não são só ao nível da saúde e a educação, é necessário que o Executivo preste maior atenção aos reais problemas do país, e que se os 33,6 por cento forem devidamente aplicados, contribuirão para minorar as dificuldades que afligem a maior parte da população angolana. Na fase em que nos encontramos, é falta de sensibilidade falar em distribuição equitativa da renda nacional, porque neste quesito, o Executivo está muito aquém da realidade.

SA - Normalmente, quando nos referimos ao sector social, retratamos concretamente os sectores da educação e a saúde, os que mais problemas apresentam. Até que ponto os 33,6% podem ser significativos para uma melhoria das unidades hospitalares e as escolas?

4.42 BD contra OGE aprovado

Semanário folha 8

19 de Janeiro de 2013

Quem também reagiu contra a maneira irregular como o OGE foi colocado a aprovação no Parlamento na Sessão Plenária do dia 15 de Janeiro, o Bloco Democrático através de um Comunicado de 10 pontos, assinado pelo titular do seu secretariado nacional. O BD, como se sabe, por não ter reunido as condições que o habilitariam a concorrer ao pleito eleitoral de 31 de Agosto, faz parte dos partidos na oposição sem representação parlamentar, mas não tem estado alheio a tudo quanto se passa como actividades do Executivo em relação a interpretação da Constituição e da aplicação das leis orgânicas. Neste Comunicado enviado a nossa Redacção, o BD a semelhança de outras forças políticas repudiou a forma impositora e grotesca como a Bancada do MPLA fez passar este documento na generalidade, tal tem sido o mesmo em outras ocasiões. o ponto 3 do Comunicado está reflectido o espírito do Documento que não é mais nada se não o refrão dos princípios que guiam a direcção do BD. Por conseguinte, extraímos o conteúdo para opinião dos nossos

leitores. "3. O BD, Bloco Democrático, reputa como grave a aprovação do Projecto de Lei do Orçamento, um conjunto de regras relativas a gestão do Orçamento pelo Executivo. Para além da forma capciosa como "justifica" a violação que tem sido a não inclusão em OGE anteriores de Investimentos realizados, sem cabimentação orçamental pelo Executivo para "serem inscritos" no actual OGE (alínea f art.º 3º) entrega directamente ao Presidente da República a gestão da maioria das despesas, bem como de divisas do Estado em menosprezo das funções do Ministério das Finanças e do Banco Nacional de Angola. Viola, neste caso, o estatuto desse Órgão, por decisões que lhe escapam sobre a massa monetária externa (art.º 8º, alínea 6) dificultando o objectivo do controlo da inflação projectada. Com efeito, o BD, Bloco Democrático, deplora o facto da gestão da Reserva Financeira Estratégica Petrolífera para Infra-estruturas de Base, financiada pela Receita da Concessionária (art.º 6º) ser da responsabilidade directa do PR, o que significa 70% das receitas petrolíferas e 52,3% da totalidade da Receita Fiscal, para além de todas as Restantes Reservas Estratégicas e a própria Reserva do Tesouro Nacional, bem como os "fundos especiais" que, em regime de gestão especial, e relativos as Despesas com a Segurança Interna e Externa serem igualmente de sua gestão directa. É assim, para o BD, inaceitável o conceito de que o Petróleo é do Presidente, que todos os fundos estratégicos estejam directamente dependentes de si e os fundos especiais não se submetam as regras financeiras gerais (SIGF) mas aquelas que o Presidente criará (art.º 11º) e quiçá sem conhecimento público, o que implica ferir a transparência requerida a gestão orçamental. O BD, Bloco Democrático, "estranha" que a Lei não diga uma única palavra sobre o recente Fundo Soberano criado que é, por Lei, suportado por fundos petrolíferos, colocando dúvidas sobre a transparência na sustentação de tal fundo".

4.43 Deputados passam OGE a "pente fino"

Semanário independente

19 de Janeiro de 2013

Depois de aprovada na generalidade, a proposta de OGE para 2013 começou, quarta-feira, a ser discutida ao nível das comissões e especialidade. a processo de aprovação do OGE, que sofrealteração por causa das eleições gerais do ano passado, tem inovações de vulto e está a ser elogiado pela forma abrangente e participativa com que decorre. O Orçamento Geral do Estado para 2013 prevê receitas e despesas validadas em 6,635,567,190,477.00 (seis triliões,

seiscentos e trinta e cinco '1 milhões, quinhentos e sessenta e sete milhões cento e noventa mil e quatrocentos e setenta e sete kwan- as), e foi aprovado em sessão plenária com 156 votos a favor, oito contra 31 abstenções. A proposta e o relatório de fundamentação foram apresentados pelo ministro das Finanças, Carlos Lopes, que realçou o facto de a despesa total, dá primazia ao sector social, com 33,5% dos recursos, sendo 8,09% para a educação, 5,29% para a saúde, 10,83 para protecção social, 7,02% para a habitação e 1,1 para protecção ambiental. No cômputo da despesa outro realce vai para o sector da administração pública com 23,6%, e os sectores da defesa e económico com cerca de 8%. Não deixa de ser relevante o posicionamento do sector da defesa na repartição do bolo do aGE, já que ao longo de décadas, face à guerra que vivemos, foi sempre o papão da despesa. O ministro das Finanças chamou atenção aos deputados que a composição da despesa por natureza económica reflecte o apoio prioritário à ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção, do emprego e do bem-estar da população, ao prever dispêndios para fins de investimentos (24,7%), pessoal (19,51 %), amortização da dívida (18,24 %) e com aquisição de bens e serviços (17,5). Carlos Lopes clarificou que o OGE foi definido tendo como base a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto de 7,1 %, taxa de câmbio de 96,30 kwanzas, por dólar norte-americano, bem como uma taxa de inflação de 9%. O sector petrolífero vai contribuir para a conformação do orçamento em 50%, por efeito da produção crescente e dos preços ainda favoráveis do petróleo, seguindo-se as receitas do sector não petrolífero com 17% e dos financiamentos externos com 12%. As receitas fiscais (exclui desembolsos de financiamento e venda de activos) estão projecta das em cerca de 4.570,4 mil milhões de Kwanzas e despesas fiscais (exclui amortização da dívida e constituição de activos) fixadas em 4.975 mil milhões de Kwanzas, de que resulta num deficit fiscal de 407,4 mil milhões Kwanzas, equivalente a 3,4 % do PIB. O Executivo espera financiar o OGE com desembolsos de financiamentos internos na ordem de 1.000,3 mil milhões de kwanzas e desembolsos de financiamento externos avaliados em 774,9 mil milhões de kwanzas. O titular das Finanças falou ainda das operações financeiras passivas brutas previstas no OGE: 1.031,3 mil milhões de kwanzas para amortização da dívida interna, e 178,9 mil milhões de kwanzas para a dívida externa. Para concessão de empréstimos de cerca de 62,5 mil milhões de kwanzas, e outras aplicações financeiras cerca de 386,7 mil milhões de kwanzas. Uma nota que tem animado a opinião pública e principalmente os analistas da matéria das finanças públicas, é o facto de a proposta de OGE estar

atrelada ao Plano Nacional de Desenvolvimento. Ou seja, proposta de OGE foi elaborada de modo a acolher os grandes objectivos nacionais fixados no Plano Nacional de Desenvolvimento 201U2017, entre os quais a preservação da unidade e coesão nacional, garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, a melhoria da qualidade de vida da população, inserção da juventude na vida activa, o desenvolvimento do sector privado e inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

4.44 OPSA e ADRA chovem no molhado

Semanario independente
19 de Janeiro de 2013

o alerta do Observatório Político e Social de Angola (OPSA) e ADRA sobre o défice na proposta de Orçamento Geral do Estado para 2013 tinha tudo para ser um serviço público exemplar, afinal, tratando-se de duas organizações bastante activas da sociedade civil, tal atitude, desde que guiada por objectivos nobres, será sempre bem recebida quer pelo Executivo, quer pelos operadores económico e a população em geral. Mas não foi bem essa a intenção da OPSA e ADRA. O exercício feito sobre as contas do OGE serviu, tal como noticiou a Voz da América, para "alertar" sobre a existência do tal défice nas contas públicas de 405,4 mil milhões de kwanzas, o primeiro saldo negativo desde 2009. Ora um alerta que soa a idiotice pelo efeito imediato da notícia, já que, sendo o OGE um documento em que se inscreve as receitas e despesas do Estado num ano de exercício, é normal que exista défice, pois que se constam do documento é porque está previsto, como também estará certamente a forma de compensar ou de repor. O documento da OPSA e ADRA apresentado na sequência da aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE), refere que esse défice, equivalente a 3,4 % do PIB (produto Interno Bruto), é o resultado da diferença entre receitas correntes de AKZ 4.570,4 mil milhões ou 38,2% do PIB e despesas de AKZ 4.975,8 mil milhões ou 41,6% do PIB.

4.45 Orçamento contra a pobreza

Jornal de Angola
19 de Janeiro de 2013

O Orçamento Geral do Estado para este ano é um instrumento precioso para retirar da pobreza milhões de angolanos, através de uma equitativa distribuição da riqueza nacional. O Presidente José Eduardo dos

Santo! explicou, com simplicidade mas eficácia, como isso se faz: os que tem muito são chamados a contribuir com mais, para que os que nada têm usufruam diariamente do mínimo para viverem com dignidade. A guerra á pobreza faz-se de pequenos nadas que marcam a diferença entre estar deserdado de tudo e ter condições mínimas que garantam qualidade de vida. Angola tem todas as condições para liquidar a pobreza se não numa legislatura, pelo menos na próxima década. O Orçamento Geral do Estado faz uma aposta decisiva no sector social. Saúde, Educação, Emprego e prestações sociais levam a grande parte dos fundos do Estado durante 2013. Existe a consciência clara de que cada angolano arrancado ao analfabetismo é menos um pobre. Cada comunidade que tem acesso à saúde, ao saneamento básico, à água potável, à energia, ao crédito bonificado, ao emprego representa um avanço significativo no combate permanente que todos somos chamados a travar contra a pobreza. Na última década Angola subiu muito na escala dos índices de desenvolvimento humano. Esse progresso social não aconteceu por acaso, resultou de políticas sociais arrojadas, de investimentos públicos maciços) de uma liderança firme e inteligente que definiu como primeiro objectivo do exercício do poder, o combate sistemático contra a pobreza. Os resultados desse combate são medidos por números que nos passam despercebidos, porque o quotidiano é duro para todos os angolanos. Mas quando em poucos anos as escolas de todo o país receberam milhões de crianças que estavam fora do sistema público de ensino, isso quer dizer muito menos pobreza. Quando as crianças do ensino básico são apoiadas pela merenda escolar, a pobreza perde espaço. As escolas que todos os dias são construídas ou reconstruídas representam um golpe fatal na pobreza. O crédito bonificado para os camponeses e a garantia de escoamento das suas colheitas, dão às comunidades do mundo rural uma ferramenta imprescindível no combate à pobreza. Os angolanos ficam mais ricos quando o Programa Água para Todos leva chafarizes e lavandarias às comunidades que estiveram séculos sem acesso a um bem essencial à vida. Sempre que um sistema de fornecimento de energia é inaugurado, há menos pobreza nessa comunidade. Os milhões de estudantes que numa década chegaram ao Ensino Superior representam uma riqueza inestimável e inquantificável.

As estradas asfaltadas, as pontes, os caminhos-de-ferro, os portos e aeroportos são mostras notáveis da nossa riqueza e mostras indesmentíveis do imenso que já se fez para que nenhum angolano fique para trás e a todos chegue a grande riqueza de possuírem o essencial para viver. Todos os dias ficamos mais ricos com as vias de comunicação, escolas, hospitais,

postos e centros de saúde. A riqueza dos angolanos mede-se pelo número de postos de trabalho criados todos os meses e que são aos milhares. Mas também pelas bolas de estudo internas e externas, pelos programas de saúde materna e infantil, o combate à malária e outras endemias. Os angolanos há dez anos ficaram imensamente ricos, por poderem desfrutar da paz. O fim da guerra também representou inequivocamente a reconciliação nacional, a felicidade das famílias que subitamente perderam o medo da morte e da destruição, o desenvolvimento cultural, as liberdades, direitos e garantias, sobretudo uma ampla e irrestrita liberdade de imprensa que faz de Angola um país de vanguarda neste domínio. Os angolanos estão muito mais ricos porque têm hoje acesso à assistência médica e medicamentosa. Os sucessivos Orçamentos garantiram investimentos públicos que fizeram do Estado Social um dos mais fortes do mundo, tendo em conta os investimentos anualmente efectuados. A autonomia financeira dos municípios representa mais riqueza para as comunidades rurais e mais oportunidades de empregos e de negócios. O crescimento económico registado numa década de paz representou a subida significativa dos índices de desenvolvimento humano e o fim da pobreza para milhões de angolanos. Para este ano a estimativa de crescimento é de quase oito por cento. Poucos países do mundo têm este desempenho. A riqueza criada vai em grande medida para o Estado Social. E isso quer dizer que serve para arrancar mais centenas de milhares de angolanos da pobreza. A riqueza gerada em 2012 e a que vamos criar em 2013, vai ser melhor distribuída. Isso quer dizer que os angolanos que pouco ou nada têm, passam a ter muito mais. E no fim do caminho, vamos ter mais milhões de compatriotas vivendo acima do limiar da pobreza. Esse é o grande desafio que se coloca aos deputados que estão a apreciar o Orçamento Geral do Estado na especialidade. Todos têm o dever de contribuir para que no final deste ano haja menos pobres e para que as liberdades sejam mais amplas e a democracia fique cada vez mais forte.

4.46 Parlamento dividido um orçamento da discordia

Semanário Capital
19 de Janeiro de 2013

A APROVAÇÃO DE QUALQUER ORÇAMENTO É ASSIM: não agrada nem a gregos! muito menos a troianos E foi este o clima vivido nesta terça-feira! quando o Parlamento viu dividido para a aprovação na generalidade do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, O MPLA como

era de espera viu passar o documento. Mas! do outro lado da barricada! viu-se uma oposição entre o (não! e o (nim!, A UNITA PRS e a FNLA abstiveram-se. A CASA-C E foi mais contundente: votou contra.

O presidente da bancada parlamentar do Partido de Renovação Social (PRS), Benedito Daniel, considerou surpreendente, autopressão e amadurecimento por parte do partido no poder, ao apresentar a proposta de lei do referido orçamento e, sobretudo, pelo facto do mesmo conferir uma maior atenção ao sector social. "Agradecemos por reconhecerem, pela primeira vez, as carências e necessidades do sector social, mas, alfinetou, "os 33 por cento não são suficientes". Critica o facto do MPLA, vezes sem conta, como disse, procurar dar uma apenas imagem positiva do país, de um país sem miséria, quando, na verdade, acrescentou, as introspecções socioeconómicas que se fazem indicam o contrário. "A maioria da população vive o flagelo da pobreza, da miséria e da fome endémica". É favorável, por isso, a retenção da emoção que fervilha entre alguns deputados do MPLA, motivada por aquilo que considerou como sendo um pseudo-progresso obtido nos últimos anos. Trata-se, na visão dos 'renovadores-sociais' de um crescimento mais nominal do que real, sem constituir, por isso, uma verdade absoluta. "Os principais indicadores do país continuam doentes", afirmou, defendendo, por este facto, a necessidade de se fazer uma reflexão profunda em tomo dos problemas que enfermam o país e que, na sua óptica, estão bem identificados. O que não está identificado até agora, lamenta o líder da bancada parlamentar do PRS, é o destino que é dado às receitas provenientes da extracção petrolífera e, agora, do sector não petrolífero. "Dizem por exemplo que as receitas não petrolíferas cresceram, mas a Assembleia Nacional não tem acesso a estes dados", referiu. Na mesma sintonia, questionou também o destino que se dá às receitas fiscais. Para ele, os angolanos, através dos deputados, têm o direito de saber de que forma é gasto o dinheiro de cada orçamento. "Em democracia deve-se ter o hábito de prestação de contas", enfatizou, lamentando o facto de o Executivo não ter remetido o plano de desenvolvimento de 2013 a 2017, onde estariam reflectidos os objectivos, as metas e as acções de planeamento nacional e o relatório de execução orçamental do ano de 2012. Num outro ângulo, o PRS exige um esclarecimento sobre o dinheiro devolvido pela Suíça, sem, no entanto, pretender ferir os protagonistas envolvidos no que chamam de turvo processo. "Temos que saber sobre os montantes e qual é o seu real destino. E, se possível, os projectos no qual foram aplicados esses valores e se com a autorização . ou consentimento de quem", reforçou. A prossecução deste tipo de

práticas, entende o também secretário-geral do PRS, permitirá a manutenção das conotações negativas que ainda persistem por aquilo que se consideram de falta de rigor do Executivo na prestação de contas. "Sob todas as formas, Angola será sempre considerado um país corrupto", o que aliada às assimetrias regionais levaram o PRS a abster-se na votação do OGE para o presente ano.

4.47 Receitas fiscais atingem o previsto

Semanário folha 8

19 de Janeiro de 2013

O director provincial da fiscalização de Luanda, António Francisco Catembo, indicado para solucionar os inúmeros problemas que a mesma atravessa, não está a conseguir ultrapassar o suposto desvio das verbas arrecadadas das receitas fiscais, causados pela anterior gestão no mandato de Sebastião Francisco da Silva "Tião", segundo aponta uma fonte do gabinete de gestão e finanças do GPL. A par disso, os inspectores de fiscalização de Luanda, reagem, quanto a postura idêntica do actual dirigente do respectivo órgão, comparando a incapacidade de gestão de António Catembo ao Sebastião da Silva "Tião". "O novo director tem muita boca, mas em termos de trabalho não sabe nada. Ele e seu elenco são tão incompetentes como o Tião, que só sabia açambarcar a instituição e os funcionários", argumentaram enraivecidos. Esta incapacidade de gestão, do "Catembo" já está a se reflectir em alguns gabinetes do GPL. Conforme apontam, fontes idóneas daquela direcção que por sua vez, falam em tomo da inaptidão do director provincial da fiscalização em administrar o órgão e apresentar contas, face ao baixo rendimento das receitas fiscais e das reclamações dos trabalhadores. Por dedução, os inspectores da fiscalização, alegam existir todos os meios de trabalho para o crescimento das receitas fiscais, mas apontam o director como o principal causador do baixo rendimento das receitas. Os mesmos sustentam que, António Catembo, privatiza as viaturas destinadas ao exercício das funções e acumula processos desde o início do seu consulado. Outro assunto de maior preocupação foi ter privatizado os inspectores de campo, em aplicar a devida multa das transgressões administrativas em Luanda. Outro assunto preocupante daquela direcção é a distribuição e acumulação das responsabilidades. Com muitos processos por se resolver, os dirigentes preferem empilhar os mesmos do que partilhar com outros inspectores para a devida apreciação, tudo porque não confiam nos funcionários que têm" lamentam. Portanto, o gestor daquela direcção, reuniu no dia 16 de Janeiro do corrente ano, todos os chefes das repartições municipais de forma a

esclarecer as razões da incapacidade de gestão e do seu elenco em apresentar resultados satisfatórios ao governador provincial de Luanda, Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento. Naquele encontro, foram traçadas medidas para perspectivar as resoluções dos problemas que afligem a fiscalização de Luanda. "Devemos procurar melhorar as condições de actuação e de trabalho, para que este ano consigamos atingir com os objectivos traçados inerentes ao nosso sector, e oferecer condições satisfatórias aos agentes, quanto a atribuição de um salário digno e outros incentivos, para que, consigamos atingir níveis altos na arrecadação de receitas fiscais aos cofres do GPL", declarou a fonte. É de lembrar que, desde a exoneração de Victor Mascarenhas, antecessor de Sebastião da Silva "Tião" e seu elenco, a direcção provincial de fiscalização de Luanda, até então, nunca apresentou balanço das contas públicas da direcção acima referenciada. Sendo assim, a prática foi boiando no alto mar, onde os dirigentes bronzeiam - se com erário público, sem medo de serem obrigados a apresentar contas ao Estado. Quão saudades do arquipélago angolano! Onde tirar não tem encargos fiscais e atribuições político/administrativos.

4.48 Ondjiva sem energia eléctrica nem água

Jornal de Angola
23 de Janeiro de 2013

Ondjiva e as vilas de Namacunde e Santa Clara, no Cunene, estão privadas do fornecimento de energia eléctrica desde as primeiras horas de segunda - feira, em consequência da queda de cabos da nova linha de alta tensão, que abastece as três localidades a partir da Namíbia,

O incidente, que afetou cinco postos no percurso de um quilómetro entre Ondjiva e Namacunde deu-se por volta das 7 horas de segunda- feira, quando os isoladores que suportam os cabos desintegraram, sem que sofressem qualquer acção que o justificasse.

O governador António Didalelua e os directores da Empresa Nacional de Electricidade (ENE) e da Energia e Águas deslocaram-se ao local para avaliarem a situação, que concluíram ser grave. Inaugurada em Dezembro, a nova linha, que parte da localidade de Onhuno, na Namíbia, foi construída para reforçar' o fornecimento de electricidade à cidade e outras localidades, no âmbito de um protocolo assinado entre os governos dos dois países, uma vez que a primeira linha de média tensão já não suportava a quantidade de energia necessária.

O director da ENE, Silvestre Olim, disse que a construção da linha esteve a cargo da empresa namibiana Clinton, à qual foi comunicada a situação, logo após a ocorrência da avaria. "Comunicámos por telefone, enviámos as imagens do incidente por internet e os responsáveis da empresa prometeram dar solução à situação". António Didalelua atribuiu a responsabilidade à empresa namibiana, por considerar um serviço de má qualidade e no qual foi empregue material de péssima qualidade, particularmente os parafusos que ligam os isoladores dos postos. "É inadmissível que em menos de um mês uma obra inaugurada apresente problemas".

A obra está dentro dos prazos de garantia, daí o representante máximo da província ter solicitado aos responsáveis da ENE para fazerem todas as diligências junto da empresa namibiana, para que a normalidade seja reposta o mais rápido possível.

Ondjiva não tem qualquer fonte alternativa para cobrir este tipo de situação, mas tudo indica que dentro de três meses isso vai mudar, quando ficar concluída a construção da central térmica, composta por três grupos geradores com capacidade para gerar quatro megawatts cada, conforme garantiu o governador.

Na sequência da crise de energia que afecta a cidade, a falta de água para o consumo da população também já está a fazer-se sentir. Os furos de onde é retirada a que abastece o centro e arredores, através de cisternas, não estão a funcionar por falta de energia. A população está a recorrer a poços e a água consumida não é da boa qualidade.

4.49 Gestores esclarecidos sobre o O.G.E

Jornal de Angola
24 de Janeiro de 2013

Gestores públicos, administradores municipais e funcionários da delegação provincial das finanças foram esta emanam esclarecidos sobre a nova modalidade de execução da despesa do Sistema de integrado da Gestão Financeira na província do Huambo.

Promovido pela direcção provincial das Finanças, o seminário abordou temas como a "Pré-cabimentação", Despesas de execução", "Autorização do número do registo financeiro (NRF)" e Autorização das despesas".

A diretora provincial das finanças Vitória Diogo, esclareceu, durante a abertura do seminário, que a

cabimentação global é equivalência do montante contratado por ano do exercício, auxiliado la pelos recursos financeiros."É necessário que todos nos engajemos para que esta tarefa seja compreendida e cumprida", pediu.

O orador do seminário, Ernâni Morgue, disse que a formação serviu para esclarecer os participantes sobre o novo sistema de execução orçamental em vigor no país, explicando que há diferença entre as modalidades aplicadas no ano passado e deste ano, porque foram inseridos novos aspetos.

4.50 Mpla defende acompanhamento do processo das finanças

Jornal de Angola

24 de Janeiro de 2013

O vice-presidente do MPLA, Roberto de Almeida, pediu ontem aos deputados do seu partido maior acompanhado ao processo de reorganização e consolidação das finanças públicas e contribuir para torna-las mais seguras e em linha com a evolução do país nos vários domínios de actividade.

Roberto de Almeida, que falou na abertura das primeiras jornadas do grupo parlamentar do MPLA, disse que o MPLA esta a contribuir para reforço da boa governação .Roberto de Almeida lembrou as palavras do presidente da república, José Eduardo DOS SANTOS, no ato da sua investidura as consolidação do estado e das suas instituições apresenta-se, neste contexto, como a garantia da da estabilidade política, da paz e das liberdades democrática, por essa razão, vamos dar mais ênfase á concretização do programa de reformas para melhorar a organização, gestão e controlo das finanças públicas.

O vice – presidente do MPLA afirmou que, no decurso da 2 legislatura, o grupo parlamentar desempenhou um papel relevante, resumido na boa articulação com o partido e com o executivo. Este empenho resultou na aprovação de vários diplomas da assembleia nacional, indispensáveis para a melhoria das condições de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento do país, disse.

Roberto de Almeida falou da boa organização do grupo parlamentar, no que respeita ao enquadramento dos deputados por área de conhecimento e a sua integração nos vários grupos de acompanhamento do bureau político as províncias e referiu que este mês o MPLA apreciou a aplicação da estratégia eleitoral do partido nas eleições gerais de 2012, que foi considerado positivo.

O deputado falou ainda do relatório das atividades desenvolvidas o ano passado, o projecto de plano atividades desenvolvidas para 2013 e o orçamento, que vão ser submetidos a discussão e aprovação na reunião do Comité Central previsto para amanhã. O projecto de plano geral de atividades do MPLA, disse, envolve tarefas que devem ser realizadas no âmbito político-partidário e parlamentar.

Na actividade parlamentar, o vice presidente do MPLA destacou o acompanhamento e participação no programa de reforma legislativa do estado, na execução do OGE para este ano, particularmente nos sectores que contribuem para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a participação na aprovação da conta geral do estado referente a 2011. O vice-presidente do MPLA justificou a escolha do tema das jornadas parlamentares e explicou que o executivo aprovou o plano nacional e o orçamento geral doestado para 2013, que está em discussão na especialidade na assembleia nacional e que era necessário qualificar os deputados, através de experiências de outros países, sobre a elaboração e aprovação do orçamento geral do estado e os os procedimentos para a apreciação e aprovação da conta geral do estado referente ao ano de 2012.

Até hoje, os deputados do MPLA vão abordar temas sobre o orçamento geral do estado, conceitos e fontes de receitas públicas, classificação e estrutura das despesas públicas, qualidade das despesas pública e causas do seu crescimento, funcionamento do sistema integrado de gestão financeira do estado e a sua relação com a execução da programação financeira.

Os deputados vão ainda abordar o orçamento programa como elemento impulsionador do desenvolvimento económico, níveis e as formas de controlo da execução orçamental e financeira do estado, os resultados do exercício económico evidenciado na conta geral do estado e experiência dos parlamentos de Cabo Verde, Moçambique e da África do Sul.

4.51 Bloco Democrático deplora aprovação do OGE

Diário Global

25 de Janeiro de 2013

Nos últimos instantes do fecho da presente edição, chegou à nossa redação um Comunicado de imprensa do Partido Bloco Democrático "BD", inscrito na corrida para as eleições gerais de 2012, e que fazendo uso da sua competência reservada por lei, emitiu o seu parecer sobre o Orçamento Geral do Estado,

OGE, aprovado pela Assembleia Nacional e há muito debatido pelos partidos com, e sem assento no parlamento.

O BD porém não deixou alheia a análise dos diplomas que regem o OGE para 2013, no que considera haver insuficiências devido à não inclusão de informações de OGEs anteriores sobre os Investimentos realizados. A redacção do Diário Global encarrega-se de comunicar, literalmente, os seguintes excertos do referido documento:

O BD, Bloco Democrático, reputa como grave a aprovação do projecto de Lei do Orçamento, um conjunto de regras relativas a gestão do Orçamento pelo executivo. Para além da forma capciosa como "justifica" a violação que tem sido a não inclusão em OGEs anteriores de investimentos realizados, sem cabimentação orçamental, pelo Executivo para "serem inscritos" no actual OGE (alínea f art.º 3º) entrega diretamente ao Presidente da República a gestão da maioria das despesas, bem como de divisas, do estado em menosprezo das funções do Ministério das Finanças e do Banco nacional de Angola.

Viola, neste caso, o estatuto desse órgão, por decisões que lhe escapam sobre a massa monetária externa (artº 8º, linha 6) dificultando o objetivo do controlo da inflação projetada. Com efeito, o BD, Bloco Democrático, deplora o facto da gestão da Reserva Financeira Estratégica Petrolífera para Infraestruturas de base, financiada pela receita da concessionária (artº 6º) ser da responsabilidade directa do PR, o que significa 70% das receitas petrolíferas e 52,3% da totalidade da receita fiscal, para além de todas as restantes reservas estratégicas e a própria reserva do Tesouro nacional, bem como os "fundos especiais" que, em regime de gestão especial, e relativos as despesas com a Segurança Interna e Externa serem igualmente de sua gestão directa.

E assim, para o BD, inaceitável o conceito de que o Petróleo é do Presidente, que todos os fundos estratégicos estejam diretamente dependentes de si e os fundos especiais não se submetam as regras financeiras gerais (SIGF) mas aquelas que o Presidente criará (art.º 11º) e quiçá sem conhecimento público, o que implica ferir a transparência requerida a gestão orçamental.

O BD, Bloco Democrático, "estranha" que a lei não diga uma única palavra sobre o recente fundo soberano criado que é, por lei, suportado por fundos petrolíferos, colocando dúvidas sobre a transparência na sustentação de tal fundo.

O BD, Bloco Democrático, constata que a síntese do OGE de 2013 traduz um défice (saldo negativo) para

as contas públicas de 405,4 mil milhões de Kwanzas, representando 3,4% do Produto Interno Bruto do País, o que se refletirá no crescimento da Dívida Pública, facto que contraria a tendência de superávits registados desde 2009.

Constata igualmente o BD que se mantém a concentração central na gestão do OGE (85%), bem como a dependência da Receita Fiscal relativamente ao Petróleo, não obstante a tão propalada diversificação da economia. Anota, o BD, com insatisfação que é projectado um montante de Receita Fiscal inferior a estimativa de realização real da Receita Fiscal em 2012, o que traduz perda de eficácia económica ou eficiência em matéria de tributação fiscal.

O BD verifica com indignação que desde a preocupação com a monoprodução petrolífera, até a distribuição de verbas pelos distintos sectores e rubricas (sector económico, bolsas de estudo, subsídios ao combustível) e mesmo com respeito aos que têm a responsabilidade da gestão e, sobretudo, pelo modelo de crescimento assente no "betão" (ver Posição OPSA e ADRA) e não no desenvolvimento humano que o OGE reflecte a afetação de rendimentos para os mais ricos, a elite governante e subsidiária, em detrimento dos mais pobres, impedindo a formação e consolidação duma classe média no país.

Em sintonia com isto, O BD discorda profundamente que 17,6% do OGE vá para a Defesa Segurança e Ordem Interna e apenas 13,8% são destinados a Educação e Saúde. Nesse sentido o BD acentua que a concretização do OGE vai no sentido da reprodução da pobreza, da militarização do poder, da concentração contra a abertura autárquica e o combate as assimetrias regionais e, sobretudo, é um instrumento claro do favoritismo para certos sectores contra a solidariedade, que deve ser patente na política orçamental como instrumento privilegiado para equilíbrio social (equidade) visando o bem-estar de toda a sociedade.

O BD demarca-se assim da campanha demagógica do executivo visando ofuscar o verdadeiro sentido das preocupações governamentais do OGE (consolidar a riqueza de um grupo minoritário) divulgando que o OGE favorece o sector social ao qual se diz afectar 33,5%. Na realidade, o OGE indica que não haverá melhoria no nível de vida da generalidade das populações.

4.52 Gastos públicos aumentam

Novo Jornal

25 de Janeiro de 2013

As contas públicas angolanas deverão registar em 2013 um défice de 405,4 mil milhões de kwanzas (AKZ), o primeiro saldo negativo desde 2009. Esse défice, equivalente a 3,4% do produto interno bruto (PIB), é o resultado da diferença entre receitas correntes de AKZ 4.570,4 mil milhões ou 38,2% do PIB e despesas de AKZ 4.975,8 mil milhões ou 41,6% do PIB.

Salvo indicação em contrário, as contas excluem as operações financeiras, como os empréstimos, e são na óptica do compromisso, isto é, as despesas são contabilizadas no ano em que são autorizadas, ainda que não sejam pagas nesse ano. Considerando uma taxa de câmbio de AKZ 100 por USD, as receitas deverão ascender a USD 45.704 mil milhões e as despesas a 49.758 mil milhões, sendo o défice correspondente de 4,1 mil milhões.

Comparando a proposta do OGE 2013 com as estimativas de execução do OGE 2012, as receitas baixam 4,1%, enquanto os gastos públicos fazem o caminho inverso, aumentando 26,7%. A excedente de AKZ 839,6 mil milhões, em 2012, transforma-se no referido défice de 405,4 mil milhões, em 2013, indiciando uma degradação das contas públicas e uma política orçamental fortemente expansionista.

O aumento da despesa pública, em AKZ 1.048,8 mil milhões (26,7%), é superior ao do próprio produto interno bruto (PIB), que aumenta apenas 932,1 mil milhões (8,5%).

A aparente deriva expansionista referida aumenta as pressões sobre a moeda em circulação e, conseqüentemente, sobre a inflação constituindo um desafio enorme para a autoridade monetária.

Um dos factores de vulnerabilidade do país na crise de 2008, poderá ter sido a política monetária acomodatória adotada pelo Banco Nacional de Angola (BNA) face ao expansionismo da política orçamental. Essa postura não pode repetir-se, sob pena de colocar em causa os progressos alcançados no combate à inflação, que desceu para 9% em 2012, sendo a manutenção dessa cifra um dos grandes objectivos para 2013.

A pressão sobre a liquidez na economia resultante do forte crescimento das despesas públicas em 2013, será agravado pelas novas regras cambiais que obrigarão as petrolíferas a pagamentos através de contas em bancos nacionais. Esta dupla pressão

constituirá um teste à autonomia do BNA face ao poder político.

A sua capacidade em contrariar ou neutralizar a aparente deriva expansionista jogará um papel decisivo a estabilidade dos preços. A atenuar os riscos inflacionistas, está o facto de a política orçamental ser menos expansionista do que os números sugerem.

O aumento da despesa pública estará a ser inflacionada pela inclusão no OGE 2013 das chamadas operações quase fiscais, a cargo da Sonangol, bem como de projectos de investimento em execução não incluídos nos programas de Investimentos Públicos (PIP) dos OGE anteriores, o que é de saudar, mas que, por não ter acontecido no passado, influencia em alta o crescimento da despesa.

A dimensão do fenómeno da desorçamentação em Angola é desconhecida. O assunto constitui tabu para o Executivo a avaliar pelos sucessivos OGE, omissos sobre quais as despesas que não eram orçamentadas e passaram a sê-lo. Mas o fenómeno era grande.

Após investigar o paradeiro dos 32 mil milhões de dólares de excedentes orçamentais entre 2007 e 2010, o Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu que parte desses excedentes tinha sido gasto sem ter sido orçamentado. Por exemplo, em 2008, as despesas públicas estavam suborçamentadas em AKZ845,2 mil milhões.

Resultado, em vez do supervavit de AKZ 563,6 mil milhões ou 8,9% do PIB que consta das estatísticas oficiais, as contas públicas angolanas registaram, efectivamente, um défice de 282,0 mil milhões ou 4,5% do PIB.

Sinal de que a desorçamentação continuou em 2011, é à taxa de crescimento do PIB inscrita no cenário macroeconómico do OGE 2013. Apesar do forte crescimento da despesa pública, os referidos 26,7%, este ano o PIB nominal aumenta "apenas" 8,5%, abaixo dos 12,7% estimados para o ano passado, quando a despesa pública aumentou menos de 5%. Em termos reais, a taxa de crescimento do PIB também desacelera de 7,4%, em 2012, para 7,1%, em 2013.

Inflacionado ou não pela inclusão de despesa que anteriormente passava ao largo do orçamento, o forte crescimento dos gastos públicos deve-se ao "disparo" do investimento para AKZ 1.639,4 mil milhões (58,2%), dos quais 1.483,9 inseridos no PIP.

O investimento é classificado como "boa" despesa devido ao seu efeito reprodutivo sobre a economia ao longo de vários anos. Isto, por oposição à "má despesa", constituída pelas despesas correntes

somatório dos salários, bens e serviços, juros e transferências correntes, como subsídios e prestações sociais-, cujo efeito, exceptuando as que se relacionam com a educação e capacitação em geral, praticamente se resume ao ano em que são realizadas.

Assim sendo, aumentos das despesas de investimento são, em princípio, bem-vindos, pois a redução da petrodependência e o combate à pobreza passam pela diversificação da economia, o que exige um enorme esforço financeiro em infraestruturas, qualificação da mão-de-obra e melhoria dos cuidados de saúde da população.

Contudo, para serem "boa" despesa, os investimentos têm que ser bem seleccionados (é essencial a correcta definição de prioridades). Bem geridos e bem fiscalizados para não se atirar dinheiro pela janela como por vezes tem acontecido.

Outro fator a ter em conta na aparente deriva expansionista é que aumentos da despesa não compensados pela subida das receitas correntes desequilibram as contas e obrigam o país a endividar-se. Considerando o baixo nível de endividamento público angolano (cerca de 30% do PIB), o défice de 2013' é suportável, mas isso não invalida que, pelo menos no curto prazo, o país fica mais vulnerável a uma eventual baixa do crude.

Se, por um lado, o passaporte para ultrapassar a petrodependência e combater a pobreza é diversificar a economia, por outro, essa petrodependência aconselha à criação de excedentes orçamentais que amortecem eventuais baixas de cotação do crude. Ao permitir uma derrapagem das contas públicas em 2013 ainda que parte dessa derrapagem seja devida à inclusão de despesas que estavam a ser realizadas mas passavam ao largo do orçamento, Executivo parece ter optado pela aposta no investimento em detrimento da poupança.

Uma decisão que comporta riscos face à volatilidade do preço do petróleo. O nosso nível de receitas públicas e, conseqüentemente, a capacidade de financiar despesas sem recorrer ao endividamento, é determinado pelo preço do petróleo, além, naturalmente, dos níveis de produção.

O OGE 2013 admite um aumento da produção de petróleo de 2,5%, de 1,8 milhões barris/dia para 1,845 milhões, e foi elaborado com base numa cotação média de USD 96 por barril, contra os 103,8 por barril estimados para 2012. Este preço está USD 6 abaixo da previsão comparável do FMI.

No ano passado o OGE foi elaborado com base num preço de USD 77 o barril, cerca de 20 dólares

abaixo da previsão comparável. Se todas as previsões económicas envolvem riscos, no caso do petróleo os riscos são muito maiores, como aconteceu em 2008, quando o crude caiu em poucos meses de USD 147 para cerca de USD 40.

As conseqüências para o OGE angolano foram uma quebra de cerca de 36% nas receitas correntes de 2009 que obrigaram a um corte de quase 11% nas despesas, em particular de investimento que caiu 16,7%. Todos estamos lembrados da paralisação da economia em 2009 e parte de 2010.

Agora, as ondas de choque sobre o preço do petróleo e, conseqüentemente, sobre a economia angolana, de um eventual agravamento da situação 'na Zona do Euro não seriam muito, diferentes dos de há cinco anos.

Um exercício inevitável é analisar as contas públicas sem petróleo, o que consiste em expurgar da proposta de OGE 2013 não apenas a componente petrolífera das receitas (AKZ 3.281,8,2 mil milhões), mas também das despesas (AKZ 239,0 mil milhões) que, no essencial, correspondem à comissão que o Estado paga à Sonangol pela gestão dos contratos com as petrolíferas.

Teríamos assim receitas de AKZ 1.288,6 mil milhões e despesas de 4.736,8 mil milhões. Resultando daí um défice de AKZ 3.448,2 mil milhões, equivalente a 47,3% do PIB não petrolífero previsto para 2013. Um aumento de 7,1 pontos percentuais face aos 40,2% do PIB não petrolífero de 2012. '

Um outro ângulo de análise da evolução das contas, públicas, com e sem petróleo, é excluir o investimento, considerando somente as despesas correntes. Com tal exercício, as contas públicas de 2013 passam a excedentárias com um saldo corrente de AKZ 1.234,0 mil milhões ou 10,3% do PIB, mas muito abaixo dos 17% de 2012.

A degradação dos saldos correntes, isto é sem investimento, não é mais do que o reflexo do aumento da despesa corrente, a dita "má" despesa. No OGE com petróleo esse aumento é de 16,3% para 3.336,4 mil milhões. Contudo, é a despesa menos má que mais aumenta: as prestações sociais - pensões de reforma, abono de família e bolsas de estudos, entre outras rubricas dão um pulo de 52,3%, enquanto a aquisição de bens e serviços, considerada a "pior" despesa, cresce apenas 3,1%.

4.53 Eficiência e disciplina garantem o sucesso do OGE e programa de desenvolvimento

Jornal de Angola
26 de Janeiro de 2013

Ao discursar perante os membros do Comité Central do seu partido, no Complexo do Fungo 2, José Eduardo dos Santos defendeu uma política de quadros "atualizados, coerente, realista e eficaz", centrada em "critérios objectivos de formação, colocação, remuneração, avaliação de desempenho e de ascensão por mérito próprio".

José Eduardo dos Santos recomendou aos responsáveis da administração pública e das estruturas do partido que "tratam os assuntos de forma objetiva na base das leis e regulamentos".

"As questões subjetivas não devem ser colocadas acima dos interesses gerais", defendeu. "O líder do partido maioritário considerou justos os resultados nas eleições gerais de 31 de Agosto de 2012 e elogiou a atitude da "imensa maioria" dos militantes, amigos e simpatizantes do MPLA pela dedicação, espírito de sacrifício e zelo.

"É preciso trabalharmos juntos e com determinação no cumprimento das nossas promessas", disse. José Eduardo dos Santos anunciou que o MPLA vai propor medidas para evitar falhas e insuficiências em futuros e processos eleitorais, no âmbito do seu empenho em prol de uma sociedade democrática e respeitadora das liberdades e garantias dos cidadãos. "O MPLA é um partido progressista e democrático. Trabalha para a construção do Estado Social e para criar uma sociedade de bem-estar em Angola, e promove a democracia política, económica, social e cultural", afirmou.

O líder do MPLA defendeu a elevação da consciência política dos angolanos, através da introdução de um modelo de formação política e patriótica no sistema de ensino, para permitir que os alunos e estudantes conheçam as tradições e a história de Angola, os princípios e valores políticos, morais, cívicos, éticos e culturais em que assenta a sociedade angolana.

No plano interno, José Eduardo dos Santos recomendou a "reposição urgente" do sistema de formação militante e de educação política e ideológica dos quadros do partido, e o reajustamento do programa curricular dos cursos que eram ministrados na escola do MPLA.

Durante a sessão, os membros do Comité Central do MPLA apreciaram relatórios do Bureau Político, da

Comissão de disciplina e auditoria, e os projectos de OGE para 2013, de alteração da composição numérica do Comité Provincial de Luanda, e do plano geral de actividades do partido para este ano.

A primeira sessão do bureau político em 2013, o órgão elegeu António Paulo Kassoma para o cargo de secretário para a política de quadros e confirmou a nomeação de Américo Afonso da Silva para a função de director da comissão de disciplina e auditoria do Comité Central.

4.54 Aumento dos impostos está fora de causa

Jornal de Angola
28 de Janeiro de 2013

Ao intervir no programa "Tendências e Debates", da Rádio Nacional de Angola, Arlete de Sousa disse que o Executivo decidiu apostar no alargamento da base tributária e dar um combate mais cerrado à economia informal e à evasão fiscal.

A receita não-petrolífera representa 17 por cento no Orçamento Geral do Estado. Arlete de Sousa afirma que a meta é, nos próximos quatro anos, atingir os 24 por cento. Para chegar a este patamar, disse, está a ser desenvolvido um programa de educação fiscal concertado e um controlo fiscal mais acentuado, para fazer que mais pessoas paguem impostos.

"Com base no resultado dos últimos dois exercícios podemos concluir que o programa vai bem e que podemos cada vez mais reduzir a dependência do sector petrolífero", disse, acrescentando que estão em curso acções para levar as instâncias fiscais mais próximas dos interesses económicos.

A reforma tributária tem como grande objectivo contribuir para o aumento do impacto da receita tributária não petrolífera no Orçamento Geral do Estado, através da modernização da legislação fiscal e desburocratização e simplificação dos processos e procedimentos da administração tributária. Componente social durante o programa, que analisou a proposta de Orçamento Geral do Estado para este ano, Arlete de Sousa lembrou que o Orçamento Geral do Estado tem uma componente social forte, mas no geral estimula o crescimento económico, cria emprego e investimento.

O Orçamento Geral do Estado para 2013 prevê receitas e despesas avaliadas em mais de seis triliões de kwanzas. O petróleo continua a ser a principal fonte de receitas do Estado, contribuindo para 50 por cento do Orçamento. A despesa total dá primazia ao

sector social, com 33,5 por cento dos recursos, sendo 8,09 por cento para a educação, 5,29 por cento para a saúde, 10,83 para proteção social, 7,02 por cento para a habitação e 1,1 para a proteção ambiental. Em seguida vem a administração pública com 23,6 por cento e os sectores da defesa e económico com cerca de 18 por cento.

As receitas fiscais (exclui desembolsos de financiamento e venda de activos) estão projetadas em 4.570,4 mil milhões de kwanzas e despesas fiscais (exclui a amortização da dívida e a constituição de activos) fixadas em 4.975 mil milhões de kwanzas, de que resulta num défice fiscal de 407,4 mil milhões de kwanzas, equivalente a 3,4 por cento do Produto Interno Bruto.

O deputado Diógenes de Oliveira, vice-presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional elogiou o esforço do Executivo em manter a estabilidade macroeconómica e adotar uma medida de contenção e prudência para que os programas sejam exequíveis e possam responder aos anseios da população.

O deputado acalmou os ouvintes, incluindo o presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, que esteve presente no debate, que, insistentemente, criticaram que o Orçamento Geral do Estado se traduz no aumento das assimetrias regionais.

Diógenes de Oliveira lembrou que o Orçamento Geral do Estado para este ano marca início do plano de desenvolvimento para os próximos cinco anos e que, no médio prazo, o nível de investimentos estruturantes que estão a ser realizados em todas as províncias, vai induzir ao crescimento económico mais acentuado e reduzir as assimetrias que ainda existem.

Outro parlamentar que participou no debate foi João Pinto, da Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos. João Pinto afirmou que a comissão também analisa se a proposta do Orçamento Geral do Estado, no essencial, está em linha com as promessas eleitorais e com as grandes questões do plano Nacional de Desenvolvimento.

Lembrou que os principais eixos do programa são a preservação da unidade e coesão nacional, garantia de pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, a melhoria da qualidade de vida, a inserção da juventude na vida activa, desenvolvimento do sector privado e inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

Afetação dos recursos ao rebater uma observação do presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, sobre a afetação de mais recursos a Luanda, às principais cidades e municípios em detrimento das localidades do interior, o deputado João Pinto lembrou que, fruto da guerra, houve uma pressão sobre a capital do país e sobre as sedes provinciais. Além disso, afirmou, há projectos de aplicação local, mas de responsabilidade do Executivo.

Por isso, os valores não estão quantificados nas localidades beneficiadas. O deputado lembrou, também, que, sendo parte de um programa de médio prazo, até 2017, o executivo pode ir corrigindo os planos e garantir, no final, uma distribuição equitativa da riqueza, de acordo com as promessas eleitorais.

José Severino chamou à atenção para os riscos inerentes à conjuntura internacional e sugeriu uma redução de cinco por cento nas despesas constantes do Orçamento Geral do Estado para este ano. O empresário lembrou que o executivo aumentou as despesas, mas o crescimento do Produto Interno Bruto se mantém.

José Severino sugeriu também a revisão dos subsídios aos combustíveis, aos transportes públicos e à energia eléctrica, que, no seu entender, estão concentrados em Luanda. O presidente da AIA pede também mais investimentos para as províncias fronteiriças.

Aia da Silva, do Gabinete de estudos do Ministério das Finanças, falou das iniciativas para potencializar o empresariado nacional e trazer para a formalidade várias iniciativas empresariais que estão no mercado informal. A especialista afirmou que hoje, com o Balcão único do Empreendedor (BUE), há facilidade de um pequeno empresário formar a sua empresa e obter financiamentos em tempo recorde.

O Balcão Único do Empreendedor é concentrado, num único local, delegações de diversos serviços administrativos públicos intervenientes no processo de constituição e licenciamento das Micro e Pequenas Empresas, com tutela do Ministério da Justiça.

4.55 Ministro quer receitas para os municípios

Jornal de Angola
31 de Janeiro de 2013

o ministro da Administração do Território, Bomito de Sousa, defendeu ontem, em Luanda, mais diversificação da economia e das receitas nas províncias e municípios. Bomito de Sousa participou no debate do Orçamento Geral do Estado na

especialidade com os governadores provinciais e defendeu que é preciso ter mais atenção à diversificação da economia para a não dependência do petróleo. Bornito de Sousa disse que é uma preocupação do Executivo, em conjunto com o Ministério da Administração do Território, governadores provinciais e administradores municipais a elaboração de orçamentos municipais integrados. O ministro acrescentando que o orçamento deve ser elaborado tendo em conta a realidade de cada município e as suas diferenças. Bornito de Sousa esclareceu que as autoridades tradicionais não têm salários. Mas que o Ministério da Administração do Território tem registados 41 mil autoridades tradicionais que recebem subsídios. Esses fundos são um chamariz para o aumento das autoridades tradicionais. O ministro explicou que o valor orçamentado no OGE para os subsídios das autoridades tradicionais é muito elevado, mas o seu ministério pretende alterar a filosofia. O Ministério da Administração e Território pretende fazer um estudo das autoridades tradicionais em todo o território nacional. Salientou que devem usar trajes próprios da cultura e tradição local. Quanto aos prédios e às 300 famílias em risco na província de Malange, o ministro disse que no quadro do projecto "200 casas por município" vai ser solucionada a situação das famílias com a construção de casas para realojar os moradores e desocupar os edifícios em risco. Sobre a Lei das Transgressões Administrativas e a dificuldade em cumpri-la, Bornito de Sousa defendeu a sua aplicação através regulamentação a nível local. O ministro explicou que há um esforço significativo e positivo no sentido de melhorar o Orçamento Geral do Estado. E acrescentou que só com a contribuição de todos "podemos ter o melhor Orçamento Geral de Estado e os melhores procedimentos para a sua elaboração e os planos de desenvolvimento". Durante o debate no Parlamento com os deputados, o governador de Luanda, Bento Bento, disse que a reunião serviu para colher informações que vão permitir trabalhar com alguns ministérios para solução dos problemas. Bento Bento explicou também que quem se responsabiliza pelas obras das vias terciárias e secundárias na província de Luanda é o Ministério da Construção e que o Governo Provincial apenas faz acompanhamento e trabalha directamente para que todos os projectos sejam executados. Bento Bento reconheceu também que existem muitas obras paralisadas e garantiu que o Governo Provincial está a trabalhar com o Ministério da Construção para reactivar o projecto de reabilitação das vias de Luanda. O governador informou que uma das questões que está em causa é o atraso nos pagamentos aos empreiteiros. "Luanda tem projectos ambiciosos para a rede viária e nos

próximos meses vamos reactivar os trabalhos", assegurou.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Audiência do PR ao soberano das Lundas

Agora

05 de Janeiro de 2013

O soberano do reino Lunda Tchokwe, Muatchissengue Watembo, foi recebido quinta-feira, 3, em Luanda, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. A partida, terá sido mais um encontro de rotina entre aquela autoridade tradicional e o titular do poder executivo, no âmbito dos compromissos políticos existentes no quadro do presente regime político. Contudo, algo captou a nossa atenção, a par da costumeira ladainha da imprensa oficial sobre o "processo de desenvolvimento em curso no país", que o rei terá considerado como positivo. Watembo veio reivindicar o fomento de pólos industriais, zonas económicas especiais e regiões académicas, também para os povos das Lundas, a exemplo de outras regiões. As Lundas, uma região rica em diamantes e não só, que apesar de algumas medidas governamentais como a libertação do garimpo e o comércio artesanal ou a construção de alguns equipamentos sociais, continuam a experimentar uma existência pobre e amarga, à mistura com a violência que ocorre naquelas paragens. Ora, esta demanda do rei Watembo, que certamente terá a aquiescência de muitos Lundas, seus súbditos ou não, revela aquilo que todos nós sabemos e muito tem sido falado: a existência de assimetrias regionais, que se agravam e merecem seguramente maior atenção do poder central. Muatchissengue Watembo, segundo dados oficiais, é o décimo rei no trono dos Lunda-Tchokwe, reconhecido mundialmente nos termos da sucessão colectiva e dos fundamentos jurídicos do protectorado de 1885- 1894. Não sabemos quantos habitantes das Lundas e de parte de Malanje se reconhecerão neste soberano, nem este assunto interessa para efeito desta crónica. Só sabemos que a demanda por ele feita no Palácio da Cidade Alta, com toda a carga simbólica que transmite, também será a da maioria. Os meus votos são para que numa próxima oportunidade - que a agenda política do MPLA infelizmente postergou para 2015 ou depois - o Presidente da República possa escutar as demandas de autarcas democraticamente eleitos em todo o país, esperando que até lá as assimetrias regionais no nosso país tenham diminuído. Corpo do texto. Corpo do

5.2 Censo populacional só em 2014

Continente

05 de Janeiro de 2013

Contrariamente ao que estava previsto, o primeiro recenseamento da população e habitação de Angola pós-independência, só terá lugar em 2014. A decisão foi tomada nesta terça-feira, 20, durante a sessão da Assembleia Nacional, tendo na ocasião o ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, alegado a realização das eleições gerais, em Agosto passado, como motivo plausível do adiamento. Durante a sua fundamentação aos parlamentares, o governante, sublinhou que "tecnicamente antes da realização do censo geral deve-se proceder a um censo piloto, com uma antecedência mínima de oito meses, a contar do momento censitário". O ministro considerou que o processo eleitoral "condicionou" o desenvolvimento das actividades preparatórias do censo, designadamente a realização de um censo piloto, a partir de Julho passado. O momento censitário inicialmente previsto eram as zero horas do dia 16 de Julho de 2013. De acordo com a notícia avançada pela Angop, o adiamento foi acolhido favoravelmente por 151 deputados, do MPLA e da coligação CASA-CE, enquanto 31 se abstiveram, nomeadamente os da UNITA e FNLA, tendo os três votos contra do partido dos parlamentares do PRS. Com esta alteração, caberá agora ao Presidente José Eduardo dos Santos fixar a nova data do censo, tendo o Instituto Nacional de Estatística (INE) proposto já as zero horas de 16 de Maio de 2014 como momento censitário. No passado dia 15, em declarações à Angop, o director geral do INE, Camilo Ceita, manifestou-se convicto que o futuro recenseamento da população deverá registar cerca de 21 milhões de habitantes em Angola. A discussão e aprovação da Lei de Autorização Legislativa para Alteração do Momento Censitário foi o primeiro ponto da sessão plenária que prosseguiu com a aprovação do Projecto de Resolução que aprova a Adesão de Angola à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Resolução que aprova a Convenção relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adopção Internacional. Recorda-se que o último censo populacional realizado em Angola, decorreu no ano de 1970 e foi levado a cabo ainda sob a égide das autoridades coloniais portuguesas e estimava-se, na altura, que a população angolana rondava os 6 milhões de habitantes. Na altura o país encontrava-se numa situação complicada, tendo em conta as acções dos movimentos de libertação que lutavam para a independência do país. No entanto, as Nações Unidas estabelecem que os Estados procedam a realização do censo populacional,

periodicamente, num intervalo de dez anos. Assim sendo, Angola tem quatro censos em atraso. Hoje, tudo que se sabe sobre a população angolana é baseado em projecções feitas por organismos das Nações Unidas, desconhecendo-se na actualidade o número real da população angolana. A palavra censo vem do latim *census* e quer dizer "conjunto dos dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado, nação". O censo é a única pesquisa que visita todos os domicílios para conhecer a situação de vida da população em cada um dos municípios do país.

5.3 "MAKA" aquece com o presente e o futuro das autoridades tradicionais

Agora

05 de Janeiro de 2013

O professor e mestre ciências Jurídicas João Pinto, será o prelector da primeira Maka à Quarta-feira, do ano a realizar-se no dia 9, na União dos Escritores Angolanos (UEA), sobre o tema "O presente e o futuro das autoridades tradicionais". Uma nota da UEA refere que a reflexão sobre as autoridades tradicionais só pode ser multidisciplinar uma vez que se procura compreender o percurso delas ou das suas origens nos processos pré-colonial, de ocupação colonial e de resistência para depois se compreender a pós-independência, guerra civil, pós-guerra civil no actual processo de desenvolvimento de Angola. Para tal, acrescentou, importa uma reflexão jus filosófica, buscando o auxílio de outras ciências como a História, Sociologia, Antropologia, Filosofia Política, Ciência da Administração e História do Direito, mormente o Direito Administrativo e Constitucional. "Reconhecemos que a sociedade terá sempre conflitos, normais para sociedades democráticas, no entanto, as reivindicações étnicas, regionais de matriz etnolinguística podem agudizar certos conflitos latentes que só o Estado forte e liderança transcultural pode garantir, por estarmos num continente onde as reivindicações políticas e sociais transvalam num nacionalismo violento", consta a nossa fonte, para quem "as autoridades tradicionais existem e exercem o seu poder por via de uma legitimidade ancestral, históricos carismática das dinastias, gerações ou famílias que descendem das ancestrais autoridades fundadoras da comunidade por via de laços afectivos aceites pela comunidade, criando uma solidariedade mecânica (sentimento de pertença, laços linguísticos, religiosos, propriedade comunitária, clânica)".

5.4 Valorização da autoridade tradicional é prioritária

Jornal de Angola

09 de Janeiro de 2013

O anúncio foi ontem feito no Sumbe, Kwanza-Sul, pela titular da pasta da Cultura, durante o discurso no acto central do Dia da Cultura Nacional, comemorado em todo o território nacional. Rosa Cruz e Silva sublinhou que esta recuperação das Ombalas constitui "a valorização, não apenas da infra-estrutura em si, mas sobretudo dos valores simbólicos que estes lugares históricos transmitem". "E preciso recuperar o verdadeiro papel da autoridade tradicional no seu real contexto", referiu, um dia depois de as autoridades do Huambo terem capturado quatros presumíveis assaltantes do acervo cultural da Ombala de Tchingulula, no município da Caála, Huambo. A ministra sublinhou que, a inscrição das jóias do património nacional na lista do património da Humanidade é uma realidade cada vez mais próxima, permitindo a Angola partilhar os seus monumentos e sítios com o resto do Mundo. A título de exemplo, recordou os projectos em curso, designadamente a cidade histórica de Mbanza Congo, as pinturas rupestres do Tchitundu-Hulo e o Corredor do Minista da Cultura presidiu ao acto central. Eusébio Teixeira entregou o diploma de mérito ao responsável da promotora Rosa Sul destaque para o património arqueológico, como as Pinturas Rupestres do Complexo do Ebo e as necrópoles da Quibala, como sendo o património com potencial para ingressar na lista do Património da Humanidade. Internacionalização da cultura A internacionalização da cultura angolana é outra prioridade do Ministério, tendo em vista a divulgação e reconhecimento de Angola além-fronteiras. Nesse sentido, está já em agenda a participação de eventos internacionais e em novos outros vultos a realizar no país. Angola é este ano homenageado a preservação, a investigação e a na 20ª edição da Feira Internacional do Livro de Havana, em Cuba, que se realiza de 14 a 24 de Fevereiro. A ministra garantiu que o seu sector traçou um conjunto de acções para o desenvolvimento da cultura nacional nas mais diversas artes, e sublinhou que, para o investimento que suporta a visibilidade e divulgação das actividades culturais ter resultados sólidos e eficazes deve ser completado com a preservação, a investigação e a formação de quadros. Rosa Cruz e Silva apontou as áreas de gestão e dinamização cultural, das bibliotecas, dos arquivos, da museologia, da arqueologia e do restauro, como sendo as que exijam formação especializadas, e defendeu a promoção, o incremento e a consolidação de um sistema de ensino artístico. Na área do teatro,

considerou importante incentivar a adaptação de textos e obras de escritores angolanos. Outro desafio apontado prende-se com os padrões característicos das danças tradicionais e populares, e com a originalidade das novas linguagens da dança. Outras iniciativas. No âmbito da jornada comemorativa do Dia da Cultura Nacional foi ontem entregue, no Sumbe, o prémio provincial de cultura e artes à obra "Ondjango - a Família", do padre da igreja católica AnaCleto Monteiro, na categoria de pesquisa e investigação. Ângelo de Carvalho foi distinguido nas artes plásticas, o Reverendo Gabriel 25 na literatura, o grupo Muxito de Sete Abelhas na dança e Lito Ferrão na música. O prémio foi instituído pelo Governo do Kwanza-Sul em 2010 e é de 500 mil kwanzas por categoria. O dia de ontem ficou ainda assinalado pelo lançamento do livro "As Lendas da Kilenda" e pelo acto oficial de classificação da Igreja Sagrada Família, do Sumbe, como património cultural nacional. Desde segunda-feira, e durante uma semana, decorrem no Sumbe seminários sobre gestão de arquivos, dinamização, teatro e dança, gestão do património edificado e classificação harmonização ortográfica das línguas bantu e técnicas de recolha da tradição oral.

5.5 Poder tradicional em Angola reveste na sede dos escritores

Jornal de Angola

11 de Janeiro de 2013

A necessidade de proteger mais o poder tradicional, como parte do património cultural do país, foi defendida pelo professor universitário João Pinto, na União dos Escritores Angolanos (UEA). O docente, que falava durante mais uma edição do projecto "Maka à Quarta-feira", destacou ainda o papel destas entidades junto das populações, em especial para garantir a paz social e como defensoras dos costumes de uma região. A maka, realizada sobre o tema "O presente e o futuro do poder tradicional em Angola", serviu ainda para analisar o estado actual e a influência das autoridades tradicionais no país. "É especial que se continue a incentivar a proximidade das autoridades tradicionais com as populações", frisou. De acordo com João Pinto, o distanciamento entre a nova geração e a tradição é uma consequência do desenvolvimento. "O que se deve fazer é estudar mais o património histórico-cultural e incentivar o convívio entre os jovens e as autoridades tradicionais", justificou. Para o soba geral de Luanda, João Adão, jamais as autoridades tradicionais vão deixar de existir, apesar dos avanços da globalização e da aculturação de que têm sido alvo os jovens angolanos.

O soba reconheceu que a nova geração desconhece o valor do poder tradicional, mas garantiu que em Luanda os sobas estão a trabalhar para alterar esta situação. Na próxima semana, esclareceu, os sobas vão trabalhar dentro das suas comunidades para dar conhecer aos mais jovens o seu poder dentro da sociedade. Antes de sensibilizar a sociedade sobre a autoridade de um soba, vai se realizada a "Fogueira de Sobas", um encontro entre os sobas de Luanda.

5.6 Desvios chorudos de milhões de dólares no GPL

Continente

25 de Janeiro de 2013

Uma sofisticada rede de desvio de dinheiro fez morada no Governo Provincial de Luanda que redundou em atritos profundos com o antigo director do GEPE (Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas), Mário Jorge de Carvalho, que apresentou um projecto de reestruturação do sector para tentar conter a enorme sangria de recursos públicos que Luanda vem sofrendo com o beneplácito do governador.

Desentenderam-se as comadres e nestas coisas de poder como na vida a corda rebenta sempre para o lado mais fraco, e Mário Jorge de Carvalho, o jovem filho do kota Mendes de Carvalho, distinto político e escritor de Catete, bateu com a porta e furioso deixou de aparecer no GPL, depois duma reunião explosiva com o núcleo duro da cúpula de Bento Bento no GPL, onde foi achincalhado, humilhado e vilipendiado porque tentou desafiar o poder subterrâneo e omnipresente da vice-governadora para área económica e produtiva, Dr. Judite, o mais poderoso membro do governo da capital, depois do Governador.

Ao invés de procurar ultrapassar a feia querela de ocasião porque os interesses em jogo eram enormes com muito dinheiro no meio e todos os intervenientes com telhados de vidro, Mário de Carvalho, foi abruptamente exonerado com acusações de ter desviado 20 milhões de dólares durante o seu curto e meteórico consulado.

"Bento Bento comeu muito mais do que o Mário de Carvalho. Muito mais do que o dobro e não tinha motivos para se atirar ao puto, que até nem quer mais falar do assunto e quer que lhe deixem em paz. Ele como director do GEPE tentou mudar a situação do GPL.

O plano de reorganização do GEPE que apresentou foi chumbado por Bento Bento. O erro dele é que ele

aparecia no GPL com uns brancos tucas, que também já queriam mandar e usava o nome do Governador sem autorização, sinónimo de malandrice e arrogância. E além disso, não compreendeu a cultura institucional do GPL, completamente avessa à reformas.

Aquilo agora é uma empresa do «safe-se quem puder». Foi por isso, que ele "morreu na praia", isto é, durou pouco, menos de 6 meses à frente do GEPE. O GEPE é o cérebro do GPL, tudo passa por lá. "Revelou-nos uma fonte sénior da instituição. Um dos exemplos mais flagrantes desta autêntica lavandaria de dinheiro do GPL é a empresa FERMAS, que é paga por trabalhos que nunca realiza, e sonega mensalmente milhões de dólares aos cofres do GPL.

"Quem dá uma olhada aos pagamentos feitos pelo GPL à FERMAS fica impressionado com os milhões de dólares que entram na mesma e vão parar aos bolsos dos dirigentes. É um autêntico "EI dorado" com obras que nunca realizou e mercadorias que nunca vendeu.

Quem diz a FERMAS diz outras que a seu tempo, apresentaremos. Trimestralmente são desviados milhões de dólares do GPL. Fala-se por alto ou empiricamente em cerca de 100 milhões de dólares. TRIMESTRALMENTE!!! Uma fortuna que daria para tirar muita gente da pobreza.

" Negócios milionários no GPL o GPL tem um orçamento bilionário devido as responsabilidades que tem como suprema edilidade luandense, e representa mais de 6 milhões de angolanos, um terço da população do País, e o grosso das empresas nacionais.

Por esse motivo, a quantidade de negócios que se realizam na capital, permite uma quantidade de receitas sem paralelo, que nos permitem afirmar que "o GPL é a 2 a empresa pública com mais receitas no País, só ultrapassada pela Sanangol. " Mas, isto do ponto de vista empresarial, porque do ponto de vista institucional é a 1 a instituição do País, ultrapassando todas as províncias e qualquer ministério, em grau de importância, funcionamento e responsabilidade social. O GPL é um Estado dentro dum Estado.

A maka é que tem uma gestão descontrolada agravada pelo facto de o 10 secretário provincial do MPLA ser também o governador de Luanda, o que agrava a promiscuidade, os interesses de cúpula e os desvios. Aumenta a ganância e a prepotência e Luanda vive apenas com os interesses imediatos e de ocasião.

E digo-te: com Bento Bento não vamos lá porque quer comer sozinho." Ressaltou a mesma fonte. As Comissões do Governador Muitas empresas queixam-se em privado de que a assinatura do governador de Luanda vale milhões. Ou seja, para se ter acesso a determinado negócio em Luanda, o Governador Bento Bento tem que lucrar com a mesma.

"Um empresário português ligado à Sonangolp perfeitamente identificado queixou-se da verdadeira promiscuidade que é a assinatura do chefe da edilidade Luandense. "Sem ele não se faz nada. Se ele não comer trava tudo, e bloqueia. Temos projectos importantíssimos para Luanda que ele bloqueou e são conhecidos do público. Mas não pago aquela percentagem!

Eu sei que quem governa uma cidade como Luanda fica rico, milionário, mas assim não!!! É demais.", revelou o português que dirige uma empresa sénior da praça luandense e tem ganas de falar em discurso directo à comunicação social nacional, mas tem receio das represálias do GPL.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Imobiliárias nas centralidades

Semanário Económico
03 de Janeiro de 2013

O Governo prepara-se para abrir as vendas e arrendamentos de apartamentos das novas centralidades a imobiliárias privadas, um segmento que até aqui tem estado na gestão da Sonip, ligada à Sonangol. Segundo o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, esta decisão será implementada durante presente mês de Janeiro. No sentido de tornar mais habitadas as centralidades que estão a ser construídas em todo o país, a tutela avança com rendas resolúveis e médias, disse ainda o governante, em declarações à Rádio Nacional de Angola. Esta medida responde à proposta apresentada pelo Presidente da República José Eduardo dos Santos, acrescentou o ministro do Urbanismo e Habitação, que sublinhou existirem condições para acolher mais jovens que procuram uma habitação. "Estamos em condições de dar resposta às preocupações do Presidente da República. Vamos também abrir este segmento para imobiliárias privadas, para o arrendamento dos apartamentos das novas centralidades", disse José Silva. O ministro acredita que avançou que esta decisão vai traduzir-se no aumento da ocupação, fundamentalmente da cidade do Kilamba, em Luanda, que regista um índice de ocupação abaixo dos 50%. Mais habitação A solução da questão habitacional passa pela construção de mais casas e o ministro do Urbanismo e Habitação anunciou que no âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação estão em execução 120 mil casas sociais e 44700 casas de renda média, distribuídas por todas as províncias do país. No seu discurso de fim de ano, José Silva adiantou que está em curso o programa de construção de 200 fogos por cada município do país, perfazendo cerca de 25400 habitações, num programa que deverá estender-se até 2014. O governante admitiu, porém, falhas na implementação destes programas. Considerando positivo o balanço geral, reconheceu "algumas insuficiências que constatamos na sua implementação, ocasionando flagrantes desajustamentos entre os cronogramas físicos e financeiros de algumas empreitadas, assim como a depreciação da qualidade de alguns trabalhos". O ministro do Urbanismo e Habitação defendeu que não se pode ficar indiferente ao desempenho de empresas que de forma negligente encaram os compromissos assumidos com o Estado. Reiterando

o compromisso, a nível central e local, de apoiar e promover aqueles que de facto se pretendem constituir verdadeiros parceiros do Estado, o governante avançou a intenção de encetar um combate cerrado àquelas empresas que demonstram incapacidade de cumprir as suas obrigações contratuais, quanto à qualidade da execução e ao cumprimento dos prazos. Neste sentido, José Silva manifestou a necessidade da contínua qualificação dos recursos humanos a todos os níveis do sector que dirige, bem como dos organismos de tutela. O ministro considerou que a continuação e conclusão do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, o ordenamento do território, a requalificação do meio urbano e rural, a regularização jurídica do património habitacional do Estado, são tarefas e desafios fundamentais do sector, nos próximos tempos, particularmente do Programa de Investimentos Públicos em 2013. De acordo com o governante, os índices atingidos deverão ser substancialmente ampliados se for prestada maior atenção a um segmento do Programa Nacional que considerou fundamental - a auto-construção dirigida, que constitui cerca de 70% do programa. Estiveram presentes na cerimónia os secretários de Estado da Habitação e do Urbanismo, nomeadamente Joaquim Silvestre e Clemente Júnior, directores nacionais, funcionários seniores, entre outros técnicos da instituição.

6.2 Mais residências para funcionários são inauguradas

Jornal de Angola
04 de Janeiro de 2013

Uma residência para os médicos e enfermeiro em serviço no município do Chinjenje, a 118 quilómetros da cidade do Huambo, e outra para os efectivos do comando local da Polícia Nacional, foram inauguradas nesta circunscrição. Inseridas no programa integrado de desenvolvimento rural e combate à fome, as residências possuem condições dignas para a acomodação dos beneficiários e vão suprir o défice habitacional neste município. A administração do Chinjenje aplicou, para a construção da casa dos médicos e enfermeiros, 44 milhões de kwanzas (incluindo O apetrechamento) e as obras para a sua edificação duraram oito meses. A residência dos efectivos da Polícia Nacional, construída em três meses, custou aos cofres da administração local 17 milhões e 400 mil kwanzas. O chefe da repartição municipal de estudos e planeamento, Abel Feliciano, lembrou que a falta de residências para os funcionários tem sido apontada como a principal causa de absentismo de trabalhadores nas instituições

públicas. Disse que os médicos em serviço neste município estavam alojados na vila municipal do Longonjo, a 54 quilómetros, razão pela qual algumas vezes chegavam muito atrasados aos seus consultórios.

6.3 Moradores em zona de risco realojados em casas seguras

Jornal de Angola

04 de Janeiro de 2013

A administração municipal de Cambambe realojou 20 famílias, cujas casas foram demolidas para se realizarem as obras de alargamento e reabilitação da via Dondo /Alto Fina. Os beneficiários receberam casas com dois quartos, cozinha, casa de banho e já com luz e água instaladas. O administrador municipal lembrou, na cerimónia de entrega das chaves, que as casas demolidas estavam muito próximo do troço do morro do "S", na Estrada Nacional 230, o que fazia que os seus moradores vivessem "numa situação de risco iminente". Mateus da Costa referiu que as casas demolidas estavam numa área reservada à construção da Estrada Nacional e que moradores de uma zona do bairro Cassesse tinham problemas de abastecimento de luz e água potável. Outras sete famílias, cujas casas também foram demolidas, garantiu o administrador municipal, são realojadas na cidade do Dondo nos primeiros meses deste ano. O administrador avisou os beneficiários que se venderem ou trespassarem as casas as perdem. Na região está em curso a reabilitação de várias infra-estruturas de impacto social.

6.4 Com a Famosa lista para a distribuição das casas do Kilamba apresentam-se várias leituras

Continente

05 de Janeiro de 2013

Os problemas da habitação são transversais e ocupam um lugar cimeiro na vida da juventude em particular, porque eles anseiam ter o primeiro espaço para juntarem a sua família. O mesmo se passa com os casais adultos, que nunca tiveram tecto próprio mesmo depois de terem uma vida em comunhão que também já deu netos. Logo quando se fala de casas, também anseiam fazer o último desejo em deixar uma habitação condigna para os seus. Por isso, quando se falou no projecto da nova centralidade do Kilamba, houve pessoas que não dormiram para se registar, quer na própria cidade quer noutros pontos indicados para inscrição, para tentarem adquirir um apartamento, já que a filosofia era inscrever-se e

aguardar pela chamada via correio electrónico para formalizarem o contrato. Conforme estava a ser conduzido o programa, tudo indicava que se estava a esperar pela campanha eleitoral e ela passou e as casas nada. E para surpresa, aventou-se a hipótese de distribuírem as casas para os funcionários públicos pela modalidade da renda resolúvel e uns poucos tiveram tal sorte, pois há ministérios que num universo de 1000 pedidos, foram contemplados 25 funcionários o que deixou todos boquiabertos, pois não se justificava tal atitude uma vez que para pagar renda, é necessário ter um salário ou emprego que lhe sirva de garantia. O pior estava por vir. O Jornal de Angola publicou no dia 20 do corrente mês uma lista que convocava cidadãos, que não se inscreveram a lado nenhum, para assinarem contratos para adquirirem os seus apartamentos no Delta Imobiliária. Isto, não seria surpresa se de entre a lista, não houvesse critérios desconexos tais como: Dos beneficiários, conforme se pode ler na lista, constam músicos, que até onde se sabe, não possuem outra actividade que os habilite a obrigações impostas pela Imobiliária, que é o pagamento de renda e garantias do salário para o efeito. Outro aspecto que ninguém entendeu, foi a distribuição afecta à comunicação social que integra rostos da media estatal com a maioria esmagadora, não se sabendo porque os da privada só os que são bem vistos pelo "regime" já que alguns jornais receberam três, outros um e há os que não foram contemplados com nenhum. Mas a incongruência não acaba por aí, pois há juízos que são proibidos de se fazerem como os que motivam os médicos e outro pessoal não médico das unidades hospitalares públicas, que até fazem por merecer, porque pertencem à função pública, e com serviço directo aos mais carentes deste país, não tiveram tratamento similar aos médicos da Clínica Multiperfil, que foram os maiores beneficiários desta classe. Nesta lógica, deixa subjacente por exemplo que os médicos do Américo Boavida, Hospital Esperança, Sanatório de Luanda, Josina Machel, ou outras unidades sanitárias públicas são menos importantes que os primeiros. Outra leitura que se faz é: Porquê que o número de médicos habilitados dos mencionados como "outros hospitais" é inferior ao de músicos que participaram na campanha eleitoral? Outra incoerência, na lista em causa não é visível o capítulo dos professores. Estes, por acaso não ganharam o direito de fazer parte da nova cidade que até possui escolas que seria um bom incentivo à classe docente. Ora, como sempre não faltará quem examine este exercício como uma chamada para puxar a brasa à nossa sardinha ou dor de cotovelo por não termos sido contemplados, não. Não é, porque apesar de termos falta de casa como boa parte das instituições que andam nesta corajosa missão, o que nos move é despertar que isto é um fluxo de

tensão, porque frustra as expectativas de muitos que por sinal merecem estar ali e não conseguiram, e por outro atribui vantagens a quem por não ter tal perspectiva, não compreenda o valor que custou a bandeira. E por fim, vêm-se ali nomes de pessoas que até já tiveram acesso a residências em outros projectos habitacionais do Estado.

6.5 Projecto Catoca ganha consistência

Folha 8

05 de Janeiro de 2013

Os primeiros sinais do Complexo Habitacional Sagrada Esperança da Mwono Waha, direccionado aos trabalhadores de Catoca e eventuais aderentes estão à vista, a julgar pela construção das 70 casas iniciais cuja entrega formal aos respectivos beneficiários se prevê para o mês de Fevereiro de 2013. Isso mesmo foi constatado sábado último, 29 de Dezembro de 2012, pelo Presidente do Conselho de Administração da Endiama, Carlos Sumbula que há cerca de 2 anos lançou a primeira pedra de construção do referido projecto. Durante a sua curta visita ao local, em companhia do Director-Geral de Catoca, Ganga Júnior, Carlos Sumbula manifestou-se optimista em relação ao prosseguimento das obras, adjudicadas à construtora chinesa, China International Found, tendo afirmado que na sequência serão construídas em cadência cerca de 50 habitações a cada mês. "As pessoas que vão beneficiar das casas já estão identificadas e pensamos então que é um projecto a programação que fizemos em 2010", afirmou em declarações à imprensa. De acordo com o PCA da Endiama, das três mil moradias previstas serão erguidas, numa primeira fase, cerca de 500 e consoante circunstâncias e necessidades poderá evoluir para aproximadamente 4 mil no total. Acrescentou tratar-se de uma iniciativa de responsabilidade social em médio prazo e sob a égide da associada Catoca, empresa que se revê no orgulho e dignidade dos seus trabalhadores. Ganga Júnior, Director-Geral da referida mineradora, admitiu na ocasião que apesar dos condicionalismos e constrangimentos iniciais, devidamente ultrapassados, o objectivo começa a ganhar interesse, consistência e realidade. "Nunca vi projecto desta natureza com custos como os que aplicamos aqui, os preços são bons e mais baixos possíveis, entretanto, vamos continuar a trabalhar para os reduzir ainda mais", sublinhou a propósito do ingresso de pessoas ao projecto. Por sua vez e motivado pela adesão dos trabalhadores à iniciativa, o Presidente da Cooperativa Mwono Waha, entidade que coordena o processo inerente à futura vila residencial Sagrada

Esperança, engenheiro Fernandes, assegurou que o primordial interesse é a inclusão de todos sem excepção. "O empenho da empresa (Catoca) tem sido enorme, ela assume séria e responsabilmente parte das infraestruturas e todos os custos em termos de legalização do terreno, loteamento, enfim, por isso nos sentimos bastante animados", considerou Flávio Fernandes que almeja imediata resolução de isenções de taxas e importação de materiais de construção para não encarecimento das casas.

6.6 Antigos combatentes "acolhidos" no Kilamba

Continente

05 de Janeiro de 2013

Segundo apurou este jornal, até a semana passada, a direcção provincial deste organismo, em Luanda, já tinha feito o cadastramento dos beneficiários para a segunda fase, aguardando-se apenas a celebração dos contractos. De acordo com o director provincial, Correia Baptista, na primeira etapa, 107 antigos combatentes haviam já concretizado o sonho da casa própria, naquele projecto habitacional. O processo, segundo o responsável, vai continuar, até ser atingido o número de beneficiários que irão habitar nos apartamentos acima referenciados. "Trata-se de uma iniciativa presidencial que visa dar dignidade aos antigos combatentes e diminuir a carência da questão habitacional", disse Baptista Correia, lembrando que os privilegiados vão pagar as residências, através da renda resolúvel. Quanto aos critérios para a aquisição das residências, disse que os mesmos dependem da renda mensal ou capacidade financeira do interessado. "Os antigos combatentes que acham que podem concorrer neste projecto, estão abrangidos, não há exclusão, basta às pessoas manifestarem interesse e terem em dia a documentação necessária". O responsável fez saber, igualmente, que aqui na capital do país, está a ser erguido um outro projecto habitacional, na zona dos Ramiros onde irão também residir os antigos combatentes. Baptista Correia sublinhou, por outro lado, que, a par disso, estão na forja a implementação, nas zonas da Quimia e Quiçama, em Luanda, de projectos agro-pecuários, com vista ao combate à fome e à pobreza no seio dos antigos combatentes e as suas famílias. Uma realidade Ao que tudo indica, o velho adágio popular, segundo a qual "depois da tempestade vem a bonança", parece estar a resultar no seio das populações angolanas, não passando de lado dos antigos combatentes e veteranos da pátria, um segmento social outrora marginalizado, não sendo para menos que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, reservou na agenda social deste seu mandato, um

lugar especial, para esta franga. De acordo com o PR, que falava no acto da sua investi dura, na Praça da..., em Luanda, o esforço de valorização dos angolanos implica também, e fundamentalmente, a melhoria constante das suas condições de p vida, através do aperfeiçoamento dos fé mecanismos e vias de acesso à saúde, II ao saneamento básico, à água potável de a habitação condigna. É no entanto, sobre este último aspecto que nos estamos a cingir, uma vez que este jornal apurou, recentemente, que, para além de Luanda, vários projectos habitacionais foram erguidos e outros estão a ser construídos, nas restantes províncias, no sentido de dar dignidade aos antigos homens do gatilho, que deram o seu melhor para a pátria angolana. É um dado adquirido que o sonho da casa própria para os antigos combatentes e veteranos da pátria está a chegar em todas as províncias do país. No Lubango, Huíla, por exemplo, recentemente 85 elementos que fazem parte deste segmento social, incluindo deficientes, viúvas e órfãos de guerra naquela cidade receberam residências do tipo T3, no âmbito do programa presidencial, tendo o projecto habitacional sido baptizado de "Liberdade". O mesmo está enquadrado na Caixa de Segurança Social das FAA. Trata-se, porém de um contributo para o bem-estar destas famílias, que antes viviam condições de habitabilidade muito péssimas. Já no Huambo, cinco mil e 600 assistidos pelo MAVP estão, igualmente a receber residências, enquanto, que em Malange estão a ser reabilitadas as moradias que haviam sido entregues aos antigos combatentes, deficientes, viúvas e órfãs de guerra. A reabilitação está a cargo do MACVP tendo as obras sido visitadas, esta semana, pela vice governadora para c Sector Político e Social, Alice Van-Dúnem.

6.7 Governador quer qualidade nos projectos habitacionais

Jornal de Angola

10 de Janeiro de 2013

O governador provincial do Namibe, Isaac dos Anjos, realçou a necessidade de se melhorarem os mecanismos de concepção de projectos habitacionais, com o objectivo de dotá-los de melhor qualidade. O responsável fez este pronunciamento segunda-feira, no Namibe, durante a segunda sessão ordinária do conselho do governo provincial, dedicada a análise da situação política, social e económica do Namibe. De acordo com o comunicado de imprensa final, o governo pretende que os projectos habitacionais ofereçam melhor qualidade, conforto, espaços de crescimento e beleza arquitectónica, com efeitos satisfatórios sobre a população beneficiária, bem

como sobre a estrutura das cidades, vilas e demais localidades. No encontro, foi recomendada a necessidade de se melhorar o sistema de distribuição de água, bem como do saneamento da cidade do Namibe, visando estancar os riscos que o estado actual oferece à saúde da população. Ao longo da sessão, Isaac dos Anjos falou da necessidade de adequação dos programas sectoriais do governo provincial aos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza, de forma a produzir melhores resultados, tendo chamado a atenção para a importância destes programas. Os membros do governo provincial do Namibe aprovaram, na reunião, vários documentos referentes ao seu plano de acção para o presente ano económico, nomeadamente os calendários de reuniões do Executivo, do Conselho Provincial de Auscultação Social, Comissão Provincial do Urbanismo e Habitação e da Comissão Provincial de Protecção Civil. O encontro serviu para aprovar o programa de actividades alusivas aos 52 anos do início da luta de libertação nacional, que se assinala a 04 de Fevereiro próximo.

6.8 “Canteiro” pode dar casas

Angolense

11 de Janeiro de 2013

O Director Nacional de Urbanismo e Habitação, Manuel Pimentel, deslocou-se, recentemente, a província do Kwanza-Norte, para para avaliar como esta a decorrer o ritmo do projecto da construção das duzentas casas sociais nos municípios de Kambambe, Golungo - Alto e Lucala para para avaliar como esta a decorrer o ritmo do projecto da construção das duzentas casas sociais nos municípios de Kambambe, Golungo - Alto e Lucala avaliar como esta a decorrer o ritmo do projecto da construção das duzentas casas sociais nos municípios de Kambambe, Golungo - Alto e Lucala avaliar como esta a decorrer o ritmo do projecto da construção das duzentas casas sociais nos municípios de Kambambe, Golungo - Alto e Lucala para avaliar como esta a decorrer o ritmo do projecto da construção das duzentas casas sociais nos municípios de Kambambe, Golungo - Alto e Lucala para avaliar como esta a decorrer o ritmo do projecto da construção das duzentas casas sociais nos municípios de Kambambe, Golungo - Alto e Lucala para avaliar como esta a decorrer o ritmo do projecto da construção das duzentas casas sociais nos municípios de Kambambe, Golungo - Alto e Lucala No âmbito do programa de Desenvolvimento do Governo Central, que consiste na melhoria da

qualidade de vida da população, sobretudo, das zonas periféricas, o executivo projectou a construção de duzentas casas sociais do tipo T2 e T3 a nível de todos os municípios de cada província. Ao todo, estão a ser edificadas 25 mil moradias em todo o país e para constatar o andamento dos trabalhos, o Director Nacional de Urbanismo e Habitação, Manuel Pimentel, deslocou-se, recentemente, a província do Kwanza-Norte, para avaliar como esta a decorrer o ritmo do projecto da construção das duzentas casas sociais nos municípios de Kambambe, Golungo - Alto e Lucala. As referidas casas comportam uma cozinha, sala comum, casa de banho de quintal. Ao final da visita de campo Manuel Pimentel disse que os trabalhos estão a decorrer satisfatoriamente, apesar das obras apresentarem ritmos de execução diferentes devido às especificidades de cada região. Mais adiante admitiu que a principal preocupação do Governo prende-se com a conclusão das obras dentro dos prazos estabelecidos e com a qualidade desejada e de modo a permitir que a população viva com dignidade. O projecto, que está a ser implementado em duas fases, contempla a construção até 2013, de 200 focos habitacionais em cada um dos municípios da província. Na segunda fase serão construídos edifícios e pequeno comércio acoplado.

6.9 Casas do Zango III estão em péssimas condições

Continente

11 de Janeiro de 2013

Depois de uma visita no local, puderam notar que as residências em causa, para além da falta de outras condições, não possuem água canalizada, devendo os futuros moradores depender do abastecimento do precioso líquido através de camiões cisternas. Quanto à energia eléctrica, revelaram que o seu fornecimento é deficiente, contrariamente ao que as autoridades disseram, através de Joanes André, secretário de Estado de Urbanismo e Construção, durante a reunião que manteve com os moradores. Na ocasião, aquele dirigente assegurou estarem criadas as condições para a sua transferência no Zango, não tendo a informação correspondido a verdade, deixando os domiciliados indignados, de aís de se terem com o objectivo de constatarem o estado das residências. Perante este cenário advogam que não irão mudar para o Zango, enquanto não forem criadas as condições prometidas pelas autoridades. Por seu lado, o responsável para Área Técnica da Província de Luanda, Bento Soito, reagiu a esta atitude dos moradores, reafirmando que as casas possuem água, energia eléctrica e as ruas do bairro

são urbanizadas. Outro facto que preocupa os populares em causa tem a ver com a ausência de serviços de saúde e educação naquela zona, deixando-os preocupados, sobretudo, com a continuação das aulas para os seus educandos. As dimensões das moradias é outro problema que está a colocar os moradores com os nervos à flor da pele, uma vez que são inferiores em relação ao local que deverão abandonar. "As residências do Zango têm entre dois a três quartos, enquanto aquelas em que moramos actualmente chegam a ter quatro quartos", afirmaram. Disseram ainda que as fossas das casas de banho são demasiadas diminutas e as próprias casas em si apresentam insuficiências em termos de construção, por não terem as paredes rebocadas e não levarem vigas de betão armado, enquanto o chão é bruto. Por outro lado, manifestaram o seu receio de entrarem nas moradias sem que todas as condições sejam criadas, pelo facto do coordenador da comissão de moradores, Manuel Mateus, estar a tecer nos órgãos de comunicação social, declarações contrárias aos restantes moradores, por ser militante do MPLA, tendo alegado que havia consenso entre as autoridades e os residentes, em relação à sua transferência para o Zango. "Não há complicações, tudo está a correr bem", terá dito Manuel Mateus, tendo os seus pronunciamentos não agradado os outros moradores, que pretendem reunir novamente com Joanes André, secretário de Estado de Urbanismo Construção, para uma nova ronda de negociações. Segundo apurou este jornal, no local onde estão os prédios em estado avançado de degradação, serão construídas novas infra-estruturas, cujo projecto está enquadrado no âmbito da requalificação do bairro Nelito Soares (Rangel). Os desalojados pediram para que não sejam comparados aos elementos saídos do prédio da Tchetchénia ou da Boavista. "Os moradores da Tchetchénia ocuparam o edifício onde residiam de forma ilegal e os da Boavista terão construído em zona de risco e sem autorização das autoridades naquela circunscrição, que é muito diferente do nosso caso", disseram.

6.10 Projecto habitacional abandonado no Zango depois de inaugurado pelo PR

Continente

11 de Janeiro de 2013

O projecto de grande impacto social, foi orientado superiormente pelo Chefe de Estado, tendo inclusive exarado um despacho favorável a empresa NOVA ANGOSPENCER, em data de 26 de Novembro de 2010, remetido oportunamente ao Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da

República, Dr. Carlos Feijó, sem que até ao momento, o referido despacho, tivesse sido dado qualquer tratamento, num autêntico descrédito, parecendo que os despachos do PR, sejam a lápiz e que no dia seguinte são pura e simplesmente apagados com uma borracha, deixando de ter qualquer valor. O projecto das 600 casas no Zango III, para albergar as pessoas que vivem em tendas, e que teria hoje um grande impacto social para a campanha eleitoral do MPLA, foi inscrito, aprovado e publicado no Jornal de Angola, na sua edição de 26 de Abril de 2012, nas páginas 9, 10, 11 e 12, fazendo cadernos com as páginas 37, 38, 39 e 40, tendo sido consolidado no resumo da actividade do Executivo, referente ao II e IV Trimestres de 2011. O inimaginável aconteceu: Após várias demarches, e já no auge da campanha eleitoral, uma recomendação dos Serviços de Apoio do PR, foi remetido ao GPL para que efectuasse o pagamento à empresa, em concordância com a certificação e instrução do Tribunal de Contas. Uma vez mais, o GPL fechou-se em "copas" sem ter dado qualquer importância as recomendações recebidas, resultando daí a não ocupação das casas, até ao presente momento, com todos os riscos associados, que vão desde a vandalização e possível ocupação das mesmas. Recordar-se que a ANGOSPENCER, investiu no seu projecto industrial situado nas mabubas, um valor aproximado de 50 milhões de dólares americanos, dando emprego há mais de 250 trabalhadores. Os seus mentores, militantes do partido MPLA, propulsores dos Comitês de Especialidade, receam que por esse andar, o seu nobre projecto, que se enquadra no apelo ao empreendedorismo fortemente defendido pelo Chefe do Executivo, poderá sucumbir prematuramente. A fonte interroga-se o porque dessa postura ambígua e tratamento desigual do GPL, numa altura em que, a habitação social se mostra tão necessária para o melhoramento da vida das populações carenciadas. Em jeito de desabafo, a fonte ligada a empresa, questionou-se ainda, sobre: as quantas andam as menções sobre o apoio ao empresariado nacional. Por dentro A NOVA ANGOSPENCER é um projecto ousado, de angolanos corajosos apostados na produção local de materiais de construção, e imbuídos de sentimento patriótico. Ergueram na Camama duas Mabubas e o Karson Pólo Industrial, um investimento avaliado em mais de 45 milhões de dólares, compreendendo nesta primeira fase três unidades fabris com produção em séries industriais de casa em M2 ou Emmedue, chapas caneladas, chapas sanduíches, cumeeiras e metalo-mecânica. Esta empresa concebe e executa projectos habitacionais de diversos padrões, com realce preferencial de casas de média e baixa renda, com vista a atender a elevada demanda do segmento com uma renda modesta, principalmente a juventude.

A utilização média da sua capacidade instalada pode proporcionar mais de 30 mil empregos directos, contribuindo assim no combate ao ainda elevado índice de desemprego e a melhoria da qualidade de vida das populações. A prova disso é que, esta empresa projectou e construiu as primeiras casa evolutiva em Angola, tendo sido inaugurada pelo PR no dia 10 de Dezembro de 2010, por sinal no 54º aniversário do MPLA, no Zango III, município de Viana. Mercê da avaliação positiva do Presidente Eduardo dos Santos, a NOVA ANGOSPENCER mereceu a confiança do então governador de Luanda, José Maria dos Santos, que, interpretando a aprovação tecnológica feita pelo PR, rubricou com aquela empresa, em Junho de 2011, um contrato para a construção de 600 casas evolutivas no Zango III, uma empreitada executada pela empresa, de acordo com o plano e cronograma superiormente aprovado e certificado pelo Tribunal de Contas, em documentação oportunamente remetida ao actual governador de Luanda. Por incrível que pareça, enquanto na maioria dos casos, os empreiteiros não conseguem honrar os seus compromissos, no caso em presença, mesmo sabendo-se que as casas, tinham um fim eleitoral o certo é que o Governo Provincial de Luanda não permitiu a execução completa da empreitada, como ainda desrespeitou as recomendações das diversas instituições superiores, com destaque para o Tribunal de Contas. Mais, caricato, ainda é o facto do GPL não ter dado qualquer utilidade as casas já construídas, que estão sendo vandalizadas, ante ao olhar incrédulo dos beneficiários expostos ao relento, apesar de o Executivo ter considerado o projecto das 600 casas evolutivas, como prioridade, conforme se pode constatar no Balanço do II e IV Trimestre de 2011, feito em Abril de 2012. O certo mesmo é que o empreiteiro, NOVA ANGOSPENCER ao ter mostrado o seu total empenho patriótico, recorrendo inclusive a empréstimos bancários e não só, para que as 600 casas evolutivas ficassem concluídas até ao dia 31 de Julho passado, à luz do cronograma aprovado, encontra-se agora em situação de total embaraço e desespero por não poder honrar os compromissos financeiros assumidos com a banca comercial, fornecedores e trabalhadores. Cerca de 260 entre nacionais incompreensivelmente o GPL ter-se furtado única e simplesmente a respeitar as suas obrigações contratuais. Perante este cenário, há quem se interroge: como podem, desta forma, as empresas angolanas sobreviver e crescerem, como advoga o programa eleitoral do MPLA? "Não existe nisso uma gritante incongruência entre o discurso político e a acção prática dos órgãos do Executivo?". Vistas bem as coisas, o caso da NOVAANGOSPENCER é paradigmático, pois, são situações useiras e recorrentes que se assistem todos os dias, como que

ser empresário honesto fosse crime em Angola. Trata-se, porém, de um comportamento que deve ser estripado e invertido imediatamente, à luz da nova realidade assente nos resultados eleitorais obtidos, sobretudo em Luanda, que recomendam fria e ponderada reflexão inclusiva. A verdade é que este estado de coisas desanimam, não só quem de boa fé se oferece a contribuir para a mitigação do sofrimento das populações, como também desencoraja todos os que almejam ser empresários, até mesmo no quadro do nobre programa de empreendedores, vulgo Bué e outros.

6.11 Vila Chinesa de “patas para o ar”

Continente

11 de Janeiro de 2013

Com 195 apartamentos do tipo T2 E T3, o condomínio, inaugurado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a 11 de Novembro de 2000, tem sofrido nos últimos tempos mudanças radicais na sua estrutura arquitectónica, fruto das diversas obras de ampliação efectuada pelos condóminos. As edificações aí efectuadas são de todos os níveis, desde anexos aos grandes prédios, substituindo as vivendas de origem. Os moradores, questionados sobre a autoridade que licencia as empreitadas por eles levadas a cabo, responderam que não necessitam de autorização para tal. Um dos residentes que confirmou estar também a erguer um primeiro andar em substituição da residência inicial do projecto, confessou que é deveras preocupante o cenário que o condomínio apresenta, pois segundo o mesmo, esta atitude pode acarretar riscos futuros por não se fazer um estudo técnico prévio para se concluir se o terreno tem ou não condições para receber edifícios daquela natureza. Outra questão que preocupa os habitantes é a apropriação dos espaços comuns. Os inquilinos daquela zona habitacional em pleno desrespeito às normas que regem o condomínio a dado momento começaram a fazer ocupação dos espaços comuns, fazendo construção de restaurantes e outros empreendimentos para fins próprios. "Quando viemos morar cá em 2001, havia aqui muitas árvores e outras por nós plantadas, entretanto, os oportunistas cortaram a maioria delas", disse a nossa fonte, preferindo o anonimato. Contactado pelo CONTINENTE, o administrador municipal de Viana, Zeca Moreno, que também é morador da referida área residencial, disse que apesar de o mesmo estar situado no município de que é gestor não é da responsabilidade do seu pelouro o licenciamento das obras, pois ela tem, a gestão do Banco de Comércio e Indústria- Imobiliária (BCI-Imobiliária). "O condomínio é propriedade do Instituto Nacional de Habitação, este passou a gestão

ao BCI-Imobiliária, portanto se há obras ou outros problemas isto é da inteira responsabilidade dos gestores, nós não podemos fazer nada. Também não concordo que se altera a estrutura arquitectónica mas, não há o que fazer", disse Zena Moreno. Rufino Neto, coordenador da Comissão de Moradores do condomínio disse que tem assistido a mudanças drásticas mas, lamenta o facto da entidade gestora ter retirado do local o único funcionário que tinha algum poder de decisão, deixando desta forma o complexo habitacional ao mais profundo abandono. "Temos neste momento que apelar a sensibilidade dos moradores no sentido de se inverter este quadro cada vez mais preocupante, temos que nos organizar para tratar das questões que a nós preocupa como é o caso do lixo, dos entulhos das obras inacabadas, sucatas nos espaços comuns e outros", sublinhou. A nossa reportagem tentou contactar o director do Instituto Nacional da Habitação, tanto pessoalmente nas suas instalações na Rua 1º Congresso do MPLA, assim como por telefone, mas este preferiu fechar-se em copas, como se tivesse alguma culpa no cartório, tendo orientado a sua secretária a informar que o assunto é da responsabilidade do Governo da Província de Luanda, instituição que também remeteu-se a um silêncio sepulcral. De recordar que a Vila Chinesa ocupa uma área de 1344 quilómetros quadrados e residem mais de 106 mil habitantes, ente políticos, jornalistas e empresários.

6.12 Regime Jurídico do contrato promessa de compra e venda

Agora

12 de Janeiro de 2013

Fui interpelado por um cidadão que, apresentou uma questão relativa à problemática dos serviços prestados pelas empresas promotoras de projectos habitacionais. Na ocasião, informou que, visando a concretização do sonho da casa própria, aderiu aos serviços prestados por uma promotora imobiliária e, para formalizar a relação, concluiu um contrato-promessa de compra e venda de um imóvel a construir dentro de determinado período acordado pelas partes. Para surpresa do meu interlocutor, não obstante ter cumprido com as suas obrigações de pagamento, findo o prazo convencionado, não obteve do outro contraente o imóvel, nem se vislumbrava a possibilidade de poder acontecer. Não se trata de um caso isolado por existirem outros cidadãos que enfrentam o mesmo problema, sobretudo porque são diversas as razões que perigam a relação entre quem presta e quem beneficia do serviço. Em alguns casos, só para aderir ao projecto, deve-se pagar uma percentagem do valor global.

Noutros, há uma burocracia desnecessária susceptível de inviabilizar o contrato. Outrossim, não posso ignorar o caso dos particulares que não cumprem as obrigações assumidas perante as promotoras imobiliárias, facto que pode criar transtornos na gestão do projecto (ou da construção do imóvel). Na verdade, verifica-se um incumprimento mútuo, com maior incidência para as omissões das promotoras imobiliárias, mas devo sublinhar, que o mesmo não deve ser generalizado à todas entidades prestadoras de serviços desta natureza. Ninguém é coagido a aderir aos serviços prestados, nem a assinar o respectivo contrato, mas isso decorre do exercício do princípio da autonomia privada, através do qual as partes auto-regulam os seus interesses. A autonomia privada manifesta-se através do princípio da liberdade contratual, que postula a liberdade de celebrar contratos e de fixar o respectivo conteúdo, sendo fundamental a observância dos limites estabelecidos por lei. Mas uma vez assinado, o contrato deve ser cumprido, não só na realização da prestação principal (entrega do imóvel e pagamento do preço) mas também no cumprimento das cláusulas contratuais. No caso concreto, normalmente, a formalização da compra e venda da casa é feita através de um contrato-promessa de compra e venda, tipo contratual expressamente previsto no nosso ordenamento jurídico. Convém esclarecer, que o contrato promessa é a convenção pela qual as partes se obrigam a celebrar um contrato definitivo (também designado contrato pro metido). Dito de outro modo, é um contrato preliminar ou um instrumento ao serviço do contrato prometido. O contrato-promessa também pode assumir um carácter unilateral, através da vinculação (promessa) de apenas um dos contraentes. A título de exemplo, pode a promotora imobiliária prometer vender a casa, sem que o comprador apresente uma contra-promessa. A determinação do grau de vinculação (bilateral ou unilateral) é relevante, pois, não obstante o seu carácter preliminar é gerador de direitos e obrigações resultantes do contrato ou da lei que por si exigem a adopção de determinados comportamentos, tendo em vista a realização integral da prestação a que cada um se vinculou. No caso da promessa de compra e venda da casa, para aferir quais as consequências resultantes do não cumprimento, devemos diferenciar rigorosamente o simples incumprimento (como por exemplo o atraso na entrega do imóvel ou da quantia mensal) do incumprimento definitivo que, inequivocamente impossibilita a aquisição do imóvel ou do valor correspondente. No primeiro caso, a obrigação de reparar e os modos de fazê-lo podem resultar do próprio contrato e subsidiariamente da lei. A título de exemplo, se a promotora entregou o imóvel fora do prazo ou inacabado, podem as partes convencionar

um valor indemnizatório ou o ressarcimento das despesas realizadas para o acabamento. O mesmo não se pode dizer se houver incumprimento definitivo. Se este for da imobiliária e o promitente-comprador constituiu sinal (quantia entregue pelo promitente comprador ao promitente vendedor) pode este exigir o dobro do sinal, funcionando o remanescente (o dobro) como indemnização resultante da omissão do promitente faltoso. Numa situação prática assim configurada, não havendo convenção em contrário, o promitente cumpridor (o comprador) não deve exigir outra indemnização além do sinal, pois o pagamento em dobro serve de penalização derivada do incumprimento da imobiliária. Uma questão pertinente prende-se em saber qual deverá ser a solução caso o comprador pretenda obter o imóvel. Este quesito tem razão de ser, porque pode o expediente legal da restituição do sinal em dobro não satisfazer integralmente o promitente-cumpridor. Nesse caso, para obter efectivamente o imóvel da promotora, pode o comprador recorrer ao tribunal no sentido de obter uma sentença que obrigue o faltoso a entregá-lo, desde que as partes não tenham convencionado a existência de sinal ou uma cláusula penal para o caso de não cumprimento da promessa. Este poder pode ser melhor exercitado se as partes conferirem a promessa eficácia real que, se traduz no poder de exigir de qualquer pessoa o respeito pelo respectivo direito. Outrossim, se o não cumprimento definitivo for do promitente-comprador ou seja, se este, tendo constituído sinal, não cumpre as suas obrigações legais e contratuais, tem a imobiliária a faculdade de fazer sua toda a quantia entregue, solução que se apresenta equilibrada. A guisa de conclusão, é importante referir que a relação entre as empresas promotoras de bens imóveis e os beneficiários do serviço é sobretudo uma relação de corresponsabilidade por haver entre ambos um nexo de dependência (cada prestação é motivo da outra). É fundamental que comprador e o vendedor interajam com base no princípio da equidade ou do equilíbrio que, em alguns casos, não se verifica porque os instrumentos jurídicos sobre os quais assenta a relação actuam como verdadeiros contratos de adesão, pois são modelos previamente elaborados que não permitem ao comprador discutir os termos contratuais que, geralmente, se apresentam desequilibrados porque favorecem quem presta o serviço.

6.13 Peões beneficiam de passagem aérea

Semanário Factual

De 19 a 26 de Janeiro de 2013

A ponte metálica, construída pela Empresa nacional de Estradas (ENE), possui uma altura de cinco metros e meio, e 25 metros de largura, tendo contornos fáceis para a mobilidade dos deficientes dos membros inferiores. A construção da passagem aérea foi sugerida pelos moradores do município de Cacuo e pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Nacional local, dado o índice de atropelamentos diários, que oscilavam entre três por dia, cinco aos fins-de-semana e 10 durante as festas da vila, explicou na quarta-feira, 16, o Corpo de Bombeiros. Os munícipes louvaram a iniciativa da construção da passagem aérea, que surge para facilitar as crianças e idosos, incapazes de atravessar a estrada para irem à escola ou às suas residências, que se encontram mais além dos bairros ova Cimangola e Antenas. Helena Maka, de 40 anos de idade, afirmou que a estrada, que liga Cacuo a Luanda já vitimou muitas crianças, e que não se via a hora para uma intervenção imediata das autoridades. As crianças são estudantes das escolas 8018, 8027, PUNIV-IBA, Paciência Sacrierto e de Colégios adjacentes. Segundo o Corpo de Bombeiros contactado pelo Factual, durante os últimos dez anos, três mil e 230 moradores foram vítimas de acidentes e de atropelamentos. As ruas de acesso à escola Sacrierto, à vila de Cacuo, à Vidrul, a Kifangondo, ao Mercado do Panguila, ao Porto Seco e ao Porto Quipiri, constituem os locais considerados de maior incidência em atropelamentos e acidentes entre viaturas durante os últimos dez anos. O Factual ouviu automobilistas que circulam diariamente naquela via, tendo considerado a construção da passagem aérea como um passo certo, pois muitas mortes em atropelamento serão evitadas.

6.14 Péssimas estradas reduzem Transportes Públicos

Seminário Factual

De 19 a 26 de Janeiro de 2013

Há seis anos desde que os Transportes Públicos deixaram de circular em todos os pontos do município de Cacuo e fora dela, devido às péssimas condições das estradas, constatou nesta semana o Factual. Em função dessa realidade, os munícipes sentem-se aflitos porque têm os seus ofícios no centro da cidade e nas comunas da Funda e de Kikolo. De acordo com responsáveis das

transportadoras TCUL e Angoastral, últimas sobreviventes na transportação dos mais de 80 mil habitantes do município de Cacuo para Luanda, o problema deve-se à falta de condições rodoviárias, pois as estradas estão esburacadas, sem asfalto, iluminação e sinalização, há mais de seis anos. As vias em causa são as da comuna do Kikolo, passando pelo desvio da Nova Cimangola, a paragem do Cemitério 14 em direcção à rua Ngola Kiluanje até ao desvio do mercado dos Kwanzas, no município do Cazenga, enquanto a via que dá acesso à comuna da Funda e ao Panguila regista um desequilíbrio de nível no seu asfalto ao longo dos 10 quilómetros de estradas.

6.15 Antigos combatentes vão beneficiar de casas modernas

Semanário independente

19 de Janeiro de 2013

Um consorcio composto por três empresas de construção civil de nacionalidade estrangeira, assumiram esta semana um compromisso de executarem um projecto da construção de 50 mil residências por todo o país, para os ex- militares filiados na Associação dos Antigos Guerrilheiros de Angola (AAGA). A província de Luanda vai beneficiar de 34 mil habitações, de forma faseada, cujas obras iniciaram na segunda-feira (14/01), no km-40, na comuna do Bom Jesus, município do Icolo e Bengo. A primeira pedra foi lançada pelo secretário de estado dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra, Clemente Cunjuca. Para capital do país, numa primeira fase estão a ser erguidas mil habitações, que vão beneficiar os antigos combatentes, a partir de Janeiro de 2014, cujo empreendimento denomina-se "complexo residencial dos Maquis" financiado pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), cujos montantes para a empreitada, não foram revelados. O projecto vai comportar vivendas e prédios multifamiliares com dois pisos do tipo 3, estando previsto no local a construção de escolas, creches, centros de saúde e comunitários, postos policiais e dos bombeiros, quadras polidesportivas, estabelecimentos comerciais e bancários e espaços verdes. De acordo com o presidente do conselho de administração da "Construções Associadas", Elias Tchípilica, as casas vão custar entre cinco milhões de Kwanzas à dez milhões e 400 milz variando de acordo com as divisões cujas modalidades de pagamento do beneficiários serão feitas através de linhas de crédito com o BPC. O responsável da consultora angolana, a principal interveniente do projecto disse que este enquadra-se, igualmente no programa do Executivo para habitação. "Estamos a abordar com os parceiros

para ver qual será a próxima província e quantas casas vamos levar para lá. Não temos muitas dificuldades porque a Europa tem muito interesse em trabalhar connosco, uma vez que está a procura de mercados constitui uma grande oportunidade de mercado", frisou. Na sua óptica existe muito material de construção, que já está a ser seleccionado para este projecto, faltando apenas a sua chegada a Angola, acrescentando que o mais complicado já foi resolvido nomeadamente a aquisição dos materiais para o arranque do projecto e de um parceiro que facilita a venda das casas, através do crédito habitação, no qual sete mil residências já estão vendidas. Fez ainda saber, que o complexo terá todo tipo de serviços, no sentido de permitir que os seus habitantes não se desloquem para longas distâncias, projectando na primeira fase 118 prédios de dois pisos, no qual a parte de baixo destinados a estabelecimentos comerciais e outros serviços. Para Elias Tchilica existe uma grande flexibilidade das construtoras estrangeiras envolvidas no projecto, e o financiador num compromisso mutuou. Nesta fase estão garantidos 679 empregos directos para jovens angolanos. Por sua vez o director geral da C.WOERMANN, Michel Christin Geyer da empresa Alemã disse que a sua empreiteira esta vocacionada para a importação de equipamentos para o fabrico de matéria prima das obras, bem como outro tipo de maquinaria de apoio. O director da área de particulares do BPC, Miguel Cardoso Gaspar, disse que o banco angolano, principal financiador, vai cumprir com o protocolo assinado com as partes envolvidas. "Temos também um compromisso com o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na qualidade de comandante em chefe das Forças Armadas Angola (FAA), no sentido de cuidar melhor desta franja da nossa população", disse o secretario de estado dos antigos combatentes.

Por isto, prosseguiu, o projecto tem pé para andar, estando disponível o aspecto financeiro, empreiteiros, bem como um comando estratégico do projecto montado com todas condições técnicas para o seu arranque. Entretanto no âmbito das comemorações do dia dos antigos combatentes e veteranos de guerra, comemorado terça-feira (15), 14 motorizadas para serviço de moto-táxis foram distribuídas, em Luanda, a mais de quarenta deficientes de guerra de seis distritos de Luanda. De acordo com o director provincial de Luanda dos Antigos Combatentes, Baptista Correia, as motorizadas resultam de mini cooperativas, em grupos de três cada, constituídas entre assistidos dos distritos da Samba, RangeI, Maianga, Kilamba Kiayi, Sambizanga e Ingombota e também dos distritos do Cazenga, Viana e Cacucaco. Na ocasião, foram igualmente entregues certificados de empreendedores e micro

créditos a mais de quarenta assistidos, entre viúvas de guerra, deficientes e órfãos formados no primeiro trimestre do ano transacto. Interpelados pela Semanário O Independente, os beneficiários regozijaram-se com a iniciativa e garantiram que os meios recebidos poderão ajudar na consolidação dos seus negócios e na salvaguarda financeira das respectivas famílias. O director provincial fez saber que, durante o ano transacto, foram distribuídos material de construção, chapas e cimento, no quadro do programa habitacional para os antigos combatentes, através da auto construção dirigida. Deu igualmente a conhecer que 567 assistidos da província de Luanda foram contemplados com casas no projecto habitacional na Cidade do Kilamba e deste numero 127 já receberam as chaves das novas residências, assim como cinquenta assistidos beneficiaram, a semana passada, de novas residências construídas no Benfica. A Direcção Provincial de Luanda dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria controla 39 mil assistidos subdivididos em diferentes categorias. Desse número 60 por cento são vulneráveis. O Secretário de Estado para os Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Clemente Cunjuca, disse ainda a nossa reportagem que a sociedade deve valorizar cada vez mais os feitos dos patriotas que deram a sua pela independência de Angola. Por outro lado, Clemente Cunjuca garantiu esta segunda-feira, que as pensões em atraso dos seus assistidos referentes ao mês de Dezembro um décimo terceiro, começam a ser a partir do mês em curso. "Este atraso não é problema de liquidez, são apenas de procedimentos administrativos que algumas províncias não tiveram em conta vez que foi estabelecido, no m Dezembro, um período onde liquidações deveriam ser feitas obedeceram os prazos, deste mo sistema fechou", explicou. Aconselhou os beneficiários manterem a calma, porque os at serão repostos o mais rápido possível. O Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra tem 162 mil assistidos entre antigos combatentes, órfãos, viúvas, deficientes militares. Deste número 77 mil antigos combatentes. Os Antigos Combatentes e veteranos da Pátria comemoraram segunda vez o 15 de Janeiro, instituído e aprovado pela Assembleia Nacional, em 2011, como data de celebração nacional. O 15 de Janeiro foi o dia que, em 1974, foram assinados os Acordo Alvor (Portugal) pelos três movimentos de libertação nacional (MPLA, UNITA e FNLA) e é uma data para prestigiar aqueles que sem poupar esforços lutaram para libertar o país do jugo colonial e perseverar a independência nacional.

6.16 Grupo chinês forma técnicos angolanos para atuar no sector da construção civil

Jornal de economia e finanças
22 de Janeiro de 2013

Técnicos angolanos, entre engenheiros e arquitetos do Governo da Província de Luanda, participam em Beijing, China, no curso superior de Planeamento e Gestão Urbana. A formação é a segunda parte de um contrato celebrado entre a China Internacional Trust and Investment Corporation (CITIC), uma empresa chinesa, e o Governo da Província de Luanda, para a elaboração de um Plano Metropolitano Intermunicipal do município de Belas' e do distrito administrativo do Kilamba Kiaxi.

Ao intervir na cerimónia de abertura, o embaixador de Angola na República Popular da China, moderna, sobretudo a planificação e o ambiente. João Garcia Bires destacou a importância do curso, considerando que "planificar uma cidade é garantir um futuro promissor".

Augurou que da troca de informações e experiências saíam ideias para o bem-estar do homem Trabalhador que quer viver em harmonia consigo próprio e com o ambiente. O diplomata elogiou a Citic, empresa chinesa promotora do curso, por mostrar em Angola a sua capacidade técnica e sensibilidade em relação à importância da planificação e do aproveitamento sustentável dos espaços.

A Citic é a empresa chinesa responsável pela edificação das novas centralidades do país, incluindo a do Kilamba, entre outras grandes obras no país. O director do gabinete de estudos e planeamento do Governo da Província de Luanda, Jacob Pinto Moisés, lembrou que a formação de técnicos vai dar suporte à gestão. moderna das cidades.

Segundo Jacob Pinto Moisés, as incertezas no caminho do desenvolvimento económico, propiciado pela globalização económica e cultural, crescentes problemas ambientais, as crises de energia, os novos padrões políticos internacionais, crescimento acelerado da população e a falta de infra-estruturas adequadas fazem com que esta formação seja 'um valor acrescentado para o país.

O responsável lembrou que a formação se torna mais importante por Luanda desempenhar as funções políticas, económica, social e culturais mais importantes a nível nacional e albergar um terço da população. Dirigentes chineses também se pronunciaram na abertura do curso, manifestando o interesse de continuar a colaborar com Angola neste

e noutros projectos que promovam o desenvolvimento sustentável.

Disseram haver um grande interesse da China na troca de experiência com Angola na expansão e planeamento urbano, respeitando as características próprias de cada país. O vice-diretor do Instituto de Planeamento Urbano da China, Yang Baojun, disse acreditar que os técnicos vão contribuir para o desenvolvimento e progresso de Angola. "Com a vossa habilidade e trabalho o caminho é o sucesso", salientou o responsável académico chinês, manifestando-se honrado por colaborar num estudo sobre o planeamento urbano de Angola.

O vice-diretor do prefeito nacional, Wang Zhongpin, que falou em nome da sua academia, valorizou a formação, pois os especialistas angolanos vão tomar contacto com os múltiplos sistemas de planeamento e gestão urbana. A cerimónia registou igualmente a intervenção do vice- director do departamento de planeamento do Ministério de Habitação da China, Feng Zhonghua, que destacou a cooperação sino-angolana para benefício comum.

6.17 O antro do canteiro de obras de Angola e seus principais problemas

O Independente
26 de Janeiro de 2013

Luanda completa hoje, sábado, 25/01/2013 os seus 437 anos em tempo de esperança. A cidade secular viveu nas três últimas décadas um dos mais graves períodos da sua existência, mas os projectos de requalificação urbana que estão em marcha permitem sonhar com o renascer de uma das mais belas capitais do mundo.

Nem as feridas provocadas por anos de abandono apagam a paixão dos luandenses pela sua terra. Hoje podemos falar da grande Luanda. A cidade cresceu para Viana e para Sul e Norte, actuais municípios de Belas e Cacucão esse crescimento, inicialmente foi ordenado mas depois veio o caos.

Mesmo assim, Viana tem as urbanizações do Zango que quase "encostam" à comuna do Bom Jesus, no Icole e Bengo. Foi construída a centralidade do Kilamba, uma imponente obra com mais de 40 mil residências em prédios, bem como outros condomínios estatais e privados.

Novos projectos como os da requalificação da Ilha do Cabo, Marginal, dezenas de largos, passeios, áreas abertas para a prática de atividades desportivas e a

construção de edifícios modernos e institucionais, deram uma nova imagem a urbe.

No tempo da guerra, os refugiados cercaram Luanda com um "anel" de novos bairros desordenados e caóticos. Têm nomes a condizer com a origem dos deslocados: Malanjino, Uíge, Benguela, Kwanza Sul ou Huambo. O desordenamento urbano tinha no mercado Roque Santeiro a sua máxima expressão.

As autoridades conseguiram eliminar esse cancro que ameaçava inviabilizar a velha cidade centenária e invadi-la até o caos transformar-se em regra. O mercado Roque Santeiro era um exemplo flagrante da falta de autoridade do estado. Há quem não acredite, mas naquela amálgama de lixo e barracas abarcava também escolas de condução ou agências funerárias.

Os clientes podiam comprar no mercado desde agulhas até armas ou camiões. Hoje os vendedores estão no mercado do Panguila e outros mercados construídos pelo Governo provincial, onde praticam o comércio em condições higiénicas e de segurança. Ganharam os vendedores, os clientes mas sobretudo ganhou a secular cidade de Luanda.

O caos urbanístico em breve chegou a todos os sectores de Luanda. O crescimento rápido e desordenado da população, a importação livre de milhões de carros, a debilidade do ensino de condução provocaram nas ruas de Luanda engarrafamentos constantes onde diariamente se perdem milhões de horas de trabalho e se desperdiçam biliões de litros de combustíveis.

Luanda hoje tem uma autoestrada, ou melhor que envolve a cidade, mas pouco adiantou essa importante infraestrutura. Há cada vez mais carros a circular e a esmagadora maioria dos automobilistas não respeita as regras básicas do Código de Estrada.

Os próprios agentes da polícia convivem diariamente com o desrespeito às regras de trânsito. Muitas vias secundárias e os arruamentos de bairros suburbanos estão intransitáveis. O governador da província, Bento Bento, tem feito visitas aos municípios e já conhece a situação caótica a que muitas localidades ainda se encontram.

Mas não há uma solução imediata para os problemas da cidade e as intervenções exigem uma conjugação de esforços de todas as instituições que têm a responsabilidade de gerir Luanda. Os luandenses aguardam, pacientemente, pela reparação das vias no interior dos bairros, principalmente.

Mas mesmo com as melhores estradas do mundo, nada se resolve enquanto o civismo não se sentar ao volante e a mão pesada da lei não puser na ordem os

automobilistas que infringem as regras de trânsito. E entre estes, estão os candongueiros que continuam com "carta branca" para cometer as mais bárbaras tropelias nas ruas da cidade, com a conivência dos agentes de trânsito.

Luanda tem zungueiras em todas as esquinas. Ao contrário do que muitos pensam, elas não são fruto da guerra. As quitandeiras fazem parte da paisagem humana de Luanda e sem elas, a cidade perde identidade. O seu comportamento é que mudou ao longo dos séculos.

No século XIX elas eram exemplo de limpeza e cuidado com os produtos que vendiam. Hoje as zungueiras, herdeiras das quitandeiras de Luanda, perderam o sentido da limpeza e da higiene. Algumas cometem autênticos atentados à saúde pública e ao pudor com a prática de necessidade menor e maior nas proximidades dos locais de venda.

Os consumidores aceitam impávidos essas situações. Mas os agentes da fiscalização reprimem alguns desses casos e com toda a razão. Não pode haver contemplações com quem atenta contra a saúde pública e ao pudor, por muito que custe reprimir quem tem uma vida tão precária.

Na baixa da cidade, que envolve maioritariamente o distrito urbano da Ingombota é vigente as cozinhas em plena rua, venda de alimentos como sândices ou as ditas magogas sem observâncias às normas de higiene. As autoridades policiais, pedem ponderação, em determinadas situações, aos efectivos da Polícia Nacional, no combate ao comércio ilegal, dito informal.

É uma atitude louvável. Mas a tolerância tem de dar lugar à intolerância quando está em jogo a saúde e a vida dos "fregueses". As peixeiras continuam a "anunciar" os seus produtos com os seus pregões típicos. Luanda sem esta actividade é outra cidade, menos humana, mais fria, muito mais desumana. "É espada grossa! É carapau! É madingááá! É sardinhááá!"

Houve tempo que estas mulheres começavam os seus pregões "manhã, manhãzinha" e desapareciam das ruas da cidade quando o sol começava a aquecer. Hoje elas andam pelas ruas de manhã à noite e o peixe que vendem é pista de aterragem de nuvens de moscas.

O problema é sempre o mesmo: saúde pública. Vender peixe sem o mínimo cuidado de higiene, com a "mercadoria" sob o sol impiedoso do fim da manhã e do princípio da tarde, pode provocar muitos

problemas de saúde aos compradores ou mesmo pôr as suas vidas em risco.

Nenhum pregão típico vale uma vida humana. As autoridades sanitárias também neste aspecto têm uma palavra a dizer na defesa dos consumidores. Luanda, ao comemorar mais um aniversário, tem tudo a ganhar se começar a ser uma cidade normal.

E começar pela limpeza e higiene, ordenamento habitacional e de trânsito é um bom princípio e uma excelente prenda de aniversário aos luandenses. Luanda está a crescer e as novas cidades já criadas e as que se encontram em construção representam já soluções urbanísticas para fazer face à elevada procura de casas que se regista na capital do país.

Apesar do fim da guerra, que obrigou a um aumento exponencial do número de habitantes da capital, por conseguinte muito acima do que estruturalmente estava em condições de comportar, a população de Luanda não parou de crescer. A bem dizer, não é tão cedo que veremos inverter a tendência, que ganhou particular impulso durante o período de guerra, quando as populações do interior se fixaram na capital do país.

O fenómeno está, de alguma forma, ligado também a uma certa mentalidade e, sendo a maior parte da população que se fixou em Luanda jovem, fácil é concluir a atracção pelas possibilidades de realização que a capital oferece, com particular relevo para o florescimento do comércio informal.

Há cidades que crescem na base da previsão do aumento do número de habitantes. Aí é mais fácil planificar e não se tem, ou é menor, a pressão demográfica sobre os responsáveis pela gestão urbanística.

O caso de Luanda, pelas razões avançadas, é diferente: é o elevado número de habitantes que possui que obriga o Governo a desdobrar-se em esforços e a multiplicar os projectos, quase com carácter de emergência - para fazer face à elevada procura de casas.

O crescimento da população de Luanda traduziu-se também num crescimento significativo do número de veículos automóveis, sem que para isso tivesse havido a necessária e correspondente construção de novas vias rodoviárias e adoção de soluções adequadas para o trânsito automóvel.

Os projectos em execução e os já realizados revelam-se ainda insuficientes para a realidade que temos. O caos no trânsito diz-nos bem da necessidade que Luanda tem, de rever, a fundo, não só a controversa

circulação rodoviária, como também a questão dos transportes públicos, na base de soluções conjugadas.

Entretanto, a capital angolana é uma das dez cidades mais cara do mundo, diz o ranking que mediu o custo de vida em 214 cidades dos cinco continentes, em 2012. Os dados constam do último ranking do custo de vida em 214 cidades dos cinco continentes em 2012.

Os dados constam do último ranking do custo de vida feito pela consultora Mercer, segundo o qual Luanda é a cidade mais cara, seguindo-se Tóquio, no Japão e Ndjamena, no Chade. Moscovo, na Rússia, e Genebra, na Suíça, ocupam as quartas e quintas posições. Desagregando os dados do estudo publicado pelo jornal inglês "The Guardian", percebe-se que, em Luanda, arrendar um apartamento de luxo com dois quartos custa 5 mil e 528 euros, por mês.

No entanto, o litro de gasolina ronda os 0,35 euros, quando em Paris paga-se 1,5 euros e em Portugal o preço passa os 1,2 euros por um litro de combustível. Já um litro de leite compra-se, em Luanda, por 2,6 euros, um valor ainda assim inferior ao praticado em Moscovo, onde uma embalagem de leite custa 4,1 euros.

Por 2,99 euros bebe-se um café na capital angolana, enquanto em Moscovo o valor pedido é de 6,5 euros. Um hambúrguer em pão custa 13,83 euros em Luanda, o sítio mais caro do mundo para se comer uma refeição rápida, diz a Mercer.

6.18 Comissão ad-hoc orientada para estudo das regras de comercialização de imóveis

Jornal de Economia e Finanças
29 de Janeiro de 2013

Os resultados dos trabalhos devem ser apresentados num período de 90 dias conforme está previsto no despacho emitido pelo Presidente da República

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, actualizou na passada quinta-feira, através de um despacho, a comissão ad-hoc que tem por finalidade específica, estudar e monitorar a aplicação das regras de comercialização dos imóveis das novas centralidades. Segundo uma nota de imprensa da Casa Civil da Presidência da República, a comissão criada tem como atribuição geral estudar e propor ao Presidente da República o quadro normativo e operacional facilitador de acesso aos imóveis do programa habitacional do Executivo. O documento

ênfatiza que a referida comissão tem por incumbência ajustar os critérios e modalidades para a sua aquisição por entidades empresariais, para posterior arrendamento ou revenda a funcionários, através de cooperativas habitacionais, bem como estudar e propor as correções ao protocolo de emissão de garantias celebrado entre o Fundo de Fomento Habitacional e a banca comercial, tendo em vista retirar a restrição de cobertura única de habitação social. A nota informa que a mesma irá, igualmente, analisar e propor os mecanismos que permitem a emissão gradual e colocação da dívida de longo prazo pelo Fundo de Fomento Habitacional, até cerca de duzentos e cinquenta mil milhões de Kwanzas, com garantia do tesouro, para financiar a constituição de um parque imobiliário próprio e regulador de rendas. Segundo o documento, constitui também sua atribuição estudar o projecto as modalidades de acesso a bonificação da taxa de juros nos termos do decreto presidencial 259, de 30 de Setembro de 2011. Refere que a comissão actualizada será coordenada pelo ministro do Urbanismo e Habitação e integrada por representantes do Ministério das Finanças, do Fundo de Fomento Habitacional, da Sonangol Imobiliária (SONIP) e do Gabinete de Quadros do Presidente da República. Indica que o coordenador da comissão deve apresentar ao Presidente da República o relatório das actividades desenvolvidas pela anterior comissão, bem como o cronograma de execução do presente diploma. Explica que a mesma tem um prazo de noventa dias para concluir os trabalhos e entregar o relatório final ao Presidente da República, contados desde a data da entrada em vigor deste.

7. TERRA

7.1 Moradores em zona de risco realojados em casas seguras

Jornal de Angola
04 de Janeiro de 2013

A administração municipal de Cambambe realojou 20 famílias, cujas casas foram demolidas para se realizarem as obras de alargamento e reabilitação da via Dondo/ Alto Fina. Os beneficiários receberam casas com dois quartos, cozinha, casa de banho e já com luz e água instaladas. O administrador municipal lembrou, na cerimónia de entrega das chaves, que as casas demolidas estavam muito próximo do troço do morro do "S", na Estrada Nacional 230, o que fazia que os seus moradores vivessem "numa situação de risco iminente". Mateus da Costa referiu que as casas demolidas estavam numa área reservada à construção da Estrada Nacional e que moradores de uma zona do bairro Cassesse tinham problemas de abastecimento de luz e água potável. Outras sete famílias, cujas casas também foram demolidas, garantiu o administrador municipal, são realojadas na cidade do Dondo nos primeiros meses deste ano. O administrador avisou os beneficiários que se venderem ou trespassarem as casas as perdem. Na região está em curso a reabilitação de várias infra-estruturas de impacto social.

7.2 Baía de Luanda recebe novos edifícios

Jornal de Angola
04 de Janeiro de 2013

A construção das primeiras infra-estruturas sociais que vão ser edificadas na Baía de Luanda tem início no primeiro semestre deste ano, soube a Angop através da empresa gestora do espaço. Os três lotes de terreno disponibilizados para o efeito foram divididos nas parcelas A, B e C, numa área total equivalente a 39 campos de futebol. Os prédios a edificar têm entre 2.500 e 50 mil metros quadrados ao longo da Baía de Luanda e estão à disposição de promotores, investidores institucionais, pequenas e médias empresas. A parcela a encontra-se no extremo norte da Avenida 4 de Fevereiro, junto ao Porto de Luanda, correspondendo a uma área equivalente a nove campos de futebol, que avança para dentro da Baía, no alinhamento da Praça 17 de Setembro, onde vai ser desenvolvido um pólo urbano que se antevê de eleição para o estabelecimento do novo centro de negócios da cidade. O espaço B, com uma área

equivalente a três campos de futebol, está implantado na primeira linha de água entre a Avenida Agostinho Neto e a entrada da Ilha do Cabo. Trata-se de um lugar destinado a assegurar a continuidade do renovado espaço público da marginal. Esta zona, segundo os promotores, apresenta acessos rodoviários para a Avenida 4 de Fevereiro, Chicala e Ilha do Cabo, enquanto o espaço C, com uma área equivalente a 27 campos de futebol, deve ser transformado numa zona especial de habitação e serviços. Segundo Miguel Carneiro, do Gabinete de Comunicação e Imagem da Sociedade Baía de Luanda, gestora do projecto, nestes espaços propõe-se um programa urbanístico que sirva as famílias, empresas e a capital, cujos projectos se baseiam em princípios comuns ligados à modernidade arquitectónica e à beleza natural. Miguel Carneiro afirmou que a Sociedade Bala de Luanda pós à disposição dos investidores diversos serviços ajustados às necessidades dos clientes, designadamente informações técnicas e jurídicas, para otimizar as actividades de planeamento, licenciamento e construção na zona. Consta do pacote o controlo financeiro, apoio técnico, desde a concepção do projecto à construção, serviços de engenharia, orientação na construção de edifícios, apoio comercial e colocação de produtos imobiliários no mercado e gestão de edifícios. Após a requalificação parcial, a Baía de Luanda foi aberta ao público em Agosto de 2012.

7.3 Legislação

Agora
05 de Janeiro de 2013

É nesta perspectiva que o Estado angolano desenvolveu uma política de gestão de terras que se estrutura nos seguintes instrumentos: a) Constituição da República de Angola, b) A Lei 9/04, de 9 de Setembro - Lei de Terras; c) O Decreto 58/07, que aprova o Regulamento Geral de Concessão de Terrenos; d) Decreto Presidencial nº 216/11, de 08 de Agosto, que estabelece as bases sobre a Política Nacional para a Concessão de Direitos sobre Terras. Este regime jurídico visa a prossecução de uma situação de certeza e segurança jurídica na questão da posse e uso da terra, constituindo uma melhoria significativa em relação ao quadro jurídico anterior. A Lei 9/04, de 9 de Setembro, a Lei de Terras, estabelece a disciplina relativa à constituição, transmissão e extinção de direitos fundiários sobre a terra (art.2.º) e alicerça-se nos princípios da propriedade originária da terra pelo Estado, da transmissibilidade dos terrenos integrados no domínio privado do estado, do aproveitamento útil e efectivo, da taxatividade, do respeito pelos direitos

fundiários das comunidades rurais, da propriedade dos recursos minerais pelo Estado e princípio da não reversibilidade das nacionalizações e confiscos. O princípio da propriedade originária da terra na pessoa do Estado surge na sequência da orientação constitucional e o Estado, por sua vez, pode constituir direitos fundiários à terceiros. Para disciplinar o processo de constituição de direito fundiário sobre a terra de sua propriedade o Estado classifica os terrenos em concedíveis e não concedíveis (art. 19.º). Os terrenos concedíveis podem ser urbanos ou rurais. É sobre os terrenos concedíveis que o Estado pode constituir direitos fundiários que, obedecendo o princípio da taxatividade, são: direito de propriedade, domínio útil consuetudinário, domínio útil civil, direito de superfície e direito de ocupação precária (art. 34.º da Lei de Terras). Dentre os direitos acima citados, destacamos o direito de superfície que é o direito que permite à uma pessoa singular ou colectiva manter obras ou plantações em terreno alheio e o domínio útil consuetudinário, que reconhece os direitos de uma comunidade rural de usar e fruir, de forma útil e efectiva, os terrenos rurais por ela ocupados, segundo o costume (Art.37.º da Lei de Terras). Com a outorga ao agricultor do direito de superfície (art. 39.º da Lei de Terras), há a distinguir uma realidade em que existem dois (2) direitos: a) Por um lado, o direito de propriedade do Estado sobre a terra. Este direito de propriedade é, nos termos da lei civil, um direito com um conteúdo que permite ao seu titular, usar, fruir e dispor do terreno como entender. Isto é, o proprietário - no caso, o Estado, pode: aa) dar à terra para o fim que entender (uso); bb) beneficiar dos frutos naturais - frutos das árvores, crias dos animais) e civis - rendas e outros rendimentos da terra (fruir); cc) pode arrendar, ceder one-rosa ou gratuitamente, vender, etc(dispor);b) Por outro lado, o direito do superficiário, ou seja, da pessoa a quem foi outorgado o direito de superfície. Neste caso, o Estado, titular do direito de superfície, dispõe do seu bem, concedendo à terceiro a faculdade de este manter no seu terreno obras e/ou plantações. No que concerne ao domínio útil consuetudinário (Art.37.º da Lei de Terras), este é uma realidade que já existia, embora não tivesse a força da lei. Deriva de uma consciência geral de respeito pelas lavras, casas, zonas de convívio, cemitérios, etc., de que uma comunidade se serve no dia-a-dia da sua vivência. O domínio útil consuetudinário, ao contrário dos outros direitos fundiários, não é alvo de concessão, mas sim de reconhecimento. Ou seja, o Estado reconhece que determinada comunidade rural faz a sua vida em determinado espaço físico. Com este reconhecimento de facto pelo Estado, o terreno da comunidade rural - a comunidade em geral e não indivíduos em particular - faz-se a delimitação destas terras e emite-

se o título de reconhecimento (Art.37.º n.º 2 da Lei de Terras). É um direito que não tem prazo de caducidade, mas que pode ser extinto se a comunidade rural abandonar as terras ou deixar de cultivá-las. Os conflitos fundiários existentes dentro da comunidade são resolvidos de acordo como os costumes locais, numa arbitragem resolvida por pessoa com autoridade e legitimidade reconhecidas pela comunidade e pelos conflitantes (Art. 82.º da Lei de Terras)

7.4 Acesso à terra é um elemento impulsionador da agricultura (I)*

Agora

05 de Janeiro de 2013

A sua qualificação como elemento impulsionador ou constrangedor do desenvolvimento agrícola depende em grande medida da orientação político-constitucional que em determinado país se adopta no que concerne à sua propriedade. Naquelas realidades estaduais em que a terra e os recursos naturais são propriedade do Estado este se encontra numa situação em que mais facilmente pode programar, executar e controlar a actividade agrícola. Ou seja, o Estado pode, de acordo com as circunstâncias, imprimir ao sector agrário a dinâmica que quiser. Em condições diferentes, naquelas realidades em que político-constitucionalmente a terra é propriedade de pessoas diferentes do Estado, ela pode ser um elemento constrangedor porquanto sendo a propriedade um direito com um conteúdo caracterizado pela faculdade do proprietário usar, fruir ou dispor de determinado bem, o proprietário da terra não é obrigado a dela fazer uso, não é obrigado a explorá-la. Ou seja, o proprietário de uma terra continuará proprietário dela, quer nela produza ou não. O facto de nela não exercer qualquer actividade não acarreta nenhuma sanção. Podemos então, a partir daqui, hipoteticamente, termos situações em que uma pessoa, singular ou colectiva, detenha uma grande parcela de terra e dela não faça uso, existindo ao mesmo tempo pessoas singulares ou colectivas com necessidade, capacidade e vontade de exercer actividade agrícola, mas sem possibilidade de aceder à terra porquanto a existente está excluída do uso generalizado por ser objecto de um direito de propriedade de uma pessoa que não Estado. Nesta condição, à única maneira de se dar acesso à terra às outras pessoas seria por meio do instituto da expropriação por utilidade pública que, dado o facto de a indemnização devida neste caso ser respaldada pela contra-partida de uma justa indemnização, se tornaria um processo que pode, para o Estado, ser bastante oneroso. Em condições semelhantes, é um

elemento constrangedor do desenvolvimento do sector agrícola. Caso angolano No período que antecedeu a independência, as propriedades agrícolas encontravam-se nas mãos dos colonos. Com o fim do período colonial e conseqüente artida dos colonos, nasceu a necessidade de se adjudicar tais propriedades à novos agricultores. Esta tarefa afigurava-se difícil porquanto não havia instrumentos jurídicos que permitissem que tal tarefa fosse executada com eficiência. Com a Lei 21-C/92, de 28 de Agosto procurou-se solucionar a questão, porém, a lei não abrangia a concessão para as actividades mineira e urbanística, por exemplo. o que levava a que cada sector de actividade tivesse uma disciplina própria para as respectivas concessões. Desta situação, obviamente, derivavam sobre posições e conflitos fundiários entre concessionários, fossem eles agricultores familiares ou empresários, grande ou pequenos. Com o eclodir da guerra, muitas populações deslocaram-se para outras áreas do país deixando para trás a terra à qual estavam ligados por laços que perduravam desde os seus ancestrais, concentrando-se em zonas periurbanas e vivendo em condições que inspiravam as mais diversas preocupações. Com o advento da paz, as difíceis e exigentes condições de vida nos ambientes urbanos leva a que muitos populares considerem o regresso às zonas de origem, estando mesmo a por em prática este desiderato. Em consonância com esta realidade, está a consciência governamental de que a terra constitui um factor primordial para a redução da pobreza e a prossecução da segurança alimentar; e a sustentabilidade e durabilidade dos processos produtivos são os seus objectivos, cujo alcance tem como principal catalisador a garantia da segurança da posse da terra. No quadro de diversas experiências em países como o Brasil, tem-se afirmado cada vez mais e por mérito próprio a constatação de que a agricultura familiar e a agricultura empresarial, lado a lado, constituem bases sólidas para a redução da pobreza e para a segurança alimentar. Cada sector (familiar e empresarial), à sua maneira, apresenta especificidades próprias na sua interacção com a terra. O agricultor familiar por se sentir mais ligado à terra tem para com esta um tratamento menos agressivo, mais humanizado, por conseguinte, menos danoso ao ambiente. O sector empresarial, mais virado para o lucro desliga-se de factores "sentimentais" e busca ao máximo a rentabilização do seu investimento. Em ordem a garantir os fins "segurança alimentar e redução da pobreza" a disciplina jurídica fundiária de Angola evolui no sentido de assegurar no agricultor (familiar ou empresarial), uma segurança que lhe permitam a sua ligação à terra numa perspectiva de longo prazo, deixando ao Estado a missão de acompanhar a actividade da pessoa que tem o domínio sobre a terra,

em termos tais que o não exercício de actividade produtiva sobre a mesma faça extinguir aquele direito, que poderá ser transferido à outrem, que com a sua actividade possa contribuir para a prossecução daqueles fins.

7.5 Baía de Luanda disponibiliza errenos

Jornal e economia e finanças
08 de Janeiro de 2013

Terceira fase do projecto vai contar com 80 lotes de diferente dimensões que estão à disposição para edificação de várias infra-estruturas sociais

Os três lotes de terrenos postos à disposição para a edificação de infra-estruturas sociais na Baía de Luanda começam a receber os primeiros edifícios no primeiro semestre deste ano. Segundo informou o Gabinete de Comunicação e Imagem da Sociedade Baía de Luanda, trata-se de parcelas para a edificação de prédios que vão de 2.500 a 50 mil metros quadrados ao longo da Baía de Luanda à disposição dos promotores, investidores institucionais, pequenas e médias empresas. O projecto enquadra-se no âmbito da terceira fase da requalificação da Ilha de Luanda iniciada em 2009.

Projecto

As áreas estão localizadas na Ilha do Cabo e são divididas em parcelas A, B e C, totalizando 39 mil hectares. A parcela "A" encontra-se no extremo Norte da avenida 4 de Fevereiro, junto ao Porto de Luanda, correspondendo a uma área de nove hectares, que avança para dentro da Baía, no alinhamento da Praça 17 de Setembro, onde será desenvolvido um pólo urbano que se antevê de eleição para o estabelecimento do novo centro de negócios da cidade. O espaço B, com três hectares, está implantado na primeira linha de água entre a avenida Dr. Agostinho Neto e a entrada da Ilha do Cabo. Trata-se de um lugar destinado a assegurar a continuidade com o renovado espaço público da Marginal. A mesma, segundo os promotores, apresenta acessos rodoviários para a avenida 4 de Fevereiro, Chicala e Ilha do Cabo, enquanto o espaço C, com 27 hectares, devera ser transformado numa zona especial de habitação e serviços. Segundo o gestor do projecto, Miguel Carneiro, serão construídos no espaço cerca de 80 lotes de espaços de diferentes dimensões, cujos projectos propostos baseiam-se em princípios comuns ligados à moderna arquitectura. Para facilitar o trabalho, a Sociedade Baía de Luanda pôs à disposição dos investidores diversos serviços ajustados às necessidades dos

clientes, nomeadamente informações técnicas e jurídicas, de forma a otimizar as actividades de planeamento, licenciamento e construção no local. Constan igualmente do pacote de serviços o controlo Financeiro, apoio técnico desde a concepção do projecto à construção, serviços de engenharia, orientação em tomo da construção de edifícios, apoio comercial, colocação de produtos imobiliários no mercado e a gestão de edifícios. Após a requalificação parcial, a Baía de Luanda foi aberta ao público em Agosto de 2012, reflectindo uma imagem conceituada na modernidade das novas tecnologias de construção.

7.6 Chefes tradicionais contra generais

Novo Jornal

11 de Janeiro de 2013

QUATRO CHEFES tradicionais das províncias das Lunda Norte e Sul depositaram ontem uma petição na Procuradoria-Geral em Luanda, contra o arquivamento de uma queixa contra generais angolanos ligados à extracção mineira. Em comunicado enviado à imprensa, as autoridades tradicionais solicitam a reabertura de um inquérito preliminar sobre as violações de direitos humanos denunciadas pelo jornalista angolano Rafael Marques no livro "Diamantes de Sangue, Corrupção e Tortura em Angola". Rafael Marques apresentou a queixa-crime a 14 de Novembro de 2011, mas a Procuradoria arquivou-a sete meses depois e o jornalista alega apenas ter tido conhecimento desse facto em Novembro de 2012. A petição inclui uma relação de 122 sobas dos municípios do Cuango e Xá-Muteba, na província da Lunda Norte, que dizem representar e em nome dos quais solicitam a reabertura do inquérito preliminar. Em causa estão alegadas práticas de tortura e morte associadas à extracção mineira. "Durante anos, temos assistido aterrorizados ao cortejo de mortes, à tortura dos nossos filhos e ao empobrecimento cada vez mais acentuado das nossas comunidades, por causa dos diamantes", lê-se no documento assinado pelos dignitários MwaCapenda Carnulemba (de Capenda Carnulemba e Cuango), Regedor Nzovo (de Caunqula), Mwanitete (de Capenda Camulemba), e Regedor Mwambumba (de Mona Quimbundo). No livro "Diamantes de Sangue, Corrupção e Tortura em Angola", Rafael Marques acusou de "crimes contra a humanidade" os generais Hélder Vieira Dias, mais conhecido como "Kopelipa", ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República; Carlos Vaal da Silva, inspector-geral do Estado-Maior General das forças Armadas Angolanas (FAA); Armando Neto, governador de Benguela e

ex-Chefe do Estado-Maior General das FAA; Adriano Makevela, chefe da Direcção Principal de Preparação de tropas e Ensino das FAA; João de Matos, ex-chefe do Estado-Maior General das FAA; Luís Faceira, ex-chefe do Estado-Maior do Exército das FAA; António Faceira, ex-chefe da Divisão de Comandos; António dos Santos França "Nдалu", ex-chefe do Estado Maior-General das FAA, e Paulo Lara. No documento entregue na procuradoria, os quatro chefes tradicionais insurgem-se ainda contra a principal testemunha ouvida em defesa dos generais acusados. "Como entidade que zela pela legalidade, a Procuradoria-Geral da República deve antes investigar e não dar crédito, sem conhecimento de causa, a declarações prestadas por um charlatão", escreveram os quatro chefes tradicionais. A testemunha em causa, Dianhenga Cambamba Ngingi, autoproclamou-se Rei da Baixa de Kassanje e autoridade máxima tradicional nas Lundas, mas os sobas repudiam-no e afirmam-se prontos para o desmascarar. Em retaliação a queixa apresentada em Luanda, os generais angolanos apresentaram uma queixa em Portugal, onde o livro foi publicado, contra o autor e a editora Tinta-da-china, acusando-os de calúnia e difamação.

7.7 Famílias cadastradas

Novo Jornal

11 de Janeiro de 2013

EM 2011, foi realizado um cadastro que terá levado 43 famílias para locais de maior segurança. Para além de 43 famílias em perigo urgente, existem mais de 300 outras por realojar e 1056 em zona de risco. O bairro Boa Esperança m possui uma escola pública, uma comparticipada e nove colégios. Até ao momento não existem creches, tão pouco centros infantis. No que se refere à saúde, existem nove postos de enfermagem sem condições e os casos mais graves são transferidos para o centro de Cacucaco. No que toca ao saneamento, uma empresa está encarregada da recolha de resíduos sólidos. Um trabalho que é dificultado pela falta de vias de acesso, o que leva a que muitos moradores acabem por depositar o lixo nas ravinas, colocando em riscos a saúde de todos. Os carros de recolha passam diariamente nas vias principais, de segunda a sexta, das 8h00 às 9h00E para tapar os buracos nas ruas, a comissão de moradores está a cobrar a cada família um valor de 500 kwanzas. A energia eléctrica é um problema não só do bairro, mas do município. Em geral, e a delinquência é uma realidade antiga que aumenta e diminui à medida que a polícia dobra os esforços na detenção e captura dos assaltantes e demais delinquentes. Contactada a administradora

municipal de Cacucaco, Rosa Janota Dias dos Santos prometeu pronunciar-se nos próximos dias.

7.8 A requalificação da baía de Luanda

Semanário Independente
19 de Janeiro de 2013

a requalificação e a reabilitação da Baía, avenidas e largos do distrito urbano da Ingombota, em Luanda, que mudou a imagem da capital angolana e aumentou os espaços de lazer para os munícipes foi um dos factos que marcou o ano de 2012 na circunscrição. Após a obra de requalificação de que foi alvo, o novo figurino da Baía de Luanda oferece à cidade melhores condições ambientais, de lazer e para o estacionamento de veículos, que além de contribuir para a melhoria da imagem da capital, está a permitir aos cidadãos usufruir de uma baía moderna e renovada. A requalificação do local foi um esforço do executivo para a manutenção das novas zonas verdes, garantindo excelentes condições de comodidade para as pessoas que se deslocam ao local. O projecto, um investimento de 36 mil milhões de kwanzas (um dólar equivale a cerca de 100 kwanzas), compreende 147 mil metros quadrados de espaços para pedestres, 3,1 km de passeio marítimo e de via reservada ao trânsito bicicletas, três parques de desportos, cinco campos para prática de basquetebol, cinco espaços para eventos culturais e 10 novas praças públicas situadas ao longo do passeio marítimo. A requalificação da Baía de Luanda foi concretizada ao longo dos últimos 30 meses, tendo compreendido várias frentes de intervenções no que diz respeito ao nível das águas e impacto ambiental, bem como a construção de infra-estruturas, vias de comunicação, zonas para os estacionamentos de viaturas e novos espaços verdes destinados ao lazer. Inaugurado no mês de Agosto do ano passado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o local conta com cinco hectares de zonas verdes abertas ao público e três quilómetros de palmeiras plantadas ao longo da baía, do Porto até à ponte da ilha de Luanda. A obra que iniciou em 2009 envolveu a criação de um novo sistema de recolha de águas pluviais que permite escoar as águas das chuvas de todo o perímetro da Marginal de Luanda, bem como a requalificação do sistema de afluentes, incluindo cinco estações bombagem e equipamentos, evitando-se a poluição das águas do mar. Já a requalificação da Ilha do Cabo, que consta também do projecto da Baía de Luanda, consistiu, na primeira fase, terminada em Janeiro, na construção de novas vias rodoviárias, criação de esgotos e asfaltamento. Nesta segunda fase, constam do projecto a construção de novos

passeios e passadeiras em granito, criação de lancis, assentos públicos, sinalização, reflectores, iluminação pública e a criação de um sistema de irrigação electrónica. A obra está a transformar a ilha de Luanda num local moderno e renovado, com o mar afastado alguns metros ao largo, com realce para uma nova rotunda para contornar o Monumento da Peixeira, no regresso da ilha do Cabo. Ainda na Ilha do Cabo, nove quadras para prática desportiva foram instaladas na praia ao lado do Clube Náutico, sendo quatro de voleibol, igual número de basquetebol de areia, e uma de futebol, uma inovação que traz para à orla o tradicional jogo das quadras. Para o melhor aproveitamento do local, foi lançado um programa de educação física denominado "Vida Útil", na avenida Murtala Mohamed, para promover a prática do desporto, os cuidados com a saúde e a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Trata-se de uma iniciativa conjunta entre o Governo da Província de Luanda e a empreiteira Odebrecht que acontece todas as sexta-feira, Sábados e Domingos com aulas e coordenação de jogos na areia. A nova marginal da capital, na Avenida Dr. António Agostinho Neto onde está localizado o Mausolé também foi revitalizada. A intervenção foi convertida em novos espaços pedonais e parques de estacionamento. Quanto aos largos e avenidas foram colocadas novas calçadas em pedras e recuperado os lancis. Os largos contemplam jardins, arborização, ginásios comunitários, entre outras infra-estruturas. Actualmente os trabalhos da empreitada estão a ser realizados parte direita do largo da igreja Sagrada Família, enquanto na sua esquerda os trabalhos decorrerão a posterior. No âmbito do referido projecto foram reabilitados os largos do Amor, Camilo Pessanha e Teixeira de Pascoes, Cesário Verde, António Feliciano de Castilho, Cine São João, e em curso esta da sagrada família.

7.9 Ocupação ilegal é uma afronta ao poder

Semanário Factual
19 à 26 de Janeiro de 2013

É por demais conhecido que Luanda tem atraído milhares de cidadãos das 18 províncias do país que se instalam em qualquer lugar da capital, onde erguem cabanas de chapas de zinco, sem que sejam impedidos pelas autoridades oficiais. Argumenta-se que a falta de habitação está na base da instalação de casebres por todo o sítio, na expectativa de esses cidadãos se beneficiarem de casas, como acontece aos moradores de zonas de risco que, de facto, são transferidos para locais de matar segurança. É esse projecto tem avançado com a criação dos Zangos, em

Viana, onde milhares de moradores de diversos municípios foram e vêm sendo transferidos sempre que a necessidade se impõe. Aliás, os Zangos estão a atirar a cobiça de muita gente que procura um lugar ao sol, ou seja, encara a possibilidade de ser "agraciada" pelo Executivo com casas do tipo T2 ou T3. Isso fez com que do Zango 1 ao Zango 4, milhares de indivíduos se instalassem ao longo da via com destino a Calumbo, erguendo, de um dia para o outro, dezenas de casebres de chapas de zinco, retirando a beleza da zona e destoando a própria centralidade urbanística. Ninguém pôs mão nisso e, hoje, os Zangos são compatíveis aos milhares de cabanas criadas a três pancadas na região. Porém, os "necessitados" viraram agora as baterias para as reservas fundiárias do Estado em Cacucaco e mesmo no quilómetro 30, na estrada de Catete. Pesem as placas identificativas das Zonas Económicas Especiais (ZEE), muitas pessoas ergueram casebres de zinco, sem qualquer oposição da Administração de Cacucaco, o que mais gente a instalar-se aí, perante o olhar impávido da fiscalização. E o pior é que os fiscais enviados para sensibilizar os "moradores" tiveram de abandonar a região, sob ameaças. Portanto, só a conivência entre membros da administração municipal e os líderes de grupos invasores pôde permitir que as ZEE fossem ocupadas por milhares de pessoas, sem que se sentisse a intervenção de responsáveis municipais. Embora sabendo que ocupar terrenos do Estado constitui crime, os "invasores" estão-se nas tintas, supondo que a mão pesada do Estado não venha a assentar sobre si. Mas, mesmo assim, deve-se questionar a fiscalização de Cacucaco, porque a atitude manifesta dos "invasores" é uma afronta ao Estado, mas "nada acontece por acaso, tudo obedece a uma razão" ...

7.10 Reservas fundiárias desminadas

Jornal de Angola
20 de Janeiro de 2013

Pelo menos 80 mil metros de reservas fundiárias destina construção de fogos nos municípios do Bié estão livres de minas através do trabalho de desminagem feito pelo Instituto Nacional de Desminagem. O trabalho incidiu nas reservas fundiárias dos municípios do Chinguar, Camacupa, bola, Cunhinga e Nhârea permitir o cumprimento do plano de construção de residências para a população. O chefe de departamento da quela instituição, Barnabé derico, sublinhou que a operadora realizou actividades em alguns campos agrícolas, com realce para a comuna do Umpulo, no município de

Camacupa. Nas reservas foram recolhidos engenhos explosivos não detonados, que já foram destruídos. Nas reservas fundiárias estão ser construídas numa primeira fase 700 casas. Casas entregues em Março

O director interino das obras Públicas e Urbanismo no António Caquarta, informou no Cuito que 700 casas construídas nos municípios do Chinguar macupa, Catabola, Cunhir Nharea são entregues à população a partir de Março. António Caquarta adia que os empreiteiros retornaram já os trabalhos, que estava paralisados devido à quadra festival. Confirmou que a segunda fase para a construção de outras casas inicia este ano, para atingir as 1.500 residências.

7.11 Sinistrados obrigados a viver no meio da estrada

O País
25 de Janeiro de 2013

Se, para muitos, o Zango foi o local onde lhes foi dada casa para habitar, os desalojados do Gika, que viveram mais de quatro anos nos casebres de chapas das imediações do cemitério municipal de Viana, não gozaram da mesma sorte.

Em Fevereiro de 2012 tiveram de submeter-se à construção, de barracas de pano, pau, esferovite em pleno separador físico de duas vias com sentidos opostos, na rua com o indicativo L 3 do Zango IV, onde vivem até à data.

"Fomos trazidos para cá para recebermos casas mas, postos aqui, abandonaram-nos. Como não podíamos voltar lá na área do cemitério porque as nossas casotas já tinham sido destruídas, então começámos a dormir ao relento, até que decidimos fazer essas barracas", explicou Apsa Akwá, que aproveitou a ocasião para pegar num dos paus de apoio do abrigo, a fim de mostrar a insegurança do seu novo habitat.

Como se não bastasse, esses casebres erguidos no meio de estradas começou a constituir um risco constante para estes moradores ocasionais, principalmente para as crianças que passaram a utilizar a via como palco de brincadeiras.

Por causa disso, elementos ligados à coordenação de projectos de construção na área foram orientados a interditar o trânsito automóvel na referida rua, a fim de se evitarem danos materiais e humanos que já estavam à espreita.

"Essa criança foi atropelada por uma viatura aqui mesmo, disse uma senhora que dizia ser mãe do petiz, aparentemente de três anos de idade, tendo

pedido para o seu e o nome do seu filho não serem citados nesta reportagem. Voltando à carga, Apsa Akwá manifestou a sua frustração, questionando como é que as pessoas são capazes de levar a cabo um desalojamento sem conseguirem fazer um realojamento correspondente.

"O que eu não consigo entender é que os elementos que alistaram os sinistrados para a retirada de uma zona, postos aqui no Zango não seguiram a mesma lista para a atribuição de casas", contestou, criticando a atitude dos dirigentes por ter sido projetada propositadamente a fim de tirarem partido da situação. Falando sob o anonimato, um vizinho de Apsa Akwá informou que a falha da comissão encarregue de realojar aquelas que denominou como famílias do Gika partiu do facto de não se ter criado uma comissão de moradores que pudesse trabalhar em conexão com os homens do governo.

"A partir do momento em que um grupo de elementos que se identificam como funcionários do Estado vem fazer um trabalho com a população e não se preocupa sequer em interagir com uma comissão deste grupo social consideravelmente mais numeroso que o seu está a incorrer numa grande brincadeira', referiu.

O entrevistado lembrou também que, no momento do novo cadastramento, para si desnecessário, muitos dos seus vizinhos se encontravam fora da zona, uma vez que tinham de marcar presença nos seus locais de trabalho, maioritariamente localizados longe do Zango.

Demonstrando conhecer em pormenor a ocupação de seus companheiros, precisou haver alguns que se ocupam de trabalhos de apoio à transportadoras interprovinciais, comerciantes cujos negócios são obtidos fora da província de Luanda, para além dos que trabalham em regime de turno.

"Quando saímos da avenida Comandante Gika, na Maianga, já se fez uma lista, ao chegarmos aqui, outra, isso quer dizer que nós já estávamos registados e controlados", referiu, opondo-se às vozes que levantavam a possibilidade de haver infiltrado entre os sinistrados.

7.12 Milhares de casas de chapas invadem reservas do estado

Semanário Factual

De 19 a 26 de Janeiro de 2013

Localizado no município de Cacuo, na Via expressa (Cacuaco/Benfica), o bairro Sequele desperta a

atenção dos utilizadores da via, face ao nível de desordem causada pela construção de milhares de cabalas feitas de chapas que contrastam com a realidade que a província hoje vive. No périplo realizado pelo Factual no interior do bairro foi possível constar a construção de mais casas, algumas de chapas de zinco e outras já com uma estrutura definitiva. Constatou-se também a existência de placas do governo provincial de Luanda que proíbe a construção naquele perímetro por esta se tratar de uma área de reserva fundiária do Estado. Mas tal facto não tem sido suficiente para desencorajar as pessoas em se dirigirem a esta zona à terra. De lembrar que a repartição municipal de fiscalização de Cacuo registou vários casos de ocupação ilegal de terrenos nas reservas fundiárias do Estado ao longo de 2012, que resultaram na prisão de vários indivíduos. Para a contenção e evitar o vandalismo nas reservas fundiárias do Estado no município de Cacuo, a repartição fiscal instalou dois postos de vigilância na reserva do Sequele em 2011, mas tal medida não surtiu efeito positivo, visto que hoje o bairro continua a crescer desordenadamente. Actualmente, os casebres estão já a invadir o outro lado da via expressa no sentido Benfica/Cacuaco. A zona, antes uma área agrícola, começou a ser habitada em 2008. Segundo os moradores de Sequele, no princípio não havia nenhuma reclamação por parte da administração de Cacuo e nem sequer havia informação que a área passara a ser reserva do Estado. Segundo ainda os moradores, a comercialização dos lotes é feita por pessoas singulares, bem como por funcionários da administração municipal de Cacuo. Perante este facto, o Semanário contactou o coordenador do bairro Sequele, Domingos Cassua, no sentido de prestar algum esclarecimento sobre a ocupação indevida da reserva fundiária do Estado. Por sua vez, Domingos Cassua negou fornecer qualquer esclarecimento ao Semanário, alegando não ter autorização da Administradora de Cacuo, Rosa dos Santos. Isso demonstra que a administração tem o conhecimento da situação que se vive na área da reserva fundiária do Estado, visto que a cada dia que passa novos casebres de chapas são erguidos. Face a esta situação, o Executivo tem de elaborar políticas para a implementação de projectos nas reservas fundiárias do Estado, evitando que cidadãos aí residentes exijam do governo novas casas. Segundo uma fonte do Factual, o fenómeno de ocupação de terrenos nas reservas do Estado agrega pessoas com objectivos de lucro fácil, distribuídas entre as comissões de moradores fictícias, militares, efectivos da Polícia Nacional, bem como funcionários da administração de Cacuo. Administradora de Cacuo fecha-se em copas A equipa de reportagem do Semanário Factual procurou contactar a

Administradora Rosa dos Santos, na segunda-feira 14, tendo chegado às 11 horas, mas foi informada que a Administradora se encontrava numa reunião de trabalho. Após duas horas e meia de espera, a secretária, a mando da Administradora de Cacucaco, Rosa dos Santos, informou que a zona em referência não se encontra sobre jurisdição da sua administração, e que não podia abordar o assunto sem que antes a equipa falasse com a comissão de moradores de Sequele. A atitude da Administradora demonstrou a intenção de dificultar ao máximo o trabalho da equipa de reportagem, visto que a secretária foi peremptória em informar que a equipa tinha de se apressar em ouvir a comissão de moradores de Sequele, pois em menos de duas horas a Administradora entraria novamente em outra reunião.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Mais escolas e mercados em Luanda

Jornal de Angola
18 de Janeiro de 2013

O presidente da Comissão Administrativa da cidade de Luanda, José Tavares, reinaugurou ontem duas escolas do ensino primário no Sambizanga e os mercados populares dos bairros São Paulo, Popular, da Avenida 21 de Janeiro, e dos bairros Sambizanga e Rocha Pinto. As escolas reinauguradas estão localizadas no bairro Ngola Kiluanje e São Pedro da Barra e foram reabilitadas no âmbito do Programa de Investimentos Públicos. A primeira escola, com o número 4026, dispõe de sete salas de aulas para 630 alunos, quatro WC e uma secretaria. A segunda tem 17 salas de aulas para 1.530 alunos. Matriculados nos períodos da manhã e tarde, segundo a administradora do distrito do Sambizanga, Maria Regina. "Nesta primeira fase, as escolas não vão leccionar no período nocturno", referiu. Os alunos solicitaram ao presidente da Comissão Administrativa de Luanda a construção de escolas do segundo ciclo para darem sequência aos estudos. O vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda, Agostinho da Silva, garantiu que a preocupação das crianças foi ouvida e "vamos procurar cumprir com esta tarefa em breve".

8.2 Cajueiros" sem capacidade de atendimento ao público

Jornal de Angola
20 de Janeiro de 2013

O administrador municipal do Cazenga, em Luanda, Victor Nataniel Narciso, admitiu que o Hospital Geral dos Cajueiros já não tem capacidade suficiente para atender o número de pacientes que procuram assistência médica naquela unidade. Em declarações à Angop, Vítor Narciso disse que enquanto os novos edifícios do estabelecimento hospitalar não forem abertos, a deficiência no atendimento dos pacientes vai continuar. Esclareceu que os novos espaços continuam inacessíveis ao público devido a trabalhos de melhoramento no banco de urgência, casa mortuária, lavandaria e outros serviços. Segundo o administrador, quando estes serviços estiverem prontos, o atendimento aos doentes vai melhorar significativamente. Observou que no primeiro edifício, com três pisos, vão funcionar, entre outros serviços, as urgências, medicina, cirurgia e pediatria. No segundo edifício, com dois pisos, vão funcionar os serviços de internamento em pediatria, medicina e cirurgias, enquanto no terceiro vão ser instalados os serviços ambulatoriais. Entre as novidades, segundo o responsável, constam um novo bloco operatório, com três salas, o que perfaz, deste modo, cinco, uma área de recuperação nutricional para crianças e a unidade de cuidados intensivos para adultos e pediatria. O Hospital dos Cajueiros é uma unidade sanitária de referência do 11 nível para atendimento da zona norte da província de Luanda. Segundo o administrador municipal, a unidade atende munícipes do Cazenga e de outras localidades, COJJ10 Viana, Cacuaco, Samba, Kilamba Kiaxi, Sambizanga e da província do Bengo. A instituição funciona com 120 camas, e se perspectiva um aumento para 346, com a inauguração do novo edifício. Possui 31 médicos, 330 enfermeiros e está dotada de áreas de pediatria, banco de urgência, cirurgia, ortopedia, RX, hemoterapia, bloco operatório, farmácia, consultas ex-ternas e VIH/Sida.

8.3 Áreas de recolha seleccionadas município do Cazenga

Jornal de Angola
27 de Janeiro de 2013

O administrador municipal do Cazenga anunciou na terça-feira, em Luanda, a construção de mais quatro pontos de transferência de lixo e novas brigadas de recolha.

Em declarações à Angop, Victor Narciso informou que os pontos de transferência estão a ser construídos na Sonef, no antigo campo do Poeira, nas oficinas dos Caminho-de-ferro de Luanda, uma área onde a população já deposita lixo, e na Terra Vermelha, devendo este último ponto entrar em actividade já este mês.

A construção dos quatro pontos de transferência de lixo insere-se no programa de investimentos públicos para este ano, adiantou o administrador, referindo que o único ponto em actividade é o de Calwenda, muito frequentado por vendedores de resíduos sólidos.

Devido à afluência de pessoas. Àquele ponto, a administração decidiu limitar a quantidade de sacos que cada munícipe deve transportar para venda.

O programa de compra de resíduos sólidos vai ter continuidade e ser ampliado, para evitar limitações, disse o administrador do município do Cazenga.

Só podem vender as pessoas que estiverem registadas. A outra aposta da administração do Cazenga tem a ver com abertura de mais espaços para as brigadas poderem realizar a Coleta do lixo em todo o município.

O lixo, depois de ser colocado nos pontos de transferência criados no Cazenga, são levados para o aterro sanitário, no Mulembos.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Sensibilização contra violência

Jornal de Angola
02 de Janeiro de 2013

A ministra da Família e Promoção da Mulher disse à Rádio Nacional que a partir deste mês são realizadas palestras e contactos porta a porta para alertar as pessoas para a gravidade da violência doméstica. Filomena Delgado justificou a realização da campanha por em 2012 terem sido registados "casos preocupantes" de violência doméstica que em alguns casos resultaram em mortes. "O mais preocupante é que muitos desses casos terminam em homicídios, suicídios e violação de menores sobretudo de meninas, que ficam traumatizadas", lamentou. Por esse motivo, referiu, estamos a criar mecanismos de combate à situação. A ministra anunciou a criação de abrigos para as vítimas de violência em todo o país. O projecto, disse, surge à luz da Lei contra a Violência Doméstica e foi enriquecido com a experiência de outros países. "O projecto está em andamento, mas só ganhará cunho quando for regulamentada a Lei contra a Violência Doméstica", esclareceu. A lei condena o abuso sexual a menor de idade ou idoso sob tutela ou guarda, a apropriação indevida de bens da herança que pelo seu valor atenta contra a dignidade social dos herdeiros, sonegação, alienação ou oneração de bem patrimonial da família, tendo em conta seu valor pecuniário.

9.2 Assaltos a casas são os delitos mais frequentes

Jornal de Angola
02 de Janeiro de 2013

o Comando Provincial da Polícia Nacional no Cunene registou 30 delitos diversos, na últimas semana, entre os quais 17 contra propriedade, nove contra pessoas, dois contra a ordem e tranquilidade pública e um de natureza económica. Segundo o porta-voz da corporação, intendente Piedade Pombal, entre os delitos destacam-se furtos em residências, de telemóveis, de motorizadas, de gado bovino, roubos, danos e fogo posto, homicídios, violações sexuais, ameaças com arma de fogo e ofensas corporais. De acordo com o porta-voz da corporação, intendente Piedade Pombal, 24 crimes

foram esclarecidos, correspondendo a uma operatividade na ordem dos 80 por cento, o que resultou na deação de 20 cidadãos de origem ocupação diversa. Entre os casos relevantes Insta a violação sexual de uma menor de 11 anos por um tio de 43 anos e um homicídio involuntário, em que uma mãe de 28 anos matou o filho de oitomeses por estar sob efeito de bebida alcoólica. A Polícia Nacional no Cunene apelou aos cidadãos para manterem a calma e evitar actos que coloquem em causa a vida humana, e denunciarem os actos de vandalismo que perturbam o bem-estar e a tranquilidade da população em geral.

9.3 Polícia desvendou crimes cometidos

Jornal de Angola
02 de Janeiro de 2013

o Comando Provincial da Polícia Nacional no Uíge deteve, de Janeiro a Dezembro de 2012, 2.798 cidadãos acusados de envolvimento em 2.885 crimes diversos, mais 784 que no ano anterior. A informação foi dada pelo delegado do Ministério do Interior e comandante provincial da Polícia Nacional, comissário António Simão Leitão Ribeiro, que adiantou estarem esclarecidos 2.865 crimes. Durante 2012, foram instaurados 1.602 processos crimes, 1.519 dos quais foram encaminhados para o Tribunal Provincial do Uíge para o devido tratamento. O comandante indicou que a maioria dos crimes caracterizou-se por homicídios involuntários, ofensas corporais graves e simples, uso e posse ilegal de estupefacientes, furtos e roubos, tendo ocorrido, principalmente, nos municípios de Uíge, Negage, Sanza Pombo, Quitexe e Songo.

Mortes nas estradas

O comissário Leitão Ribeiro disse-se preocupado com o elevado índice de sinistralidade nas estradas da província. Em 2012, 136 pessoas morreram e 551 outras ficaram gravemente feridas, em consequência de 498 acidentes de viação ocorridos nas diversas estradas da província do Uíge. Além de terem provocado a morte de muitas pessoas, os acidentes causaram danos materiais avaliados em mais de 23 milhões de kwanzas. De acordo com o comandante, o desrespeito pelo Código da Estrada, excesso de velocidade, condução sob efeito de álcool e a falta de sinalização em algumas estradas da província constituem as principais causas dos acidentes registados.

9.4 O crescimento Vertiginoso da Violência

Agora

05 de Janeiro de 2013

O crescimento vertiginoso da violência no seio familiar foi destaque no discurso à Nação do Presidente da República. O chefe de Estado não só mostrou preocupação em relação a esse mal, como também traçou medidas visando combater e responsabilizar as quais o PR propôs também a realização de palestras junto dos agregados familiares. A Ministra da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado acatou o recado e traçou como prioridades do seu pelouro a realização de palestras e contactos porta a porta para alertar as pessoas sobre a gravidade da violência doméstica. A governante entende que, em 2012 foram registados “casos preocupantes” que nalgumas situações resultaram em mortes. Augura-se agora que os cidadãos façam a sua parte, optando pelo diálogo, como medida para a resolução dos diferendos no lar.

9.5 Mais de 500 armas recolhidas em 2012

Novo Jornal

11 de Janeiro 2013

Um total de 525 armas de calibres diversos foi voluntariamente entregue à polícia na Huíla, no âmbito do Programa de Desarmamento da População Civil anunciou o também coordenador adjunto da subcomissão de desarmamento, "superintendente chefe Fernando Feliano António. Foram ainda recolhidos 374 carregadores, 2.799 munições, 50 explosivos diversos e destruídas sete granadas de diversos tipos. Fernando António enumerou a recolha coesiva de 29 armas, 32 carregadores e a detenção de 26 cidadãos julgados e condenados por posse ilegal de armas de fogo em 2012. O também director da Polícia de Ordem Pública destacou o efeito positivo do desarmamento dos civis no cometimento de crimes. Segundo ele, notou-se no ano findo uma baixa considerável nos crimes cometidos com recurso às armas de fogo, mas alertou que campanha vai prosseguir no presente ano, tendo apelado a todas as forças vivas da província a colaborarem neste processo de entrega voluntária e coerciva das armas. A campanha de desarmamento da população civil em Angola, iniciada a 5 de Março de 2008, permitiu na Huíla a recolha de 11.656 armas, 9.256 carregadores, 38.491 munições diversas e 861 explosivos diferentes. Por coerção, foram recolhidas 174 armas, 173 carregadores, 865 munições, nove

explosivos e 179 cidadãos detidos, 91 dos quais julgados e condenados por posse ilegal de armas.

9.6 Desarmamento da população no crivo da Polícia

Agora

12 de Janeiro de 2013

O Ministério do Interior realiza segunda-feira, em Luanda, o 10 Conselho Consultivo Alargado Extraordinário do ano em curso, dedicado a análise da situação da criminalidade no país, a imigração ilegal assim como a adopção de medidas visando o seu o combate. Um documento a que nos foi enviado indica que a sessão extraordinária, que será presidida pelo titular da pasta, Ângelo Veiga Tavares, vai igualmente passar em revista o programa de desarmamento dos cidadãos em posse ilegal de armas e a actualização de estratégias deste mesmo programa. A nota refere ainda que os assuntos agendados reflectem os factores potenciadores das preocupações do Ministério do Interior (MININT), em face da crescente onda de criminalidade que nos últimos dias se têm verificado, com maior pendor para os homicídios, violações, roubo de viaturas, assaltos a mão armada, de entre outros. O Salão Nobre do Ministério do Interior será o palco das discussões.

9.7 Estrangeiros irregulares repatriados

Jornal de Angola

12 de Janeiro de 2013

A Direcção do Kuando- Kubango do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) repatriou no ano passado dez namibianos, dois vietnamitas e um zambiano, afirmou ontem à Angop o seu director provincial. Adriano Simão disse que em 2012 havia no Kuando-Kubango 140 refugiados e 18 estrangeiro residentes e que o SME tratou 753 vistos de trabalho, recebeu 1.844 pedidos de passaporte, dos quais emitiu 1.479, e autorizou 1.059 saídas. Aos países de origem regressaram definitivamente 68 namibianos e 351 zambianos. A Direcção do SME no Kuando-Kubango registou a entrada na província, por via terrestre, de 22.926 angolanos e a saída de 24. 679. Quanto a estrangeiros, entraram no país 5.814 e saíram 5.165. No Zaire, a Polícia de Guarda Fronteira anunciou recentemente, em comunicado de ter detido 18 cidadãos da República Democrática do Congo que tentavam entrar ilegalmente em Angola. As detenções, refere o comunicado, foram feitas em Kinguvo, Luangu e no Soyo. Os detidos foram

encaminhados para a Direcção Provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME).

9.8 Zungueiras Forçadas a sexo com polícias

Folha 8

12 de Janeiro de 2012

Segundo algumas zungueiras dizem sofrer o assédio sexual quando os agentes de ordem pública e os fiscais recebem as mercadorias por venderem em lugares impróprios. O F8 passou pelas principais vias com maiores fluxos de zungueiras e entrevistou algumas vendedoras, que pedem o anonimato. Com nomes fictícios, Josefa Marquinha, vendedora do São Paulo, vulgo "arreó arreó" afirmou "já ter sofrido o assédio sexual por parte dos agentes de ordem pública e fiscais por apreenderem negócio e não ter dinheiro para dar a famosa gasosa". Ngueve Joaquim, zungueira da Vila de Viana, alega os agentes da fiscalização e da polícia além de lhes maltratar e de se apoderarem do negócio das pobres, entram nas casas do processo (onde guardam negócio), levam o negócio todo. Isto é injusto o que estão a fazer. Disse: "Batem-nos com porretes e em troca da nossa mercadoria somos obrigadas a ter relações sexuais com eles". Já Beatriz Maravilha, vendedora dos Congolenses alega: "Muitos dos fiscais têm preferências na altura de nos darem corrida porque gostam de apanhar aquelas colegas que têm o bumbum grande e às vezes ficamos presas porque não queremos namorar com eles". Para um outro oficial: com este tipo de comportamento, os agentes da ordem pública e fiscais tinham que ser sancionados e presos porque muitas das zungueiras ganham o pão para o sustento dos filhos através da venda que fazem nas ruas da cidade e não é normal um agente da ordem pública e da fiscalização ter este tipo de atitude, porque o assédio sexual é uma forma de agressão e um atentado a dignidade da mulher; violência que atinge particularmente as senhoras. Nestas circunstâncias, esses homens aproveitam-se do estado vulnerável das mulheres, forçadas a defenderem a todo custo seus bens, sob pena de sofrerem danos muito maiores, como pagar créditos com juros avultadíssimos ou ameaças de morte na impossibilidade de honrarem os compromissos.

9.9 Combater o crime pela paz

Jornal de Angola

15 de Janeiro de 2013

O crescimento económico de Angola e a oferta de oportunidades, quer para nacionais, quer para

estrangeiros, acarreta desafios a nível da segurança pública, da contenção da criminalidade e dos esforços para a modernização da Polícia Nacional, num processo contínuo de aperfeiçoamento e de modernização de homens e meios. A iniciativa do Ministério do Interior de reunir, em Conselho Consultivo Alargado, para avaliar a criminalidade no país, com um exaustivo diagnóstico de causas, soluções e procedimentos para o seu controlo e combate, merece o aplauso generalizado. Embora a Polícia Nacional tenha o controlo da situação nunca é demais reunir para assegurar níveis de prevenção e de combate ao crime e de redução de factores que contribuem para a insegurança das famílias. O Ministério do Interior e todos os órgãos que tutela começaram ontem, em Conselho Consultivo Alargado, a analisar a criminalidade em todas as dimensões e características, tendo como centro das preocupações a promoção de procedimentos que contribuam para a prevenção. Nos últimos anos aumentou o número de crimes, alguns dos quais requerem eficácia das forças incumbidas de garantirem a segurança da população. Alguns tipos de crimes violentos, a fraude bancária, a fuga ao fisco e os de natureza informática, cometidos com alguma perícia para dificultar o trabalho da Polícia e de outros órgãos de segurança, tomaram-se comuns. Não há dúvidas que ingentes desafios se colocam ao Ministério do Interior e a todos os órgãos que tutela ou coordena, o que toma este Conselho Consultivo uma soberana oportunidade para diagnósticos e resultados. Alegria saber que os índices de criminalidade no país se encontram entre "os factores potenciadores das preocupações actuais do Ministério do Interior", como salienta um comunicado relativo ao Conselho Consultivo, cujos resultados a sociedade espera que respondam às necessidades em matéria de tranquilidade. Esta forma de analisar os problemas relativos à criminalidade e os procedimentos de combate ao crime, depois de aturada análise da situação operativa do país, demonstram a determinação do Executivo na garantia do sossego das famílias. É fundamental que a Polícia Nacional continue a fazer da criminalidade um mal a combater permanentemente, quer para assegurar a tranquilidade de, quer para desencorajar quantos incorrem em delitos. Dar continuidade ao programa de desarmamento da população civil, com a actualização de estratégias para próximas acções é parte relevante dos esforços de prevenção e de combate à criminalidade. Os números sobre o desarmamento das populações são animadores, atendendo à colaboração prestada pelas famílias e à quantidade de armas recolhidas.

O processo de entrega voluntária deve prosseguir para outras fases até atingirmos a tolerância zero. Em

função dos dados em posse da Polícia Nacional, consideramos positiva a análise da situação da imigração ilegal e das medidas para o seu combate e prevenção. A imigração ilegal constitui dos piores flagelos com que Angola se confronta, atendendo às potencialidades deste fenómeno no fomento de crimes transnacionais e conflitos regionais. Concordamos com o ministro das Relações Exteriores que sublinhou, no encontro anual com embaixadores, que a imigração ilegal tem influenciado o surgimento de conflitos e contribuído para a instabilidade dos Estados no continente. Concertar medidas para debelar uma situação que afecta vários Estados pode ser uma das saídas, sobretudo se aqueles, cujos nacionais afluem para os países vizinhos, tiverem vontade política. Angola não pode continuar a assistir à onda de imigração desordenada e irregular que viola de forma flagrante as leis migratórias. Para isso, é necessário que os Serviços de Migração e Estrangeiros sejam apetrechados com homens e meios modernos capazes de fazerem face a um fenómeno que transcende os órgãos da Polícia. O problema é de toda a sociedade angolana, contrariamente à ideia que se trata apenas de um desafio do Estado. O Conselho Consultivo Alargado do Ministério do Interior pode não servir unicamente para a elaboração do correcto diagnóstico da situação da criminalidade, nas suas diversas manifestações, mas também para produzir resultados práticos e imediatos que os delitos impõem. A criminalidade, embora sob controlo da Polícia Nacional, requer medidas inadiáveis para os seus autores não se sentirem encorajados pela lassidão da actuação, pela falta de colaboração das populações e por outros factores que potenciam os delitos.

9.10 Polícia notifica crimes na província do Bengo

Jornal de Angola

17 de Janeiro de 2013

O comando provincial do Bengo da Polícia tomou conhecimento, na semana passada, de 12 crimes, menos sete delitos em relação ao balanço feito no período anterior. Dos crimes cometidos, a polícia esclareceu 11, o que representa uma operatividade na ordem de 92 por cento, indica uma nota da corporação, acrescentando que os crimes notificados ocorreram nos municípios do Dande, com nove, e Nambuanguongo, Dembos e Pango Aluquém, cada com um.

O documento refere que efetivos policiais realizaram quatro operações, cinco buscas dirigidas e outros trabalhos operativos que resultaram na detenção de 15 pessoas por roubo e ofensas corporais voluntárias.

Segundo a Polícia Nacional, foram ainda apreendidas quatro viaturas, uma motorizada, três armas de fogo, entre as quais uma AKM 47 e uma caçadeira de fabrico artesanal, dois carregadores e seis munições.

A nota esclarece que, quanto ao desarmamento da população, foram recolhidos 26 armas, um lança granada, 84 munições, dez carregadores de G-3 e oito de AKM 47, 191 munições de PKM e 210 de AKM 47, uma mina anti-tanque, nove cápsulas detonantes e um engenho propulsor.

Ainda sobre o desarmamento, o documento informa que foi descoberto, na comuna de Cazuangongo, município do pango Aluquém, um paiol com cinco abusos de morteiro de 82 milímetros, quatro de morteiro 62 milímetros, quatro RPG- 7, um cordão detonante e 18 armas do tipo AKM47.

A Polícia de Trânsito local realizou duas operações stop que resultaram na aplicação de 42 multas, por violação ao código de Estrada, avaliadas em 37.752 Kwanzas. A nota da Polícia Nacional relata a ocorrência de sete acidentes de viação, dos quais constam choques entre veículos automóveis, entre veículos e motociclos e contra obstáculo fixo, que resultaram em 11 feridos e danos materiais avaliados em 380 mil kwanzas.

A Polícia no Bengo apreendeu 61 documentos de veículos, sendo 20 cartas de condução, 21 livretes, seis verbetes e cinco títulos de propriedade. O policiamento de proximidade, um conceito em voga atualmente no mundo, inibe a presença de grupos de marginais, sobretudo nos bairros problemáticos, onde a preocupação da Polícia Nacional tem sido maior.

Na sequência do policiamento de proximidade, muitos marginais são detidos graças a denúncias apresentadas pela população.

9.11 População entrega armas

Jornal de Angola

17 de Janeiro de 2013

Ao todo, 73 armas de fogo de diverso tipo e calibres foram entregues voluntariamente pela população do kwanza-Norte, de Janeiro a Dezembro de 2012, no quadro do programa de desarmamento da população civil.

O porta-voz do comando provincial da Polícia Nacional, que deu a informação à agência Angop, não avançou dados comparativos em relação ao período anterior, mas indicou a descoberta de diversos esconderijos contendo material Bélico nos municípios do Golungo Alto, Bolongongo e Samba

Cajú. De acordo com o superintendente Gaspar José, entre o material encontrado nos esconderijos destacam-se 53 armas de fogo de tipo e calibre diversos, seis projéteis de RPG-7, quatro rampas de lançamento de mísseis, um RPG-7, 1.740 munições diversas, e 137 caixas de munições de ZU-23 e 37 de BM-21.

Gaspar José disse que no período em referência foram ainda apreendidas 16 armas diversas e 80 munições, no âmbito do programa de desarmamento coercivo.

O porta-voz revelou que a Polícia Nacional, através dos órgãos de comunicação social, continua a desenvolver campanhas de esclarecimento sobre a posse de armas ilegais para que as pessoas se apercebam dos perigos que representam para a segurança pública.

9.12 Polícia Nacional detém marginais

Jornal de Angola

18 de Janeiro de 2013

o comando provincial de Benguela da Polícia Nacional deve, nos últimos sete dias, em vários municípios, 69 cidadãos suspeitos de envolvimento em 94 crimes. O director provincial para a Ordem Pública, superintendente-chefe Carlos Mota, que prestou a informação à imprensa, disse que, dos 94 crimes, 79 foram esclarecidos. Carlos Mota revelou que, durante a semana passada, a Polícia procedeu à remoção de cinco cadáveres da via pública, três com indícios de afogamento e dois com sinais de intoxicação alcoólica. De acordo com o oficial superior da Polícia Nacional naquela província, os municípios de Benguela, com 57 casos, e o do Lobito, com 19, foram os que mais crimes registaram durante a semana passada.

9.13 As mulheres que se recusam a denunciar os seus maridos agressores deviam ir para a cadeia

Semanário Angolense

19 de Janeiro de 2013

Frontal e polémica quanto baste, a psicóloga Maria da Encarnação Pimenta defende, em entrevista ao *Semanário Angolense*, que as mulheres que não denunciam as agressões de que foram vítimas por parte dos seus maridos deviam ir para a cadeia, a par com os agressores. Nesta primeira parte de uma longa entrevista, a também docente universitária

aborda outras questões relacionadas com a violência doméstica sendo uma delas a insatisfação sexual, o que, segundo ela, constitui «ainda um tabu» no seio dos casais.

Semanário Angolense (SA) - Quais são, em seu entender, as principais causas que estão por detrás dos actos de violência doméstica? Encarnação Pimenta (EP) - As causas são várias, sendo uma delas de ordem pessoal. Quando me refiro às causas de ordem pessoal, não estou apenas a falar da personalidade das pessoas que constituem a família, nomeadamente o marido, esposa e os filhos, mas também de outras pessoas próximas à família nuclear. Considero que a primeira causa deve-se à estrutura mental dos membros das famílias, como as mentes de determinadas pessoas funcionam. Existem, depois, outras questões, como as de foro social, que se prendem com o casamento: é preciso saber como o casamento foi organizado e quais foram as expectativas criadas à volta dessa união, que é, no fundo, um contrato social. A primeira expectativa tem ver com os laços afectivos entre dois seres opostos, de relações de carinho e respeito que cada um dos cônjuges deve ter para com o outro. Depois, existe a relação carnal, a partir da qual se cria a expectativa à volta dos filhos. No casamento, existe ainda a relação social, que está ligada às questões de natureza económica, ou seja, aquilo que servirá de pilar de sustentação de sobrevivência de uma determinada família. As pessoas não se juntam apenas para comer e beber como se fossem animais, visto que elas também pensam no futuro e traçam projectos de vida.

SA- Significa dizer que as pessoas casam-se por interesse ... EP- De facto, todos os casamentos são feitos por interesse, mas não por interesses negativos ligados apenas aos aspectos materiais da vida, já que para a consumação do casamento, concorrem uma série de interesses, sendo o primeiro de natureza afectiva, e, depois, de atracção física, que, mais tarde, conduzirá ao interesse carnal, dentro daquilo que considero ser uma relação normal entre dois seres opostos.

SA- Quando é que dá a violência doméstica?

EP- A violência doméstica resulta da perda das expectativas que estiveram na base da união do casal; expectativas essas que acabaram por se esfumar com o tempo, não apenas as de carácter afectivo, mas também as carnisais, ou, seja, de natureza sexual. A esposa espera, por exemplo, que parceiro lhe preste o carinho e o respeito devido, que seja um marido presente, que durma em casa e cumpra com as suas obrigações conjugais, o mesmo se passa com o esposo. Na relação conjugal, o lado afectivo esfuma-

se em função da estrutura mental do indivíduo, ou seja, da estrutura da sua personalidade. Por exemplo, o lado afectivo pode esfumar-se, a partir de uma determinada altura em que o homem chega a casa, limita-se a comer, dormir e a ruminar durante toda a noite, como se fosse um animal vindo do pasto, sem se preocupar com os problemas do dia-a-dia da sua parceira. As expectativas do ponto de vista carnal não sendo, muitas vezes, correspondidas, levam à não satisfação nas relações sexuais. Mas, este assunto tem sido um tabu no seio de muitos casais que tudo fazem para o ocultar e não abordá-lo com a abertura e frontalidade que devia merecer. Tenho recebido muitas queixas sobre este assunto no meu consultório e cheguei à conclusão que as relações sexuais não satisfatórias têm sido uma das principais causas dos conflitos conjugais. Não havendo uma relação sexual satisfatória com o cônjuge, o indivíduo vai procurar a satisfação fora do convívio conjugal, podendo esta situação culminar, mais cedo ou mais tarde, em crimes passionais; a relação de desconfiança entre os parceiros pode dar também lugar às agressões físicas, à violência psicológica e às ofensas morais. A quebra das expectativas económicas regista-se quando, por exemplo, o homem não é capaz de honrar a sua promessa de mobilar a casa ou quando o esposo verifica que a mulher que tem não sabe engomar.

SA- A falta de educação de berço e a débil formação que o indivíduo absorve da sociedade até que ponto afectam o relacionamento no seio do casal? EP- Em psicologia, existe o princípio de que a estrutura da personalidade do indivíduo é adquirida através de um processo de socialização, mas quando o processo é manchado ou beliscado numa determinada fase do seu desenvolvimento, pode-se dar o caso do indivíduo vir a ter dificuldades no seu relacionamento com outras pessoas. Quando as pessoas se juntam apenas por atracção física, a mulher julga ter encontrado o marido ideal e vice-versa, mas por detrás desse idealismo há aquilo que se chama o «real»; as pessoas quando se deparam com o tal «real» são levadas à frustração, por as suas expectativas não terem sido correspondidas. A agressão física é a última fase da violência doméstica

SA- As agressões, os actos de violência resultam, portanto, dessa quebra de expectativas?

EP- A agressão física é a última fase da violência doméstica ou familiar. Os actos de violência física têm a ver com aqueles casos em que os filhos agredem os pais, os avós; os maridos que espancam as mulheres até à morte ou vice-versa; ou, ainda, o pai ou mãe que espancam ou matam os filhos. Quando se chega a estes casos é porque muita água já passou por debaixo da ponte ...

A violência doméstica começa com ofensas à integridade moral do outro cônjuge; passa, depois, para uma fase mais complexa que é a violência psicológica, que tem como objectivo levar o parceiro à loucura. Temos tratado de case de mulheres que acabam por se auto encarcerar, como resultado da violência psicológica que têm sofrido por parte dos seus maridos, ao ponto de elas se fecharem em casa, sem que tivessem sido proibidas de fazê-lo. Quando se fala de violência doméstica ou familiar convém buscar sempre o aspecto físico que, em psicologia, se chama a energia hidráulica; essa energia que é o ponto de saturação que conduz à violência física, devido ao elevado estado de saturação.

SA- Em que estratos da sociedade se fazem sentir mais os casos de violência doméstica?

EP- Fazem-se sentir em todos e estratos da sociedade embora as pessoas da mais alta sociedade tenham maior tendência para esconder violência doméstica, por detrás de aspectos materiais. A posição social dessas pessoas faz com que essa violência seja escamoteada para que o resto da sociedade não se aperceba. Nas famílias mais desfavorecidas da sociedade, a violência é mais visível devido à partilha de espaços, de quintais entre vizinhos. Estes sabem ou se apercebem quando o marido da vizinha está mal disposto, se bateu nela ou, ainda, se já não dorme em casa há uma semana. Até os vizinhos sabem da vida íntima dos casais. A promiscuidade social na relação entre as pessoas faz com que a violência doméstica parece ter nos estratos mais desfavorecidos um maior ascendente, mas, na realidade, ela está na mesma proporção de relação às camadas mais altas. A única diferença reside no facto da discrepância das condições materiais que fazem com que uma seja ocultada. Posso citar o seguinte exemplo: se for agredida e, em função da surra que recebi do marido, ficar com olhos vermelhos, poderei ocultar a agressão por detrás de óculos escuros. Mas, a zungueira, depois de agredida, não tem como esconder as marcas da violência, por não ter óculos escuros.

SA- Existe, paradoxalmente, a tendência das vítimas esconderem os agressores, não denunciando as agressões que sofreram, não obstante os crimes de violência familiar terem sido tipificados como crimes públicos... EP- Começo por lhe responder da seguinte forma: a cultura é tudo o que o ser humano produz, do ponto de vista material e espiritual. Mas a cultura é feita pelo processo de aprendizagem e durante esse processo de aprendizagem, ensinaram-me que quando o meu marido bate-me é porque ele gosta de mim, porque se assim não fosse, ele sequer olhava para mim ou fazia ciúmes.

Desde pequena, ensinaram-me que o marido que bate na sua mulher está a educá-la. Num outro extremo, o homem foi educado que, na sua qualidade de marido, deve ser ele a corrigir a sua mulher, batendo-a. Antigamente, existia inclusive nas paredes de certas moradias placares que diziam o seguinte: «Em casa manda ela e nela mando eu». Hoje, esses placares já não existem, mas os seus efeitos continuam ainda na mentalidade das pessoas. Acredito que o problema da violência ainda vai levar muitos anos, por ser um problema transversal a todas as sociedades, não só em África, mas também no mundo. Os agressores, mesmo sabendo que as leis vão cair sobre eles, não deixarão de violentar as outras pessoas.

9.14 Cumplicidade entre vítimas e agressores

Semanário Angolense
19 de Janeiro de 2013

SA- Mas, afinal, quais são as razões que levam as vítimas a não denunciar? EP- As vítimas não denunciam, primeiro, por razões culturais, e, em segundo lugar, devido ao síndrome de Estocolmo que, em psicologia, consiste na tendência das vítimas não denunciarem os seus carrascos. Paradoxalmente, este síndrome leva as pessoas raptadas a não denunciarem os seus raptadores, antes pelo contrário, a defendê-los. Daí que a não denúncia resulta, em grande parte, da educação que a mulher recebeu dos seus progenitores. Se eu, por exemplo, for falar com a minha mãe ou uma tia que o meu marido bateu-me, os meus familiares dizem-me logo que devo aguentar o meu marido, aconselham-me a não separar-me dele; pergunta-me que, em caso de ruptura, quem irá sustentar os meus filhos. A sociedade foi educada no sentido de que o homem que bate na sua mulher é a coisa mais natural deste mundo. Mesmo nos casos de agressão, a mulher violentada chega a inventar uma série de histórias para proteger o agressor; ela é capaz de criar tudo um cenário, ao ponto de deixar mal os vizinhos que denunciaram o acto de violência de que ela foi vítima e a própria polícia que tomou conta do caso.

SA- O que deve ser feito para se contornar esta situação?

EP- Julgo que deve ser feito um trabalho profundo por parte do Estado, sobretudo por parte das instituições ligadas aos problemas da família, porque não basta a denúncia é necessário que o Estado crie condições para que as leis sejam, de facto, aplicadas. As leis contra a violência doméstica devem ser muito duras, sérias, de forma a não penalizar apenas os agressores, mas também as vítimas que se recusem a

denunciar os seus carrascos. Defendo que se façam leis sérias para fazer com as vítimas denunciem as agressões, sob pena de não o fazerem comerem por tabela. Depois de prenderem os agressores, as mulheres que se recusaram a denunciar os seus agressores devem ser também presas. Por isso, tais mulheres devem sofrer alguns meses de cadeia para que não se tornem um modelo de educação negativa para os seus filhos. Os homens que surram as suas mulheres na presença dos filhos estão a ensiná-los que, no futuro, os rapazes devem bater nas suas mulheres e as raparigas devem «apanhar» dos seus futuros esposos. O mesmo se passa com a circulação rodoviária, se eu atropelar na passadeira sofro as consequências da lei, mas ninguém questiona como é peão atravessou a passadeira, como foi atropelado, uma vez que o sinal já se encontrava no «vermelho»

9.15 Detidos grupos de marginais

Jornal de Angola
19 de Janeiro de 2013

A Polícia Nacional apresentou ontem, no Huambo, dois grupos de presumíveis marginais, compostos por 10 elementos cada, que se dedicavam à prática de crimes diversos. Os supostos marginais são acusados de assaltos à mão armada em residências e estabelecimentos comerciais, no período nocturno, e roubos de motorizadas, dinheiro, electrodomésticos e telemóveis na via pública. O chefe do departamento de comunicação e imagem do Comando Provincial da Polícia Nacional no Huambo, inspector António Carlos, disse, na ocasião, que os suspeitos foram detidos e os produtos apreendidos no decurso de uma operação policial, como resultado de investigações. Com idades compreendidas entre 20 e 75 anos, os detidos actuavam à noite nas aldeias de Chinene e Epalanga, no município do Bailundo, e nos bairros de São José, Chiva, Vila Graça e Chianga, localizados nos arredores da cidade do Huambo. António Carlos disse que os acusados foram indiciados nos crimes de roubo, violação, agressão, posse, uso e venda de droga, ofensas corporais devido a questões passionais, que resultaram na morte de uma cidadã que em vida chamava-se Angelina Wimbo, 52 anos. Entre os meios apreendidos conta-se uma arma de fogo do tipo AKM, quatro pistolas, uma G-3, uma carabina, motorizadas, televisores, colchões, descodificadores de televisão, botijas de gás, geradores, bicicletas e liamba. Os presumíveis criminosos estão sob custódia das autoridades policiais da província, para formalização do processo judicial.

9.16 DNIC atende diariamente cerca de 50 casos de violência

Semanário Angolense
19 de Janeiro de 2013

A Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC) recebe diariamente cerca de meia centena de casos relacionados com a violência doméstica, segundo deu a conhecer esta semana ao *Semanário Angolense* Conceição Nhangá, Chefe de Repartição de Combate à Violência Contra a Mulher e a Criança. Acredita que os «números são bem maiores», visto que os 50 casos são apenas os que chegam ao conhecimento da DNIC. «É difícil precisar com exactidão quantas pessoas pedem auxílio à polícia na resolução de casos de violência doméstica, visto que no dia-a-dia são muitos os casos que chegam ao conhecimento da polícia, porque as vítimas acorrem, não só acorrem à DNIC, como também às esquadras policiais ou a Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC)>>, ajunta.

Diz que muitos casos têm sido encaminhados por outras instituições, que estão vocacionadas no combate à criminalidade no seio familiar, como o Ministério da Família e Promoção da Mulher, os centros de aconselhamento da OMA, o INAC e o MINARS. A interlocutora revelou igualmente que o maior número das vítimas são mulheres e a maior percentagem de casos ocorre entre casais de jovens. «Os casos que nós tratamos com maior frequência são de jovens com menos de 30 anos, que vivem numa situação económica e social difícil. Muitos são jovens recém-casados, sem emprego fixo e sem casa própria», refere. Segundo ela, os processos judiciais têm sido céleres e dificilmente ultrapassam os 20 dias. «Antes da abertura de um processo-crime é dada a oportunidade as partes para que cheguem a um acordo extra judicial», explica, para depois acrescentar: «Se isso não funcionar, procede-se à formalização do processo, que passa pela recolha de provas, que, por sinal, tem sido muito breve. A vítima é submetida a um exame pericial, ou seja, ao exame médico forense. Em seguida, tanto a vítima, como o agressor são avaliados por um psicólogo».

Adverte, porém, que nesta fase a desistência nem sempre é possível, por se tratar de um crime de natureza pública. «Existem alguns crimes desta natureza que não admitem desistência por parte da vítima», observa. «Há muitos casos que terminam com uma reconciliação ou com um perdão por parte da vítima, mas ainda assim nós temos a obrigação de não encerrar o processo aqui,

temos que remetê-lo ao tribunal para que a decisão seja tomada por um juiz de direito» reforça.

9.17 Pobreza e alcoolismo na origem da violência doméstica

Semanário Angolense
19 de Janeiro de 2013

A pesar da aprovação, há ano e meio, da Lei contra a Violência Doméstica, enquanto instrumento de protecção jurídica para a contenção de excessos de natureza violenta no seio das famílias e no interior das residências, a situação não melhorou e tende a piorar. Segundo especialistas na matéria, a lei, por si só, não irá resolver os diversos problemas que descambam em violência no seio das famílias e entre cônjuges. Segundo eles, um dos objectivos que nortearam a elaboração da lei prende-se com a prevenção e punição de actos de violência doméstica, sejam eles físicos, emocionais ou psicológicos, contra pessoas indefesas, sobretudo contra as mulheres, crianças, adolescentes e idosos. Daí que a lei pretende responsabilizar os chefes de família para que cumpram com os direitos sociais mínimos, como alimentação e moradia aos seus filhos. Para os casos mais graves, a legislação prevê reclusão e assistência social disponibilizada pelo Estado. Em princípio, argumentou-se que a lei era discriminatória, mas, depois, chegou-se à conclusão sobre a necessidade de se proteger a sociedade de actos de violência contra mulheres, homens, crianças, idosos, adolescentes e pessoas incapacitadas, enquanto sujeitos vulneráveis à agressão. Porém, os «experts» defendem que algumas fragilidades sociais, como a pobreza, o desemprego, o alcoolismo, entre outras carências, estão na origem do incremento dos casos de violência doméstica na sociedade angolana .. A legislação incorpora pontos específicos desde a criminalização de agressões físicas ou psicológicas até políticas públicas de prevenção que, por estranho que pareça, demoram a ser implementadas. Dentre as políticas públicas aprovadas está prevista a construção de abrigos para as vítimas que não possuírem recursos próprios, bem como apoio psicológico e material oferecido pelo Estado. Para os casos menos graves, a lei prevê a capacitação de agentes que promovam a reconciliação familiar. A confidencialidade dos agredidos e das pessoas que denunciam as agressões está também garantida no documento, deveria ser um ponto de encorajamento, tanto para vítimas como para testemunhas que, por razões óbvias, temem em denunciar tais situações. Contudo, a realidade continua a ser a de então: «A mulher que apanha porrada do marido por qualquer coisa acaba por não ser punido, porque é a própria esposa que ainda o

defende e esconde as suas agruras». O mesmo acontece com maus tratos contra crianças e idosos. A própria família, quiçá por razões tradicionais, vergonha ou outra coisa, escondem a realidade, não denunciam os infractores, fazendo com que as situações prevaleçam. Embora a lei responsabilize criminalmente os que se furtam a oferecer assistência alimentar a crianças, adolescentes e mulheres grávidas, são inúmeras as situações desta índole que, actualmente, subsistem. Igualmente, os abusos sexuais, os casamentos com menores de 14 anos e os maus tratos a idosos, passíveis de punição, continuam a acontecer. A lei estabelece ainda que os direitos de herança e alienação patrimonial, tanto de filhos quanto de ex-esposas, não podem ser revogados, mas a este propósito, tem-se assistido a flagrantes violações ao legislado, favorecendo os prevaricadores em detrimento das vítimas. Originalmente, a preocupação centrava-se apenas na mulher, mas o projecto foi ampliado e não contempla só a violência contra a mulher, mas também contra crianças, adolescentes, idosos e deficientes, para desencorajar os que já praticavam violência ou têm potencial para tal. Os especialistas afirmam que «existem usos e costumes tradicionais em Angola que não coíbem e mesmo incentivam agressões como forma de autoridade na família». Para muitos, «a agressão é um modo tradicional de dominação masculina». Essa forma de violência, que já foi muito comentada, impõe-se principalmente às mulheres por muitas gerações. Assim sendo, o objectivo central da lei é justamente acabar com esses actos.

No papel não basta!

Nos termos da lei, entende-se por violência doméstica toda a acção ou omissão que cause lesão ou deformação física e dano psicológico temporário ou permanente que atente contra a pessoa humana. A violência doméstica é toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui abuso sexual das mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas como: incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Se até há bem pouco tempo não havia mecanismos legais para a contenção deste grande mal social, depois do vazio preenchido, os excessos no meio das famílias e proximidades como infantários, hospitais e escolas, continuam, agravando-se cada vez mais. «Não basta haver uma lei no papel, tem de haver uma reacção», dizem os especialistas, que acusam as instituições governamentais vocacionadas e a comunicação social de alguma falta de empenho, esforço e acutilância, na divulgação da legislação em causa e na sua implantação junto das populações. Para tal, serão

necessárias mais acções de sensibilização, de educação, formação e monitorização junto das comunidades para que se percebam a importância da mudança de comportamentos. É um desafio que não se restringe aos órgãos do Estado, mas também às organizações da sociedade civil e Igrejas, sobretudo às famílias, cujo papel é insubstituível. O Ministério da Educação de- via já ter incluído nos seus programas curriculares de ensino, matérias que ajudassem a prevenir crimes de violência doméstica, para permitir às crianças e jovens adquirirem conceitos básicos sobre o assunto e os prejuízos que acarreta. A Lei Contra a Violência Doméstica deve ser transformada num mecanismo jurídico-legal de protecção à família angolana, constituindo um desafio para observância dos direitos humanos em Angola. Entretanto, tem havido maior tomada de consciência por parte das famílias angolanas e diversos casos têm chegado ao conhecimento das autoridades, embora não tantos como seria desejável. Os casos têm tido tratamento policial e alguns vão parar a tribunal. Apela-se igualmente ao pessoal médico e hospitalar para, ao aperceberem-se de casos de violência doméstica, denunciar de imediato às autoridades policiais. Compreende-se que há muito por fazer ainda, considerando que, na sociedade angolana, são constantes os casos de violência doméstica, fruto de hábitos enraizados que não se extirpam com limitações legais. Dificilmente uma lei pode acabar imediatamente com tal costume. A fórmula estabelecida, há muito tempo, de que uma lei só pode mudar outra lei, e um costume outro costume, ainda não se mostrou falsa para

a maioria dos casos. Entretanto, a iniciativa é um esforço importante para dar início ao combate às agressões. A vida doméstica dificilmente poderá ser fiscalizada pelo Estado para garantir o cumprimento da norma. Urge estancar, senão banir, as práticas de violência no lar, que se apresentam como um obstáculo na concretização dos objectivos da igualdade do género, do desenvolvimento e da paz nas famílias.

Principais causas

A miséria e a falta de condições em que muitas famílias ainda vivem no país têm sido apontadas como factores principais para a prevalência e aumento da violência doméstica. Outra causa frequentemente apontada é o consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Casos de abusos sexuais a menores, conflitos nos lares homicídios, entre outros actos criminosos são, na sua maioria, motivados pelo «uso exagerado de bebidas alcoólicas» dizem os especialistas. Para eles, o fenómeno do alcoolismo tem causado consequências drásticas na nossa sociedade, «dando origem a casos de maridos que

matam mulheres, mulheres: a matarem maridos, filho: a matarem pais, factos que estão a causar desintegração das famílias e a influenciarem negativamente no processo de desenvolvimento do país» O problema do consumo excessivo de bebidas alcoólicas «violência doméstica» e repercute-se nas principais causas de perdas humanas por acidentes de viação, que afectam particularmente os jovens. Neste caso, impõe-se mobilizar e consciencializar a sociedade, particularmente a juventude, para combater o consumo excessivo de álcool «desestabilizador da força motriz e das famílias angolanas». Aconselha-se às famílias a procurarem sempre instituições especializadas, para aconselhamentos aos casais, visando diminuir o impacto da violência baseada no género na sociedade. Existem, um pouco por todo o país, centros de aconselhamento familiar, que foram criados ainda no âmbito do Plano Nacional Sobre Violência Doméstica. As ofensas corporais e morais lideram a lista de crimes de violência doméstica, seguindo-se depois a recusa ao reconhecimento da paternidade, abandono do lar, desalojamento e privação de bens.

9.18 Violência doméstica

Semanário Angolense
19 de Janeiro de 2013

Em Angola, mesmo depois de aprovada a «Lei Contra a Violência Doméstica», continua a registar-se um elevado número de casos de «desavenças físicas» no ambiente familiar, resultando muitos deles em mortes e mutilações. O número tende em subir, constituindo assim um grave problema social que urge debelar. Geralmente, a violência doméstica ainda é entendida no nosso meio como «briga de casal», sobretudo quando «o marido bate na mulher» ou quando, muito raramente, «a mulher bate no marido». Contudo, a violência doméstica compreende todas as formas de abuso, temporário ou permanente, que incluem comportamentos de uma das partes que, por omissão ou acção, provocam danos físicos e/ou psicológicos à outra parte e que ocorrem nas relações intrafamiliares, tal como o mau trato infantil, o mau trato de idosos e a violência conjugal. A violência doméstica é toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a maus tratos, abuso sexual das mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, como incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. A violência doméstica é um problema transversal, que ocorre em diferentes contextos, independentemente de factores sociais, económicos, culturais e etários. Embora seja

exercida na grande maioria sobre mulheres, atinge também, directa ou indirectamente, crianças, idosos e outras pessoas mais vulneráveis ou com deficiência física. O termo doméstico no âmbito da «violência doméstica» não deve confinar-se aos limites das paredes do lar familiar, mas, antes, focalizar-se no tipo e na natureza das relações que envolvem determinadas pessoas. Sendo um mal social a precaver, no sentido de proteger membros de famílias vítimas desse tipo de violência, a Assembleia Nacional aprovou a Lei Contra a Violência Doméstica, enquanto instrumento de protecção jurídica, em Junho de 2011. O facto foi bem recebido e aplaudido pela sociedade, que o registou como um momento histórico, já que os casos de violência excediam em grande escala os números apresentados oficialmente e preocupavam (ainda preocupam). Portanto, a aprovação dessa legislação específica contra a violência no lar já se justificava, visando prevenir, educar, formar e punir os excessos, para manutenção da paz e pela estabilização das famílias enquanto espaço de realização integral de qualquer indivíduo. Nos casos de violência doméstica que se tem conhecimento, as mulheres, as crianças e, em certa medida, os idosos são as principais vítimas. Apesar da aprovação da lei há já algum tempo, cerca de dois anos, há pouca divulgação dela. Grande parte da população não a conhece, além dela não é aplicada com rigor, sendo pouquíssimos os casos que se baseiam nela para ir-se estancando o mal. Assim sendo, instituições governamentais, religiosas e da sociedade civil, com destaque para os órgãos de comunicação social devem organizar campanhas abrangentes contra a violência doméstica e/ou no género, incluindo a divulgação dos direitos humanos, particularmente os das mulheres e das crianças, como forma de evitar a prática da violência no seio da família. As estatísticas sobre a violência contra a mulher revelam ainda um quadro alarmante, constituindo uma grande preocupação. A população é chamada a denunciar e combater todos os actos de violência de modos a erradicá-los. A violência doméstica é um problema social que deve ser assumido por todos e especialmente pelo Estado, adoptando políticas que favoreçam a sua prevenção e combate, contribuindo para o reforço e abrangência da rede de apoio à vítima. É fundamental que as vítimas desses crimes exerçam o seu direito de apresentação de denúncia crime, para dar início à resolução do problema. As autoridades policiais devem exercer o seu papel de acordo com a lei e as autoridades sanitárias e hospitalares, sempre que em presença de um caso de violência doméstica, têm o dever de participar imediatamente à Polícia a ocorrência. De modo geral, no entanto, as vítimas ainda protegem os agressores, por dependerem existencialmente deles ou por intimidação, algo que

também de ser ir esbatendo para que a culpa não morra solteira e a impunidade continue.

9.19 Zungueiras acusam polícia de chantagem, intimidação e assédio-sexual

Diário Global

25 de Janeiro de 2013

As negociantes que exercem actividades de venda ambulante nos arredores do São Paulo, em Luanda, alegam ser alvo de perseguição, intimidação, chantagem e assédio-sexual, por parte dos agentes da Polícia de Ordem Pública.

Caso não acedam aos seus intentos, elas são forçosamente levadas a abandonar o local de venda, contou uma das vítimas ao Diário Global. Esta prática tende a criar raízes e vai se alastrando, ao ponto dos fiscais do Governo Provincial a igualmente praticarem' sem que as vítimas saibam a quem recorrer.

Explicam que se sentem como "uma vaca no matadouro": e a necessidade de ganhar um sustento para seus familiares torna-as presas fáceis.

"A quem vamos então nos queixar, deveria ser nos policiais, mas são eles que andam a nossa atrás, onde que vamos mais". As zungueiras afirmam que muitas vezes as suas mercadorias são apreendidas e elas próprias presas por várias horas, mesmo sem qualquer acusação formal passível de detenção.

E caso queiram ser libertadas ou reaver seu negócio, devem ceder às exigências dos prevaricadores, relatou Maria Celeste, vendedora abordada pela nossa Reportagem.

9.20 Poligamia e violência doméstica

Semanário Angolense

26 de Janeiro de 2013

Devemos, primeiro, considerar que a poligamia é uma instituição, que tem as suas leis, regras e regulamentos, à semelhança do casamento monogâmico, que também tem as suas regras e regulamentos daí que o polígamo não tem necessariamente que ser um homem agressivo, violento.

Hoje, a poligamia tem um outro «corpo», aparece com uma nova roupagem mas, no fundo, ela mantém alguns aspetos da poligamia do passado, no sentido cultural e tradicional. No meu livro «Amantes, Concubinas ou esposas», falo de sincretismo como uma mescla, no qual o homem casa-se pela igreja e pelo registo civil, o chamado casamento monogâmico.

Mas o homem tem, no entanto, outras esposas. Ora, este tipo de relacionamento a que refiro tem as suas consequências negativas, visto que o polígamo tem de ter as suas mulheres espalhadas por várias partes da cidade, por não poder ter um harém, um local onde possa concentrá-las.

Isto, como é óbvio, faz com que ele não consiga assistir sexualmente todas as suas mulheres, prestar-lhes a devida assistência afetiva e mesmo material. Do ponto de vista humano, ele não consegue satisfazer todas as suas esposas, sendo esta uma das fontes geradoras de ciúmes, que alimenta as agressões físicas contra as mulheres e seus filhos.

No meu livro chamo à atenção, para o «drama do homem polígamo», ou seja, daquele homem que acorda na Ilha, dá uma volta pela cidade, vai à Samba, roda as casas de todas as suas mulheres e, no fim, acaba por dormir em Viana, no Palanca ou Golfe.

De facto, a primeira é mais nociva do que a segunda, porque na poligamia rural as amantes se conhecem todas e dão-se bem, como se fossem irmãs; elas defendem-se e os filhos são pertença delas todas. O homem, por sua vez, não precisa de percorrer quilómetros, já que todas elas sabem onde ele pernitoitou.

Ao contrário do que se passa na cidade, a mulher rural não precisa de arranjar gasolina para incendiar a casa da outra, a fim de matá-la ou os seus filhos. Em determinados países africanos, a mulher não é respeitada pelo seu potencial intelectual, pelo que ela faz, pela sua posição social, mas é respeitada pelo número de filhos que tem, independentemente se tem ou não marido.

Em tais sociedades, não importa se ela é boa trabalhadora, se tem um bom nível académico, o que importa é o número de filhos que ela pode gerar, a fim de assegurar a continuidade da prole. A mulher solteira torna-se um perigo, porque nas sociedades africanas não pode haver mulheres solteiras ou viúvas.

Significa dizer que se o marido morre, alguém tem de substituí-lo: o irmão ou primo. Neste tipo de sociedade não se concebe que ela fique sozinha. Durante a guerra de libertação e a guerra civil isto ficou demonstrado em determinados maquis, nos quais as mulheres não podiam ficar sem os seus maridos, visto que um determinado chefe ou soldado tinha de se «ocupar» de uma determinada mulher. Portanto, as mulheres não podiam ficar sem homens, por supostamente constituírem um perigo para as outras à sua volta. Como resultado dessa situação, hoje os miúdos até cantam canções que ridicularizam a mulher: «A gatuna», «A amiga da gatuna». De uma forma geral, as mulheres são, infelizmente, «obrigadas» a ter um companheiro para serem respeitadas.

10. AMBIENTE

10.1 As boas e más marés da vida dos pescadores

Jornal de Angola

04 de Janeiro de 2013

O Jornal de Angola conversou com alguns destes valorosos homens do mar, no bairro do Lobito Velho, sobre o dia-a-dia dos pescadores artesanais, para se inteirar das vicissitudes que enfrentam para pôr o peixe em terra, sabendo que muitos deles perecem nessa dura profissão. A partida para o mar alto é feita, em geral, ao fim da tarde, para lá chegarem já noite cerrada. Sem pregar olho, ali pernoitam, expostos às adversidades e no desejo que nada de mal perturbe o trabalho, uma vez que a surgir algum imprevisto não têm modo de pedir ajuda. Após chegarem do mar, o que acontece entre as 5h00 e as 7h00, fazem as vendas, verificam os lucros que obtiveram e repartem-nos entre os membros da equipa. Depois, cada um segue o seu caminho, na certeza do reencontro nesse mesmo dia ao fim da tarde, para mais uma jornada. Durante o período em que estão em terra, reparam as redes quando estão esburacadas, ou preparam a isca e as linhas, se efectuam a pesca com anzóis. O resto da manhã é ocupado a resolver os problemas do lar, entre os quais a compra de alimentos ou de outros géneros necessários. Após um breve descanso, há que verificar se está tudo em ordem para o "embarque", conviver um pouco com os parentes e amigos, até que chega a hora da partida. Sob o olhar de familiares e conhecidos, as embarcações afastam-se no mar. Experiências contadas António Manuel optou pela profissão de pescador aos 17 anos, seguindo o caminho dos seus antepassados que, durante toda a vida, se dedicaram ao mar. Actualmente na casa dos 50, diz que do mar tem boas e más recordações, e que já passou por várias situações que quase lhe custaram a vida. "Ser pescador não é fácil e não tenho vergonha de dizer que muitos dos meus colegas, para ganharem coragem para ir ao mar, têm de se inspirar, isto é, bebem uma cerveja ou um copo de vinho, que é da praxe", disse. Muitas vezes, acrescentou, "ficamos dois ou três dias perdidos no mar por falta de equipamento próprio para nos orientarmos, principalmente na época das calemas, e os familiares em terra ficam com o coração na mão" e pedem "socorro" aos colegas para os localizar. Francisco Ambrósio confessa que já salvou muitos colegas de profissão e viu, também, morrer alguns deles em locais onde pouco ou nada podia fazer, por falta de comunicações com terra, pois, como se sabe, "o país ainda não está preparado para socorro em casos do

género, ao contrário do que acontece em países mais evoluídos". Muitas vezes, os pescadores têm de mudar a rota habitual quando não há pescado, indo para áreas desconhecidas para não regressarem sem o produto que lhes permite ganhar dinheiro para o sustento das suas famílias, correndo riscos inimagináveis. Peixeiras sacrificadas As peixeiras podem ser consideradas mulheres empreendedoras. A maioria delas levanta-se entre as quatro e as cinco da manhã para se dirigirem à praia do Lobito Velho, Cabaia ou do Bebé, na cidade do Lobito e município da Catumbela, à espera das chatas ou traîneiras abarrotadas de peixe para venda. Algumas já têm acordos com os proprietários dessas embarcações, sendo elas que se encarregam da recepção do produto pescado e fazem a revenda a outras colegas ou pessoas interessadas..Percorrem várias artérias da cidade com cestos ou banheiras à cabeça e entoam o seu pregão, "peixe, peixe, peixe, olha peixeira, olha peixeira, olha peixeira", que faz com que as donas de casa cheguem até aos portões para comprar. Há épocas em que num ápice comercializam todo o produto em poucas horas e, se necessário, voltam a encher os cestos. Mas também existem aqueles dias em que pouco vendem, sendo obrigadas a levar o restante para a casa, onde o salgam. Maria Madalena, que trabalha há mais de 20 anos como peixeira, confessou tratar-se de uma profissão lucrativa, não obstante as caminhadas que muitas vezes trazem problemas de saúde, como varizes, dores nas pernas e reumatismo. "O sofrimento que nós passamos, só nós é que sabemos, mas como temos filhos, e uma mãe por um filho faz tudo para o ver estudar e crescer com uma vida normal, não temos outra alternativa senão enfrentar essa batalha", referiu. A peixeira Luzia da Conceição não hesita em afirmar que com garra e determinação as mulheres que se dedicam a esta profissão podem dar-se bem na vida, prosperando no negócio, pois, como sabido, o peixe fresco ou seco um produto muito procurado pano consumo das populações da cidade e do campo. "Felizmente, com o meu negócio pude construir uma casa e consigo sustentar os meus filhos. Com a ajuda do meu marido, conseguem comprar uma carrinha, que serve para levarmos peixe seco para zona mais distantes, onde vendemos sem problemas", assegurou. "Se as coisas continuarem a correr bem e com os créditos bancários que o Executivo está a pôr à disposição para quem de facto quer trabalhar, já estamos a pensar em adquirir uma loja no interior, para incrementarmos o comércio rural". Com os filhos às costas, expostas ao sol, chuva, ou frio, não abandonam a profissão na esperança de um dia a vida melhorar porque, como diz um velho.

10.2 Chuvas deixam famílias sem tecto

Jornal de Angola

07 de Janeiro de 2013

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros na Huíla, Emanuel Castro, que prestou a informação ao Jornal de Angola, indicou que foram afectadas famílias que vivem nos bairros Zona A e B, Kwandja, Antero, Pedreira, Zona Académica e Lucundja. As chuvas e os ventos fortes afectaram ainda moradias dos bairros Viongue, Malave, Wiela, Aerogare Municipal, Santa Teresinha, Novas Centralidades, Coca-Cola, Ngangula e Comuna de Cassinga/Tchamutete. As chuvas causaram também o desabamento do tecto de uma escola de 20 salas. O administrador municipal adjunto da Jamba, António Bernardo Cahala, informou que cinco pessoas sofreram ferimentos ligeiros. António Bernardo Cahala informou que as autoridades competentes já foram informadas e que se aguarda os apoios. "Aguarda-se a qualquer altura os apoios que se impõem", disse o administrador municipal adjunto da Jamba, que se situa 315 quilómetros a leste do Lubango. No Lubango, as fortes chuvas que caíram na noite de 31 de Dezembro de 2012 causaram a morte de um cidadão de 22 anos, devido ao desabamento do muro da escola 10 de Dezembro, vulgo "Popular", e afectaram outras 36 pessoas, que ficaram ao relento em consequência das inundações. O porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros da província da Huíla, Emanuel Castro, informou que como resultado do desabamento de tectos e inundações de residências, vários artigos domésticos foram destruídos. Emanuel Castro indicou que foram afectadas famílias que vivem no bairro Lucrécia e Maringa, arredores do Lubango, que já estão a ser apoiadas pelas autoridades competentes. O porta-voz do Serviço de Bombeiros exortou a população a abster-se de construir em locais de risco. Emanuel Castro referiu que o governo da província da Huíla, no quadro do programa de urbanização, está a distribuir terrenos em perfeitas condições e torna-se imperiosa a ocupação e construção nessas áreas, para maior segurança das populações.

10.3 Recém-nascido ao relento

Novo Jornal

11 de Janeiro de 2013

AS ENXURRADAS de domingo não pouparam a jovem Domingas Pascoal Mateus, moradora da zona há 16 anos e mãe de um bebé de apenas um mês de idade. A sua casa rachou ao meio e as chapas do tecto foram levadas pelo vento. "Em 1992 estávamos nas tendas de Caxito e, no mesmo ano, conseguimos este

terreno, onde começámos a construir um ano depois. Em 1993, a nossa casa encontrava-se ainda fora de perigo. Caíram mais de dez casas em frente à minha e outras ao lado também foram". A sorte que tem estado ao seu lado acabou por abandonar a família, Com a última chuvada duas paredes da casa de Domingas caíram. Todas as coisas acabaram por se molhar e a família teve de passar a noite fora com a bebé de apenas um mês. "Tenho cinco filhos e ninguém veio aqui resolver a nossa situação. Nem a administração nem a comissão do bairro. Está tudo descontrolado e não sabemos para onde ir com estas crianças", queixou-se, notando que desde domingo, a família passa as noites fora de casa. "Viver nesta área é um caos, principalmente nos últimos dias em que observamos pessoas a abandonar as suas residências, mesmo em épocas não chuvosas", desabafou um funcionário da comissão de moradores. o espaço das ravinas serve igualmente para o depósito de resíduos sólidos produzidos pelos próprios moradores, o que faz perigar a saúde daquela comunidade. As crianças aproveitam as valas para a prática de algumas brincadeiras, apesar da discordância dos pais. "Não tenho medo de brincar aqui", declarou um pequeno conhecido por Mateus. O problema é lastimável e piora quando as chuvas caem. As promessas das autoridades do município já levam cerca de uma década, com garantias de disponibilizarem casas ou terrenos na área da via expresso Cacuaco -Viana, bairro da Pedreira, bairro Anda e outras zonas daquela municipalidade.

10.4 Sinistrados lançam grito de socorro

Novo Jornal

11 de Janeiro de 2013

MAIS DE 500 FAMÍLIAS já foram desalojadas do bairro da Boa Esperança m por causa das enxurradas, tendo este número crescido durante as chuvas de Janeiro de 2007, que deixaram famílias ao relento até hoje. A precipitação que se abateu sobre Luanda na madrugada de domingo fez novos estragos. Algumas casas ruíram, outras ficaram inundadas, destruindo os seus haveres. O cenário é de destruição e desalento: O sobressalto mantém-se, com o medo de novas chuvas. Criado nos anos 1980, o bairro Boa Esperança m possui cerca de quatro quilómetros de superfície e alberga uma população estimada de 60 mil habitantes, distribuídos por 12 sectores e 48 mil famílias para 12 mil casas. Faz fronteira com os bairros N - Gangula, Boa Esperança Central, Dala e, a oeste, com o Oceano Atlântico, onde começa o choro pelos estragos e diminui a esperança de quem quer ver a sua vida melhorar. "Aqui está mesmo tudo

mal. Prédios caíram, casas racharam e desabaram, chapas levadas pelos ventos e pessoas molhadas dentro da própria casa. O número é grande, porque todas as casas em perigo caíram", disse nesta segunda-feira, uma senhora, visivelmente apavorada com a situação, explicando que uma vizinha foi forçada a abandonar a sua residência para viver no bairro do musseque, numa casa de chapa de zinco, e outra moradora foi levada pelos seus irmãos da igreja Bom Deus. No momento em que as chuvas caem, os moradores são obrigados a abandonar as casas para não serem levados pela água e para não serem engolidos pelas ravinas, que vão sucumbindo à precipitação. "Se ficarmos dentro podemos ser vítimas, como aconteceu a muitas pessoas que foram levadas nos anos anteriores. Pais e filhos arrastados pelo desastre. Há momentos em que saímos todos e, noutras circunstâncias, deixamos as crianças dentro de casa e permanecemos fora para controlar as chuvas", contou Arlete Moisés, moradora desta zona há mais de 14 anos e mãe de seis filhos, com os quais vive numa casa de um quarto, disse que nesta última chuvada o risco de desabamento foi enorme para a sua família. "A chuva começou à uma da manhã e terminou às nove. Durante todas estas horas ficámos em pé. Os colchões estavam completamente molhados e as crianças tiveram um dia de febre", lembrou a mulher. Contou ainda que, na altura em que a administração municipal distribuía os terrenos para as famílias que corriam maior risco de desabamento, encontrava-se internada numa unidade hospitalar. Quando recebeu alta, perdeu a ocasião de ter o seu espaço. "Quando fui à administração de Cacuo falaram-me numa outra oportunidade", assegurou, solicitando ao governo um espaço para viver com os seus filhos. Outro morador que se viu obrigado a arrendar uma casa próxima da sua, para não perder a possibilidade de adquirir um espaço cedido pela administração, é José Bernardo, morador no local desde 1987. Este chefe de família assegura que a sua moradia se encontrava fora de perigo pelei facto de, na altura, as ravinas estarem a mais ou menos 50 metros de distância. "Com as chuvas que caíram em 2007 em Cacuo nós sofremos muito. Sair daqui é a única possibilidade. Evacuei as coisas que se encontravam em casa e a família toda. Os meus filhos estão numa casa que arrendei nos arredores para controlar a minha", apontou o morador, argumentando que a administração, através de uma equipa, passou por lá e concedeu alguns espaços no bairro Anda, que foram apoderados pelos moradores daquele bairro. "Eu recebi o espaço pela terceira vez, mas mesmo assim perdi-os porque sempre aparecem pessoas a dizer que são os donos", asseverou, apelando governo de Luanda para fazer mais pelo seu povo pois sempre que reclamam junto da administração apenas mandam esperar. Uma

moradora que preferiu falar sob anonimato garantiu que desde as últimas chuvas não houve nenhum responsável do governo no local. "Nem funcionários da comissão de moradores e nem os da administração municipal chegaram até aqui. Este buraco que está em frente à minha casa não estava assim. Está a aumentar com cada chuva", denunciou, sustentando que a sua mãe solicitou aos seus patrões um dia de folga para resolver a situação junto da administração de Cacuo. "Se realmente a administração estivesse aqui não seria necessária a mãe deslocar-se lá", notou. Sobre os terrenos para construção dirigida que a administração municipal alega ter distribuído, a moradora garante que tudo não passou de fachada. "Alguns vizinhos que foram para lá confirmaram que receberam uns terrenos. Mas que não são alvo de atendimento. Está a haver muita confusão e tiveram de os abandonar", finalizou.

10.5 A nossa costa marítima

Agora

12 de Janeiro de 2013

A costa angolana tem aproximadamente 1900 km de comprimento e duas correntes divergentes (a de Angola e a de Benguela), que criam um forte sistema de upwelling responsável pela produção básica de recursos marinhos. Contudo, a sobre pesca e as mudanças nas condições hidroclimáticas reduziram fortemente o potencial das pescas, que se estima ser actualmente da ordem de 36 mil toneladas/ano, compreendendo 285 mil toneladas de pequenas espécies pelágicas, como o carapau e a sardinela, e 55 mil toneladas de várias espécies demersais, incluindo 7 mil toneladas de camarão de águas profundas. A área de Lobito até à foz do rio Cunene é, de longe, a mais produtiva das zonas de pesca, com abundância de carapaus, sardinhas, atum e um vasto número de espécies demersais. A zona norte estende-se de Luanda até à foz do rio Congo e a zona central de Luanda a Benguela.

Modalidades

O país possui uma combinação de pesca industrializada e artesanal. A maioria dos pescadores está envolvida no sector artesanal, que inclui mais de 4.600 embarcações de pesca (0-14 m de comprimento) e 35 mil pescadores, estimando-se que estejam directa e indirectamente envolvidas no sector 85 mil pessoas. Apenas cerca de 20% das embarcações artesanais são motorizadas e, portanto, estão limitados à zona costeira adjacente (até 3 milhas náuticas). Os pescadores artesanais capturam espécies demersais e de valor inferior tais como a garoupa, o luciano, o pargo, a corvina e a lagosta. Os pescadores

semi-industriais e industriais procuram principalmente espécies pelágicas (cavala, sardinela, atum), camarão e caranguejo vermelho de profundidade.

Saúde do sector

A sobrepesca e as mudanças nas condições hidroclimáticas reduziram fortemente o potencial da contribuição económica das Pescas na economia. Dados disponíveis indicam que a pesca comercial representa cerca de 178 milhões de dólares. São cobradas receitas directas de pesca através de taxas de licenciamento de embarcações, do pagamento de quotas e coimas pelas infracções praticadas (excessos nas capturas permitidas, nas zonas de pesca, no tamanho das espécies, etc.). Um terço da proteína animal é proveniente do peixe. A maioria do peixe capturado (mais de 90%) é vendida no mercado nacional, sendo a procura de peixe per capita elevada e não totalmente satisfeita. Portos pesqueiros

Essencialmente, todas as pescas semi-industriais e industriais estão baseadas em quatro portos principais: Namibe, Benguela, Porto Amboim e Luanda. As actividades de pesca artesanal estão dispersas ao longo da costa, com cerca de 102 locais de desembarque regular identificados.

10.6 "Isto agora está mal"

Agora

12 de Janeiro de 2013

Desde Novembro do ano passado, a pesca de cerco ou mesmo à linha já não está a dar bons resultados. Como consequência, diminuíram igualmente os rendimentos, ainda que não pare de crescer o fluxo de pessoas que lá vão, não apenas para aquisição de peixe, ou mergulhar, mas também para observar a paisagem, ou instalar-se numa cabana de palha ao lado e apreciar um bom assado de peixe fresco ou frango e não só. Por isso mesmo, quem fica prejudicado com esta empreitada da dragagem não são apenas os pescadores mas, também, as vendedoras de comes e bebes que têm no local o seu ganha-pão. Como dissemos no princípio, a dragagem em curso não ocorre apenas no Km 26 mas, em quase toda a faixa costeira de Luanda sem qualquer explicação. Se os pescadores do Km 26 querem saber a razão das obras e o seu futuro junto da Administração do Estado, a mesma sorte não tiveram os colegas do Morro dos Veados, que foram compulsivamente transferidos para o Zango, praticamente, sem aviso prévio. "Uns acabaram por vender as casas porque não se adaptaram aquele modo de vida e outros andam por aí com problemas mentais, resultantes da forma como foram

transferidos. Por este motivo, acho que os nossos governantes deviam acautelar a maneira de viver dos cidadãos antes da tomada de qualquer medida em que esteja em causa o seu modo de vida. No nosso caso, não vivemos em zonas de risco, estamos à beira-mar e adaptamo-nos a viver do mar. Por isso, se o objectivo é acabar com o lugar onde exercemos a nossa actividade então seria melhor, para não ficarmos prejudicados, indicarem-nos outras alternativas", defendeu um pescador que pediu anonimato. A suposta privatização das praias de Luanda já afectou os pescadores da Ilha da Cazanga, nas imediações do Futungo 11. Uma pequena ilha que servia de base dos pescadores artesanais, onde chegavam a ficar vários dias para escalar peixe terá sido entregue a uma alta figura do poder. Em troca, os pobres pescadores que usavam chatas de madeira receberam embarcações a motor. Com isso, muitos transformaram os pequenos vasos de fibra e vidro em táxis cobrando a corrida 500 a mil kwanzas a quem queira deslocar-se ao Mussulo a partir do Futungo 11 e vice-versa. "Outros simplesmente faliram por não saberem trabalhar com os barcos. Os que receberam dinheiro também estagnaram", referiu uma quitandeira de peixe visivelmente amargurada por causa da dragagem que está a afectar a sua actividade e a destruir as zonas de desova das espécies marinhas.

10.7 Projectos imobiliários afectam sobrevivência dos pescadores artesanais

Agora

12 de Janeiro de 2013

Os pescadores impotentes, que nada podem fazer para impedir as obras, lamentam o facto de estarem a ser prejudicados na sua actividade. Já não pescam à vontade e nem mesmo conseguem ancorar bem as suas embarcações. No quilómetro 26, por exemplo, com a dragagem iniciada em Novembro, a comunidade de pescadores diz que reduziram consideravelmente as capturas, e o turismo de ocasião também foi severamente afectado. O soba Marcolino Francisco que reside no local há cerca de 30 anos, sente-se muito preocupado com a transformação da praia, que, além de afectar a zona de reprodução do peixe, complicou igualmente a vida dos pescadores e banhistas. Por não saber o objectivo da dragagem, a máxima autoridade da Praia do Km 26 já formou uma equipa que deverá procurar explicações junto da Administração Municipal de Belas, sobre as obras na sua zona de jurisdição. Há quem diga que o espaço, onde as maquinas não param de trabalhar dia e noite para espalhar as areias, será transformado num condomínio habitacional, a exemplo das Ilhas

Palmeiras do Dubai. Outros dizem que a ideia é de instalar, além do condomínio, uma oficina de barcos, havendo outras vozes a traduzir que com a dragagem, pretende-se construir uma ponte aérea que deverá iniciar no Ponto Final, na Ilha de Luanda, passando pela Barra do Kwanza, continuando depois, a fazer parte de um projecto de ligação de resto do litoral até ao Namibe. Mas tudo isso são apenas conjecturas. A população quer saber a verdade depois de ter sido surpreendida recentemente com uma longa vedação de chapas de zinco que impede o acesso a uma boa parte da praia. "O nosso habitat foi invadido desde Novembro com barulhentas máquinas que não nos deixam dormir à vontade. Não sabemos de quem são e nem o que estão a fazer. Surgiram repentinamente sem aviso", lamentou o soba. As obras em curso provocaram aprofundamento da praia de de menos de um metro para oito e por esta causa têm morrido muitos incautos na água. No pretérito domingo, um jovem de 20 anos morreu afogado e nem mesmo os bombeiros, chamados para o socorrer, conseguiram salvá-lo. O perigo não é apenas da profundidade mas, também, da lama. Por isso, os mergulhadores não conseguiram descobrir o corpo na altura do incidente por ter ficado preso no lodo. Apenas no dia seguinte o corpo emergiu e foi resgatado pelo jovem Francisco Mangureira "Chiquinho" e posteriormente transportado pelos agentes da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC) para ser analisado e entregue aos familiares. "Depois de emergir ligamos para a DNIC que prontamente apareceu com uma ambulância e levou o corpo", contou "Chiquinho" que participou na operação de resgate dos restos mortais do jovem cujo nome não foi identificado. Esta, porém, não é a primeira vítima desta praia. Desde o início da dragagem, de acordo com o soba Marcolino Francisco já morreram afogadas 12 pessoas. Mais grave ainda, acrescentou, é o facto de as pessoas não perguntarem aos nativos sobre o que se está a passar e nem respeitarem uma tabuleta colocada à entrada do bairro e a sinalização existente no meio das águas. "As pessoas não querem, saber das instruções. Chegam e entram logo no mar. Como isto agora está fundo, quem não sabe nadar acaba por afogar-se", explicou o soba, que, no entanto, não quer ser afastado "anarquicamente" do lugar onde vive com a mulher e filhos. "É aqui onde tenho os meus ' haveres. A minha vida é o mar e quem quiser um dia tirar-me daqui deverá instalar-me a beira-mar. Fora disso, será assinar a minha sentença de morte", declarou. E não é apenas a sua vida que estará em risco mas, também, da maioria dos pescadores como ele que, utilizando as várias técnicas tradicionais de pesca, dedicam o tempo a captura de pargos, garoupas, cachuxos e chocos, que depois comercializam no mercado e com os rendimentos sustentam as famílias.

10.8 Chuvas desalojam famílias

Jornal de Angola

14 de Janeiro de 2013

As chuvas que se abateram, durante as duas últimas semanas, na província do Moxico, provocaram a morte de seis pessoas e destruíram 2.365 residências, afirmam os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

O porta-voz da corporação, sub-chefe Paulo Mohongo, afirmou na sexta-feira que os casos de destruição de casas se verificaram nos municípios do Moxico, Camanongue, Alto Zambeze, Luacano, Leua, Luau, Lumeje-Cameia e bundas, deixando 13.248 famílias desalojadas.

Ao fazer o balanço das mais recentes ocorrências, disse que as chuvas, acompanhadas de ventos fortes e trovoadas, causaram ainda a destruição de sete postos médicos, 13 escolas, 22 igrejas e está a contribuir para a progressão de ravinas. O município do Moxico foi o mais afetado.

Para acudir à situação dos sinistrados, a Comissão Provincial de Protecção Civil criou dois centros de acolhimento, sendo um transitório, no bairro Alto Luena, e outro permanente, na zona do 4 de Fevereiro. Além disso, mais de 700 famílias dos bairros Alto Luena, Aço Novo e 4 de Fevereiro receberam chapas de zinco, bens alimentares e terrenos para a construção de novas casas em locais de maior segurança.

10.9 Abate de árvores sem controlo periga a existência de espécie

Jornal de Angola

15 de Janeiro de 2013

O chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província do Bié, Rosário Lopes Teixeira, admitiu, na cidade do Cuito, a hipótese de extinção de algumas espécies de árvores, em função do abate Indiscriminado, principalmente por parte dos carvoeiros. Rosário Teixeira prestou a informação à agência de notícias Angop, quando apresentava o balanço das actividades desenvolvidas pela instituição em 20 12. O responsável pelo IDF na província do Bié sublinhou que o provável desaparecimento dessas espécies resulta do abate de árvores em toda a província, para fins comerciais. Rosário Teixeira disse e que a instituição precisa de três fiscais em cada município, para conter o abate indiscriminado de árvores no Cuito, Andulo, Kunhinga, Chinguar, Chitembo, Kamacupa, Kataboh Kuemba e Nhârea. O município

d Andulo, acrescentou, constitui maior preocupação do Instituto de Desenvolvimento Florestal. A província do Bié, com uma população estimada em dois milhões de habitantes, tem floresta densas, favoráveis à prática da caça, principalmente no município de Chitembo, Kuemba, Chitembi Kamacupae Andulo.

10.10 Ministério fiscaliza a exploração de inertes

Jornal de Angola

17 de Janeiro de 2013

O Ministério da geologia e Minas iniciou na terça-feira uma campanha de fiscalização das atividades de exploração de inertes nas províncias de Luanda e Bengo, informa um comunicado de imprensa chegado ao Jornal de Angola. O documento indica que, a iniciativa, que se realiza à luz do Código Mineiro, vai, numa primeira fase, limitar-se a ações pedagógicas, no sentido de sensibilizar os operadores a exercerem as suas atividades em conformidade com a legislação em vigor.

A campanha, que conta com a participação "dos Ministérios do Ambiente, da Defesa e do Interior, vai estender-se depois para as demais províncias. Para complementar esta acção, diz o comunicado, o Ministério da Geologia e Minas publicou recentemente neste jornal um roteiro denominado "Normas de fundamento das empresas mineiras à luz do código mineiro", tendo por objetivos pôr cobro a situações de actividade ilegal.

A publicação desse documento resultou da constatação da existência de operadores em situação ilegal ou de convivência com operadores que, sem requisitos, exercem atividades mineiras. Na perspectiva do Ministério da Geologia e Minas, esta atitude desrespeita a "lei, as regras de proteção do ambiente, a leal concorrência no mercado, a ordem pública e a segurança das operações de mineração.

O Código Mineiro, em vigor desde 22 de Dezembro de 2011, prevê, a nível da proteção ambiental, o restaurar e recuperar de solos, estudos de impacto ambiental, o cumprimento das suas imposições e das condições de abandono definitivo das áreas de concessão.

A legislação mineira impõe aos operadores condições gerais de segurança, higiene e salubridade no trabalho, como são os equipamentos de proteção coletiva e individual e sinalização de segurança local. No início deste mês, o Ministério da Geologia e Minas promoveu uma reunião de concertação com os

diretores provinciais, como objetivo de os informar sobre o controlo e fiscalização da exploração de inertes.

Na ocasião, o titular da pasta da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, informou que os operadores do sector mineiro são obrigados a comunicar periodicamente ao Ministério os dados da actividade de mineração sob a sua responsabilidade e a fazerem a demarcação da área de prospeção e exploração, estabelecer segurança contra acidentes de trabalho e apresentar planos de exploração mineira.

10.11 Ravinas do bairro Boa. Esperança III Administradora de Cacucaco promete solução em 30 dias

Semanário Novo Jornal

18 de Janeiro 2013

A ADMINISTRADORA MUNICIPAL de Cacucaco solicitou, em declarações ao Novo Jornal, pelo menos 30 dias para dar soluções rápidas ao drama que se abateu sobre os moradores da Boa Esperança III, depois das chuvas de há uma semana que deixaram muitas famílias ao relento. Para além de casas destruídas, uma criança de apenas um mês ficou sem abrigo. Rosa Dias dos Santos disse que, nesta altura, a sua administração está a trabalhar para identificar um terreno numa localidade no município que ofereça maior segurança de habitabilidade para abrigar os moradores desalojados. "Nós sabemos que se trata de um deslizamento de terras na orla marítima. Vamos distribuir os terrenos às famílias e esperamos que não haja um aproveitamento de burladores ou oportunistas, que quando fizermos a transferência da população", frisou, acrescentando que já foi criado um grupo de negociações composto por elementos da comissão de moradores e uma equipa técnica da administração para dar resposta à situação. A responsável por aquela administração referiu ainda que a saída de uma área de risco pressupõe trabalhar com muito afinco para se criarem melhores condições de habitabilidade para a população. Questionada sobre o número de pessoas cadastradas pela sua municipalidade para o reassentamento da população, Rosa Janota Dias dos Santos disse desconhecer o número exacto, mas avança que a primeira fase de recolha de dados era da responsabilidade da comissão técnica, composta pela comissão de moradores e alguns membros da administração municipal. "Temos as fichas técnicas, as pessoas bem identificadas por casa e o número de famílias para facilitar o trabalho no momento de reassentamento", esclareceu, sustentando: "Vamos trabalhar com as pessoas que têm os seus dados

inseridos no . nosso sistema para se evitar os amigos do alheio, porque muitos sabem das dificuldades e quando chega a fase dos terrenos pode, haver aproveitamentos" Relativamente às constantes queixas que a administração tem recebido de moradores daquela zona, que não foram cadastrados no momento das listagens feitas pela comissão, a responsável assegurou, citando o chefe da comissão de moradores, que nestas casas normalmente encontram-se pessoas que já não residem naquela circunscrição devido ao facto de as suas residências terem desabado nas chuvas anteriores. De recordar que o bairro Boa Esperança li foi criado nos anos 1980, possui cerca de quatro quilómetros de superfície e alberga uma população estimada de 60 mil habitantes, distribuídos por 12 sectores, num total de 48 mil famílias para 12 casas. Faz fronteira com os bairros N "Ganqula, Boa Esperança Central, Dala e, a oeste, com o Oceano Atlântico, onde começa o choro pelos estragos e diminui a esperança de quem quer ver a sua vida melhorar.

10.12 Exploração ilegal de inertes é uma constante

Seminário Factual

De 19 a 26 de Dezembro de 2013

A exploração de inertes é feita ao longo da via expressa Cacucaco/Benfica, por pessoas singulares que vivem no bairro Sequele e nas proximidades. Por sua vez, os garimpeiros alegam que a venda de inertes foi a única forma encontrada para o sustento da família. A exploração ilegal de inertes, como areia, burgau e rocha, para a construção civil, tem provocado sérios problemas à conservação do ambiente, uma situação que exige da autoridade municipal de Cacucaco uma maior atenção, no sentido de se estancar com o garimpo. Ao longo da via expressa no sentido Benfica/ Cacucaco é possível notar vários amontoados de areia, burgau e rochas, a fim de serem comercializados. Exploração acontece a escassos metros da via expressa. A exploração é realizada mesmo a escassos metros da via expressa, o que demonstra a não existência de uma fiscalização capaz de pôr fim à exploração ilegal de inertes. Segundo ambientalistas, a exploração irracional de inertes tem estado a provocar deslizamentos de terra, progressão de ravinas e ameaçado o habitat natural de muitos seres vivos, bem como coloca em risco a sustentabilidade do ambiente. Admite-se ainda que, nos últimos tempos, se tem registado uma exploração ilegal intensa de inertes em várias localidades da província de Luanda, com grande referência para o município de Cacucaco, onde o garimpo de areia, de burgau e rochas, é feito em grande escala. Fruto da

extracção ilegal de inertes, muitos bairros, hoje, a nível da província de Luanda, sobretudo nas tonas periféricas, se debatem com muitos problemas, como deslizamentos de terras e o aparecimento de grandes ravinas, pondo em perigo a vida de muitos cidadãos. Por outro lado, a exploração ilegal de inertes poderá pôr em risco a via expressa Cacucaco/Benfica, as ravinas abertas poderão progredir em direcção à via, o que demonstra a necessidade de se regular a exploração de inertes naquela zona. Garimpeiros também põem em risco a própria vida. Para além de pôr em perigo a circulação rodoviária, os garimpeiros que exploram os inertes de forma manual colocam também em risco as suas próprias vidas, visto que não dispõem de nenhum equipamento de protecção. Por isso, cabe às direcções do urbanismo, ambiente, geologia e minas e outras instituições, como a polícia e as administrações, prepararem-se perante as consequências visíveis que estão a ser provocadas pela exploração ilegal de inertes. Segundo ambientalistas, a exploração de inertes deve ser feita mediante a realização de estudos geológicos e ambientais para mitigar o efeito desta acção. Numa das visitas de campo realizada à praia do Sarico, na localidade de Tando, em Cacucaco, e na comuna de Calumbo, em Viana, no pretérito ano, o Ministro da Geologia e Minas, Francisco Queirós, falou que o cenário de exploração ilegal de inertes, constitui um atentado ao ambiente. E, aos ilegais, o Ministro prometeu acções rigorosas de combate.

10.13 Chuva interrompe circulação rodoviária

Jornal de Angola

21 de Janeiro de 2013

A circulação rodoviária entre a sede municipal do Nzeto e a comuna da Mussera, na província do Zaire, foi interrompida devido a fortes chuvas que caíram na região na madrugada de quarta-feira.

Segundo a Angop, mais de 80 viaturas provenientes da capital do país, Luanda, estão impossibilitadas de seguir viagem para o interior da província do Zaire devido às enchentes que se registam na localidade de Kingandu, a seis quilómetros da sede municipal.

João Sebastião, camionista há muitos anos, considerou preocupante o estado atual do troço rodoviário, embora esteja a beneficiar de obras de reabilitação. "Estamos impedidos de seguir viagem para Mbanza-Congo e Soyo", acentuou o motorista João Sebastião.

Para tentar inverter a situação, a administração municipal do Nzeto enviou ao local duas máquinas

para abri-rem valas de drenagem para o escoamento da água pluvial. Em todo o país, as chuvas torrenciais caem com frequência nesta época do ano e provocam um rasto de destruição.

10.14 Temporal desaloja dezenas de famílias

Jornal de Angola
21 de Janeiro de 2013

Cerca de trinta famílias ficaram desalojadas, no Nzeto, província do Zaire, em consequência da forte chuva que, na madrugada de quarta-feira, caiu sobre a localidade.

O administrador municipal do Nzeto, Pedro Miguel Lito, disse à Angop que a chuva, acompanhada de fortes ventos e relâmpagos, inundou dezenas de moradias nos bairros Kondo a Fuku, Kitana e primeiro de Maio, periferia da vila.

Pedro Miguel Lito anunciou a criação de uma comissão que está a proceder ao levantamento dos prejuízos provocados pela chuva nos bairros afetados.

Logo que termine a avaliação das necessidades, a administração municipal do Nzeto vai enviar o relatório à Comissão provincial de Proteção Civil para a disponibilização de meios materiais, a fim de ajudar a população afetada, garantiu Pedro Miguel Lito.

Manuel Chamanto, morador do bairro Kondo a Fuku, disse à Angop que perdeu a maior parte dos seus haveres, em consequência da chuva. "A minha casa caiu por completo e não conseguimos retirar quase nada. Estamos alojados em casa do vizinho", declarou.

António Kassoma, morador do bairro Kitana, disse que a chuva, além de destruir a sua moradia, causou prejuízos à loja anexa. A administração municipal, em colaboração com empresas de construção civil sedeadas na região, está a trabalhar para minimizar os prejuízos materiais.

10.15 Desafios ambientais de Luanda

O País
25 de Janeiro de 2013

Neste clima de festa, propõe-se-nos um exercício para aferir sobre a realidade ambiental de Luanda, que a jusante se repercute na qualidade de vida dos seus habitantes.

Ponto Prévio Tal como todas as cidades grandes, Luanda tem os problemas decorrentes desse "status", ocupa grandes áreas onde; o asfalto, o betão, o vidro e o cimento substituíram o verde, criando assim microclima próprio que alguns especialistas convencionaram chamar "clima urbano".

A cidade de Luanda encerra "várias cidades" dentro dela, por isso com várias realidades e com perfis ambientais diferentes, a exigirem intervenções também de diferentes níveis. Sem um critério rigoroso propomos uma análise com as características de "cada Luanda" que elegemos.

A Luanda do casco urbano (que abrange a tradicional baixa de Luanda, vai ao Bairro Azul, Maianga, Vila Alice, São Paulo e Miramar, e todas "ár do asfalto"; 2.A Luanda da periferia "colonial" [Rangel, Sambizanga, Cazenga, Samba, Prenda, Golf, Popular, Indígena, Petrangol, para além dos satélites Viana e Cacuaco; A Luanda das novas urbanizações (Benfica, Ramiros, Kilamba, Luanda Sul, Nova Vida, Talatona, Éden, Zango, por aí) e 4.

As outras Luandas que emergiram das iniciativas populares, sem o mínimo de ordenamento (Vila da Mata, Terra Vermelha, Iraque, Bagdade, Paraíso, Fubú, Nguanhã, Catintõn, Bairro do Bailundo, Bairro Malanjino, Bairro Uíge e urna infinidade deles).

Feita esta distinção das luandas de Luanda, vamos analisar o perfil ambiental desta cidade com base em parâmetros como: poluição atmosférica, poluição sonora, águas residuais, , congestionamentos no tráfego de enchentes acolá.

As clareiras, as zonas verdes e os parques foram rendidos por enormes "torres de betão", vivendas deram lugar a arranhacéus" e com eles, claro, aumentou o número de pessoas que utilizam e precisam dos serviços básicos desta urbe: precisa-se de mais água potável, mais energia eléctrica, mais estradas para circular, mais lugares para se estacionar e mais ar para se respirar.

Com isso se sobrecarrega a empresa de águas que deve acomodar esta zona nobre (em detrimento doutras). Como a eletricidade "não é de confiar" estes monstros são já concebidos com potentes geradores a diesel ou turbinas que para além da eletricidade que fornecem também "oferecem" gases tóxicos (óxidos de carbono e enxofre, metais pesados) e ruídos.

Tem mais gente a circular, parte antes arejada ganhou ar pesado, nalgumas horas do dia há lugares em que se respira com dificuldade, as pessoas ficam aflitas sem saberem porquê.

Quando chove a água não tem por onde escoar. Há ruas e calçadas que se converteram em "caixas" pois não se vê mais nada senão uma torre a frente outra atrás outra e outra ainda ao lado, com urna proliferação de painéis publicitários (luminosos ou não)!

E a imagem já não é daquela Luanda, mas de uma cidade qualquer e em qualquer parte do mundo: é o modernismo! Está-se à janela já não se vê nada bonito e nem apetece sair à rua para passear os filhos.

Solução é sentar-se à frente da televisão ver filmes, novelas e jogar ao computador. Opções de lazer diminuídas e o habitante torna-se vulnerável obesidade, ao stress e a chuvas, poluição visual e poluição social.

Cada uma das "luandas" responde de maneira específica, e as vezes diferente, a estes indicadores. Casco Urbano É uma parte da cidade antes constituída por áreas modernas, com asfalto, abastecimento de água e eletricidade regulares, conectados por uma rede de esgotos que, sem tratamento, desembocavam na marginal de Luanda (defronte ao Ministério do Interior, Banco Nacional de Angola e CIT).

Sempre foi o postal bonito da cidade, célebre fotografia da marginal, diurna ou noturna, com o "falecido" Prédio Cuca a despontar.

De muitas habitações se contemplava a beleza da arquitetura, com tectos de diversas tonalidades e que deixavam apreciar o horizonte com frondosas árvores, de fruta ou ornamentais, visualizando no fundo um céu azul ou até o céu a poisar no mar, conforme se olhava numa ou noutra direcção.

Tráfego brando e ar sem preocupações, clareiras, zonas verdes e largos para diversões, pressupostos de qualidade de vida para os seus habitantes (poucos).

Hoje, com raras exceções, a área do velho casco urbano de Luanda, converteu-se numa "floresta de betão", com vidro intercalando aqui e a trabalhar e a viver, o tráfego rodoviário é praticamente inviável, e assim mais gases tóxicos são emitidos (pelas viaturas) e agravam os transtornos para a população, porque as árvores que ajudariam, dando mais oxigénio, rareiam.

Também são produzidas maiores quantidades de lixo, seja das moradias (restos de comida e roupas), dos escritórios (papel, cartuchos de tinta), dos hospitais e clínicas (seringas, ligaduras e gases de curativos e até partes de corpo humano resultantes de cirurgias), dos salões de beleza (facas, tintas, unhas, cabelos), das oficinas e estações de serviços (peças usadas, lubrificantes e desperdícios), dos mini e

supermercados (papelão, plástico, produtos deteriorados, detergentes), sem falar das tipografias e lavandarias.

Não é difícil deduzir o que vai para os esgotos (também conhecido por águas negras ou efluentes) dada a natureza dos produtos empregues nesses serviços.

A bela fotografia da urbe luandense desfaleceu definitivamente, a nanireza foi substituída por engenhascas ... e as obras continuam; mais fuligem e poeiras evoluem, mais ruídos emitidos pela máquinas e trepidações dos solos (prenúncio de erosões).

A cidade inchou, os acessos encolheram, o ar mal se mexe logo, esta frustração. Outro choque visual é o emaranhado de cabos eléctricos e tubos de água a irromper pelas paredes dos edifícios, agravado pelos pratos de parabólicas nas janelas e terraços, qual cogumelos voadores!

Periferia "colonial" Maioritariamente habitada por famílias de baixa renda, funcionários públicos, serviços e outros "não assimilados", alguns desses bairros foram construídos com materiais precários, com acessos por ruelas e becos, sem adequado saneamento, abastecimento de água por chafarizes onde os hábitos da cidade cruzavam com costumes rurais. Intervenções do estado foram alterando o visual dalguns deles, com arruamentos, estruturas sanitárias, água canalizada e eletricidade.

Com dificuldades, mas vivia-se velando pela higiene das habitações e cercanias, sob pena de punição se este pressuposto não fosse observado.

Actualmente, e fruto do aumento de capacidade financeira da maioria dos seus habitantes tradicionais, estas áreas mudaram de cara. O adobe e o pau-pique foi rendidos por betão.

Edificaram-se, com alguma imponência; residências, armazéns, lojas, padarias e fabriquetas. A moda é a mesma; continuam os becos, as clareiras desapareceram e as ruelas minguaram ainda mais.

Acresce-se o comércio informal que ocorre em quase todas esquinas e cruzamentos. Aumentou a produção e consequentes amontoados de lixo sólido (sobressaem plásticos, sucatas, farrapos e desperdícios de construções), o saneamento básico praticamente não existe, por isso as casas são já concebidas com fossas particulares.

Elas estão tão apinhadas que não sobra espaço para o verde. Resultado; são áreas geralmente muito quentes porque não há purificação do ar, a circulação automóvel carrega a atmosfera com poeiras e outras

partículas sólidas, quando chove as áreas ficam intransitáveis e as águas se acumulam por longos períodos.

São ambientes propícios aos paludismos, malárias, tuberculosas, outras doenças respiratórias, cólera, outras diarreias e o inconformismo que se apossa dos moradores é depressivo. O aspecto visual é deplorável; montanhas de lixo e charcos nos locais de venda de alimentos cozidos ou não.

As Novas Urbanizações No começo, surgiram da necessidade de se construir para uma franja da população com algum destaque social; funcionários de grandes empresas e funcionários do Estado.

São projetos como o Nova Vida e os condomínios do Talatona, para além dos condomínios do BNA, os vários condomínios da Sonangol e muitos outros.

Sua principal característica é terem arruamentos, áreas verdes e espaços comuns (quadras de jogo, restaurantes, piscinas e parques), circuitos fechados de abastecimento de água e, como não podia escapar, geradores. Muitos deles não têm o sistema de esgotos ligados a redes públicas o que coloca inquietações no que toca a capacidade dos promotores (gestores) destes projectos em garantirem a manutenção desses muitos outros casos, a iniciativa popular, com o ordenamento das administrações municipais deu lugar a majestosos complexos habitacionais.

Vemos o Benfica, Kifika, Zona Verde, Cacuaco e muitas outras zonas em que as administrações cederam terrenos para autoconstrução dirigida com ruas bem estruturadas e uma boa resposta por parte dos cidadãos que construíram verdadeiros palácios (cada um ao gosto do seu bolso) e seguiram a exigência que as municipalidades impuseram para plantar árvores nos perímetros adjacentes as casas.

Feliz iniciativa, apenas a espera que as redes públicas (de esgotos, de água potável e de electricidade) cheguem a todos lugares. Também o asfalto deve chegar para evitar as nuvens de poeiras e pós.

As áreas de Luanda nesta condição necessitarão de um acompanhamento minucioso para acudir aos problemas estruturantes que surgirão e clamarão por acções.

lata, chapa e papelão; são os revestimentos da maior parte dessas habitações. A natureza desses terrenos tornou os seus habitantes em alvos e vítimas prediletas das intempéries; chuva, calor, poeira e com elas as epidemias.

A erosão dos solos é frequente nessas áreas o que tem provocado desmoronamento das casas. De tão precárias essas áreas são também o antro privilegiado da desordem social, onde os crimes mais estranhos acontecem com normalidade.

Aqui destacar a "coragem" das empresas públicas de electricidade e água que têm ido ao encontro dessa franja de população para lhes fazer chegar o serviço, com todas as dificuldades inerentes.

Outra palavra para a polícia que faz por se "encaixar" nos espaços que ainda sobram para marcar a sua presença e dar alguma tranquilidade aos moradores.

No final Onde começa e termina "cada" Luanda? Geograficamente faz-se um exercício para distinguir. Mas ambientalmente não se e.

Tentamos contextualizar cada área da cidade para no final vermos onde cada parâmetro tem maior incidência, pois entendemos Luanda como um ecossistema em constante movimento e convivência entre todos e entre todos e o meio físico.

Vive-se numa área, trabalha-se e circula-se noutras e o mal que afecta uma área pode ter repercussão noutras. Luanda tem os problemas comuns a cidades deste tipo, principalmente dos países em vias de desenvolvimento, variando apenas a magnitude de cada parâmetro, uns mais e outros menos graves.

Viver em Luanda é viver com sintomas simples que sempre nos cercam, nós próprios ou pessoas próximas a nós, sentimos com frequência; cansaço, dores de cabeça, dores abdominais, irritação das vias respiratórias, paludismo.

Fruto do meio em que vivemos! Não é desesperante mas é crítica a situação do ambiente de Luanda. Sempre há solução, que depende de nós e de acções que sejamos capazes de empreender e reverter alguns problemas, porque não adianta querer fazer tudo pois sabemos que não será possível.

Também não adianta termos a ilusão de receber propostas prontas vindas do "além", qual vara mágica! Temos de olhar com realismo e conscientes que é difícil, leva tempo e esforços mas chega-se lá!

Ninguém tem uma solução única de "atacar" todos esses problemas e os resolver, pois nenhuma cidade do mundo com mais de cinco milhões de habitantes conseguiu resolver e Luanda não será essa excepção, por mais que queiramos.

A educação e sensibilização, a aplicação da legislação existente, as acções coercivas das entidades vocacionadas, a vontade de fazer, o respeito pelo

bem comum e um investimento sério na investigação científica ajudar-nosão, certamente, a encontrar o caminho.

Prabens Luanda, nunca é tarde!

10.16 Protecção Civil cria plano de apoio às vítimas de calamidades naturais

Jornal de Angola
26 de Janeiro de 2013

Bênção Mateus, que efectuou uma visita de trabalho à província de Malange, disse que o plano incide no apoio às comissões provinciais de Protecção Civil, com o objetivo de aliviar o sofrimento de pessoas que, eventualmente, venham a ser vítimas de calamidades naturais.

O oficial, que inspecionou naquela província as atividades do órgão que dirige, disse ter recebido reclamações relativas às promoções dos efectivos e à falta de meio de protecção individual.

O comandante nacional adjunto dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros reconheceu a dificuldade dos efectivos em desenvolverem as suas atividades sem todos os meios necessários.

Bênção Mateus apontou dificuldades ligadas aos recursos humanos, transportes e logística. O Ministério do Interior, acrescentou, traçou um plano de gestão que contempla três aspetos fundamentais a organização, a disciplina e o rigor. O segundo comandante nacional dos Serviços de Protecção Civil e bombeiros anunciou que está preparação, pelo Ministério do Interior, um projecto que visa a construção e apetrechamentos dos quartéis de bombeiros no país.

Os Bombeiros reconhecem haver um défice de infra-estruturas no país.

10.17 Água potável chega às zonas rurais

Jornal de Angola

Mais de 150 localidades do país, entre aldeias, regedorias e comunas das províncias do Zaire, Uíge, Lunda-Norte, Moxico e Kwanza-Sul, vão passar a dispor de água potável no âmbito do Programa "Água para Todos", garantiu no Uíge o secretário de Estado das Águas.

Luís Filipe da Silva falava durante ato de consignação do projecto de construção de pequenos sistemas de captação, tratamento e distribuição entre o Ministério da Energia e Águas e a empresa Mitrelli, na aldeia Cangundo, município do Negage.

O projecto, com a duração de 24 meses, visa melhorar a qualidade da água consumida pela população residente nas zonas rurais e evitar os riscos decorrentes do consumo de água contaminada. Nas comunidades onde o projecto for executado vão ser também construídos balneários e lavandarias.

O secretário de Estado afirmou que o Executivo está cada vez mais apostado na melhoria do fornecimento de água potável às populações residentes nas comunidades, sublinhando que, dentro de quatro anos, mais de 70 por cento da população angolana vai ter acesso a água tratada.

II. MIGRAÇÃO

II.1 Cuango e Caungula são os municípios mais utilizados pelos imigrantes ilegais

Maior parte dos ilegais é da República Democrática do Congo

Artigo

Jornal de Angola

02 de Janeiro de 2013

A Polícia de Guarda Fronteira registou no ano passado 8.402 casos de violação de fronteira que resultaram em detenção. De acordo com o comandante da sétima unidade da Polícia de Guarda Fronteira, superintendente chefe Félix Moisés Wpongo, deste numero, 7.847 são cidadãos da República Democrática do Congo e 555 são oeste africanos. O oficial da Polícia afirmou que os municípios do Cuango e Caungula são os mais preferidos pelos cidadãos oeste africanos, por ser a via mais curta para atingir o país. Félix Wpongo defendeu o reforço de efectivos para cobrir os 770 quilómetros de extensão fronteiriça, dos quais 650 terrestre e 120 fluvial. "Ainda não é possível fazer a cobertura total da fronteira, falta-nos o potencial humano, por isso estamos a 63 por cento de cobertura", referiu. Actualmente, estão instaladas na província duas unidades, três subunidades e 22 postos. Para uma cobertura total da fronteira falta a instalação de mais oito postos, de modo a garantir uma maior protecção. O mau estado das vias de acesso ao longo da fronteira foi apontado como a principal dificuldade que a corporação enfrenta, facto que não permite um patrulhamento com viaturas ou motorizadas, apesar dos meios à disposição. "Enfrentamos estas dificuldades, temos meios e disposição, mas não são aplicados devido ao mau estado das vias de acesso, o que impossibilita o patrulhamento desejado", afirmou. A Polícia de Guarda Fronteira na Lunda-Norte também está empenhada no Plano Nacional de Desminagem, através da terceira brigada. Durante o ano transacto, foi possível concluir a desminagem do posto fronteiriço do Txissanda, o futuro posto de Nachiri e o troço Dundo-Lóvua da estrada nacional 225, numa extensão de 75 quilómetros. O comandante da sétima unidade da Polícia de Guarda Fronteira, no Dundo, superintendente chefe Félix Moisés Wpongo disse que, este ano, a brigada de desminagem vai continuar a operar na Estrada Nacional 225, na desminagem do troço Lóvua-Cuilo, numa extensão de 120 quilómetros. A participação nas campanhas de

vacinação contra a poliomielite e tétano consta também das actividades realizadas pela Polícia de Guarda Fronteira em 2012.

II.2 Milhares de estrangeiros em situação ilegal foram expulsos pelos Serviços de Migração

Jornal de Angola

03 de Janeiro de 2013

Os Serviços de Migração e Estrangeiros (SME) em Cabinda expulsaram, durante o ano passado, 10.636 cidadãos estrangeiros que se encontravam em situação ilegal na província. Uma nota do SME em Cabinda indica que os referidos imigrantes foram expulsos através dos postos fronteiriços de Massabi (Norte) Yema, Ntendequela, Yabi (Sul), Chimbuandi, Zenza do Lucula (Sudeste), Beira Nova, Necuto (Norte) Miconge e Tsuku-Kingudi (Norte).

Dos estrangeiros expulsos, 10.095 são da República Democrática do Congo (RDC), 466 do Congo Brazzaville, 17 dos Camarões, 13 do Senegal e igual número das Filipinas. Foram ainda expulsos dez malianos, seis mauritanianos, 45 marfinenses, igual número de guineenses (de Bissau) e portugueses, um gambiano, gabonês, chinês e holandês.

A nota refere ainda que, no incumprimento do disposto na Lei n. 02/07 do SME, foram expulsos judicialmente, neste mesmo período, 101 cidadãos da República Democrática do Congo. Este país é o que tem mais cidadãos a violarem a fronteira com Angola e que permanecem em condições migratórias irregulares.

No âmbito da aplicação da Lei 02/07 de 31 de Agosto, sobre o Regime Jurídico dos Estrangeiros em Angola, e com o objetivo de manter um combate cerrado à imigração ilegal (permanências ilegais e guarida a cidadãos estrangeiros), foram conduzidos ao Ministério Público 52 cidadãos nacionais, que mantinham nas suas habitações 106 estrangeiros ilegais.

A nota refere ainda que a divulgação da Lei 02/07 e a actividade de distribuição de cartilhas e avisos em residências nos principais bairros com maior incidência de cidadãos estrangeiros contribuiu para que 8.305 imigrantes em situação ilegal abandonassem voluntariamente a província, dos quais 7.461 são da RDC e 767 do Congo Brazzaville.

Ainda durante o ano de 2012, o SME em Cabinda recusou a entrada de 720 cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades, por não reunirem os

requisitos exigidos para o efeito. Também foram notificados 42 estrangeiros de diferentes nacionalidades, para abandonar a província.

O documento indica que foi registada a entrada de 68.800 cidadãos nacionais e a saída de 86.846. Quanto ao movimento de estrangeiros, a cifra foi de 24.379 entradas e 21.428 saídas. O SME em Cabinda arrecadou 312,8 milhões de kwanzas da cobrança de vários atos migratórios.

11.3 Movimento migratório intenso

Jornal de Angola
05 de Janeiro de 2013

Os Serviços de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Cunene registaram, nos últimos 14 dias, uma movimentação migratória intensa nos postos de Santa Clara, Calueque e Ruacaná, fronteira com a Namíbia, segundo um relatório da instituição divulgado ontem, em Menongue. Durante o período em referência, os SME registaram 29.571 movimentos migratórios. De acordo com o relatório, 9.681 foram entradas e saídas de cidadãos estrangeiros. Entre os estrangeiros, estão cidadãos de nacionalidade namibiana, sul-africana, portuguesa, brasileira, cubana, chinesa, espanhola, maliana, francesa, moçambicana, norte-americana, zambiana, ruandesa, canadiana e russa. Foram impedidos de entrar no país, no posto fronteiriço de Santa Clara, dois cidadãos estrangeiros por caducidade dos vistos. Os SME sancionaram a Direcção Provincial de Energia e Água por falta de comunicação de alojamento de uma cidadã estrangeira de nacionalidade russa.

11.4 Antigos militares de Mobutu são descobertos em Cabinda

Jornal de Angola
08 de Janeiro de 2013

De acordo com a AFP, os nove antigos militares de Mobutu pretendiam a partir do território de Cabinda promover acções de guerra e desestabilizar o país vizinho, que se debate com uma rebelião armada na região do Kivu-Norte. Paul Nsapu, director da Federação Internacional da Liga dos Direitos Humanos na África subsariana, alega que os nove antigos militares do exército de Mobutu, entre os quais um francês de origem congoleza, tiveram apenas em Cabinda "um encontro de concertação para avaliar as formas de como ajudar o actual exército congolês, que vive grandes dificuldades nos últimos tempos" devido às acções armadas do M23.

Vários antigos militares de Mobutu, depois da queda do regime, refugiaram-se em países vizinhos, entre os quais Angola, onde muitos vivem de forma ilegal. As autoridades angolanas suspeitam que a actual onda de imigração para o país tenha por trás planos de desestabilização. Nos últimos dias foi anunciado que pelo menos seis cidadãos da RDC perderam a vida e três outros ficaram feridos, no sábado, no município do Nzeto, em consequência de um acidente de viação, quando, de forma ilegal, tentavam atingir a província de Luanda. Entre as vítimas mortais, quatro são do sexo feminino e dois masculinos. A Polícia Nacional garantiu que está no encalço do motorista e seu ajudante para melhor apurar as reais causas que estiveram na base do incidente.

11.5 Ilegais detidos e vários acidentes marcam balanço da quadra festiva

Jornal de Angola
08 de Janeiro de 2013

O segundo comandante geral da Polícia Nacional, comissário Paulo de Almeida, pediu ontem vigilância à população no sentido de apoiar as autoridades a neutralizar as tentativas de invasão de imigrantes ilegais ao território nacional. Durante uma conferência de imprensa, para apresentação do relatório de balanço do asseguramento à quadra festiva de 2012, Paulo de Almeida disse que a entrada de imigrantes ilegais é uma constante e que a Polícia Nacional deve agir de forma "astuta e inteligente" para frustrar toda e qualquer possibilidade de invasão do país. De acordo com o balanço apresentado, foram detidos, por permanência ilegal, 574 cidadãos estrangeiros, sendo 572 da República Democrática do Congo e dois chineses nas províncias de Cabinda, Lunda-Norte, Zaire, Malange, Uíge e Moxico. Desse número, de acordo com Paulo de Almeida, 222 elementos foram detidos na província de Cabinda, incluindo os dois cidadãos chineses. Todos foram repatriados através do Posto Fronteiriço do Yema. O segundo comandante geral da Polícia Nacional manifestou preocupação pelo elevado número de acidentes rodoviários pelas estradas do país. Durante a quadra festiva, foram registados 230 acidentes de viação que causaram 46 mortos e 219 feridos. No período de 20 de Dezembro a 5 de Janeiro, foram registados 517 acidentes, com um saldo de 107 mortos, segundo o balanço. A província de Luanda, com 50 acidentes e 21 mortos, foi a que mais se destacou no período de 20 de Dezembro a 5 de Janeiro. Vem a seguir Benguela, com 26 acidentes e oito mortos, Moxico com 14 acidentes, a Huíla com 12 e o Bengo e Huambo com dez cada. O subcomissário lembrou que para o asseguramento da

quadra festiva foi criado um posto de comando coordenado pelo segundo comandante geral da Polícia Nacional, do qual fizeram parte os chefes dos órgãos executivos do Ministério do Interior, da Polícia Nacional, representantes das Forças Armadas Angolanas e do Serviço de Inteligência e Segurança do Estado (SINSE). O posto de comando, disse o comissário Paulo de Almeida, realizou patrulhamentos ostensivos e micro-operações para prevenção geral, reforço da regularização do trânsito, prevenção e segurança rodoviária, incremento de campanhas de sensibilização à população, com o concurso aos órgãos de Comunicação Social para adopção de comportamentos e condutas aceitáveis, patrulhamento reforçado em locais de festas e de lançamento de fogos-de-artifício, entre outras. Paulo de Almeida afirmou que, durante o período de prevenção para o asseguramento da quadra festiva, a situação político-militar manteve-se calma em todo o território nacional. A comissão de asseguramento à quadra festiva registou ainda, em função das fortes chuvas que ocorreram no país, a destruição de 24 residências na província do Cunene, 17 no Zaire e 15 no Uíge. No total, 169 famílias ficaram desabrigadas. A segurança pública também foi calma, segundo o comissário Paulo de Almeida, apenas alterada no dia 31 de Dezembro, pelo incidente ocorrido na vigília realizada pela Igreja Universal do Reino de Deus, na Cidadela Desportiva, Luanda, que resultou em mais de dez mortes e vários feridos. Quanto à criminalidade, a Polícia Nacional registou 1.038 crimes, dos quais 748 esclarecidos e detidos 883 elementos. Registo ainda para 57 incêndios, mais 11 que em igual período do ano passado, e 13 mortes por afogamento.

11.6 Segurança na fronteira com a Namíbia preocupa comandante-geral da Polícia

Jornal de Angola
09 de Janeiro de 2013

O comandante-geral da Polícia Nacional (PN) manifestou-se preocupado com a fraca presença dos efectivos da corporação ao longo da fronteira entre o Kuando-Kubango e as repúblicas da Zâmbia e Namíbia. O comissário geral Ambrósio de Lemos, que falava em Menongue, durante um encontro com o comandante da PN no Kuando-Kubango, comissário Tomé Laureano Neto, admitiu que esta situação deixa a região em estado de vulnerabilidade à imigração ilegal. O chefe máximo da Polícia, que recebeu do comandante Laureano informações sobre a situação operativa na província, anunciou, para breve, a construção de postos fronteiriços no Calai,

Dirico, Cuangar e Rivungo, para assegurar a fiscalização do movimento de pessoas e de mercadorias com a Zâmbia e a Namíbia. Ambrósio de Lemos disse que, apesar de não se ter um conhecimento concreto de casos relevantes de violações ou de outras práticas nocivas ao longo dos cerca de 910 quilómetros de fronteira com os dois países vizinhos, o Ministério do Interior estabeleceu como prioridade para este ano a construção, no Kuando-Kubango, de infra-estruturas administrativas que possam garantir a segurança das fronteiras e a comodidade dos efectivos da Polícia Nacional. No vasto leque de prioridades estabelecidas pelo Ministério, revelou, constam também a construção, na cidade de Menongue, de um novo comando provincial da Polícia Nacional, das sedes da Direcção de Investigação Criminal e da Polícia Fiscal e Económica, já que o Serviço de Migração e Estrangeiros tem já um projecto neste domínio com as obras do edifício já em estado bastante avançado. O comandante sublinhou que o projecto prevê, também, a construção de um edifício em cada município, onde vão funcionar todos os órgãos afectos ao Ministério do Interior, designadamente o Serviço de Migração e Estrangeiros, Bombeiros, Ordem Pública, Serviços Penitenciários e outros. Sem adiantar datas e o custo das empreitadas, Ambrósio de Lemos fez saber que todas estas infra-estruturas estão contempladas no Programa de Investimentos Público deste ano. Durante um encontro de cortesia com o governador da província, Higinio Carneiro, o comandante-geral da Polícia nacional apresentou o plano de construção de novas infra-estruturas em toda a província, o que, para ele, vai permitir o reforço da capacidade operativa da Polícia no combate à criminalidade. Acções conjuntas No encontro, Ambrósio de Lemos agradeceu o apoio que o governo local tem prestado aos efectivos da Polícia em toda a extensão da província na construção de postos policiais, o que facilitou aos membros da corporação desempenharem o seu trabalho no quadro do seu programa de polícia de proximidade. O comandante-geral da Polícia Nacional, que se fez acompanhar de vários directores nacionais do conselho operativo do Ministério do Interior e de altas patentes do seu gabinete, reconheceu que existe uma boa interacção entre o governo local e a Polícia, o que, disse, ajudou significativamente na diminuição do índice de criminalidade na província. Ambrósio de Lemos, que termina hoje a sua estada na província do Kuando-Kubango, tem agendadas visitas às unidades policiais sedeadas na cidade de Menongue e deslocações aos municípios de Mavinga, Cuchi e Calai.

11.7 Polícia Nacional regista centenas de irregularidades

Jornal de Angola

11 de Janeiro de 2013

As autoridades policiais na província do Cunene registaram, no ano passado, 203 violações de fronteira, que resultaram na interpelação e detenção de 446 elementos, maioritariamente da Guiné Conacry, do Mali e da República Democrática do Congo. De acordo com o documento de balanço das actividades da Polícia Nacional no Cunene, distribuído ontem, entre os detidos constam 49 guineenses (da Guiné Conakry), 21 maliano, dez congolese democráticos, cinco moçambicanos, quatro namibianos, dois somalis, dois senegaleses, dois nigerianos e um marfinense. Os dados representaram uma média de um caso em cada dois dias, segundo o balanço. Em comparação com o ano anterior, houve uma diminuição de 195 violações e menos 156 detidos. As detenções foram registadas nos marcos fronteiriços afectos às comunidades de Calueque e Ocatala, no município do Namacunde.

Infracções fiscais

Quanto à actividade fiscal, as autoridades policiais registaram 113 infracções aduaneiras, com destaque para cem casos de contrabando, cinco transgressões cambiais, seis transgressões fiscais e dois casos de contrabando de importação. O documento indica que foram apreendidos 22 computadores portáteis, 1.220 telemóveis, 1.927 carregadores e 823 baterias de telemóvel, 382 sacos de açúcar, 419 pares de calçados, 3.298 peças de roupa diversa. O relatório anual, a Polícia Fiscal refere que no ano passado foram apreendidos 69.600 dólares e 45 mil dólares namibianos, que estavam a ser exportados de forma ilícita, além de 2.170 litros de gasolina e 225 de gasóleo.

11.8 Recenseamento de estrangeiros é "urgente"

Novo Jornal

11 de Janeiro de 2013

O GABINETE CENTRAL do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) já tem condições criadas para o censo populacional que não acontece desde 1970. Os Serviços de Emigração e Estrangeiros (SME) devem "urgentemente" fazer a mesma coisa. Esta posição é defendida pela sociedade civil, líderes políticos e religiosos que defendem que o Executivo deve saber também o número exacto de estrangeiros legalizados e ilegais que vivem no

território angolano. "A situação inspira cuidados e não podemos permitir que o território sofra uma invasão de estrangeiros ilegais que podem colocar em risco a soberania" defendeu Sediangany Mbimbi presidente PDP-ANA, uma formação política extra-parlamentar. Para o político a entrada ilegal de estrangeiros tem cobertura de algumas personalidades influentes do país. "Um maliano, senegalês, libanês(...) nigeriano chega hoje e dentro de quatro dias já tem uma cantina. Ninguém trava isso?", questionou o político. O líder da igreja Jesus Cristo ama o mundo, Ntongo Nima não é contra a entrada de estrangeiros no país, mas defende que estes devem estar legalizados. "Eles ajudam no desenvolvimento de Angola, mas devem estar legalizados. "Eles ajudam no desenvolvimento de Angola, mas devem estar bem legalizados", acrescentou. O ancião António Manata morador no bairro Rocha Pinto estranha a forma com os estrangeiros conseguem em pouco tempo legalizar documentos para as actividades comerciais. "Estou a um ano sem conseguir um alvará, sempre me dão muitas voltas. Um vizinho libanês que está em Angola a três meses já tem uma cantina" queixa-se. Para este ancião, se as autoridades competentes não tomarem medidas Angola corre sérios riscos, uma vez que a entrada de estrangeiros não tem controlo nas fronteiras marítimas e terrestres. O ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti preocupado com a situação, entende que Angola vai continuar a trabalhar, com os Estados vizinhos, para conter a imigração ilegal. "Temos tentado engajar da melhor maneira possível os nossos vizinhos, apesar do facto desta imigração ilegal, que vem para Angola, não ser apenas dos países limítrofes, mas também de Estados da África Ocidental", disse. Na opinião do governante os estrangeiros ilegais tem como área de preferência as regiões onde se exploram os diamantes. Em relação à RDC, com quem Angola tem uma extensa fronteira, o ministro explicou que grande trabalho tem sido levado a cabo, mas a capacidade para poder controlar este fenómeno é limitada. "um maior entrosamento entre as autoridades dos dois Estados poderá permitir para boa parte dos intencionados nesta imigração ilegal", concluiu.

11.9 Continua ameaça de invasão estrangeira contra o país

Agora

12 de Janeiro de 2013

Os sinais são por demais evidentes. Disso já não restam dúvidas. Bastando olhar para as inúmeras tentativas de emigrantes ilegais que a todo custo pretendem entrar no país por as todas vias (aérea,

marítima e terrestre), a maior parte das quais arriscando a vida em canoas manufacturas. As autoridades, na voz do Ministro das relações Exteriores Jorge Chicote dizem ter conhecimento destes factos, mas desconfia dos países vizinhos que rubricaram entre si acordos que permitem a livre circulação de pessoas e bens, deixando 'escancaradas' as suas fronteiras, tais como o Ruanda, que faz fronteira com a RDC e outros países da parte ocidental de África. Jorge Chicote disse quarta feira que dado o grau de dificuldade que estes países apresentam em controlar as suas fronteiras, Angola não tem outro remédio que não seja insistir com os países vizinhos para estes aumentarem os mecanismos de controlo internos que ajudem a conter a imigração ilegal. Georges Chicoti, que falava no final da cerimónia de abertura da 11ª Reunião de Embaixadores de Angola, destacou neste caso a República Democrática do Congo (RDCongo), de onde provém a maioria dos imigrantes ilegais. "Nós temos tentado engajar da melhor maneira possível os nossos vizinhos. É verdade que esta imigração ilegal que vem para Angola não vem toda dos países vizinhos. Uma boa parte vem da África Ocidental", salientou acrescentando que, "temos estado a conversar e fazer com que não haja esta facilitação de acesso ao território angolano", acrescentou. Georges Chicoti reconheceu porém existirem problemas de percepção nesta matéria. "As outras regiões não controlam a emigração ilegal porque eles liberalizaram as suas regiões. É o caso da África Ocidental e da África Central", acentuou. Segundo o diplomata o problema aumenta, torna-se mais difícil quando os imigrantes ilegais escolhem as zonas de garimpo de diamantes, junto à fronteira com a RDCongo. "Angola vai continuar a trabalhar com os seus parceiros, para que eles os possam receber, quando nós prendemos essas pessoas. Mas também queremos que esta cooperação vá no sentido em que os países vizinhos possam controlar o acesso fácil ao território angolano", defendeu Para Georges Chicoti, envolver as autoridades de Kinshasa é uma "questão importante". "Nós temos a certeza que eles têm pouca capacidade de controlar este fenómeno, mas eu acho que se os dois governos se envolverem, podemos conter uma boa parte desta imigração ilegal", frisou. Dados ainda não confirmados indicam que em 2012 foram registadas 11.325 detenções de cidadãos ilegais de várias nacionalidades.

11.10 Ministério do Interior avalia criminalidade

Jornal de Angola

14 de Janeiro de 2013

Os órgãos do Ministério do Interior reúnem hoje, em Luanda, para analisar a situação da imigração ilegal, medidas para o seu combate e a criminalidade no país em função dos dados preliminares do ano passado.

Um comunicado do Gabinete de Informação e Análise refere que a direcção do Ministério do Interior decidiu convocar para hoje a primeira reunião extraordinária do Conselho Consultivo Alargado do Ministério do Interior "depois de uma profunda e aturada análise da situação operativa do país".

A reunião vai também ser analisada o programa de desarmamento da população civil e a actualização das estratégias para as próximas ações. "O leque de assuntos em análise refletem os fatores potenciadores das preocupações atuais do Ministério do Interior, porquanto, dado o carácter transversal dos mesmos, promovem o aumento da criminalidade e provocam o clima de insegurança e intranquilidade", diz o comunicado.

Na abertura da reunião anual de embaixadores, o ministro das Relações Exteriores lembrou que o Executivo está preocupado com as constantes violações das fronteiras nacionais e sugeriu aos Estados africanos que desenvolvam ações concertadas para solucionar o problema. Nos últimos tempos, referiu, as fronteiras angolanas são violadas por um número significativo de cidadãos oriundos da África Ocidental.

Georges Chikoti sublinhou que a imigração ilegal tem influenciado o surgimento de conflitos e contribuído para a instabilidade dos Estados no continente.

Recentemente, o secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho, pediu aos responsáveis do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) para intensificarem as ações de fiscalização e darem um combate sem tréguas à imigração ilegal. Disse que o país tem sido alvo de uma onda de imigração desordenada e irregular, que viola de forma flagrante a lei migratória.

Por este motivo, considera necessário um estudo que permita tomar medidas de atuação mais diligentes e complexas, para frustrar os intentos das redes que promovem e auxiliam a imigração ilegal, com o objetivo de desestabilizar o país e em busca de lucro fácil.

Eugénio Laborinho afirmou que uso das tecnologias de informação vai oferecer também uma nova dinâmica em todo o processo de gestão dos fluxos migratórios.

11.11 Reconstrução aumenta número de vistos

Jornal de Angola

15 de Janeiro de 2013

Os serviços consulares da Embaixada de Angola na China concederam, nos últimos seis meses, 21.225 vistos a cidadãos chineses, na sua maioria ligados a empresas envolvidas no processo de reconstrução nacional e de desenvolvimento do país. Este número foi avançado à imprensa angolana, em Beijing (Pequim), pela responsável dos serviços consulares da Embaixada de Angola em Beijing, Luzia Maria Dias dos Santos. A diplomata justificou este movimento elevado de chineses com o facto de Angola estar a fazer vários contratos com empresas da China para cobrir as insuficiências que o país tem no âmbito do processo de reconstrução nacional. "É neste sentido que o número de chineses com interesses em Angola tem aumentado nos últimos tempos, numa média semanal à volta dos 1.800 a 2000 vistos, proporcional ao aumento do número de empresas da China contratadas pelo país", frisou, acrescentando que . valem dos vistos solicitados por empresas contratadas, há as que têm interesse na prospecção do mercado, tendo em conta o interesse que Angola despertou a nível da actividade privada", explicou Maria dos Santos. Sobre alegados atrasos na concessão de vistos a angolanos pela Embaixada da China, a responsável disse que a actividade migratória move-se por processos delicados, pelo que considera normal o período levado para a obtenção de permissão para a entrada nos dois países. "Há casos de vistos concedidos no mesmo dia em Luanda, até porque o número de angolanos (interessados em se deslocar à China) não é assim tão elevado. Sabe-se que em termos de emissão de vistos, existem normas migratórias. Há vistos que devem ser pedidos no país de origem, como é o nosso caso", esclareceu Maria dos Santos, acrescentando que a mesma situação é observada na China. Os serviços consulares de Angola levam dois dias úteis para passar um visto ordinário ou de turismo. Os vistos urgentes para fixação de residência e de trabalho são passados em 12 dias e os normais, para trabalho, são processados em trinta dias úteis.

11.12 Mais de 100 mil migrantes ilegais vivem em Angola

Semanário Factual

19 à 26 de Janeiro de 2013

Os serviços secretos de países amigos alertam que em Angola estão mais de um milhão de imigrantes legais e ilegais. De acordo com informações que este Jornal teve acesso, quinta-feira, do número acima referido mais de 700 mil estão na condição de ilegalidade. Alertam ainda que os rebeldes que invadiram a Líbia, na sua maioria, são estrangeiros que viviam há muitos anos naquele país. Por isso, "é urgente o controlo de estrangeiros legais e ilegais, sob pena de o país, no futuro, vir a sofrer consequências nefastas", advertem as mesmas centrais de inteligência. A problemática da imigração ilegal em Angola constitui uma séria ameaça à soberania do país. A entrada ilegal de estrangeiros é motivo de preocupação para as autoridades policiais que, no fim do ano, fixaram em mais de meio milhar o número de cidadãos estrangeiros detidos no período do Natal e do Ano Novo. Em conferência de imprensa, o segundo comandante-geral da Polícia Nacional de Angola (PNA), Paulo de Almeida, fez saber que dos 574 cidadãos estrangeiros detidos, 572 são oriundos da RDCongo. O comandante Paulo de Almeida destacou o acidente por capotamento de uma viatura conduzida por um homem ainda não identificado e que se encontra em fuga, ocorrido no domingo à tarde, 13, no norte do país, com imigrantes ilegais. Vários ministros do Interior, que já passaram por esse sector, sempre alertaram os efectivos do Serviço de Migração e Estrangeiros para intensificarem as acções de fiscalização, para um combate sem tréguas à imigração ilegal, cujos autores teimam em tentar fazer das fronteiras um espaço aberto e sem regras. Os governantes dizem que o país tem estado a ser alvo de uma pressão, traduzida em vagas de imigrantes ilegais que tentam entrar no país por diferentes vias, violando, de forma flagrante, os pressupostos da Lei Migratória. O ministro das Relações Exteriores, George Chicoty, afirmou recentemente que a situação de imigração ilegal no país "é preocupante", explicando que o Governo tem procurado concertar com os países de origem dos cidadãos estrangeiros, no sentido de se travar essa entrada ilegal no país. "Angola tem sido alvo de uma invasão muito grande, de uma imigração ilegal que preocupa. E é também do nosso interesse coordenar com esses países para que haja algum controlo, para que isso não continue assim", afirmou na ocasião, o chefe da diplomacia angolana. George Chicoty reconheceu a necessidade de o país ter de reforçar, com meios, as várias forças que protegem os principais pontos de entrada, tanto terrestres como

marítimos. "É verdade que nós precisamos do nosso lado - Angola - primeiro reforçar os meios da nossa Marinha de Guerra, para que ela possa controlar melhor os pontos de entrada, e particularmente nestes casos em que vêm em embarcações precárias", aseverou o ministro.

11.13 Meio milhão de Angolanos regressou ao país

Jornal de Angola

19 de Janeiro de 2013

o ministro da Reinserção Social, João Baptista Kussumua, revelou ontem que as operações de repatriamento, Iniciadas em 2004, permitiram o regresso ao país de cerca de meio milhão de cidadãos. João Baptista Kussumua afirmou que em 2004 o Executivo, em coordenação com as Nações Unidas, organizou um programa de repatriamento de cidadãos que se encontravam em vários países, principalmente nos territórios vizinhos. Em três anos, revelou o ministro, regressaram ao país cerca de 41 O mil cidadãos, de um total de 500 mil identificadas pelas autoridades. João Baptista Kussumua disse que o processo foi interrompido em 2007 e retomado em 2011 e, até Dezembro do ano passado, chegaram ao país cerca de 23 mil pessoas, de um total de 60 mil identificadas durante a reabertura do processo de repatriamento. "Isso quer dizer que ainda temos cerca de 30 mil pessoas para fazer regressar ao país", disse o ministro durante as discussões na especialidade do Orçamento Geral do Estado. O ministro respondeu a várias questões expostas pelos deputados, principalmente sobre afectação das verbas ao Ministério da Reinserção Social. João Baptista Kussumua revelou, por exemplo, que estão em funcionamento mais de 500 instituições de atendimento à primeira infância, entre centros infantis, centros comunitários, de educação comunitária, centros de infância e Jardim-de-infância, Respondendo a uma questão colocada pelo deputado Ernesto Mulavo, da UNITA, a propósito da disparidade das verbas atribuídas à velhice e à infância o orçamento fixa 58 mil milhões de kwanzas para o primeiro caso e 9,8 mil milhões para atender a família e a infância -, o ministro justificou que o Executivo aprovou a Política da Pessoa Idosa e que o sector está a estruturar um conjunto de regulamentos para o cumprimento do decreto.

Qualidade de ensino

No encontro com os deputados, a secretaria de estado para o ensino geral e acção social Ana paula Inês, deu explicações sobre a reforma educativa em

curso e o orçamento para a merenda escolar. Ana Paula Inês disse que a reforma educativa está já na fase final e sublinhou que "o sistema de educação antigo já não existe", dando lugar a um novo sistema, com uma nova orgânica, diferenciado do antigo e que, neste momento, há já novos currículos, planos de estudo e novos programas de ensino". Ana Paula Inês disse que o Ministério da Educação tem igualmente a nova forma de gestão e organização das instituições escolares e que o processo está na fase de avaliação. "Depois de concluída a avaliação, vão ser apresentadas as melhorias no sector", disse.

Ensino Superior

Já o ministro do Ensino Superior, Adão do Nascimento, garantiu que o orçamento para o sector do Ensino Superior atribui verbas para estudos e construção de novas infra-estruturas físicas. Adão do Nascimento disse que o sector está a promover uma ampla divulgação do plano nacional de formação de quadros, um exercício que vai permitir a sociedade civil conhecer as acções do sector para o Ensino Superior. A secretária de Estado explicou ainda que a merenda escolar é fornecida em parceria com os governos provinciais e que os orçamentos são alocados às províncias.

Plano para a Saúde

Quem também respondeu aos deputados durante as discussões na especialidade do Orçamento Geral do Estado foi o ministro da Saúde, José Van-Dúnem, que manifestou o compromisso do Executivo em materializar o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário em todos os municípios do país. "O programa do Executivo, a nível da Saúde, tem de ser materializado em cada município. A materialização passa pela atribuição do programa, mas também pela alocação de recursos. A situação dos municípios melhorou a nível da saúde e, também, na qualidade de vida", referiu o ministro. José Van-Dúnem revelou que cada município vai receber, mensalmente, o equivalente a 150 mil dólares, para os cuidados primários e intervenções na saúde. Apesar do aumento do Orçamento para o sector da Saúde, disse o ministro, é impossível atender a todas as preocupações ao mesmo tempo. O ministro anunciou a construção de várias unidades sanitárias, para levar os serviços de saúde para mais próximo da população. As comissões especializadas da Assembleia Nacional vão continuar a auscultar os membros do OGE.

11.14 Imigrantes ilegais foram repatriados

Jornal de Angola

20 de Janeiro de 2013

Serviço de Migração e Estrangeiro (SME) na Lunda-Sul deteve e repatriou, durante o ano passado, de 180 cidadãos estrangeiros, a maioria da República Democrática do Congo, por entrada e permanência ilegal na província.

De acordo com o chefe do Gabinete de Estudos, Informação e análise, afecto ao Ministério do interior, Paulo Costa Sakufa, o repatriamento compulsivo dos imigrantes ocorreu a partir das fronteiras de Chilunge (Lunda e Luau (Moxico)). O trabalho operativo durante o período em análise permitiu a detecção de três nacionais, acusados no envolvimento, à margem da lei, na transportação remunerada de expatriados. O balanço inclui a emissão de 1.105 passaportes de 5 pedidos recebidos, o controlo mais de 840 estrangeiros, de 630 dos quais com visto de trabalho, 141 com estatuto de residente e 62 requerentes de asilo. devido à abundância de recurso principalmente de diamantes, a província da Lunda-Sul tem sido das mais afectada pela imigração ilegal. As autoridades locais, a aumentar o cerco aos ilegais e a todos que facilitam a imigração ilegal. Outra forma de desencorajar o fenómeno é também a realização de campanhas de sensibilização nos municípios.

11.15 Ministro anuncia novos métodos para combater o crime organizado

Jornal de Angola

20 de Janeiro de 2013

O ministro do Interior, Ângelo Velgas, anunciou ontem, em Luanda, a redefinição de estratégias no combate à criminalidade e Imigração Ilegal, com a introdução de mecanismos e métodos que vão permitir o envolvimento dos membros das comunidades. Ângelo Veiga, que falava na abertura do conselho consultivo alargado do Ministério do Interior, defendeu que os registos sobre a criminalidade, a imigração ilegal e as suas consequências económicas e sociais exigem a criação de métodos de actuação e respostas céleres, quer no domínio da prevenção como da repressão. O ministro defendeu que a sociedade civil deve participar no combate à imigração e à criminalidade para o êxito do processo. Garantiu maior atenção aos crimes cometidos com recurso a armas de fogo, os de natureza sexual, aos sistemas de protecção e controlo

das fronteiras e ao acesso fácil na obtenção dos vistos. A Polícia Nacional, o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), os serviços prisionais e o de protecção civil e bombeiros, orientou, devem dar resposta a estas preocupações, que passam necessariamente pelo cumprimento dos planos e programas elaborados. Angelo Veiga pediu maior atenção à sinistralidade rodoviária e à calamidades naturais. "Vamos dar resposta às situações e necessidades dos utentes dos nossos serviços em tempo útil e remover alguns constrangimentos causados por estes", garantiu.

Controlo nos voos

O ministro orientou a direcção do SME no sentido de alterar os procedimentos utilizados no controlo de passageiros nos voos internacionais e inter-provinciais, para maior controlo dos utentes. Orientou igualmente que no processo da concessão ou prorrogação de vistos se deixe de receber os passaportes dos requerentes, o que, em seu entender, causa vários constrangimentos. Angelo Veiga garantiu a criação de condições para que os prazos previstos para a entrega de documentos sejam cumpridos. Entre esses documentos, apontou os passaportes e vistos, cartas de condução e livretes. A intenção, sublinhou, é dar resposta oportuna às solicitações dos cidadãos nacionais e estrangeiros, de modo a que os requerentes possam, a qualquer momento, ter conhecimento do andamento dos seus processos. Prometeu também que se vai dar maior atenção às estruturas de base dos órgãos executivos centrais, com destaque para os postos e quadras policiais, quartéis de bombeiros, postos do SME e estabelecimentos prisionais, dotando-os de condições adequadas. O ministro pediu maior fiscalização e rigor nas actividades dos efectivos da Polícia Nacional, SME, serviços prisionais e de protecção civil, para o êxito desta missão. Angelo Veiga quer que sejam aperfeiçoados os mecanismos de acompanhamento das suas actividades, assim como a denúncia de actos ilícitos praticados por estes durante o exercício das suas funções. "Temos que contar com os órgãos de inspecção dinâmicos, que pugnem pela disciplina, rigor e controlo a todos os níveis, através da fiscalização e controlo de todas as acções dos distintos órgãos do Ministério do Interior, mormente os de planeamento e finanças, logística, infra-estruturas e transportes, comunicações e informática e gestão dos recursos humanos", defendeu.

Maior organização

O ministro do Interior, ao pedir maior organização do sector que dirige, apelou para a utilização parcimoniosa dos bens públicos colocados à disposição e da criação de hábitos de prestação de

contas, com vista a contribuir para a criação de um perfil adequado às competências exigidas e às expectativas criadas. Ângelo Veiga quer ainda que, no quadro da execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), se observem as normas orientadoras do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado e do Decreto sobre Fiscalização Preventiva e Sucessiva, no âmbito da actividade do Tribunal de Contas e demais legislação que conforma o quadro legal no domínio da gestão ao nível das instituições do Estado. No encontro, que hoje termina, os participantes estão a analisar temas como a criminalidade em Angola, a situação da imigração ilegal, medidas para o seu combate, análise ao programa de desarmamento da população civil, a gestão orçamental para 2013, o papel dos órgãos de inspecção e estratégias a implementar no domínio da inspecção.

11.16 Policia pretende Vietnamitas

Força 8

26 de Janeiro de 2013

Os nove cidadãos de nacionalidade vietnamita foram detidos em flagrante no mercado do Quiuifica município de Belas. Os mesmos foram detidos em posse de diversos documentos, tais como passaportes, talões de recenseamento militar, atestado médico entre outros.

Segundo o superintendente chefe do departamento de inspecção da direção nacional da polícia económica Cristiano Francisco, os falsificadores usavam vários métodos como scanner passaportes com visto de validos, tiravam a cópia scaneavam o visto e colocavam num outro passaporte que tenha visto expirado; retiravam a fotografia do passaporte expirado e punham o nome do visto válido.

Os vistos tinham o valor de 7 mil dólares. O mesmo acredita haver redes angolanas a colaborar com os referidos estrangeiros e promete intensificar os esforços para desmantelar a referida rede. Para "mim há uma rede enorme, principalmente nas empresas de construção civil pela forma que encontramos, acho que fazem isto há muito tempo", contou.

Os falsificadores faziam uso de técnicas sofisticadas de falsificação, tendo em conta que o suporte de equipamentos informáticos facilitava a reprodução da moeda com características idênticas as cédulas emitidas pelo Banco Nacional de Angola (BNA). Para pôr fim a esta situação o Comando local promete continuar em alerta máximo.

11.17 Ministro exige firmeza contra a imigração ilegal

Jornal de Angola

29 de Janeiro de 2013

O ministro do Interior, Ângelo de Barros, exigiu ontem, em Luanda, maior rigor na aplicação da Lei para o combate à criminalidade e à imigração ilegal no país. O ministro, que falava no Parlamento durante a discussão do OGE na especialidade, referiu que a problemática da imigração ilegal e o combate à criminalidade deve merecer uma atenção especial do Executivo, do poder legislativo e de todos os cidadãos. Sobre as acções do Executivo em relação a matérias de protecção de defesa, segurança e ordem interna, o ministro reconheceu que as condições das fronteiras ainda não são as mais adequadas. "Existe nas fronteiras inuita fragilidade e debilidade em termos de postos fronteiriços", disse. Ângelo de Barros, ao debruçar-se sobre as várias iniciativas do Executivo para um combate acérrimo à imigração ilegal, defendeu a necessidade de uma maior actividade por parte dos órgãos de inspecção tendo em conta as debilidades que se registam no cumprimento das normas por parte dos agentes. O ministro garantiu que o sector que dirige vai fazer esforços no sentido de ultrapassar as dificuldades, e afirmou

que na proposta do Orçamento constam verbas para a construção de vários postos fronteiriços.

Reformadas FAA

O ministro da Defesa Nacional, Cândido Van-Dúnem, falou aos deputados sobre a necessidade da melhoria das condições de vida dos militares, regularização das pensões e das reformas nas Forças Armadas. Anunciou que o Executivo vai, este ano, definir uma estratégia ligada às indústrias de defesa. O Executivo no seu programa de acção definiu o arranque das indústrias de defesa como factor de desenvolvimento. Cândido Van-Dúnem garantiu que o Executivo tem desencadeado um programa de acção para a melhoria do sistema de Segurança Social, salientando que estão actualizados os pagamentos das pensões dos militares, das viúvas e dos órfãos. O ministro sublinhou ainda que o Ministério da Defesa está a trabalhar no sentido de identificar os beneficiários do sistema e denunciou que muitos dos que beneficiam das pensões não são merecedores. Angola não vai enviar forças para o Mali, disse o ministro Cândido Van-Dúnem, sublinhado que a posição do Executivo é actuar no contacto das acções definidas pela UA. A secretária de Estado Ângela Bragança falou aos parlamentares das posições políticas de Angola e realçou que o país tem uma

posição privilegiada que lhe permite ter a sua opinião sobre os conflitos em África e na defesa dos seus interesses geoestratégicos e na defesa da estabilidade política de África. Ângela Bragança entende que a estabilidade política do continente vai consolidar a estabilidade política de Angola e sublinhou que a política externa actua em alinhamento com a diplomacia multilateral" porque é de facto a diplomacia multilateral que move os diferentes conflitos na busca de soluções e consenso", disse. Acrescentou que "não podemos fazer alinhamentos com os que querem ver a nossa posição externa debilitada, mas sim, com posições que nos fortalecem para a defesa dos interesses nacionais. E é isso que o Executivo tem feito para que a nossa posição seja reconhecida".

Eleições autárquicas

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, falou das eleições autárquicas e justificou que o censo da população não tem relação directa com as eleições autárquicas. Esclareceu os deputados que o censo populacional visa a realização de dados estatísticos. As eleições autárquicas envolvem procedimentos, alguns da competência da Assembleia Nacional, do Executivo e da Comissão Nacional Eleitoral, que tem a tarefa de realizar os actos eleitorais e elaborar os cadernos eleitorais. Lembrou que ainda não tem ainda legislação sobre as eleições autárquicas. O ministro disse que a questão das eleições autárquicas é complexa "porque não se trata apenas de um acto eleitoral, envolve um conjunto de tarefas que a nível do Executivo está a ser preparado no quadro de um estudo muito detalhado e envolve questões ligadas ao diagnóstico da situação de cada município, o plano de formação de quadros autárquicos, a elaboração da legislação autárquica e delimitação das circunscrições territoriais". Bornito de Sousa falou ainda da possibilidade da criação de novos municípios e de infra-estruturas. E informou que as autarquias vão ter assembleias municipais.

11.18 Juiz está preocupado com imigração ilegal

Jornal de Angola

31 de Janeiro de 2013

O juiz presidente do Tribunal provincial da Lunda-Norte, Neto Augusto, defendeu ontem, na cidade do Dundo, uma maior conjugação de esforços entre os órgãos de Defesa e Segurança e as autoridades tradicionais para um combate cerrado à imigração ilegal. O magistrado, que discursou num encontro dos órgãos que intervêm na administração da Justiça, confessou estar preocupado com o elevado número de processos relacionados com a imigração ilegal. No ano judicial 2012, o Tribunal Provincial julgou mais 50 casos de imigração ilegal relacionados com elementos da República Democrática do Congo e indivíduos oeste-africanos. Neto Augusto garantiu que o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) vai continuar a estabelecer "mecanismos eficazes" para expulsar os estrangeiros que entram clandestinamente na província, aproveitando a extensa fronteira com a República Democrática do Congo. Nesse sentido, solicitou o apoio dos sobas, para denunciarem todos os casos de entrada e permanência ilegal de estrangeiros em território nacional. Além disso, lamentou a forma como muitos estrangeiros ilegais conseguem o Bilhete de Identidade angolano e deu ordens à delegação provincial da Justiça para estar mais atenta aos imigrantes ilegais, devido ao perigo que a prática representa para os interesses fundamentais do Estado. O Serviço de Migração e Estrangeiros reconhece que os estrangeiros que residem ilegalmente na Lunda-Norte têm o auxílio de "Comités de recepção" organizados por cidadãos angolanos e congolezes democráticos residentes há muitos anos em Angola.

